www.valor.com.br | Quinta-feira, 5 de maio de 2022 | Ano 23 | Número 5492 | R$ 5,00

Valor ECONÔMICO

UE propõe proibir importações de petróleo da Rússia em seis meses A5

Tim vai criar nova empresa em parceria com a FS Security B8

Verônica Sánchez, nova diretora-presidente da ANA, defende gestão conservadora dos reservatórios A6

Destaques

iFood no Cade
A Associação Brasileira de Empresas de Benefícios ao Trabalhador, que reúne grandes operadoras de vale-refeição, entrou com representação no Cade contra o iFood. A entidade acusa o iFood de condutas anticompetitivas nos mercados de vale-benefícios e de aplicativos de delivery. Lucas Pittioni, diretor jurídico do iFood rebate as acusações. **B7**

Decathlon no Nordeste
A rede de materiais esportivos Decathlon entrará na região Nordeste do país, com a abertura da primeira loja em Salvador (BA) na próxima semana. Mais duas unidades serão inauguradas até o fim do ano, em Recife (PE) e Fortaleza (CE). O Nordeste é um passo grande, tanto em termos de logística quanto de produtos, pois exigirá adaptação, diz Cedric Burel, presidente da rede. **B7**

Compra da EasyCrédito
A startup de gestão de pagamentos Fit-Bank, que em 2020 passado recebeu um aporte do J.P. Morgan, realizou sua primeira aquisição. Comprou o marketplace de crédito EasyCrédito, por uma quantia não revelada. O objetivo é reforçar seu negócio de "banking as a service" (BaaS), agregando o crédito além dos pagamentos. **C4**

Redução de dívida
A inflação desenfreada está contribuindo para reduzir o peso da dívida pública mundial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Mas essa é uma dádiva para os governos que pode facilmente resultar em um tiro pela culatra se a inflação permanecer descontrolada, alertam economistas. **A12**

Preço de combustíveis defasados
A alta do diesel e o câmbio acentuaram preocupações com as defasagens dos preços dos combustíveis praticados pela Petrobras — há 55 dias sem reajustar o diesel e a gasolina, o que inibe a importação por outros agentes e traz à mesa discussão sobre riscos de desabastecimento. A maior preocupação está no diesel, estratégico para o transporte de pessoas e mercadorias. **B1**

BRF vai usar IA para recrutar
A BRF prevê reforçar o recrutamento com inteligência artificial, segundo Alessandro Bonorino, vice-presidente global de gente, gestão e transformação digital da empresa. "Vamos melhorar a assertividade na seleção usando algoritmos sem vieses, para garantir a diversidade", disse o executivo na "live" da série RH 4.0 do "Carreira em Destaque". **B2**

Decreto de ICMS
Contribuintes de São Paulo conseguiram um importante precedente no STF para limitar a aplicação de um decreto de São Paulo que acabou com benefício fiscal do ICMS. A 1ª Turma decidiu que o Decreto nº 64.213, de abril de 2019, só teria validade a partir de janeiro de 2020. A restrição passou a valer, porém, no dia seguinte à publicação — 1º de maio. **E1**

Ideias

Cristiano Romero
Ao não reconhecer erros, Lula torna seu o desastre que, provocado por Dilma, afundou o Brasil numa longa e penosa crise. **A2**

Vicky Bloch
Inserir a cultura organizacional na integração de conselheiros é uma atitude de humildade e inteligência. **B2**

Indicadores

Ibovespa	4/mai/22	1,70 % R$ 31,9 bi
Selic (meta)	4/mai/22	11,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	4/mai/22	11,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	4/mai/22	5,0087/5,0093
Dólar comercial (mercado)	4/mai/22	4,8994/4,9000
Dólar turismo (mercado)	4/mai/22	4,9069/5,0869
Euro comercial (BC)	4/mai/22	5,2782/5,2808
Euro comercial (mercado)	4/mai/22	5,1963/5,1969
Euro turismo (mercado)	4/mai/22	5,2330/5,4130

BC e Fed sobem juro e indicam continuar o aperto monetário

De Brasília e São Paulo

O Banco Central do Brasil e o Federal Reserve (Fed), banco central dos EUA, elevaram ontem suas taxas básicas de juros, a principal arma de controle da inflação. Em sua 10ª alta seguida, a autoridade monetária brasileira aumentou a Selic de 11,75% para 12,75%, a maior taxa desde fevereiro de 2017. O Fed, por sua vez, subiu a taxa básica de juros para o intervalo entre 0,75% e 1% — alta de 0,5 ponto percentual. O banco central americano não promovia uma elevação dessa magnitude desde maio de 2000.

Após a decisão do Fed — que indicou mais aumentos por vir — e com a pressão sobre os preços ainda forte, o Comitê de Política Monetária (Copom) mudou a sinalização de que poderia encerrar o ciclo de alta com a taxa de juros a 12,75% ao ano. Ontem informou que "antevê como provável" uma nova alta de juros com ajuste menor do que 1 ponto percentual. Mas não citou de qual magnitude.

O Copom destacou a persistência das pressões inflacionárias globais e a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país entre fatores de risco que puxariam os preços para cima. Já uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das commodities em reais e uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada poderiam impactar o índice de preços em direção contrária.

O Fed também disse estar atento à inflação, mencionando impactos dos "lockdowns" na China e da guerra na Ucrânia. A decisão do BC americano não surpreendeu, mas o mercado reagiu com euforia ao fato de o presidente do Fed, Jerome Powell, ter indicado que subirá o juro em doses de 0,5 ponto, e não de 0,75 ponto. A alta dos juros nos EUA tem efeito sobre os mercados do mundo porque são as referências de preço para os ativos globais. Além disso, tornam os títulos do Tesouro americano, vistos como seguros, mais atrativos.

Para Gustavo Arruda, do BNP Paribas, o risco inflacionário nos EUA permanece, e se o Fed tiver que apertar muito além do que indica o plano inicial, poderá impactar a alta do dólar, o que "não é uma boa notícia para a inflação" no Brasil. **Páginas C1, C2 e C3**

Copom segue para última alta de 0,5 ponto

Alex Ribeiro
De São Paulo

Ao que tudo indica, o Copom caminha para uma última alta de juro de 0,5 ponto percentual em junho, encerrando o ciclo de aperto monetário com uma taxa Selic de 13,25% ao ano. A rigor, se o Banco Central reproduzir-se a retórica usada nas reuniões anteriores, a taxa de juros deveria avançar ainda mais para o terreno contracionista. A projeção de inflação do Copom diz que, com juros de 13,25% ao ano, não seria possível cumprir a meta de inflação de 2023. O colegiado, porém, desarmou uma boa parte da retórica anterior. **Página C1**

Flexibilidade para as mães

LEO PINHEIRO/VALOR

No retorno aos escritórios, muitas empresas estão testando novos modelos de trabalho para atender funcionárias que sejam mães. Ana Isabel dos Santos, gerente da Bayer, por exemplo, conseguiu negociar maior flexibilidade e, com isso, ganhou mais tempo para ficar com o filho. Página B2

"Big Techs" e Netflix perdem US$ 1,37 trilhão

Felipe Laurence
De São Paulo

As ações das cinco principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos — Alphabet, Amazon, Apple, Meta e Microsoft, as chamadas "Big Techs" — e da Netflix perderam US$ 1,37 trilhão em valor de mercado em abril, um dos piores meses para essas companhias desde o início da pandemia. O montante, que equivale a cerca de 80% do PIB do Brasil em 2021, reflete um ambiente macroeconômico desafiador e a repercussão dos resultados das empresas no primeiro trimestre.

O setor de tecnologia vem perdendo valor nas bolsas desde a virada de 2021 para 2022, em razão da perspectiva de alta de juros nos Estados Unidos e outros países. As empresas são afetadas pela perspectiva de redução no fluxo de caixa futuro e de maior dificuldade em levantar recursos para financiar crescimento rápido. **Página B8**

Discursos de Lula preocupam líderes do PT

Cristiane Agostine
De São Paulo

Às vésperas do lançamento oficial de sua pré-candidatura à Presidência pelo PT, no sábado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito declarações polêmicas, que se transformaram em munição eleitoral contra ele e podem dificultar a atração de eleitores reticentes em relação ao petista. Em um mês, Lula fez ao menos dez comentários que tiveram repercussão negativa nas redes sociais.

A estratégia de comunicação do ex-presidente tem sido criticada e é vista com preocupação por líderes do próprio partido. **Página A9**

Fiocruz firma acordo sobre droga para covid

Gabriel Vasconcelos
Do Rio

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) firmou acordo de cooperação com a farmacêutica Merck Sharp & Dohme (MSD) para distribuição e transferência de tecnologia do molnupiravir, antiviral destinado ao combate da covid-19. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem, em caráter emergencial, o uso do medicamento.

Sob o acordo, que vinha sendo discutido há um ano e dois meses, a Fiocruz vai distribuir o molnupiravir às unidades básicas de saúde e poderá avançar no processo de transferência de tecnologia do remédio, visando sua produção local.

Primeira droga oral contra a covid-19, o remédio é utilizado em 30 países, onde já foi aplicado a 5 milhões de tratamentos. Testes clínicos comprovaram 89% de eficácia contra casos fatais.

O produto deve ser destinado a pacientes infectados vulneráveis a complicações, como idosos e pessoas com comorbidades. Em 2021, a MSD produziu 400 milhões de comprimidos — ou 10 milhões de tratamentos — em fábricas nos Estados Unidos e na Europa, Índia e China. Para 2022, a previsão é produzir 800 milhões de comprimidos. **Página A4**

Legislativo pressiona Aneel, diz Lira

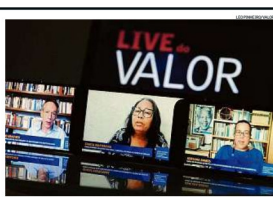
Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com a alta inflação elevando os índices de rejeição do governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), diz que o Legislativo trabalha para pressionar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a rever reajustes autorizados na conta de luz com base em possíveis "pontos subjetivos dos contratos". O Congresso deve cobrar, ainda, que os governadores cumpram a lei que mudou a forma de cálculo do ICMS dos combustíveis e criar um benefício fiscal para a entrada de investimentos estrangeiros para reduzir a cotação do dólar. **Página A10**

Povos Indígenas são centrais para a Amazônia

Gabriel Vasconcelos e Daniela Chiaretti
Do Rio e de São Paulo

A solução para a Amazônia passa obrigatoriamente pela preservação e suporte dos povos indígenas. Essa análise foi feita na **Live do Valor** de ontem, que teve as participações de Cândido Bracher, ex-presidente do Itaú Unibanco, Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), e Sineia Wapichana, uma das principais lideranças indígenas da Amazônia. **Página A2**

LEO PINHEIRO/VALOR

Bracher, Wapichana e Ramos: combater desmatamento é essencial para a descarbonização.

Lula e a dificuldade em atrair o voto não petista

Cristiano Romero

Em sua mais recente e sempre brilhante coluna no **Valor**, o sociólogo José de Souza Martins explica como funcionou, historicamente, a moderação de poder entre os extremos da política no Brasil. A polarização aguda não é novidade. A questão, e daí a importância da perspectiva histórica, é como a superamos.

Na monarquia, durante o 2º reinado (1840-1889), o poder moderador era exercido pelo rei, que detinha o mecanismo da terceira via para solucionar conflitos. "O mecanismo funcionava bem. Como, dentre outros, ressaltou Euclides da Cunha, os liberais inovavam e os conservadores decidiam como a inovação seria posta em prática", diz Souza Martins em "Dificuldades da Terceira Via" (**Valor**, caderno EU&, página 3, edição de 29/04/2022).

O 2º reinado é apontado por historiadores como um período de relativa paz na história do país. Dom Pedro II valia-se do poder moderador para contornar impasses decorrentes da disputa de poder. Para Souza Martins, isso "nos fez um país de história politicamente lenta". De fato, não há exemplo melhor dessa morosidade política do que o fim tardio da escravidão, ignomínia que, de tão longeva, tornou-se nossa principal característica nacional, razão do nosso fracasso.

Sem mea culpa, Lula torna seu o desastre da gestão Dilma

O sucedâneo como instância mediadora e, digamos, acomodadora de interesses inconciliáveis, num país de grande diversidade e profunda desigualdade social, submeteu o pacto político a uma espécie de vigilância. Como nossa República nasceu de um golpe militar e "sem povo", os impasses forjados na disputa pelo poder foram amplificados e, doravante, coube ao Exército atribuir-se detentor do mecanismo da terceira via.

O Exército tornou-se "reserva moral" para intervir na ordem institucional e resolver "problemas" criados pelos políticos. "A república de quartel colocou na função de poder moderador uma instituição destinada ao conflito e não à tolerância democrática", explica Souza Martins.

Dois movimentos definiram a história política do Brasil nos últimos 92 anos: o getulismo (1930-1989) e o lulismo (desde 1989). Tanto Getúlio Vargas quanto Luiz Inácio Lula da Silva preveniram-se a tempo de mudar o rumo de seus governos e, assim, adaptarem-se a anseios do povo, eliminando o clamor pela terceira via. Mudar para permanecer foi regra da sobrevivência.

Getúlio se desdobrou em quatro personas distintas ao longo dos 24 anos em que esteve envolvido diretamente na disputa de poder, sustenta o professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Em 1937, chamou a turma da caserna para instaurar ditadura violenta. Fechou o Congresso, extinguiu os partidos, cassou governadores, queimou as bandeiras dos Estados, criou a polícia política (ovo da serpente dos anos de chumbo trazidos pelo AI-5, entre 1968 e 1978) e calou a imprensa. Justificou o absolutismo com as "ameaças" comunista e integralista.

Deposto em 1945, Getúlio recolheu-se para assistir, de camarote, à aventura eleitoral de seu ministro da Guerra (golpista nº 1 em 37), Eurico Gaspar Dutra. O ex-ditador ajudou o general a eleger-se e, em troca, saiu ileso da Presidência. Esperto, tratou de atender a inúmeras demandas sociais durante seu despotismo. Instituiu garantias legais para os trabalhadores numa época em que o capitalismo entre nós não havia alcançado ainda o grau de selvagem. Acumulou capital político para que o povo não o esquecesse. Já em 1946, numa espécie de teste de popularidade, foi eleito senador por dois Estados e deputado por seis e pelo DF. Em 1950, voltou à Presidência eleito pelo voto popular.

O novo Getúlio, tendo permanecido tanto tempo no poder, mais da metade como ditador, sabia que não teria vida fácil no retorno. El tinha incontestável apoio do público, mas não da crítica. Na caserna, esse maciço apoio das ruas incomodava os "moderadores", que temem líderes populares e populistas. As tropas só esperavam um sinal verde para derrubá-lo e, assim, acabar com o "mar de lama". Acuado, Getulio preferiu a morte à capitulação — o suicídio adiou por dez anos o golpe militar.

No lugar do getulismo, veio o lulismo, que domina a disputa política desde 1989. A gestão ruinosa de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) abalou o petismo, mas não tanto o lulismo. Despertou de longa hibernação, porém, a extrema direita, que, favorecida pela destruição das referências histórico-culturais neste mundo sem-pai-nem-mãe das redes sociais, quer matar a política.

A crise que vivemos é a crise da política. Jair Bolsonaro foi eleito com discurso anti-política e, no exercício do cargo, ataca instituições com algum poder moderador: a Justiça e a imprensa.

Lula, assim como Getúlio, foi mais de um desde que entrou na política. Para Souza Martins, pressupõe-se que o petista é ele mesmo a terceira via no embate entre esquerda e direita. "É claro que isso dependerá muito de sua capacidade de compreender demandas sociais, especialmente as novas, e se ressocializar para ser o novo Lula", pondera o sociólogo, ex-aluno de Fernando Henrique Cardoso na USP, um homem de origem humilde que pensa o Brasil utilizando-se do rigor do método científico sociológico, mas sem jamais perder a generosidade. Seus textos, além de instrutivos, são macios (para o bom entendimento do que vai escrito) até quando tratam de temas como linchamento, uma das muitas chagas brasileiras.

Quando presidiu o país, Lula costumava fazer uma espécie de chamamento das elites à consciência nos momentos difíceis, algo como "vejam bem, estou fazendo um governo para todos, contra vários princípios do meu partido". A relação foi bem até o escândalo do mensalão, em 2005. Ao perceber que seu mandato corria risco, Lula abriu as portas do governo para sua base social (os sindicalistas) e isso determinou o futuro de sua gestão e do país desde então.

Em troca do apoio das centrais, o então presidente vetou os planos de privatização, interrompeu o processo de reformas anunciado em 2003, empoderou Dilma Rousseff, crítica feroz da política econômica do primeiro mandato, e a escolheu, de forma monocrática, para disputar a sucessão. Agora, 12 anos depois de descer a rampa do Palácio do Planalto, tenta ser, novamente, mais de um Lula, e talvez isso explique a dificuldade para convencer não petistas a votarem nele. E tem um Lula que Lula se nega a ser na partida: o que deveria reconhecer que sua sucessora destruiu seu legado econômico, jogando o país na recessão mais longa da história.

Cristiano Romero é diretor-adjunto de redação e escreve às quintas-feiras
E-mail cristiano.romero@valor.com.br

Indígenas são vitais para preservação da Amazônia, dizem especialistas

Gabriel Vasconcelos e Daniela Chiaretti
De Rio e São Paulo

A solução para a Amazônia passa obrigatoriamente pela preservação e suporte dos povos indígenas, disse ontem o ex-presidente do Itaú Unibanco Cândido Bracher na Live do **Valor**. Ele, que ocupa assentos nos conselhos de administração do banco que chefiava, além de Mastercard e Instituto Acaia, também disse que o mundo não percebeu a finitude da capacidade de armazenar gases-estufa da atmosfera.

Assim como a terra, os minérios e os alimentos, afirmou, o carbono deve ser precificado, mas de forma verdadeiramente global, o que ainda não aconteceu, a despeito de esforços regionais como o da União Europeia. Bracher participou da live ao lado de Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), e de Sineia Wapichana, liderança que atua no Conselho Indígena de Roraima.

"Não haverá solução para a Amazônia sem que se cuide dos povos da floresta. O ESG não cuida da questão ambiental sem cuidar da questão social. Elas são indissociáveis", resumiu Bracher. Adriana Ramos, que coordena o Programa de Política Socioambiental do ISA, exemplificou com dados a tese.

"A presença indígena no Brasil é ponto importante nesse debate. Hoje 13% do território brasileiro é reconhecido como terra indígena e responde por 20% de toda a vegetação nativa do país. Essas áreas protegidas têm papel na manutenção das florestas. Nos últimos 30 anos, enquanto o desmatamento atingiu 20% das terras privadas, o percentual nas terras indígenas foi de apenas 1%, disse Adriana.

Terras indígenas abrigam 305 povos, com 817 mil pessoas segundo dados do IBGE de 2010. Adriana lembrou, no entanto, que estimativas de especialistas apontam que a população indígena seria hoje de cerca de 1 milhão de habitantes. São mais de 270 línguas indígenas e grande diversidade cultural que inclui conhecimentos sobre esses territórios — do combate a queimadas à preservação de espécies nativas.

Sineia Wapichana citou que em 2008 teve início a estruturação de uma política local de enfrentamento às mudanças climáticas — que indígenas denominam "mudança do tempo". Ela afirmou que as transformações do tempo e vegetação são bastante evidentes em Roraima, porque o território tem vegetação diversa com florestas e áreas com características parecidas com as do cerrado (conhecidas por lavrado) em regiões de maior altitude. O lavrado se assemelha às savanas, com vegetação mais baixa, por vezes rasteira. Em razão dessa variedade, as mudanças se tornam mais evidentes em Roraima e passaram a ser monitoradas por agentes ambientais e territoriais indígenas.

No programa, disse Sineia, também há um banco de sementes vivas, o que na prática significa o armazenamento de sementes de espécies mais resistentes ao inverno e verão para uso futuro em aldeias. Os indígenas têm feito levantamentos sistemáticos que identificaram o aquecimento da temperatura das águas, extinção de espécies de peixes de água doce e perturbação no comportamento dos pássaros. Há também a formação de brigadas indígenas de combate a incêndio e queimadas ilegais, com treinamento e aquisição de equipamentos.

"Dentro das florestas há povos indígenas e quilombolas. É necessário um olhar para essas comunidades. Se atuam como barreira para queimadas e desmatamento, por que não ter políticas efetivas de auxílio para esses povos manterem a floresta em pé?", questionou a líder indígena.

Bracher e Adriana Ramos lembraram que o combate ao desmatamento é central nos compromissos de descarbonização assumidos pelo governo brasileiro nas conferências da ONU. As emissões ligadas a desmatamento respondem por 46% do total de emissões do país, disse Bracher. Adriana apontou a contradição que são as investidas protagonizadas pelo governo ou sua base no Congresso Nacional para abrir as terras indígenas a atividades, como mineração e arrendamento para o agronegócio. Para ela, essas tentativas buscam legalizar, veladamente, práticas de desmatamento hoje vedadas por lei.

"Ao chegar na comunidade internacional e assumir compromissos de zerar o desmatamento ilegal para atender a meta de redução de emissões, o governo brasileiro está enganando a comunidade internacional. É fácil acabar com o desmatamento ilegal numa 'canetada' que vai transformar o ilegal em legal. Não acaba com emissão nenhuma, mas fica, do ponto de vista formal, como um país que cumpriu seu compromisso", criticou ela.

Bracher também se disse preocupado com a lentidão do processo de precificação do carbono em nível global. "A coisa evolui muito devagar. É muito difícil colocar uma taxa para todos os países", disse. Ele elogiou o sistema europeu de "cap and trade" (captura e troca), que estabelece um teto para as emissões com obrigação de pagamentos ou compensações para quem ultrapassá-lo.

"No sistema europeu, o mais rigoroso que existe, o preço da tonelada de carbono atingiu 95 euros na semana passada. Mas, se uma região faz isso e outras não, as produções mais poluentes migram para onde o mecanismo não é aplicado. Por isso tenta-se aplicar uma taxa de fronteira de carbono, que obriga o pagamento de imposto pelo carbono envolvido na fabricação dos produtos importados para evitar a fuga de empresas a locais não regulados."

Devido às limitações do receituário regional, Bracher defendeu a proposta do ex-presidente do Banco Central da Índia, Raghuram Rajan, que dividiu as emissões mundiais — estimadas em 50 bilhões de toneladas de carbono equivalente — pela população mundial (cerca de 7 bilhões de pessoas), de modo a definir a emissão média anual de cada habitante: pouco mais de 7 toneladas per capita. Com isso, deve-se fazer o inventário de emissões de cada país e, aqueles que emitirem acima da média per capita devem pagar, aos que estiverem abaixo dessa média, taxas em torno de US$ 50 ou US$ 60 por tonelada excedente.

"Todos os países do mundo seriam estimulados a reduzir emissões, seja para pagar menos, seja para receber mais, e com a vantagem de se preservar a soberania de cada um com relação às medidas para se alcançar metas climáticas", disse Bracher.

LEO PINHEIRO/VALOR

Bracher, Sineia e Adriana: reflexões na Live do Valor sobre o futuro da floresta e sobre o papel das populações tradicionais

Projeto abre espaço para linhão em terras dos Waimiri Atroari

Renan Truffi e Vandson Lima
De Brasília

O plenário do Senado aprovou ontem, por 60 votos a quatro, um projeto de lei que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas como "de relevante interesse público da União". A proposta foi apresentada pelo senador Chico Rodrigues (União-RR) e busca destravar a extensão a Roraima do Linhão de Tucuruí, integrando o Estado ao Sistema Interligado Nacional. A linha atravessaria as terras do povo Waimiri Atroari, na divisa entre Roraima e Amazonas.

O texto segue agora para a Câmara. Roraima é o único Estado que não está conectado ao sistema nacional e vinha sendo alimentado pela energia produzida na hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Porém, o país vizinho cortou o fornecimento em 2019.

Segundo o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), relator do projeto, serão instaladas 250 torres de transmissão de energia ao longo de 700 km, entre Manaus e Boa Vista (RR). De acordo com o texto aprovado, a declaração de relevante interesse público de que trata o projeto terá de ser feita, necessariamente, por decreto do presidente da República.

Apesar disso, foi incluído um dispositivo no texto que determina que as comunidades indígenas afetadas tenham que ser ouvidas previamente à implantação do empreendimento. "É assegurada indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas às comunidades indígenas afetadas, sem prejuízo das demais compensações previstas em lei", complementa o projeto.

O assunto tem sido acompanhado de perto pelo governo Jair Bolsonaro, que se comprometeu a desembolsar R$ 90 milhões a título de indenização a comunidades indígenas afetadas pela obra do linhão. Um decreto sobre a compensação foi publicado anteontem no "Diário Oficial da União". O texto, no tanto, não cita valores.

No acordo previsto pela União e o governo de Roraima, o consórcio liderado pela Transnorte, responsável pelo empreendimento, desembolsaria mais R$ 33 milhões como forma de compensação aos povos originários da região. Consultada antes da publicação do decreto presidencial, a Transnorte afirmou que se pronunciaria depois de ver o texto.

A decisão do Executivo em indenizar os indígenas ocorre pouco mais quatro meses após a Justiça do Amazonas ter determinado que os trabalhos só poderiam avançar mediante a compensação pedida pelos índios da etnia Waimiri Atroari.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Saúde Acordo de Fiocruz e MSD prevê distribuir molnupiravir, com eficiência comprovada, ao SUS

Remédio contra covid-19 pode chegar às unidades de saúde no mês que vem

Gabriel Vasconcelos
Do Rio

Um medicamento oral contra a covid-19 de eficiência comprovada pode chegar às unidades básicas de saúde do país até o fim de junho, disse ao **Valor** o vice-presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Marco Krieger.

A Fiocruz assinou na terça-feira acordo de cooperação tecnológica com a farmacêutica americana Merck Sharp & Dohme (MSD) para distribuir o molnupiravir exclusivamente no Sistema Único de Saúde (SUS). É um antiviral para infectados com eficácia de 89% contra óbitos comprovada em testes clínicos. Presente em 30 países, a droga teve o uso emergencial no Brasil aprovado ontem pela diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O acordo entre Fiocruz e MSD também lança as bases para a produção local da droga. A internalização da tecnologia é de interesse estratégico para a Fiocruz, que visa explorar a plataforma da droga para curar a dengue e a chikungunya. A MSD tem estudos iniciais e com "bom potencial" nesse sentido. A curto prazo a Fiocruz fará embalagem, rotulagem, controle de qualidade e distribuição do remédio.

A primeira droga oral do mundo contra o coronavírus com eficiência comprovada chega ao Brasil mais de dois anos depois de iniciada a pandemia. Nada tem a ver com reposicionamento de fármacos ou decisões políticas que levaram à defesa e compra da cloroquina e ivermectina pelo governo de Jair Bolsonaro. O molnupiravir foi desenvolvido para combater a covid-19. Segundo a Fiocruz, foram 14 meses de negociação mantida em sigilo entre os técnicos da autarquia e a MSD.

O presidente de Farmanguinhos, o Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fiocruz, Jorge Mendonça, diz que o país receberá medicamentos prontos para distribuição, como aconteceu com a vacina da AstraZeneca. A Fiocruz vai apenas adaptar a bula e acrescentar informações ao paciente por orientação da Anvisa. Depois, as etapas de produção serão gradativamente dominadas. "Quando o registro definitivo chegar, a parte analítica do trabalho estará avançada e vamos mirar a tecnologia, avançando na engenharia reversa até dominar todo o processo de produção", diz.

"O objetivo principal é oferecer tão logo o medicamento ao SUS para viabilizar a preparação de uma estratégia de distribuição eficaz antes de eventual nova onda de casos. A pandemia arrefeceu, mas ainda não acabou", afirma Krieger. A velocidade do processo vai depender de trâmites internos do Ministério da Saúde. Os técnicos da pasta definirão a quantidade de medicamentos a ser importada e qual o público-alvo deve recebê-lo.

O presidente da MSD no Brasil, Hugo Nisenbom, diz que, como aconteceu em outros países, há uma tendência de o governo privilegiar infectados idosos ou com comorbidades, grupo da ordem de "alguns milhões" de pessoas. Estariam incluídos pacientes para os quais vacinas são contraindicadas. Segundo a MSD, uma das vantagens do remédio é atender, sem riscos, pacientes multimedicados, aqueles que realizam tratamentos paralelos. Na aprovação de ontem, a Anvisa condicionou o produto a maiores de idade e negou o uso por mulheres grávidas ou que amamentam. Testes em animais, disse a agência, mostraram que altas doses de molnupiravir podem afetar o crescimento e desenvolvimento do feto.

Apesar do público inicialmente mais restrito, Nisenbom informou que há estudos em curso para aferir a eficiência do remédio se tomado preventivamente por pessoas que tiveram contato com infectados. Os resultados ainda devem ser publicados. A Anvisa contraindica o uso prévio à infecção. O tratamento, especifica a Anvisa, implica a ingestão de oito comprimidos diários por um período de cinco dias. A dosagem é de 800 mg, quatro cápsulas de 200 mg, a cada 12 horas.

Krieger, da Fiocruz: objetivo é oferecer remédio ao SUS e preparar distribuição antes de possível nova onda de casos

Mendonça, de Farmanguinhos, detalha como funciona o remédio, induzindo a chamada "catástrofe viral". O molnupiravir tenta imitar matérias-primas usadas pelo vírus em sua replicação. O uso dessas substâncias leva o vírus a sintetizar proteínas alteradas, "não viáveis", que sabotam o processo. A partir daí, os novos vírus gerados não conseguem mais se replicar, o que reduz a carga viral no organismo do paciente. Esse mecanismo, diz o especialista, pode ser adaptado para o enfrentamento de outras doenças prioritárias ao país.

Segundo Nisenbom, desde a primeira aprovação por uma agência sanitária, a do Reino Unido, em 14 de novembro de 2021, o molnupiravir protagonizou mais de 5 milhões de tratamentos. Ele informou que, em 2021, a MSD produziu 10 milhões de tratamentos completos — 400 milhões de comprimidos — em unidades da farmacêutica nos Estados Unidos, Europa, Índia e China. Em 2022, a previsão é produzir mais 20 milhões de tratamentos ou 800 milhões de comprimidos, parte dos quais será enviada ao Brasil

O laboratório evita mencionar os valores a serem pagos pela Fiocruz sob o argumento de que podem variar conforme o grau de emergência sanitária e a política de uso adotada pelo governo. Mas Krieger, da Fiocruz, garante que há bom custo-benefício para a União em todas as faixas previstas no acordo. Ele explica que, em países em desenvolvimento, cada tratamento custa aos cofres públicos cerca de US$ 700, e que, no Brasil, a princípio, esse preço deve ser rebaixado a um terço, portanto na casa dos US$ 230 por pessoa tratada.

"Além do ganho de saúde à população, há uma vantagem financeira na adoção da droga no SUS, porque os gastos com pacientes internados superam em muito o desse tratamento", diz Krieger. O acordo entre Fiocruz e MSD traz faixas de preços que variam em função do volume comprado. Essas faixas precisam ser validadas pelo Ministério da Saúde. Krieger afirma que há espaço para negociar descontos ainda maiores caso a pasta opte por uma estratégia massiva de oferta do tratamento.

Morte pela doença volta a cair no país

De São Paulo

Depois de alguns dias de piora nos números de mortes por covid-19, o Brasil registrou ontem 51 óbitos pela doença, segundo o levantamento do consórcio de veículos de imprensa divulgado à noite, com base em dados das secretarias estaduais de Saúde do país. Com isso, o total de óbitos pelo novo coronavírus subiu para 663.816.

A média móvel de mortes nos últimos sete dias é de 93 por dia — a menor marca desde o dia 26 de dezembro de 2021, quando estava em 92 —, um recuo de 7% em relação aos óbitos registrados em 14 dias. Os números indicam tendência de estabilidade. O Estado do Espírito Santo não divulgou seus dados da pandemia ontem.

De acordo com o balanço do consórcio fechado às 20h, o número de novos casos conhecidos de covid-19 de ontem para hoje foi de 20.556, elevando o total de infectados para 30.499.177.

A média móvel de casos do novo coronavírus nos últimos sete dias foi de 14.855 por dia, um aumento de 8% em relação aos casos registrados em 14 dias.

No início da semana, o infectologista Alexandre Naime Barbosa, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, afirmou ao **Valor** que a alta nos números que vinha aparecendo nos balanços acendia um alerta, mas que ainda era cedo para dizer se os dados apontavam para uma tendência de elevação ou se esses aumentos seriam apenas um repique momentâneo.

Os dados divulgados pelo consórcio de imprensa foram obtidos após uma parceria entre G1, "O Globo", "Extra", "O Estado de S. Paulo", "Folha de S.Paulo" e UOL, que passaram a trabalhar de forma colaborativa desde 8 de junho de 2020 para reunir as informações necessárias nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/22	mar/22	fev/22	jan/22	dez/21	nov/21	out/21	set/21	ago/21	jul/21
Indústria*										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,3	0,7	-2,0	2,7	0,1	-0,5	-0,5	-0,5	-1,4
Indústria de transformação	-	-0,6	0,6	-2,0	2,9	-0,2	-0,4	-0,6	-0,5	-1,7
Indústrias extrativas	-	0,9	5,8	-5,3	1,7	3,7	-8,8	-0,2	2,2	0,2
Bens de capital	-	8,0	2,5	-9,7	4,6	1,0	-2,4	0,4	-3,0	1,0
Bens intermediários	-	0,6	1,8	-1,5	1,2	0,2	-1,1	-0,3	-0,6	-0,6
Bens de consumo	-	-2,5	0,1	-1,6	4,1	0,6	-1,4	0,2	-0,4	-1,4
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,2	1,5	1,9	2,2	-2,1	-1,2	-4,5	-0,4
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	1,4	-0,2	1,2	1,3	-0,9	1,0	-0,2	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	-	2,3	2,3	0,3	1,2	0,6	-0,1	-3,0	3,6
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	-	1,1	2,1	-2,6	0,5	0,0	-1,0	-4,3	3,3
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) **	-	109,3	14,6	18,2	50,6	21,2	33,4	51,3	50,1	31,7
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) (1) **	-	45,0	-4,3	6,4	-13,3	-4,0	-3,1	-7,9	11,3	43,8
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	11,1	11,2	11,2	11,1	11,6	12,1	12,6	13,1	13,7
Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) (3)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego industrial (CNI - %)*	-	-	-0,1	0,3	0,2	0,3	0,0	0,0	0,6	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (3)*	-	-0,1	-1,4	-5,3	-1,2	-4,1	0,1	-3,1	0,9	1,6
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	21.651	29.059	23.490	19.734	24.357	20.473	22.602	24.375	27.222	25.516
Importações	14.187	21.711	18.909	19.865	20.421	21.612	20.539	19.976	19.557	18.129
Saldo	7.464	7.348	4.581	-131	3.936	-1.139	2.063	4.400	7.665	7.387

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
out/20	0,0000	0,5000	0,1159	0,1485	0,16	0,3839	0,1668	0,2466	1,13	23,54	1.045,00
nov/20	0,0000	0,5000	0,1159	0,1612	0,15	0,3715	0,1823	0,2466	0,88	23,54	1.045,00
dez/20	0,0000	0,5000	0,1159	0,1635	0,16	0,3839	0,2035	0,2466	0,48	23,54	1.045,00
jan/21	0,0000	0,5000	0,1159	0,1468	0,15	0,3707	0,2084	0,2466	1,04	23,54	1.100,00
fev/21	0,0000	0,5000	0,1159	0,1348	0,13	0,3347	0,2076	0,2466	1,33	23,54	1.100,00
mar/21	0,0000	0,5000	0,1159	0,1835	0,20	0,3707	0,2060	0,2466	1,55	23,54	1.100,00
abr/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2404	0,21	0,3763	0,2312	0,2466	1,41	23,54	1.100,00
mai/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2737	0,27	0,3888	0,2620	0,2466	2,23	23,54	1.100,00
jun/21	0,0000	0,5000	0,2019	0,2891	0,31	0,3763	0,2839	0,2466	3,00	23,54	1.100,00
jul/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,3798	0,36	0,4111	0,2952	0,2466	0,96	23,54	1.100,00
ago/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,4248	0,43	0,4111	0,2992	0,2466	0,53	23,54	1.100,00
set/21	0,0000	0,5000	0,3012	0,4221	0,44	0,3978	0,3234	0,2466	0,70	23,54	1.100,00
out/21	0,0000	0,5000	0,3575	0,5046	0,49	0,4473	0,3483	0,2466	0,00	23,54	1.100,00
nov/21	0,0000	0,5000	0,4412	0,5927	0,59	0,4329	0,3771	0,2466	0,24	23,54	1.100,00
dez/21	0,0488	0,5490	0,4902	0,7191	0,77	0,4473	0,4026	0,2955	0,22	23,54	1.100,00
jan/22	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609	0,73	0,5096	0,4146	0,3073	0,35	23,55	1.212,00
fev/22	0,0000	0,5000	0,5000	0,7272	0,76	0,4601	0,4249	0,2466	0,18	23,55	1.212,00
mar/22	0,0971	0,5976	0,5976	0,8678	0,93	0,5096	0,4265	0,3440	0,25	23,55	1.212,00
abr/22	0,0555	0,5558	0,5558	0,8159	0,83	0,5513	0,4416	0,3023	0,71	23,59	1.212,00
mai/22	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776	0,97	0,5697	0,4424	0,4133	-	23,59	1.212,00
2022	**0,38**	**2,91**	**2,91**	**4,22**	**4,29**	**2,63**	**2,17**	**1,62**	**1,49**	**0,21**	**10,18**
Em 12 meses *	**0,43**	**6,62**	**5,29**	**7,74**	**7,86**	**5,67**	**4,57**	**3,44**	**9,73**	**0,21**	**10,18**
2021	**0,05**	**6,22**	**2,99**	**4,40**	**4,42**	**4,87**	**3,50**	**3,05**	**14,00**	**0,00**	**5,26**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/21	3º Tri/21	2021	2020	2019	2018
PIB (R$ bilhões) *	2.258	2.215	8.679	7.468	7.389	7.004
PIB (US$ bilhões) **	404	424	1.608	1.448	1.873	1.916
Taxa de Variação Real (%)	0,5	-0,1	4,6	-3,9	1,2	1,8
Agropecuária	5,8	-7,4	-0,2	3,8	0,4	1,3
Indústria	-1,2	-0,1	4,5	-3,4	-0,7	0,7
Serviços	0,5	1,2	4,7	-4,3	1,5	2,1
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,4	-0,6	17,2	-0,5	4,0	5,2
Investimento (% do PIB)	19,0	19,4	19,2	16,6	15,5	15,1

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	abr/22	mar/22	2022	2021	12 meses	abr/22	mar/22	dez/21	abr/21
IBGE									
IPCA	-	1,62	3,20	10,06	11,30	-	6.315,93	6.120,04	5.692,31
INPC	-	1,71	3,42	10,16	11,73	-	6.546,80	6.330,59	5.881,71
IPCA-15	1,73	0,95	4,31	10,42	12,03	6.251,56	6.145,25	5.992,99	5.580,25
IPCA-E	-	0,95	2,54	10,42	10,79	-	6.145,25	5.992,99	5.580,25
FGV									
IGP-DI	-	2,37	6,00	17,74	15,57	-	1.153,78	1.088,49	1.020,50
Núcleo do IPC-DI	-	0,80	1,99	4,96	6,13	-	-	-	-
IPA-DI	-	2,80	7,49	20,64	17,62	-	1.412,49	1.314,07	1.235,76
IPA-Agro	-	2,28	9,52	18,80	21,01	-	2.133,22	1.947,79	1.812,56
IPA-Ind.	-	3,02	6,67	21,39	16,27	-	1.152,84	1.080,78	1.020,69
IPC-DI	-	1,35	2,13	9,34	9,68	-	693,86	679,39	634,06
INCC-DI	-	0,86	1,97	13,85	11,47	-	981,24	962,32	888,19
IGP-M	1,41	1,74	6,98	17,78	14,66	1.177,81	1.161,42	1.100,99	1.027,21
IPA-M	1,45	2,07	8,42	20,57	16,09	1.455,76	1.435,02	1.342,67	1.253,98
IPC-M	1,53	0,86	3,18	9,32	10,37	685,43	675,12	664,32	621,04
INCC-M	0,87	0,73	2,74	14,03	11,54	987,22	978,72	960,89	885,09
IGP-10	2,48	1,18	7,63	17,30	15,65	1.202,87	1.173,79	1.117,64	1.040,10
IPA-10	2,81	1,44	9,34	19,72	17,48	1.498,96	1.458,00	1.370,95	1.275,95
IPC-10	1,67	0,47	2,96	9,63	10,06	687,30	676,01	667,53	624,48
INCC-10	1,17	0,34	2,64	14,20	11,61	973,06	961,83	948,04	871,83
FIPE									
IPC	1,62	1,28	4,61	9,73	12,26	638,15	628,01	610,00	568,44
DIEESE									
ICV*	-	-	-	-	3,07	-	-	-	-

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 2,54%, IGP-M 2ª prévia de abr/22 = 1,85% e IPC-FIPE = 3ª quadrissemana abr/22 = 1,72%
Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data *Índice em 2020 até fevereiro

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/22		jan/22		fev/21	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**5.047,6**	**57,06**	**4.964,7**	**56,64**	**4.619,6**	**60,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	5,6	0,06	10,1	0,11	25,5	0,34
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-842,1	-9,52	-906,8	-10,35	-990,8	-13,07
Dívida fiscal líquida	**5.884,0**	**66,52**	**5.861,4**	**66,87**	**5.584,9**	**73,67**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	5.859,8	66,25	5.818,9	66,39	5.694,7	75,12
Dívida externa líquida	-812,2	-9,18	-854,2	-9,75	-1.075,1	-14,18
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	4.168,0	47,12	4.029,7	45,97	3.628,7	47,87
Governos Estaduais	770,1	8,71	788,7	9,00	840,5	11,09
Governos Municipais	63,1	0,71	68,2	0,78	85,1	1,12
Empresas Estatais	46,4	0,52	51,3	0,58	65,2	0,86
Necessidades de financiamento do setor público	**fev/22**		**jan/22**		**fev/21**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**299,1**	**3,38**	**317,5**	**3,62**	**1.008,2**	**13,30**
Governo Federal**	423,6	4,79	408,1	4,66	1.030,9	13,60
Banco Central	-49,7	-0,56	-25,0	-0,29	-14,5	-0,19
Governo regional	-70,5	-0,80	-63,7	-0,73	-11,3	-0,15
Total primário	**-123,4**	**-1,40**	**-108,2**	**-1,23**	**691,7**	**9,12**
Governo Federal	-247,8	-2,80	-243,7	-2,78	480,2	6,33
Banco Central	0,5	0,01	0,5	0,01	0,5	0,01
Governo regional	-112,5	-1,27	-102,9	-1,17	-48,7	-0,64

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.212,00	7,50
De 1.212,01 a 2.427,35	9,00
De 2.427,36 até 3.641,03	12,00
De 3.641,04 até 7.087,22	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/22. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Secretaria da Receita Federal
Elaboração: Valor Data
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2022	2021	%	2022	2021	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**177,2**	**141,0**	**25,66**	**51,1**	**38,9**	**31,36**
Imposto de renda pessoa física	8,2	8,2	0,09	2,8	2,9	-3,45
Imposto de renda pessoa jurídica	92,4	71,0	30,07	22,8	16,5	38,18
Imposto de renda retido na fonte	76,7	61,8	24,05	25,5	19,5	30,77
Imposto sobre produtos industrializados	16,5	18,2	-9,50	4,1	6,4	-35,94
Imposto sobre operações financeiras	14,3	8,9	61,12	5,2	3,4	52,94
Imposto de importação	10,2	15,9	-36,14	0,2	6,1	-96,72
Cide-combustíveis	0,6	0,3	136,57	0,2	0,2	0,00
Contribuição para Finsocial (Cofins)	79,3	67,6	17,26	25,8	23,1	11,69
CSLL	51,9	35,2	47,50	11,3	8,1	39,51
PIS/Pasep	22,3	19,4	14,84	7,3	6,4	14,06
Outras receitas	175,8	139,3	26,22	58,9	45,3	30,02
Total	**548,1**	**445,8**	**22,95**	**164,1**	**137,9**	**19,00**

	jan/22		dez/21		jan/21	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**61,1**	**6,87**	**57,2**	**-4,37**	**52,7**	**1,08**
	fev/22		**jan/22**		**fev/21**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**39,7**	**0,15**	**39,7**	**-37,59**	**35,0**	**7,02**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2022

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2022	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/2022		1,00%	
3ª	29/07/2022		-	+
4ª	31/08/2022		-	Campo 8
5ª	30/09/2022		-	
6ª	31/10/2022		-	+
7ª	30/11/2022		-	Campo 9
8ª	30/12/2022		-	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2022	2021	%	2022	2021	%
Receita total	**579,6**	**510,1**	**13,64**	**169,3**	**157,9**	**7,20**
Receita Adm. Pela RFB**	376,3	340,4	10,54	108,8	101,6	7,00
Arrecadação Líquida para o RGPS	122,5	114,7	6,85	41,4	38,4	7,83
Receitas Não Adm. Pela RFB	80,9	55,1	46,87	19,1	17,9	6,77
Transferências a Estados e Municípios	**112,1**	**95,1**	**17,88**	**28,9**	**26,3**	**9,53**
Receita líquida total	**467,5**	**415,0**	**12,67**	**140,4**	**131,6**	**6,74**
Despesa Total	**416,2**	**387,4**	**7,44**	**146,7**	**129,3**	**13,48**
Benefícios Previdenciários	178,7	178,8	-0,03	61,6	60,7	1,41
Pessoal e Encargos Sociais	79,2	86,2	-8,09	25,2	27,4	-8,10
Outras Despesas Obrigatórias	84,9	68,1	24,54	32,0	20,6	55,14
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	73,4	54,3	35,28	28,0	20,6	36,06
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**51,3**	**27,6**	**86,00**	**-6,3**	**2,3**	**-377,81**

Discriminação	jan/22		dez/21		jan/21	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	1,5	-	-0,4	4,39	1,4	-
Discrepância estatística	-0,6	-	0,5	-	-1,8	640,27
Result. Primário do Gov. Central (2)	**79,5**	**452,89**	**14,4**	**290,49**	**48,9**	**-**
Juros Nominais	**-12,6**	**-75,44**	**-51,2**	**36,27**	**-42,3**	**88,70**
Result. Nominal do Gov. Central	**66,9**	**-**	**-36,8**	**8,64**	**6,6**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Brasil

Comércio exterior Categoria representa 16% das compras no 1º tri, ante 10% em igual período de 2021

Combustível mais caro acelera gasto com importação

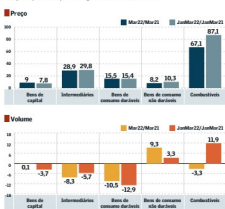
Marta Watanabe
De São Paulo

Os combustíveis puxaram a alta de preços nas importações no primeiro trimestre de 2022, com avanço também na quantidade desembarcada, num movimento que reflete o aumento de cotações de petróleo intensificado pela guerra Rússia-Ucrânia e também a maior demanda pelo item, com a abertura da economia e avanço da mobilidade.

O desembarque de combustíveis avançou 11,9% em volume de janeiro a março de 2022 em relação a iguais meses do ano passado, em sentido contrário à quantidade do total das importações, que caiu 2,3%. Os preços médios dos combustíveis importados aumentaram 87,1%, em taxa bem maior que a do total importado, que avançou 30,2%. Os dados são da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), calculados com base nos números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/ME).

A importação de combustíveis e lubrificantes somou US$ 9,6 bilhões de janeiro a março deste ano, mais que o dobro dos US$ 4,6 bilhões comprados do exterior em iguais meses do ano passado, segundo a Secex. Com esse avanço, a fatia dessa categoria de uso avançou para 15,8% das importações de 2022, ante 9,7% no ano passado, sempre considerando os primeiros três meses do ano.

Pelos dados da Funcex, a única categoria de uso que também teve aumento de volumes desembarcados de janeiro a março foi a de bens de consumo não duráveis, com alta de 3,3%, em taxa bem menor que a de combustíveis. Bens de capital, intermediários e bens de consumo duráveis tiveram queda de volume no período. Em preços, a alta se deu em todas as categorias de uso, mas sempre em taxa menor que a dos combustíveis. Bens intermediários, categoria na qual estão mais de 60% das importações, caiu 5,7% em volume e subiu 29,8% em preços, sempre considerando o primeiro trimestre deste ano contra igual período do ano passado.

Daiane Santos, economista da Funcex, diz que o aumento de volume desembarcado de combustíveis reflete a maior demanda com o relaxamento do isolamento social, o retorno de várias atividades e o avanço da mobilidade, num movimento que deve continuar nos próximos meses.

Há uma base de comparação baixa, diz Welber Barral, sócio da BMJ Consultores. O primeiro trimestre de 2021, lembra, foi o período mais agudo da pandemia, o que impactou a mobilidade. A base de comparação vai se recuperar a partir de julho, diz. Pesa também, aponta, uma questão estrutural. Ele ressalta que, apesar de ter aumentado a exportação de petróleo bruto nos últimos anos, o Brasil ainda é dependente da importação de derivados.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), lembra também que em janeiro e fevereiro parte do aumento de importações de combustíveis pode ser ainda explicada pela demanda das termelétricas em contratos de compras acertados anteriormente, algo que deve se amenizar, já que houve melhora da situação hídrica, com adoção mais recente da bandeira verde na tarifa de energia elétrica.

Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que acompanha a importação de petróleo e derivados em critérios diferentes dos da Secex, a quantidade de importação de derivados de petróleo caiu 10,4% de janeiro a março deste ano contra igual período de 2021, com alta de 51,5% no valor dispendido.

A alta de valores e preços médios de combustíveis, diz Barral, é reflexo direto da cotação do petróleo. Ele lembra a commodity, considerando os preços médios do barril do brent, saiu de perto de US$ 65 em abril de 2021 para cerca de US$ 115 em março deste ano, com ajuste para baixo já em abril. O comportamento das cotações, diz, depende de como vão evoluir as sanções ao petróleo russo e de como essa oferta será coberta.

Daiane lembra que os combustíveis tendem a manter a pressão na inflação doméstica, neutralizando ao menos em parte os efeitos da redução de tarifas de energia elétrica. A projeção da Funcex de inflação para 2022 é de 7,5%, com viés de alta de 0,5 ponto percentual.

Combustíveis puxam importações
Preço e quantum por categoria econômica - em %

Fonte: Secex/ME. Elaboração: Funcex

Setor de serviços inicia trimestre em alta

De São Paulo

O segundo trimestre começou em alta para o setor de serviços, com maior crescimento da atividade de negócios em 15 anos. A alta das vendas, impulsionada pela demanda interna com a redução das restrições devido à covid-19, levou empresas a criar empregos ao ritmo mais rápido desde 2007.

Assim, o índice de atividade de negócios (PMI) do setor de serviços da S&P Global cresceu para 60,6 em abril, ante 58,1 de março. Trata-se da segunda maior alta desde o início da série, em março de 2007.

A recuperação acentuada da atividade do setor de serviços ajudou a impulsionar o crescimento do PMI composto (índice de produção do setor privado) para seu maior índice desde outubro de 2007.

O índice consolidado PMI de Dados de Produção do Brasil da S&P Global subiu de 56,6 em março para 58,5 em abril. O número de vendas agregadas cresceu ao ritmo mais acentuado em 14 anos e meio.

"O índice de crescimento do setor de serviços apresentou uma velocidade mais acelerada no início do segundo trimestre, à medida que o aumento da atividade de negócios atingiu a segunda taxa mais acelerada já registrada no histórico da pesquisa, em meio a uma recuperação substancial no fluxo de novos negócios. O aumento da demanda representou a melhor fase da criação de empregos entre os prestadores de serviços desde meados de 2007", disse Pollyanna De Lima, diretora associada de economia da S&P Global.

Ela alerta, contudo, que a pesquisa mostrou pressões inflacionárias crescentes, com os prestadores de serviços elevando os preços de venda a um ritmo sem precedentes em resposta ao aumento das despesas operacionais.

Os dados indicaram um crescimento das pressões inflacionárias, com um aumento quase recorde nos preços de insumos, resultando em forte alta nos preços de venda. Segundo a S&P Global, a inflação dos custos de produção atingiu valor recorde na pesquisa.

Participantes da pesquisa indicaram que os encargos de custos adicionais continuaram a ser repassados aos consumidores. Relataram ainda aumento nos preços de combustível, materiais, transporte e serviços públicos, assim como aumento das despesas em decorrência da valorização do dólar.

Dados reforçam PIB de 1,5%, diz Calhman

Estevão Taiar
De Brasília

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Pedro Calhman, afirmou ontem que indicadores divulgados recentemente reforçam a projeção de crescimento da economia feita pela pasta para este ano. A Secretaria de Política Econômica (SPE) projeta em 1,5% a alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022.

As projeções de mercado, reunidas no Boletim Focus do Banco Central desta semana, apontam para um crescimento da economia muito mais modesto, de 0,70%.

"Estamos bastante confiantes", disse Calhman a jornalistas após almoço promovido pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo. De acordo com ele, a projeção de 1,5% não tem viés de baixa.

Ele reiterou que a estimativa se baseia, por exemplo, na retomada do setor de serviços e do mercado de trabalho. Como exemplo de indicadores que reforçam a projeção, citou o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) acumulado em 12 meses e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Nesta semana, o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, afirmou que considera a possibilidade de que o PIB cresça 2% neste ano, mas ponderou que ainda é preciso aguardar para uma avaliação mais clara. A projeção atual do banco é de alta de 1%.

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil

MINISTRO PROPÕE UNIR O BRASIL EM UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO TURISMO

O ministro do Turismo, Carlos Brito e o presidente da Embratur, Silvio Nascimento, visitaram a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília, na terça-feira, dia 3. Brito propôs parceria para criar uma rede integrada de turismo, envolvendo a União, Estados, municípios, entidades e órgãos representativos do turismo em torno de uma estratégia única de defesa do setor e promoção do Brasil.

A CNC, por meio do seu Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), congrega 28 associações empresariais, de âmbito nacional, do grupo de turismo e hospitalidade. "A expectativa é que juntos possamos fortalecer o setor, que foi bastante prejudicado pela pandemia. O nosso país é a bola da vez. A parceria entre CNC, Embratur, Ministério do Turismo e todo o governo federal só tem a dar certo para fortalecer o turismo do Brasil", disse o ministro.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, ressaltou que a CNC, por meio do Cetur, Sesc e Senac, as federações e os sindicatos estão à disposição neste alinhamento de forças pelo turismo no Brasil. E destacou ainda a importância do setor para a economia do Brasil. "O turismo é uma fonte inesgotável de recursos que mantém as riquezas naturais intactas. É um setor que preserva e gera milhões de empregos. As nossas esperanças sobre o futuro da economia também estão no turismo", afirmou Tadros.

Divulgação/CNC

José Roberto Tadros, presidente da CNC, com o ministro do Turismo, Carlos Brito, em Brasília: parceria pelo setor

PROJETO SESC PARTITURAS COMPLETA 10 ANOS DIFUNDINDO A PRODUÇÃO MUSICAL BRASILEIRA

Aproximadamente três mil partituras, de 319 compositores brasileiros, estão disponibilizadas gratuitamente ao público pelo Sesc Partituras. Lançado em 2012, o projeto foi criado com base na demanda em difundir a produção musical, suprindo uma lacuna no acesso e na distribuição de partituras dos compositores e compositoras da música escrita, fato que se reflete na pouca presença de música brasileira de câmara nos programas de concerto.

A biblioteca virtual de música é composta por obras de várias gerações, desde o período colonial até trabalhos de compositores contemporâneos, alguns ainda pouco conhecidos, retratando a diversidade da música no país. Hermeto Pascoal, Villa-Lobos, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth, Victor Assis Brasil, Sebastião Tapajós e Chico César são alguns nomes que compõem o acervo, em constante renovação.

O site é organizado por tipo de formação musical – como solo, quarteto e orquestra – e por níveis de habilidade, com partituras para instrumentos, desde os mais comuns, como violão, piano, aos menos conhecidos, caso do caxixi – um chocalho de origem africana usado nas rodas de capoeira.

Para comemorar a década de atuação do Sesc Partituras, a partir do segundo semestre serão realizados diversos concertos, produzidos com base em obras disponíveis no site.

SENAC DEBATE O NOVO VAREJO NO CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O Senac-RJ promove hoje, 5 de maio, o seminário Novo Varejo para debater temas como mudança do consumo pós-pandemia, futuro do setor e cenário metaverso, integração figital (físico e digital) e relacionamentos que constroem marcas. O encontro, voltado para executivos e empresários de negócios de pequeno e médio portes do Rio de Janeiro, será realizado em formato híbrido e vai reunir especialistas do varejo e do mercado digital.

Aponte o celular para se inscrever.

Participam do evento o fundador da Azov Consultoria de Varejo e embaixador de Varejo do Senac-RJ, Luiz Antonio Secco; o diretor-geral da Blueman, Michel Tauil; a consultora de Marketing Digital, Elis Monteiro; a sócia-diretora da Mais Que Isso, Patrícia Rodrigues, especializada em projetos de marketing, com foco em experiência e relacionamento; e o CEO da AMT Solution Desk, Márcio Lacs. Ao final, haverá uma troca de ideias entre palestrantes e público presente.

A atividade é mais uma iniciativa do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-RJ para impulsionar o comércio de bens e serviços no Rio de Janeiro. O evento presencial será no auditório da Federação (Rua Marquês de Abrantes, 99, Flamengo), com transmissão simultânea no YouTube do Senac-RJ.

Erbs Jr.

Seminário, transmitido pela internet, é voltado para executivos e empresários de negócios de pequeno e médio portes

TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Acesse o site afavordobrasil.cnc.org.br e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o país a superar a crise.

www.cnc.org.br

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnconline

Infraestrutura Nova presidente da agência quer valor da água mais bem refletido nos custos da geração de energia

Reservatórios estão cheios e têm que ser preservados, diz ANA

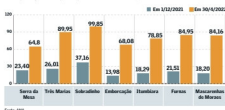
Daniel Rittner e Rafael Bitencourt
De Brasília

A nova diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Verônica Sánchez, defende uma gestão mais conservadora dos reservatórios e a abertura de discussões com o setor elétrico para precificar mais adequadamente o uso da água na geração de energia.

Em entrevista ao **Valor**, ela apresentou os resultados do plano de contingência adotado pela ANA entre 1º de dezembro de 2021 e 30 de abril de 2022, aproveitando o período de chuvas para recuperar os reservatórios das principais hidrelétricas do país.

Durante esse período, houve uma série de restrições operativas para a vazão máxima de saída das represas. Isso significa que, em caráter excepcional, foram definidos limites mais rígidos de "liberação" de água pelas usinas.

Nos sete reservatórios de regularização incluídos no plano da agência, o volume útil subiu para 65% ou mais. Sobradinho, localizado no rio São Francisco e considerado a grande caixa d'água da região Nordeste, atingiu sua capacidade máxima e começou a verter. Furnas terminou com 85%.

"Na maior parte dos reservatórios, temos o maior armazenamento dos últimos dez anos para o fim de abril. Isso traz conforto para o período seco deste e dos próximos anos", afirma Verônica.

Ela fez questão de ponderar que, exceto na bacia do São Francisco, a afluência esteve na média ou até um pouco abaixo da média histórica (considerando as últimas nove décadas) durante os cinco meses da temporada de chuvas. "O que realmente fez diferença foram as regras operativas."

Diante do novo quadro, Verônica enxerga "o momento mais adequado" para a abertura de uma discussão sobre o valor da água. Nessa reavaliação geral, entende que é preciso levar em conta o impacto de reservatórios vazios para outras atividades econômicas, como o funcionamento de hidrovias para o transporte de cargas, pesca, turismo e atividades de lazer em torno dos lagos.

"Nos modelos que rodam para valorar a geração de energia, para saber qual é a fonte mais barata na busca por modicidade tarifária, [a hidrelétrica] é a primeira que gera porque o valor da água é quase zero. Mas, quando você acrescenta os custos de não ter água para outros setores, esse valor não é mais zero", argumenta.

Recém-empossada na ANA, ela pretende levar esses pontos para o Ministério de Minas e Energia (MME), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "Vamos verificar se é mais barato e saber qual é o impacto, quanto custa para outras atividades. É algo que gostaríamos de trazer para o modelo operativo do setor elétrico. Assim, teríamos um equilíbrio maior e evitaríamos, no futuro, a necessidade de novos planos de contingência para encher os reservatórios."

Verônica defende que chegou o momento de fazer os ajustes necessários. "É um momento de conforto. Com reservatórios cheios, agora, dá para a gente conversar sem sobressaltos."

A nova presidente da ANA avalia que uma maior valorização da água não precisa ser definida necessariamente com a imposição de um custo adicional, bastaria fazer com que as usinas preservem mais água nos reservatórios.

"É até um papel da agência, como um moderador de conflitos sobre uso da água, dizer: 'olha, vamos operar os reservatórios de maneira mais equilibrada porque vai ser bom para todo mundo'. Isso garante os múltiplos usos e também que o setor tenha a sua disposição uma 'bateria' para operar o sistema com mais tranquilidade", afirmou.

A ideia de usar os reservatórios das hidrelétricas como "baterias" a serviço do sistema é defendida por especialistas, diante da possibilidade de obter maior segurança na operação do sistema. Tanto as hidrelétricas quanto as térmicas — estas com custo mais elevado — conseguem estabilizar o fluxo de energia compensando o comportamento da geração eólica e fotovoltaica (solar), consideradas fontes intermitentes.

"Podemos acionar primeiro as outras fontes que têm um custo interessante. A água a gente usa quando realmente achar que precisa", afirmou Verônica.

Mais cheios
Recuperação dos principais reservatórios (em % do volume útil)

Reservatório	Em 1/12/2021	Em 30/4/2022
Serra da Mesa	23,40	64,8
Três Marias	26,01	89,95
Sobradinho	37,16	99,85
Emborcação	13,98	68,08
Itumbiara	18,29	78,85
Furnas	21,51	84,95
Mascarenhas de Moraes	18,20	84,16

Fonte: ANA

Verônica Sánchez: "Na maior parte dos reservatórios, temos o maior armazenamento em dez anos para o fim de abril"

União corta repasses em saneamento e tenta incentivar licitação de serviço

De Brasília

Servidora pública desde 2009, com passagens pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, Verônica Sánchez foi uma das principais formuladoras da proposta original de novo marco regulatório do saneamento básico quando esteve na assessoria especial da Casa Civil (gestão Michel Temer).

Ela foi nomeada oficialmente para o comando da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) há três semanas, com mandato até janeiro de 2026, mas a cerimônia de posse ocorreu apenas ontem. Outros três diretores foram empossados.

Após a primeira leva de leilões no saneamento, com R$ 47 bilhões em aportes contratados e cerca de R$ 30 bilhões em outorga arrecadada, Verônica acredita que vem aí uma segunda rodada de grandes investimentos privados. Isso porque acaba de ser concluída a peneira nas companhias de água e esgoto que têm ou não condições financeiras de cumprir com a exigência legal de universalização dos serviços até 2033.

Até o fim do ano passado, todas as estatais com contratos em andamento tinham que enviar documentos para comprovação de capacidade econômica-financeira necessária para fazer frente a esses investimentos. Sete companhias estaduais — no Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins e Roraima — já haviam ignorado esse prazo e deixado de mandar a documentação. Com isso, seus contratos tornaram-se irregulares.

A esse grupo se somou mais uma lista de empresas que não passaram pelo crivo dos órgãos reguladores subnacionais: Água de Serra do Ramalho (BA), a Caerd em Ji-Paraná (RO) e a Copanor (que atua em todo o norte e nordeste de Minas Gerais). Outras operadoras públicas, como a Embasa em Salvador e a Cagepa em João Pessoa, já vinham prestando serviços sem contrato nessas localidades e estão em situação totalmente irregular.

Para a nova presidente da ANA, um dos grandes desafios de agora em diante será fazer com que os municípios — titulares dos serviços de saneamento — promovam a licitação das operações. Para incentivar que isso ocorra, já entrou em vigência uma regra importante do novo marco legal. Quem estiver em desatendimento à lei já não tem mais acesso a recursos da União (Ministério do Desenvolvimento Regional, Funasa, FGTS) ou a financiamento federal (via BNDES, Caixa, bancos regionais).

Os municípios têm autonomia para licitar individualmente as concessões de saneamento, mas essa escolha deixaria as prefeituras ainda sem acesso aos recursos federais. Para que repasses e financiamento sejam normalizados, elas precisam aderir aos blocos regionalizados. Cabe aos Estados desenhar áreas de concessão. A União pode sugerir blocos, mas Estados e municípios não têm que aceitá-los.

A agência, observa Verônica, também está abrindo conversas com o Ministério Público Federal a fim de abastecer o órgão de controle com informações sobre localidades que estão descumprindo a lei. É uma forma, diz, de pressionar os gestores a adequar os serviços de água e esgoto ao novo marco.

Ela pediu ainda, ao Ministério da Economia, a abertura de concurso para 101 vagas na ANA a fim de reforçar o time responsável por saneamento. A agência atua, porém, apenas com normas de referência no setor. A regulação cabe a 89 reguladores estaduais, municipais ou intermunicipais. *(DR e RB)*

Poderes Fachin alerta que respeito entre instituições depende de não transigir com "ameaças à democracia"

Fux reafirma necessidade de "Judiciário forte"

Isadora Peron e Vandson Lima
De Brasília

Diante da escalada da crise institucional, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, usou a abertura da sessão plenária ontem para relatar aos colegas os encontros da véspera com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira. Ele recebeu solidariedade do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, que fez uma advertência aos críticos do Judiciário.

"O respeito entre as instituições e a harmonia entre os Poderes dependem hoje não só da abertura para o diálogo, mas também de uma posição firme: não transigir com as ameaças à democracia; não aquiescer com informações falsas e levianas; não permitir que se corroa a autoridade do Poder Judiciário", disse o presidente do TSE.

Fux reiterou os termos da nota oficial do STF divulgada na véspera em que se afirmava que, segundo o ministro da Defesa, as Forças Armadas estão comprometidas com o processo eleitoral e com a democracia. Segundo Fux, ele e Pacheco se mostraram "alinhados no objetivo de defender as instituições e a nossa Constituição".

"Abordamos a necessidade de termos um Judiciário forte, independente e responsável para manutenção da paz social e dos direitos fundamentais dos brasileiros. Em suma: a reunião foi deveras proveitosa", afirmou.

Sobre o encontro com Nogueira, Fux afirmou que ele "manifestou que as Forças Armadas estão comprometidas com o processo eleitoral e com a democracia".

Após a fala de Fux, coube a Fachin, que comanda o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fazer um desagravo ao colega, criticado internamente por não fazer uma defesa mais enfática da Corte. Fachin cumprimentou o presidente do Supremo pela "sua liderança firme" e por fazer uma "gestão de diálogo e de concórdia, sem os quais não há cooperação para a defesa das instituições democráticas".

Após as palavras de Fachin, o presidente do STF agradeceu a "coesão" dos ministro. "Eu agradeço a coesão nesse segmento, no trabalho que temos feito para nos mantermos unidos em prol do respeito às instituições e da democracia", disse.

A percepção de interlocutores de Fux, inclusive de ministros do Supremo que falaram sob reserva, é que, diferentemente de outros momentos de crise, desta vez a ofensiva do presidente Jair Bolsonaro contra o Poder Judiciário e o sistema eleitoral não serviu para unir o Supremo.

Sob reserva, ministros apontam o isolamento de Fux. Um dos momentos que costumam ser citados para ilustrar a situação é o fato de o presidente do Supremo ter chamado, na semana passada, os outros dez ministros para um almoço para comemorar o seu aniversário.

A expectativa é que eles tratassem da nova crise desencadeada tanto pelo indulto concedido por Bolsonaro ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) quanto da declaração do ministro Luís Roberto Barroso sobre o fato de as Forças Armadas estarem sendo usadas politicamente, mas estes assuntos não foram abordados.

Também na semana passada, enquanto outros ministros como Gilmar Mendes e Dias Toffoli começaram a se reunir com parlamentares para conversar sobre uma reação institucional conjunta, Fux recusou um convite para jantar com Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Procurado, Fux não quis se manifestar.

Ontem, por sua vez, Pacheco continuou com as articulações para tentar esfriar os ânimos e moderar a crise, especialmente em relação aos militares.

Após um encontro com o presidente do Superior Tribunal Militar, general Luis Carlos Gomes Mattos, ele afirmou que espera que as Forças Armadas defendam a Justiça Eleitoral e a votação por meio de urnas eletrônicas como forma de mostrar seu compromisso com a Constituição e as instituições. "A minha percepção é que as Forças Armadas são instituições absolutamente responsáveis, cientes do seu papel para o Brasil, de defesa das instituições, da democracia. E esse papel fundamental das Forças Armadas, que é previsto constitucionalmente, envolve a defesa das instituições, inclusive da Justiça Eleitoral", disse. Existe a expectativa de que o ministro da Defesa tenha reuniões nos próximos dias com Fachin e Pacheco.

NELSON JR/SCO/STF

Luiz Fux: presidente do STF relatou a colegas encontros de véspera com ministro da Defesa e presidente do Senado

Silveira volta a desobedecer decisões do STF

Luísa Martins, Fabio Murakawa e Isadora Peron
De Brasília

O deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) se negou a receber o mandado de intimação do Supremo Tribunal Federal (STF) e comunicou que vai continuar sem a tornozeleira, em descumprimento à decisão do ministro Alexandre de Moraes. Uma certidão assinada pela oficial de Justiça do STF Doralúcia das Neves Santos, juntada ao processo, registrou a tentativa frustrada de notificar o parlamentar sobre a obrigatoriedade de respeitar as medidas cautelares, como o uso do monitoramento eletrônico.

"Ao encontrá-lo e me identificar como oficial de Justiça do STF, ele se recusou a receber o mandado e ainda afirmou que 'não vai mais usar tornozeleira, pois está cumprindo o decreto do presidente da República'", relata Doralúcia a Moraes.

Antentem, o ministro aplicou multa de R$ 405 mil ao deputado devido a 27 violações às medidas cautelares impostas a ele pela Corte. Além de ter deixado a tornozeleira descarregar, ele concedeu entrevistas e participou de eventos públicos - o que também era proibido.

Na decisão, Moraes explicou que as medidas cautelares foram determinadas porque Silveira já havia desrespeitado outras decisões judiciais do STF, não havendo relação com o fato de ter sido condenado por ataques a ministros do tribunal. Portanto, o indulto não interfere nesse ponto.

Silveira terá 25% de seu salário bloqueado mensalmente para garantir o pagamento da multa, que será descontada diretamente da sua remuneração. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), já foi notificado a adotar as providências cabíveis.

Mesmo com a recusa do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) em receber o mandado de intimação do Supremo Tribunal Federal (STF), o Banco Central (BC) já notificou as instituições financeiras para bloquear as contas do parlamentar, conforme decisão do ministro Alexandre de Moraes.

O diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, Maurício Costa de Moura, enviou um ofício a Moraes afirmando que as providências para o bloqueio imediato de todas as contas bancárias do réu medidas foram tomadas por volta das 11h30 desta quarta-feira

Internamente, há no STF uma avaliação geral de que Silveira vai seguir ignorando as medidas cautelares a que está submetido.

Ontem, por exemplo, Silveira precisaria ir pessoalmente à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF) para a instalação de uma nova tornozeleira. Ele não só não compareceu, como enviou, por meio de seu advogado, o equipamento antigo para devolução.

O ministro ainda avalia o melhor modo de responder às novas desobediências. Por enquanto, emitir um segundo mandado de intimação está descartado. Segundo fontes próximas a Moraes, possivelmente a estratégia seja estrangular as finanças do deputado, fixando mais multas a cada novo registro de descumprimento e aumentando o percentual de bloqueio de seu salário na Câmara dos Deputados.

O ministro disse a interlocutores que a sua decisão segue em vigor com ou sem o cumprimento efetivo da intimação, inclusive no que diz respeito ao prazo para recurso, que já começou a correr para a defesa do réu. O advogado de Silveira não se manifestou.

Na decisão, Moraes explicou que o indulto concedido ao parlamentar pelo presidente Jair Bolsonaro não interfere nas medidas cautelares, pois essas não estão vinculadas à condenação de Silveira pelo STF, mas a outras ocasiões em que o deputado desrespeitou decisões judiciais. Ele afirmou que o parlamentar, condenado a oito anos e nove meses de prisão por ataques a ministros da Corte, demonstrou "completo desprezo pelo Poder Judiciário".

Ontem, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Moraes deu outra decisão desfavorável ao bolsonarismo. O ministro mandou os organizadores da motociata realizada em 15 de abril, em São Paulo, comprovarem a quantia arrecadada e informarem se o evento tinha vínculo direto com o presidente. A suspeita do PDT, autor da ação, é a de que a cobrança de ingresso, mesmo em período de pré-campanha, pode vir a caracterizar o crime de caixa dois.

Congresso Estratégia é segurar sanção até encontrar fonte de custeio

Câmara cria piso salarial e pressiona hospitais

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem por 449 votos a 12 projeto de lei que cria um piso salarial nacional de R$ 4,7 mil para os enfermeiros. Apesar de já ter sido aprovado pelo Senado, o texto só será enviado à sanção após o Congresso encontrar fontes de financiamento e depois de aprovar uma proposta de emenda constitucional (PEC).

O acordo entre os partidos para segurar o envio à sanção ocorreu por causa da ameaça do governo de vetar a proposta, que levará hospitais privados e públicos do país a gastarem R$ 16 bilhões a mais com a remuneração dos enfermeiros, segundo cálculos da própria Câmara.

A Confederação Nacional Saúde (CNSaúde), que representa os hospitais, alertou os deputados que a aprovação elevará os gastos para 292 mil famílias que precisam de assistência domiciliar, podendo até inviabilizar esses serviços, ampliará as dificuldades de hospitais filantrópicos manterem as portas abertas e causará um aumento de 12% no preço dos planos de saúde.

Para o presidente da CNSaúde, Breno Monteiro, ao invés de valorizar os profissionais, o projeto será "devastador" para os serviços de saúde e levará ao fechamento de vários estabelecimentos. "Esse projeto não tem viabilidade de execução. Muito se falou de encontrar fontes para fazer frente aos impactos, mas até agora nada concreto", disse.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que o Executivo queria apoiar a demanda dos enfermeiros, mas que o projeto é inconstitucional se não tiver a indicação de fontes de financiamento. Por isso, o acordo é que não seja enviado à sanção presidencial até que os congressistas encontrem uma forma de custeá-lo. "O presidente não pode sancioná-lo por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal", justificou-se.

Os deputados debatem há cinco semanas formas de pagar a conta de R$ 16 bilhões do projeto, mas não bateram o martelo. Entre as ideias está aumentar os royalties da mineração, desonerar a folha de salários dos hospitais e legalizar os jogos de azar.

Além disso, será preciso aprovar uma PEC para dar mais segurança jurídica ao projeto. A proposta protocolada no Senado inclui na Constituição que uma lei ordinária estabelecerá o piso para os enfermeiros e que União, Estados e municípios terão até o final do ano para elaborar ou adequar os planos de carreiras ao piso aprovado — o que empurraria a conta para 2023, quando assumem outros governantes.

O texto cria um valor mínimo para o salário de todos os enfermeiros do país, de R$ 4.750. Os técnicos de enfermagem receberão no mínimo 70% desse valor e os auxiliares de enfermagem e parteiras, 50%. Os valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — que, em abril, registrou alta de 11,73%.

No plenário da Câmara, a sessão foi acompanhada por diversos enfermeiros que vaiavam os poucos discursos contrários e aplaudiam os favoráveis. "Durante toda essa pandemia todos falaram bem do SUS, só que o SUS é feito por pessoas. Não existe SUS sem profissionais de saúde. Neste momento o Congresso e a Câmara precisam de cuidar de quem cuida", disse a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

BILLY BOSS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Jandira Feghali: "Não existe SUS sem profissionais de saúde", defende

Apenas o partido Novo orientou posição contra o projeto, com o argumento de que a categoria merece valorização, mas que a conta ficará com a sociedade. "Também tenho amigos e amigas que trabalham na enfermagem e desta tribuna reconheço e valorizo o trabalho de vocês. Mas suponhamos que este plenário estivesse votando uma lei que definisse o salário de um padeiro. A partir do momento que essa lei for aprovada, o custo para se empreender numa padaria será maior e, portanto, o pão ficará mais caro e menos clientes irão àquela padaria. E essa padaria poderá, então, fechar. Fechando, o padeiro ficará desempregado. É o que vai acontecer com muitos de vocês, se essa lei for aprovada. Acreditem ou não", disse o deputado Lucas Gonzalez (Novo-MG).

Senado aprova PEC que prevê piso para agentes de saúde

Vandson Lima
De Brasília

O Senado aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê um piso salarial nacional de dois salários mínimos, equivalente a R$ 2.424, para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Apesar de não haver estimativas oficiais, técnicos do Congresso apontam que o reajuste deve representar um aumento das despesas da União de aproximadamente R$ 3,7 bilhões por ano. São quase R$ 900 a mais do que os atuais R$ 1.550 repassados pela União a Estados e municípios para pagar cada um desses agentes. O texto segue agora para promulgação. Ainda assim, nenhum governista pediu a palavra durante a votação para alertar sobre o impacto financeiro ou para criticar a proposta como um todo. Oficialmente, o Executivo está sem líder no Senado desde dezembro do ano passado, quando Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) abandonou o cargo.

A proposta prevê que a União seja responsável pelo pagamento da remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Desta forma, governos estaduais e os municipais ficarão responsáveis apenas pelo pagamento de gratificações, vantagens, incentivos e indenizações. Atualmente, a remuneração da categoria é custeada pelos três entes federativos: governo federal, Estados e municípios.

Com o avanço do projeto, os agentes de saúde passarão a ter adicional de insalubridade e aposentadoria especial, em função dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas durante o trabalho. A votação aconteceu após grande mobilização da categoria. Na terça-feira, por exemplo, centenas de agentes comunitários de saúde e de combate a endemias estiveram no Senado para pedir apoio à PEC.

O Senado também encaminhou a aprovação da Medida Provisória (MP) que estabelece em R$ 400 o valor mínimo do Auxílio Brasil. A proposta, que segue para sanção presidencial, também torna o benefício permanente. Relator, o senador Roberto Rocha (PTB-MA) apontou em seu parecer que o orçamento para pagamento do Auxílio será da ordem de R$ 90 bilhões ao ano.

Escolhido como relator do Orçamento para 2023, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) disse ser favorável à possibilidade de o governo federal propor que o Auxílio Brasil seja retirado do teto de gastos. A mudança, contudo, precisa ser proposta por meio de PEC, o que ainda não aconteceu.

Partidos Em um mês, ex-presidente fez pelo menos dez declarações que geraram desgaste e críticas

Em nova polêmica, Lula relativiza Putin e faz críticas a Zelensky

Cristiane Agostine
De São Paulo

Às vésperas do lançamento oficial de sua pré-candidatura à Presidência pelo PT, no sábado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito declarações polêmicas, que se transformaram em munição eleitoral contra ele e podem dificultar a atração de eleitores reticentes em relação ao petista, como conservadores e evangélicos. Em um mês, o ex-presidente fez ao menos dez comentários, em entrevistas e eventos, que repercutiram de forma negativa nas redes sociais. A estratégia de comunicação de Lula tem sido criticada por aliados como "errática", "descuidada" e "marcada pelo improviso", e é vista com preocupação por lideranças do próprio PT.

Com o receio de que polêmicas atrapalhem o lançamento da pré-candidatura no sábado, Lula deve ler um discurso pronto no sábado.

A divulgação de uma entrevista do ex-presidente à revista americana "Time" ontem, concedida no fim de março, com Lula na capa da publicação e descrito como o líder mais popular do Brasil, foi comemorada por simpatizantes do ex-presidente, mas em pouco tempo se transformou em um novo problema, usado contra Lula por seus adversários eleitorais. Na entrevista, Lula disse que o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, é "tão responsável" quanto o presidente russo Vladimir Putin pela guerra na região. Disse ainda que "Putin não devia ter invadido a Ucrânia, mas não é só o Putin que é culpado, são culpados os Estados Unidos e são culpadas a União Europeia". A declaração foi avaliada por aliados próximos do petista como um erro, em um momento em que a população ucraniana tem sido massacrada pela guerra.

Na mesma entrevista, Lula disse ainda que "não discute política econômica antes de ganhar as eleições". "Primeiro você precisa ganhar para depois saber com quem você vai compor e o que você vai fazer".

Um dia antes da divulgação da reportagem, Lula criou um mal-estar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao compará-lo ao "imperador do Japão", em declaração feita durante ato de apoio do Solidariedade à sua pré-candidatura, em São Paulo. Lira reagiu e indispôs o Congresso contra o petista. No mesmo evento, foi alertado pelo presidente do Solidariedade, deputado Paulo Pereira da Silva (SP), a evitar temas polêmicos, para atrair aliados além da esquerda.

Lula gerou outro mal-estar no sábado passado, ao falar, indiretamente, que policial não é gente. Em evento com mulheres na periferia de São Paulo, o petista criticou Bolsonaro e acabou colocando os agentes de segurança no meio dos ataques. "Ele

[Bolsonaro] não gosta de gente, ele gosta de policial". No dia seguinte, na comemoração do 1º de maio na capital paulista, Lula se desculpou.

Os problemas na comunicação do ex-presidente se estenderam ao longo de todo o mês de abril. Em entrevista a jornalistas e youtubers, criticou o "politicamente correto" e defendeu piada sobre nordestinos. No início do mês, criou arestas com o eleitorado evangélico e conservador, ao defender a legalização do aborto para todas as mulheres que desejarem ou precisarem fazê-lo. Apesar de defender o aborto como questão de saúde pública, a fala do petista foi pinçada e usada nas redes sociais, sobretudo por bolsonaristas, para afastá-lo de evangélicos.

"Mulheres pobres morrem tentando abortar, enquanto madames vão para Paris", disse. "Aqui no Brasil ela não faz porque é proibido, quando na verdade deveria ser transformado numa questão de saúde pública e todo mundo ter direito e não ter vergonha", disse, em debate promovido pela Fundação Perseu Abramo com a alemã Friedrich Ebert. No debate, afirmou ainda que a pauta da "família, dos valores é uma coisa muito atrasada".

No mesmo evento, criticou a classe média, por "ostentar padrão de vida acima do necessário", e disse que a elite brasileira é "escravista". Isso em um momento em que o próprio ex-presidente tem se reunido com agentes do mercado financeiro e empresários, e escalado interlocutores para manter pontes com o setor produtivo, em busca de apoio.

Ainda no início de abril, Lula havia gerado outros problemas com deputados, ao defender que a população proteste contra os parlamentares nas casas deles. Essa estratégia chegou a ser usada pelo antipetista Movimento Brasil Livre (MBL), que fez protesto em frente ao prédio da ex-presidente Dilma Rousseff, por exemplo. No evento em que fez a defesa desse tipo de protesto, Lula disse ainda que, se eleito, pretende demitir cerca de 8 mil militares que estão em cargos comissionados. A declaração tende a dificultar a aproximação do petista com militares, em um momento marcado pelo apoio das Forças Armadas a Bolsonaro.

Petistas próximos a Lula evitam expor publicamente as críticas ao ex-presidente, mas alertam sobre os recorrentes erros cometidos pelo petista e cobram uma correção de rumo da pré-campanha.

Para o cientista político Cláudio Couto, professor da FGV, "falta cálculo político sobre o que deve ser dito. Esse improviso não ajuda", diz Couto. "Tem um certo descuido na comunicação. Em uma eleição radicalizada como esta, qualquer declaração problemática leva a um desgaste", afirma. "Essas polêmicas ficam sendo reproduzidas nas redes sociais, viram 'trending topics' e alimentam uma bola de neve que é mais difícil de segurar", afirma.

Polêmicas

Dez frases de Lula que geraram críticas nas últimas semanas

Ucrânia x Rússia:

"Fico vendo o presidente da Ucrânia na televisão como se estivesse festejando, sendo aplaudido em pé por todos os parlamentos, sabe? Esse cara é tão responsável quanto o Putin. Ele é tão responsável quanto o Putin. Porque numa guerra não tem apenas um culpado"
(entrevista à revista "Time", publicada em 04/05)

Lira x Imperador do Japão

"Se a gente não eleger uma maioria de deputados que estão comprometidos com os discursos que temos aqui, e a gente ganhar as eleições, e o atual presidente da Câmara [Arthur Lira] continuar com o poder imperial. Porque ele já está querendo criar o semipresidencialismo. Ele já quer tirar o poder do presidente para que o poder fique na Câmara dos Deputados e ele aja como se fosse o imperador do Japão"
(ato de apoio do Solidariedade, 03/05)

Policiais

"Ele [Bolsonaro] não gosta de gente, ele gosta de policial"
(encontro com mulheres no bairro da Brasilândia, em São Paulo, 30/04. No dia seguinte, pediu desculpas a policiais)

Aborto

"[Aborto] deveria ser transformado numa questão de saúde pública e todo mundo ter direito e não ter vergonha"
(debate promovido pela Fundação Perseu Abramo com a alemã Fundação Friedrich Ebert, 05/04)

Ostentação da classe média

"Temos uma classe média que ostenta um padrão de vida que não tem na Europa, que não tem em muitos lugares. Aqui na América Latina, a chamada classe média ostenta muito um padrão de vida acima do necessário"
(mesmo debate, 05/04)

Elite escravista

"A elite brasileira é escravista. Ela pode ser avançada em um debate em Nova York, visitando Paris. Mas aqui no Brasil a mentalidade dela é escravista. E nós temos que ter coragem de dizer isso"
(mesmo debate, 05/04)

Família

"Essa pauta da família, pauta dos valores, é uma coisa muito atrasada, e ela é autorizada por um homem que não tem moral para fazer isso."
(mesmo debate, 05/04)

Pressão contra deputados

"Se a gente pegasse e mapeasse o endereço de cada deputado e fossem 50 pessoas na casa do deputado, não para xingar, para conversar com ele, com a mulher dele, com o filho, incomodar a tranquilidade dele, eu acho que surte muito mais efeito do que a gente vir fazer a manifestação em Brasília"
(evento na CUT, 04/04)

Demissão de militares

"Vamos ter que começar o governo sabendo que vamos ter que tirar quase 8 mil militares que estão em cargos de pessoas que não prestaram concurso. Vamos ter que tirar"
(evento na CUT, 04/04)

Na mesa de bar

"A razão dessa guerra [na Ucrânia], por tudo o que eu compreendo, que eu leio e que eu escuto, seria resolvida aqui no Brasil em uma mesa tomando cerveja. Teria resolvido aqui, senão na primeira cerveja, na segunda; se não desse na segunda, na terceira; se não desse na terceira, até acabarem as garrafas a gente ia fazer um acordo de paz."
(evento na Uerj, em 30/03)

Política

Entrevista Presidente da Câmara diz que Congresso irá votar propostas para tentar atenuar alta da inflação

Para Lira, Bolsonaro ultrapassa Lula "até fim de maio ou junho"

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com a alta inflação elevando os índices de rejeição do governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), diz que o Legislativo trabalha pressionar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a rever reajustes autorizados na conta de luz com base em possíveis "pontos subjetivos dos contratos". O Congresso ainda deve cobrar que os governadores cumpram a lei que mudou a forma de cálculo do ICMS dos combustíveis; e criar um benefício fiscal para a entrada de investimentos estrangeiros para reduzir a cotação do dólar.

Apesar das dificuldades com a economia, Lira ainda vê o presidente Jair Bolsonaro, seu aliado, com vantagem potencial em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha presidencial e afirma que a população brasileira continua majoritariamente inclinada à centro-direita. Ele acredita em um virada dentro das próximas smeanas. "A grande massa no meio vai escolher o que cada um representa e daí esse deslocamento de brasileiros moderados de centro em direção ao Bolsonaro", disse, em entrevista ao **Valor**.

Valor: *A inflação alta será o tema central desta eleição?*

Arthur Lira: A gente estaria muito melhor se não tivesse esse problema de inflação mundial, se não tivesse esse problema de combustíveis mundial, se não tivesse esses problemas todos acarretados ou pela pandemia ou pela guerra da Ucrânia. O que dá a rejeição [ao presidente]? O pai de família faz comparações, naquela época e pensa: 'eu tinha dinheiro para comprar isso e aquilo, agora não dá'. Todo governo é responsável por inflação, mas, numa discussão mais apurada, sabemos que as causas são externas e a gente vem o tempo todo trabalhando para diminuí-las. Na campanha, isso vai ser tratado sem nenhuma demagogia.

Valor: *A Câmara aprovou requerimento de urgência para um projeto que susta a autorização dada pela Aneel para aumentos na conta de luz. Não é forçar a redução na "canetada" e quebrar contratos?*

Lira: A gente tem que chamar atenção para essa situação. Entender que ali existem contratos, e que o Congresso vai discutir é o que tem dentro desses contratos que pode ou não estar sendo avaliado de maneira equivocada, como alguns advogados estão dizendo. São aumentos que variam de 9% a 34% . É um aumento duro, que nada tem a ver com o governo, mas que o governo e o contribuinte pagam a conta.

Valor: *O que há de errado nos contratos das distribuidoras?*

Lira: Não é [que existam] coisas erradas. A bancada do Ceará se reuniu com a seccional da OAB do Ceará e fez um estudo dizendo que tem pontos subjetivos nos contratos que foram analisados de uma maneira e podem ser interpretados de outro modo. Para fazer essa análise, só a gente trazendo o projeto para pauta para forçar as distribuidoras e a Aneel fazerem essa discussão.

Valor: *Qual é a ideia da Câmara? Forçar politicamente a Aneel a rever esses aumentos autorizados?*

Lira: No máximo, é cancelar [os aumentos]. É o que o PDL faz.

Valor: *Há um prazo limite para concluir essa discussão?*

Lira: Com a aprovação da urgência, a turma deve montar um grupo suprapartidário e convocar as distribuidoras e a Aneel.

Valor: *O Congresso aprovou projeto para mudar o ICMS dos combustíveis, mas o efeito na bomba foi nulo. Haverá medidas adicionais?*

Lira : Conversei com o presidente [do Senado] Rodrigo Pacheco e ele mandou uma correspondência para o Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] e para o ministro [da Economia Paulo Guedes] sinalizando o não cumprimento do PLP 11 que votamos. Aprovamos que o ICMS será um *valor ad rem* [valor fixo em reais por litro], calculado sobre a média dos 60 meses anteriores. Era para definirem um valor fixo equilibrado, mas os governadores congelaram no teto, no valor mais alto possível.

Valor: *Mas o que o Senado vai fazer sobre isso, se já existe a lei e ela foi "burlada" pelos Estados?*

Lira: O Senado é a Casa que pode mexer no percentual de ICMS. Regimentalmente não sei qual a tramitação, mas só o Senado pode ser autor dessa proposta. Se a alíquota de ICMS é de 30%, o Senado pode fixar em 20%, por exemplo. Seria uma boa resposta para que entendam que as leis precisam ser cumpridas.

> **Senado pode mudar ICMS dos combustíveis. Seria uma boa resposta para entenderem que as leis precisam ser cumpridas"**

Valor: *Mas o Pacheco indicou na reunião com o senhor que fará isso?*

Lira: Isso é uma [possível] consequência. O que ele sinalizou é que o pessoal não cumpriu a lei e essa conta, segundo o Ministério da Economia, dá R$ 20 bilhões. É dinheiro que sai do consumidor. O Senado sabe que tem regimentalmente e constitucionalmente condições de rever isso. O Senado, ao receber oficialmente a informação de não adequação da lei pelo Confaz, pode tomar uma posição em relação a isso.

Valor: *O senhor disse semana passada que o patamar ideal do dólar era abaixo de R$ 5,00, para não afetar mais a inflação, e que Brasília precisava pensar em medidas para impedir que ficasse acima dessa barreira. Aonteontem, voltou a superar esse "teto". Algo será feito?*

Lira: Vamos votar no projeto de lei 4188, que institui o marco das garantias, uma medida para que se internalize mais dólares, com mudança na cobrança de imposto de renda para estrangeiros que tem negócios no Brasil. O Brasil tem regras muito duras de entrada de dinheiro estrangeiro e a intenção é igualar à regra adotada por países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]. É uma sugestão da Economia que está sendo discutida com o relator, o deputado João Maia (PL-RN).

Valor: *A meta é deixar o dólar abaixo de R$ 5,00?*

Lira: A gente já tem problema inflacionário no mundo todo e o dólar tão alto prejudica ainda mais. Tivemos algumas medidas, o dólar chegou a cair para R$ 4,30, mas essas movimentações nos Estados Unidos refluíram isso. Se nós tivéssemos a privatização da Eletrobras já em vigor, aprovado uma lei de licenciamento ambiental, já teria entrado mais investimento estrangeiro no Brasil, o que ajudaria a diminuir o dólar.

Valor: *Além da emenda, outras medidas estão sendo pensadas?*

Lira: Por enquanto só essa.

Valor: *O governo tem tentado medidas para reduzir a inflação, mas sem sucesso até agora. Isso é um risco para o Bolsonaro?*

Lira: O problema econômico sempre é tema da eleição. Sempre ajuda e sempre prejudica um presidente. Mas outros temas são importantes também. Entendo que o Brasil ainda é majoritariamente de centro-direita hoje e o Congresso será majoritariamente de centro-direita. E esse Brasil de centro-direita não quer ver o retorno de algumas condições que o candidato Lula representa.

Valor: *Como o que? Ele lidera...*

Lira: O retorno de fechamento de estradas, o retorno do imposto sindical, o retorno da reforma trabalhista, a questão das privatizações e [da autonomia] do Banco Central. São vários temas que ele não tem como fugir do debate e que a sociedade vai procurar. Eu sempre dizia que não teríamos terceira via forte, como nunca tivemos. O brasileiro que defende radicalmente o Lula e o que defende radicalmente o Bolsonaro já estão posicionados. Mas a grande massa no meio vai escolher o que cada um representa. Daí esse deslocamento de brasileiros moderados de centro em direção ao Bolsonaro. Inevitavelmente é isso que vem fazendo ele crescer nas pesquisas cinco pontos [percentuais] por mês.

Valor: *A expectativa do senhor é que ele consiga ultrapassar o Lula?*

Lira: É uma expectativa que, pelas últimas pesquisas, ele passe no final de maio ou junho. Em fevereiro eram 16 pontos percentuais de diferença entre os dois. Em março eram 10 pontos percentuais e agora, 5. Eleições majoritária é tendência, quando vem ninguém segura.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lira: "No Nordeste, o objetivo de quem faz a campanha do presidente é chegar a 30% dos votos. Em Alagoas está quase isso"

Valor: *Isso é efeito do auxílio?*

Lira: É consequência de muita coisa. O auxílio ajuda, claro. Você sai de um piso do Bolsa Família de R$ 70 para um piso de R$ 406 e de um teto de R$ 170 para um teto de R$ 852. É uma diferença razoável. Traz também impacto positivo na economia dos municípios, zerou a fila que existia no Bolsa Família e aumentou a procura pelo programa, porque o interesse de ganhar R$ 70 é uma coisa e o de ganhar R$ 400 é outra. Isso diminui rejeição. Teve também a transferência de dinheiro para Estados e municípios, o fim da pandemia, o socorro para as pequenas empresas...

Valor: *Apesar disso, o candidato do senhor ao governo de Alagoas, o senador Rodrigo Cunha (União Brasil), disse há um mês que não fará campanha para o Bolsonaro.*

Lira: Ele não tinha se dado conta da nacionalização da eleição. Não digo que ele não vai fazer [campanha para o Bolsonaro]. Digo que os palanques serão arrumados em agosto, que eu vou fazer, vou votar no presidente enquanto deputado e vou trabalhar para que todos os palanques em Alagoas apoiem o presidente.

Valor: *Quais são todos esses palanques do Bolsonaro?*

Lira: Tem o do [senador Fernando] Collor (PTB). Tem o PL, que estará agregado ao nosso, mas tem uma turma mais à direita, e tem nosso candidato também. Pode ser que o [ex-prefeito de Maceió] Rui [Palmeira] também vote no Bolsonaro. Daqui para lá, com o tempo, o presidente pode ter vários palanques, observando os objetivos comuns de todo mundo que não concorda com a forma como Alagoas tem sido gerida pelos Calheiros. A base de apoio do presidente em Alagoas é muito maior que a do Lula. Base de apoio político. Base popular é outra coisa.

> **Vamos aprovar medida para que se internalize mais dólares, com mudança no imposto de renda dos estrangeiros"**

Valor: *O deputado Paulo Dantas (MDB), que deve ser eleito governador tampão e disputar a reeleição, se vinculou ao Lula, que é forte no Nordeste. Não é um risco para o Cunha se vincular ao Bolsonaro?*

Lira: Alagoas é um Estado diferente dos demais do Nordeste. Se não me engano, o Lula já perdeu pro FHC e a Dilma para o Serra [Lula perdeu em 2002 para José Serra. . Dilma ganhou no Estado em 2010 e 2014]. Não é um Estado onde o PT tem representação muito forte, tanto é que só tem um deputado federal, não tem um vereador em Maceió e acho que só tem um prefeito. A condicionante é o Lula, mas lá ele pode influenciar ou não. Vamos ver como se comporta o processo. As pesquisas estão mostrando ele mais fraco. O que acontece em Alagoas e o que acontece no Brasil é o crescimento da candidatura do presidente Bolsonaro e um arrefecimento das intenções de voto do Lula.

Valor: *As pesquisas no resto do Nordeste mostram dianteira muito grande para o ex-presidente. Não é uma previsão muito otimista?*

Lira: No Nordeste, o objetivo de quem faz a campanha do presidente é chegar a 30% dos votos. Em Alagoas já está praticamente nisso. Essa diferença pode ser plenamente compensada no resto da Federação. Acho que ele cresce em Minas Gerais, já ganha em São Paulo, vai ganhar no Rio, está ganhando no Sul, Centro-Oeste e no Norte.

Valor: *No Nordeste o senhor não vê chance de virada?*

Lira: Não. Sinceramente, por toda a conjuntura, não vejo. A não ser que o Lula continue cometendo os erros semanais que vem cometendo... ai pode ser que isso aconteça. Toda semana ele faz um ato falho. Mas falar de previsão assim é difícil.

Política

Para não desviar o foco sobre o Brasil

Maria Cristina Fernandes

Luiz Inácio Lula da Silva arrancou uma capa deferente da revista "Time". Ponto para o ex-presidente. Ao contrário de seu adversário na disputa presidencial, é reconhecido como um democrata no resto do mundo. Se já ganhou esta batalha, ainda não venceu a eleição. Por isso, Lula poderia ter feito melhor uso da entrevista. E por quê?

Há cerca de um mês, o senador Jaques Wagner (PT-BA), que estava nos Estados Unidos para participar de um seminário na Universidade de Harvard, foi chamado a Washington para uma conversa com Juan González, assistente especial do presidente Joe Biden e diretor para o Hemisfério Ocidental do Conselho de Segurança Nacional.

Lá foram explicitadas as preocupações do governo americano com os rumos da gestão Jair Bolsonaro, a consciência de que a corda foi demasiadamente esticada com a Venezuela e a expectativa de boas relações entre os dois países num eventual governo Luiz Inácio Lula da Silva. O senador, compreensivelmente, não confirma o encontro, relatado por duas outras fontes.

Dias depois, o presidente Joe Biden tomou a iniciativa de defender recompensas financeiras para que o Brasil mantenha suas florestas em pé e enviou dois subsecretários de Estado, Jose Fernandez e Victoria Nuland ao país.

Nunca dois subsecretários tinham vindo juntos ao país. O primeiro valorizou a participação do Brasil nas cadeias de suprimento da economia global e a segunda cuidou de reafirmar a crença americana no processo eleitoral brasileiro desacreditado dia sim e no outro também pelo presidente Jair Bolsonaro. Foi a segunda alta burocrata americana a verbalizar esta posição. O primeiro foi González.

Rede de proteção à democracia rejeita marola na Ucrânia

Na mesma época, o tuíte de Lula em apoio à reeleição do presidente francês foi a mensagem mais compartilhada do perfil de campanha de Emmanuel Macron na última semana do segundo turno.

Macron manteve a mesma deferência demonstrada no fim do ano passado quando o pré-candidato petista teve honras de chefe de Estado no Palácio do Eliseu. Nesta viagem a Europa, Lula também foi recebido pelo recém-eleito primeiro-ministro alemão, Olaf Sholz, e pelo primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, lideranças com as quais o presidente Jair Bolsonaro nunca conseguiu encontrar ao longo de seu mandato.

O sucesso desta viagem, simbolizado pelos aplausos em pé dos integrantes do Parlamento Europeu, foi tamanho que o pré-candidato petista até desistiu de programar outras viagens ao Hemisfério Norte. Na linha do "se melhorar, estraga".

A eclosão da guerra da Ucrânia deu ainda mais centralidade ao papel do Brasil. A viagem de Bolsonaro a Moscou acabou, paradoxalmente, favorecendo Lula. Se o sinal já estava amarelo na direção do Brasil, o apoio do presidente brasileiro a Vladimir Putin acabou por acender luzes vermelhas em direção ao futuro do Brasil sob mãos bolsonaristas.

A boa vontade dos Estados Unidos com o Brasil é, por óbvio, parte da estratégia para isolar a Rússia. A ressurreição do acordo entre o Mercosul e a União Europeia também é um efeito da necessidade de se fortalecer a segurança energética e alimentar em decorrência dos tremores da geopolítica.

Em função disso, não apenas a agenda internacional de Lula em direção à Ásia não prosperou, como conselheiros graduados de sua política externa, como Celso Amorim, têm se mantido discretos sobre temas que lhe são caros, como o Brics, bloco do qual o ex-chanceler petista é padrinho.

Ninguém lá fora confia em Bolsonaro, constata um amigo de Lula. Por isso, o momento é de administrar a maré favorável à oposição no Brasil. Não é por cinismo, mas por óbvio. A mais recente briga entre o Palácio do Planalto e o Itamaraty se deu por um voto contrário do Brasil à Arábia Saudita no conflito do Iêmen, contrariando interesses particulares de um dos filhos atiradores do presidente.

Se Lula não precisa incluir em seu programa de governo, em seu discurso e em seus encontros qualquer compromisso formal com outras potências, tampouco parece necessário colocar em pé de igualdade a responsabilidade de Vladimir Putin e Volodymyir Zelensky pelo desfecho da guerra da Ucrânia.

O próprio Lula já havia condenado Putin, em consonância com a posição de que os princípios do direito internacional estão acima de tudo e a afronta à integridade territorial de uma nação não se justifica em nenhuma hipótese. Não precisa ombrear Putin e Zelensky para valorizar sua rejeição à Otan e propostas de diálogo e de reforma da governança mundial.

Não se trata de um deslize. É fruto de um Lula ainda imerso na percepção de que o objetivo da eleição não é derrotar Bolsonaro mas, sim, levar o petista de volta ao poder. Com a palavra, o ex-presidente: "Há uma expectativa de que eu volte a presidir o país porque as pessoas têm boas lembranças do tempo em que eu fui presidente". Mais de um terço dos que vão votar em outubro não eram eleitores quando o PT chegou ao poder.

De tão ensimesmado, Lula fez pouco caso, na entrevista, das propostas do candidato da esquerda colombiana nas eleições presidenciais de junho, Gustavo Petro, para os combustíveis fósseis. E qual é mesmo a proposta do pré-candidato petista para a mudança climática?

Se isso já seria preocupante numa campanha polarizada entre dois candidatos democratas, toma contornos mais delicados numa disputa em que seu principal adversário não apenas questiona a lisura das eleições como empurra as Forças Armadas a agir da mesma forma.

As declarações de Lula aconteceram num momento em que o entorno menos ideológico do ex-presidente já não via ameaça à soberania nacional na observação eleitoral pela União Europeia. Se a OEA participou em 2018, por que a União Européia, que atuou como observadora na Colômbia, no Chile e no Peru, não poderia fazer o mesmo? A pergunta é de um aliado do ex-presidente.

O desconvite brasileiro aos observadores europeus, é bem verdade, pode sair pela culatra. A atenção pode vir a ser redobrada em relação ao que se passará no Brasil. Desde que o candidato petista esteja focado em fazer o resto do mundo acreditar que também ganha com a alternância de poder no país.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

"Bandido que levantar arma pra polícia vai levar bala", diz Garcia

André Guilherme Vieira
De São Paulo

O governador de São Paulo e pré-candidato à reeleição, Rodrigo Garcia (PSDB), que compete por uma vaga no segundo turno com o bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos), adotou ontem um tom mais incisivo em relação à segurança pública. "Aqui em São Paulo, o bandido que levantar arma para a polícia vai levar bala da polícia, porque é isso que a sociedade está esperando, uma polícia ativa que, dentro dos limites da lei, vai agir com muito rigor em relação à criminalidade", disse durante coletiva em que anunciou um pacote de ações de segurança para o Estado.

"Quero deixar aqui um aviso muito claro a esses bandidos que de maneira covarde estão escondidos atrás de um capacete, estão com uma mochila de falso entregador de 'delivery' nas costas, que de maneira covarde assaltam as pessoas, assediam as mulheres, para que eles ou mudem de profissão, ou mudem de Estado, porque a polícia vai atrás de cada um deles", disse Garcia.

Recentemente houve um latrocínio com grande repercussão em São Paulo. Um falso entregador matou Renan Silva Loureiro, de 20 anos, na frente da namorada e flagrado por câmaras que registraram o crime.

O governador anunciou a implantação, a partir de hoje, da "Operação Sufoco", em parceria com a prefeitura da capital paulista, com a promessa de dobrar o número de policiais militares realizando o patrulhamento na cidade de São Paulo, na região metropolitana e em algumas cidades do interior — Garcia não especificou em quais municípios. "Isso sem dúvida nenhuma vai gerar transtornos para o trânsito aqui da cidade e eu quero pedir o apoio da população à polícia de São Paulo, porque nós vamos realizar muitas blitze, muitas operações e vai mexer com o cotidiano da cidade", afirmou.

Garcia tem 6% das intenções de voto no levantamento feito pelo Datafolha em abril e empatou na margem de erro com Tarcísio. A liderança está com o ex-prefeito paulistano Fernando Haddad (PT), que tem 29% e é seguido pelo ex-governador Márcio França (PSB), que contabiliza 20%, de acordo com a pesquisa.

Mais tarde, em sabatina promovida pelo portal "Uol" e pelo jornal "Folha de S. Paulo, Garcia voltou ao tema da segurança pública e procurou demarcar distância em relação ao presidenciável de seu partido e seu antecessor, João Doria

Apesar de dizer que Doria é o mais experiente entre os pré-candidatos da chamada terceira via, opção política à polarização eleitoral entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Garcia disse que o nome do tucano tem de passar pelo crivo das siglas do centro democrático e fez elogios à pré-candidata a presidente do MDB, senadora Simone Tebet (MS), referindo-se a ela como "uma mulher de fibra".

"Entendemos que o centro democrático, os partidos que não querem nem Lula, nem Bolsonaro, deveriam se reunir para escolher um único candidato. Esse esforço da melhor via está sendo feito por esse centro democrático", disse.

"Eu defendo que o nome do PSDB seja o escolhido, mas nós vamos submeter o nome do João [Doria] a esse grupo", concluiu. Indagado se vai 'esconder' Doria de sua campanha (o ex-governador apresenta alta rejeição em São Paulo, conforme levantamentos de intenção de voto, e aliados do governador temem uma contaminação da campanha), Garcia respondeu: "Eu não sou candidato de A ou B, sou candidato da minha história, de tudo o que construí por São Paulo e pelo que penso para o futuro de São Paulo. São Paulo não vai andar na garupa de ninguém".

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / DIVULGAÇÃO

Rodrigo Garcia: governador adotou retórica dura na segurança pública e disse não será candidato "de A ou B"

Bivar descarta aliança com PSDB e MDB

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente nacional do partido União Brasil, deputado Luciano Bivar (PE), oficializou ontem a saída do grupo composto também por MDB, PSDB e Cidadania que tentava negociar uma candidatura única à Presidência.

Bivar gravou um vídeo para anunciar que seu partido concorrerá com chapa pura, sem alianças com essas outras siglas.

"Esperamos até o último momento para ver se fazíamos uma coligação com outros partidos. Entretanto, outros partidos não tiveram a mesma unidade que tem o União Brasil", disse. "Não restou a nós outra alternativa a não ser saímos com uma chapa pura."

O candidato deve ser o próprio Bivar, embora isso não tenha sido anunciado no vídeo.

MDB, União, PSDB e Cidadania negociavam desde o começo do ano uma aliança. O PSDB tem como pré-candidato o ex-governador João Doria; e o MDB, a senadora Simone Tebet (MS). Ambos seguem negociando chapa única, embora parte dos dirigentes diga que dificilmente haverá consenso em torno de um dos dois.

O União indicou na semana passada que pularia fora do grupo, por discordar das tratavas. Era esperada uma última reunião entre dirigentes dos quatro partidos para voltar a discutir uma aliança, mas o encontro nem chegou a ser marcado.

Bivar disse que a decisão de sair do grupo e lançar candidatura solo ocorreu para evitar a vitória do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Eu me recuso a aceitar os extremos que estão aí estabelecidos", disse.

Nunes completa um ano e diz que "dinheiro não falta"

Cristiane Agostine
De São Paulo

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), completa um ano no cargo com o caixa recheado e previsão de investimentos recordes para o próximo ano, de R$ 10 bilhões, mas não tem uma marca clara de seu governo e registra baixa aprovação, de apenas 12% da população, segundo pesquisa do Datafolha de abril.

Apesar das dificuldades para aumentar a popularidade, Nunes tem obtido vitórias na Câmara Municipal e no Judiciário, e mantém boa relação com vereadores e os governos estadual, de Rodrigo Garcia (PSDB), e federal, de Jair Bolsonaro. Em poucos meses, conseguiu aprovar no Legislativo todos os projetos de interesse de Executivo, incluindo as reformas da Previdência e administrativa e a troca da dívida de São Paulo com a União pelo Campo de Marte.

Eleito como vice em 2020, Nunes assumiu interinamente o cargo em 3 de maio de 2021, quando o então prefeito Bruno Covas (PSDB) se licenciou para tratar de um câncer. Dias depois, com a morte de Covas em 16 de maio, passou definitivamente ao comando da prefeitura.

O prefeito ainda é pouco conhecido da população da capital e sua gestão é reprovada por 30%. Para 40% da população, o governo é regular e 12% não souberam avaliar – mesmo percentual de quem considera a gestão ótima ou boa.

A baixa avaliação pode ser explicada, em parte, por queixas sobre zeladoria, o aumento dos buracos no asfalto, reclamações sobre falta de medicamentos e fraldas geriátricas em postos de saúde e a demora para marcar consultas e exames. Com a crise econômica, há uma cobrança ainda maior por ações na área social. A população em situação da rua cresceu 31% entre 2019 e 2021, e a Cracolândia continua com grande volume de usuários de drogas.

À frente da prefeitura, Nunes tem fortalecido seu partido, o MDB, e atuado para emplacar o vice na chapa de reeleição do governador Rodrigo Garcia (PSDB), além de aumentar as bancadas da legenda na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados nestas eleições. Na Câmara Municipal, o MDB aumentou a bancada de três vereadores eleitos para cinco e articula a filiação de outros três parlamentares.

Responsável pelo MDB na capital, o prefeito ampliou a presença do partido na gestão municipal e filiou os ex-secretários João Cury e Edson Aparecido, que deixaram o governo para disputar as eleições. Quadro histórico do PSDB, Aparecido trocou de partido e é apoiado por Nunes para ser vice de Rodrigo Garcia.

O prefeito diz que sua gestão é de continuidade do governo Covas, mas o espaço do PSDB tem sido reduzido. Ao mesmo tempo, aumentou a participação de aliados em diferentes áreas do governo, contemplando os onze partidos que compuseram a chapa vitoriosa em 2020.

Na terça-feira, o prefeito deu posse a seis secretários, em evento repleto de vereadores e integrantes de partidos aliados. Nunes diz que a reforma do secretariado não é um sinal de mudança do governo e afirma que parte dos novos titulares das Pastas já fazia parte da atual administração, como é o caso do Fabrício Cobra, que foi da Gestão para a Casa Civil, e de Soninha Francine, que já foi da equipe de Relações Internacionais, saiu da gestão e agora é secretária de Direitos Humanos. Carlos Augusto Manoel Vianna (Esportes) e Rodolfo Marinho (Turismo) também já estavam na prefeitura. Novos no governo, o arquiteto Marcos Duque Gadelho comandará Urbanismo e Licenciamento e será responsável por articular as mudanças no Plano Diretor. E a advogada Marcela Arruda foi para Gestão.

"Não existe ruptura. Existe continuidade", diz o prefeito. A gestão é a mesma", afirma.

Ex-vereador, Nunes mantém uma boa relação com vereadores e tem no presidente da Câmara Municipal, Milton Leite (União Brasil), um de seus principais aliados. Leite tem participado diretamente de negociações com os governos federal e estadual, ao lado do prefeito, e articulado a aprovação rápida dos projetos enviados pelo Executivo.

Além de medidas impopulares, como a reforma da Previdência, Nunes aprovou sem dificuldade o aumento de salário para cargos comissionados, a permissão para prorrogar contratos sem licitação, a autorização para prefeitura tomar empréstimo de R$ 8 bilhões e o repasse do Campo de Marte para a União.

O próximo desafio será aprovar o novo Plano Diretor. A apresentação da proposta de revisão do plano deve ser feita até 31 de julho.

O prefeito diz que sua marca, depois de um ano no cargo, é ter transformado São Paulo na "capital mundial da vacinação". "São Paulo é a capital mundial da vacina. Não pode falar que não tem marca", afirma. Na área da saúde, além da vacina contra a covid-19, Nunes cita a inauguração de 23 unidades de atendimento, as UPAs, em dez meses, e de um centro de alta tecnologia oncológica, que será entregue em 16 de maio, quando completa um ano da morte de Covas. E diz que deve "acelerar a "colocar em dia" as cirurgias eletivas.

Nunes afirma que pretende concentrar os investimentos nas áreas mais vulneráveis da cidade e combater a desigualdade social. "Temos o nosso planejamento e um plano de metas bastante ousado, com uma série de ações na área social, com grandes investimentos", diz.

A prefeitura terminou 2021 com R$ 24,5 bilhões em caixa, com uma "sobra" de R$ 6,96 bilhões (resultado do fluxo de receitas e despesas). O orçamento previsto para este ano é de R$ 82,7 bilhões, com R$ 7,1 bilhões de investimentos. "Dinheiro não falta", diz Nunes. O Orçamento previsto para 2022 será ainda maior, de R$ 90 bilhões, com R$ 10 bilhões de investimentos, e há um planejamento para investir R$ 5,5 bilhões nas áreas periféricas e vulneráveis.

O caixa recheado tem ajudado a prefeitura a adiar um possível aumento da tarifa de ônibus, de R$ 4,4. Atualmente, o subsídio às empresas de ônibus está estimado em R$ 4,2 bilhões. O prefeito aguarda a aprovação de um projeto pela Câmara que garante o repasse de recursos da União para custear a gratuidade de idosos, e quer mudar a Lei Cidade Limpa para permitir a publicidade em ônibus, o que pode render R$ 500 milhões por ano.

Em meio ao aumento do número de casos de roubo e furtos na cidade, Nunes aumentou em 50% o valor pago a policiais na chamada Operação Delegada e disse que vai dobrar o número de policiais militares trabalhando para a capital, de 1,2 mil para 2,4 mil. Na Guarda Civil Metropolitana, vai dobrar o número de policiais que atuam com motos, de 100 para 200. Nunes reajustou o salário em 72% da carreira inicial dos guardas civis (GCMs) e aumentou o valor de gratificação em ações especiais de R$ 150 para R$ 1,5 mil por mês.

Sob críticas em relação à qualidade do asfalto na cidade, a prefeitura fará uma licitação de cerca de R$ 1 bilhão para o recapeamento.

Internacional

Desaceleração Preocupação com inflação e guerra se sobrepõe ao alívio com fim das restrições da covid-19

Queda no consumo acende alerta na Europa

Agências internacionais

As vendas no varejo da zona do euro caíram mais do que o esperado em março, 04% em relação a fevereiro, segundo informou ontem a agência de estatística europeia. O dado reforçou os temores de que o aumento da inflação e as preocupações com a invasão da Ucrânia pela Rússia estão anulando o efeito do aumento nos gastos do consumidor gerado pelo fim das restrições relacionadas à pandemia.

Muitos países europeus aliviaram muitas das restrições relacionadas ao combate da covid-19 em março, como a exigência de uso uma máscara ou apresentação de comprovante de vacinação para entrar em espaços fechados. Esperava-se que isso aumentaria os gastos dos consumidores.

Mas as vendas no varejo caíram 2,9% para combustíveis e 1,2% para produtos não alimentícios, segundo dados oficiais. Alimentos, bebidas e tabaco, por sua vez, cresceram 0,8%. Em uma base anual, o volume de vendas no varejo em março aumentou apenas 0,8%.

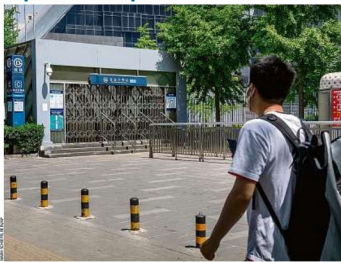
Os dados decepcionantes aumentaram as preocupações de que a zona do euro corre o risco de entrar num processo de estagflação — baixo crescimento e inflação alta — depois que números divulgados na sexta-feira mostraram que o bloco teve um crescimento mais fraco no primeiro trimestre e viu um aumento acima do esperado na taxa de inflação em abril.

"Os dados de vendas no varejo de março são um sinal claro de que a inflação mais alta está prejudicando o crescimento dos gastos", disse Melanie Debono, economista da Pantheon Macroeconomics. "As vendas no varejo representam menos da metade do consumo total da zona do euro e os gastos com serviços certamente se saíram melhor em março, mas achamos que o consumo ainda cresceu pouco no primeiro trimestre."

Com relação a perspectiva futura, Debono diz que a recuperação do mercado de trabalho, o aumento da confiança do consumidor em abril e os dados em tempo real sugerem que os gastos estão ganhando impulso apesar da alta da inflação. A Pantheon prevê que o consumo das famílias aumentará cerca de 0,5% no segundo trimestre.

A maior queda no consumo ocorreu na Espanha, onde as vendas no varejo caíram 4% em março. França e Alemanha também registraram queda nos gastos de consumo. Por outro lado, muitos países da Europa Oriental e do Báltico viram um forte aumento nas vendas, de 11,4% na Eslovênia e um salto de 7,3% na Hungria. A Itália divulgará amanhã seus dados de vendas no varejo.

Pequim fecha transporte

MARK SCHIEFELBEIN/AP

Pequim fechou ontem 60 estações de metrô, o equivalente a mais de 10% de seu vasto sistema de transporte, como medida adicional para conter a disseminação de um surto de covid-19. Autoridades responsáveis pelo metrô na capital chinesa disseram que 40 estações deixaram de operar pela manhã e outras 20 à tarde, várias delas na região central. Em comunicado, o órgão se limitou a dizer que a medida era necessária como parte da estratégia de combate ao coronavírus. Em meio ao feriado do Dia do Trabalho — que na China dura cinco dias e terminou ontem —, Pequim estava em alerta máximo para evitar um lockdown como o de Xangai. Bares e restaurantes só podem atender por meio de delivery. Academias de ginástica deixaram de funcionar e as aulas estão suspensas indefinidamente. Os principais pontos turísticos da capital estão recebendo apenas uma pequena parcela do público normal. Na foto, estação de metrô fechada no centro da cidade.

Yellen prevê pouso suave da economia dos EUA

Agências internacionais

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, disse ontem que espera um crescimento sólido no próximo ano, com uma possível "aterrissagem suave" para a economia, à medida que o Federal Reserve (Fed, o BC americano) se move para reduzir a inflação.

"Acredito que veremos um crescimento sólido no próximo ano", disse Yellen. "O Fed precisará ser habilidoso e também sortudo, mas acredito que é uma combinação possível."

Vários economistas preveem uma recessão em 2023, à medida que o Fed eleva as taxas de juros — incluindo a alta de ontem de 0,50 ponto porcentual. Mas Yellen disse que "um pouso suave é possível".

A secretária do Tesouro americano disse que, embora os preços ao consumidor tenham subido, as expectativas de médio prazo para a inflação não foram tão afetadas. Isso significa que este é um tipo diferente de inflação enfrentada pelo ex-presidente do Fed Paul Volcker, disse Yellen. Volcker apertou a política monetária de forma tão agressiva no início da década de 1980 que levou a economia dos EUA a uma forte recessão.

Ela reconheceu que a economia global enfrenta vários riscos decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia, particularmente seu efeito sobre os preços globais de energia e commodities agrícolas. "As perspectivas são muito incertas. Os perigos em nível global são altos", disse ela. "Eu me preocupo com os preços das commodities... com as repercussões da Rússia e da Ucrânia que podem ter impactos adversos não só nos EUA, que estão bem posicionados, mas na Europa, nos mercados emergentes."

Alta da inflação começa a reduzir dívida pública nos países ricos

Tom Fairless
Dow Jones Newswires

A inflação desenfreada está contribuindo para reduzir o peso da dívida pública mundial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Mas essa é uma dádiva para os governos que pode facilmente resultar em um tiro pela culatra se a inflação permanecer descontrolada, alertam economistas.

Alguns países europeus muito endividados — como Grécia, Portugal e Reino Unido — estão em via de apagar a dívida adicional contraída para combater a pandemia de covid-19 como parcela do PIB durante os próximos um a dois anos, ao reduzir suas relações dívida/PIB para níveis inferiores aos de 2019, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O motivo disso é que a inflação, associada a um crescimento econômico sólido, está turbinando a produção da economia medida em dólares, euros ou libras esterlinas. Embora os custos de financiamento dos governos também tenham subido, continuam relativamente baixos, o que significa que a dívida pública como percentual do PIB — principal parâmetro que mede a sustentabilidade da dívida pública de um país — está caindo em muitos lugares.

Nos EUA, a dívida pública diminuiu para 123% do PIB no fim do ano passado, de 136% registrados em meados de 2020, apesar de o governo ter acumulado déficits de cerca de 25% do PIB americano nos últimos dois anos, segundo dados do Federal Reserve de St. Louis — unidade regional do Fed, o banco central americano.

Só no ano passado, a inflação reduziu a relação dívida/PIB dos EUA em cerca de 5 pontos porcentuais, segundo dados do FMI. Essa relação dívida/PIB do governo dos EUA vai cair quase 12 pontos porcentuais no ano que vem, mais do que o previsto pelo FMI em outubro de 2020, segundo revelam os dados.

"A inflação inesperada, associada às baixas taxas de juros nominais, faz milagres com a dinâmica da dívida", disse Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do FMI e hoje pesquisador-visitante-sênior do Instituto Peterson de Economia Internacional em Washington. "Mas a lição de política pública não deveria ser contar com esse mecanismo." Blanchard se destacou entre os economistas que argumentavam antes da pandemia que os governos conseguiriam administrar cargas de endividamento maiores.

É historicamente raro que surtos de alta da inflação contribuam para reduzir a relação dívida/PIB. Os investidores dos títulos da dívida que financiam os governos normalmente exigem taxas de juros mais altas que compensem a alta dos preços, o que reforça o nível de endividamento. Os EUA se livraram da dívida pública à custa da inflação após a Segunda Guerra Mundial e na década de 1970. Outros governos não conseguiram fazer isso, desencadeando, muitas vezes, espirais de alta das taxas de juros e hiperinflação.

Em estudo de 2014, Ricardo Reis, professor da London School of Economics, e outros economistas descobriram que os investidores estavam precificando uma probabilidade de menos de 1 em 2.000 de que uma explosão imprevista de inflação baixaria a dívida pública dos EUA em 5,5 pontos percentuais.

"O improvável aconteceu", disse Reis. Ele alertou que esse desdobramento é um presente extraordinário aos governos, mas que pode ter um efeito contrário ao pôr em risco sua capacidade de aumentar a dívida a custos baixos, como fizeram recentemente.

"Nos últimos 20 anos, nunca tivemos de praticar muita austeridade", disse Reis. Os governos deveriam reafirmar sua intenção de manter a inflação baixa para impedir a disparada das taxas de juros, acrescentou. "O ano passado foi um acaso feliz, mas temos de voltar relativamente depressa", disse.

As taxas de juros globais estão subindo significativamente, e os bancos centrais planejam reduzir suas carteiras de dívida governamental, o que tende a elevar mais ainda os custos do financiamento público. Se a inflação continuar elevada, é possível que os investidores comecem a exigir taxas de juros muito mais altas. Um custo elevado do serviço da dívida, por sua vez, pode aumentar o nível de endividamento dos governos.

"É verdade que as surpresas inflacionárias contribuem para baixar a relação dívida/PIB, mas em um regime de inflação permanentemente elevada e volátil, a atratividade dos bônus soberanos é solapada, o que dificulta sustentar níveis elevados de dívida", escreveu recentemente Vitor Gaspar, diretor do departamento de assuntos fiscais do FMI.

Já as demandas por mais gastos públicos estão aumentando após uma sucessão de choques geopolíticos, entre os quais a guerra da Rússia na Ucrânia, e com os pesados investimentos dos governos na guinada em direção a uma energia mais limpa e à tecnologia digital. Prevê-se que as economias avançadas elevarão os investimentos públicos anuais em 0,5 ponto porcentual do PIB no médio prazo em relação às previsões pré-pandemia, disse o FMI em abril.

Até agora, no entanto, os governos estão colhendo as vantagens da inflação alta.

A inflação do ano passado, superior à prevista, reduziu as relações dívida/PIB em 1,8 ponto percentual nas economias avançadas, e em 4,1 pontos porcentuais nos países de mercados emergentes, com exceção da China, segundo o FMI. Para a Europa, prevê-se que o principal impacto ocorrerá neste ano, com a disparada da inflação.

Na Grécia, onde um endividamento excessivo desencadeou uma crise que quase levou à dissolução da zona do euro, prevê-se que a dívida pública cairá para seu nível de 2019 de 185% do PIB neste ano, em relação aos 212% do PIB computados em 2020, segundo dados do FMI.

A retração reflete a diferença entre a alta taxa de crescimento nominal da Grécia e os baixos custos de tomada de empréstimos, decorrente do pacote de socorro financeiro recebido pelo país durante a crise da dívida da zona do euro, disse Yannis Sournaras, autoridade do Banco Central Europeu e presidente do BC da Grécia.

No caso de Portugal, que também recebeu pacotes de ajuda financeira internacionais durante a crise da dívida da Europa, a história é semelhante.

Em Portugal, a dívida do governo deverá cair para níveis confortavelmente inferiores ao patamar de 2019 como parcela do PIB até 2024, segundo dados do FMI. A dívida pública de Chipre deverá cair para 87% do PIB em 2024, o que configuraria seu nível mais baixo desde 2012, o ano anterior à operação de socorro financeiro internacional destinada ao país.

No Reino Unido, a dívida pública deverá cair para 83% do PIB no ano que vem, segundo previsões, o que representa um nível inferior ao de 2019 e uma redução em relação ao pico de 103% do PIB alcançado em 2020, segundo o FMI.

O governo britânico disse que está comprometido em reduzir a dívida pública em meio à alta das taxas de juros e às recém-divulgadas regras, mais rígidas, para os gastos públicos.

Em situações desse gênero, os perdedores são os compradores de títulos de dívida soberana. Investidores e bancos são obrigados a comprar ativos seguros, como dívida governamental, mesmo que percam dinheiro, segundo regras criadas após a crise financeira de 2008-09 para tornar o sistema financeiro mais seguro. "Trata-se de uma forma oculta de expropriação", disse Blanchard.

Após a Segunda Guerra Mundial, o governo dos EUA usou situação semelhante para reduzir sua relação dívida/PIB de 120% para 40% em duas décadas — para prejuízo dos investidores de bônus. Na década de 1970, os EUA voltaram a se livrar, pela inflação, de parte de sua dívida. Mas seguiu-se a isso, na década de 1980, um período de juros historicamente altos para os investidores de bônus. A dívida pública como parcela do PIB caiu nos anos 1970, mas aumentou significativamente na década de 1980. "Os benefícios dos anos 70 foram revertidos no primeiro semestre dos 80", disse Reis.

Atualmente, o aumento da inflação tende mais a puxar para cima o custo de financiamento dos governos porque os prazos de vencimentos dos papéis são menores, há mais títulos de dívida indexados à inflação e mais oportunidades de investimentos alternativos, segundo o FMI.

Na América do Sul, na década de 1980, os governos imprimiram dinheiro para pagar as contas e para dissipar suas dívidas por meio da inflação, mas essas políticas tiveram efeitos adversos, ao causar alta das taxas de juros e hiperinflação.

"Eu não diria que se livrar da dívida por meio da inflação seja uma boa política", disse Reis. "Historicamente, ela deu errado mais vezes do que deu certo."

Biden destaca redução do déficit fiscal dos EUA

Agências internacionais

O presidente dos EUA, Joe Biden, destacou ontem a redução do déficit orçamentário, como resultado do aumento da arrecadação — à medida que a economia emerge da pandemia — e do fim dos gastos emergenciais para combater a crise da covid-19.

"Estamos a caminho de cortar o déficit federal em mais — mais — US$ 1,5 trilhão até o fim deste ano fiscal, a maior redução em um único ano na história americana", afirmou Biden em discurso na Casa Branca.

De olho nas eleições legislativas de novembro, o presidente destacou que os gastos extraordinários do pacote de estímulo de US$ 1,9 trilhão para combater a crise da covid-19 em 2021 foram compensados na forma de um crescimento mais rápido que agora facilita a estabilização das contas do governo.

"O resultado é que o déficit aumentou todos os anos sob meu antecessor, antes da pandemia e durante a pandemia. E diminuiu nos dois anos desde que estou aqui", acrescentou, referindo-se ao ex-presidente Donald Trump.

Biden destacou que o forte ritmo de criação de novos empregos aumentou a renda total e, consequentemente, a receita fiscal, melhorando as contas do governo.

O Departamento do Tesouro estima que o déficit orçamentário deste ano fiscal cairá US$ 1,5 trilhão, superando a redução inicialmente estimada de US$ 1,3 trilhão. Nos últimos anos, o déficit federal anual chegou a atingir US$ 3 trilhões devido aos gastos com a pandemia e a perda de receita com cortes de impostos da era Trump.

Já o déficit comercial americano bate recorde

Agências internacionais

Inflação, problemas na oferta e forte demanda por bens de consumo importados — como roupas, computadores e carros — aumentaram o déficit comercial dos EUA para o valor recorde de US$ 109,8 bilhões em março, disse ontem o Departamento de Comércio.

O déficit comercial de bens e serviços aumentou 22,3% em março, refletindo um aumento de 10,3% nas importações, para US$ 251,5 bilhões. As exportações também subiram, 5,6% em março, para US$ 241,2 bilhões. Ambos os valores também foram recordes.

Antes da pandemia de covid-19, o déficit comercial americano oscilava entre US$ 40 bilhões e US$ 50 bilhões por mês.

O aumento das importações em março reflete a redução no engarrafamento nos portos americanos. Isso trouxe alívio ao congestionamento da cadeia de suprimentos que interrompeu o comércio durante a pandemia e liberou mais mercadorias para as lojas.

Mas as perturbações relacionadas à pandemia continuam sendo um problema para o comércio. Segundo economistas, os novos lockdowns na China contra a covid-19 e a guerra na Ucrânia vão prejudicar a economia global nos próximos meses. Isso deve afetar a demanda por exportações dos EUA, enquanto um dólar forte mantém o apetite do país por importações.

"É o efeito de demanda econômica robusta em casa e um cenário fraco no exterior", disse Mahir Rasheed, economista da consultoria Oxford Economics.

Curtas

Trump mostra força

J.D. Vance, escritor e investidor, venceu com folga as primárias republicanas de Ohio para o Senado dos EUA. O triunfo que mostrou a influência que o ex-presidente Donald Trump ainda mantém sobre os eleitores do partido.

Biden critica trumpismo

O presidente Joe Biden disse ontem que o movimento representado por Donald Trump é a "organização política mais extremista da história recente" dos EUA. Ele fez a acusação em meio à investida conservadora contra leis sobre aborto.

Internacional

Conflito Petróleo tem a maior alta em duas semanas após anúncio de novo pacote de sanções europeias

UE confirma embargo ao petróleo e barra banco russo do Swift

GUERRA NA UCRÂNIA

Laurence Norman, Paul Hannon e Joe Wallace
Dow Jones Newswires, de Bruxelas e Londres

A União Europeia (UE) propôs proibir as importações de petróleo da Rússia dentro de seis meses e de derivados de petróleo do país até o fim do ano, o que provocou um salto nos preços do petróleo enquanto os Estados membros buscam alternativas.

Após o anúncio, os contratos futuros de petróleo tipo Brent, a referência internacional nos mercados de energia, subiram 4,9%, para US$ 110,14 por barril. O WTI, referência dos EUA, subiu 5,3%, para US$ 107,81 o barril. Analistas estimam que a alta só não foi maior porque a desaceleração da demanda na China tem pressionado a cotação para baixo.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apresentou a proposta em um discurso ao Parlamento Europeu. Ela acrescentou que o órgão executivo da UE também propõe excluir o maior banco da Rússia, o Sberbank, e mais dois bancos russos do sistema de pagamentos internacionais Swift. A comissão planeja ainda banir três grandes emissoras estatais russas da UE e agir contra oficiais do exército russo acusados de crimes de guerra na Ucrânia.

Os Estados-membros da UE começaram ontem a negociar detalhes do pacote de sanções. A Hungria repetiu o apelo por uma transição mais lenta na substituição do petróleo russo, enquanto a Polônia e os países bálticos pediram pressa nas discussões. O pacote precisa da aprovação de todos os 27 países para entrar em vigor, mas países como França e Alemanha têm pressionado por uma decisão ainda nesta semana.

"Com todas essas medidas, tiramos da economia russa a capacidade de se diversificar e modernizar", disse von der Leyen.

As refinarias europeias têm revirado os mercados mundiais em busca de fontes alternativas de petróleo e estimulado as importações dos EUA, da África Ocidental e do Oriente Médio. Já os preços do diesel na região atingiram recordes com a perspectiva de redução dos fluxos das refinarias russas.

A proibição em estudo só afetará as importações de petróleo, mas a UE também tem corrido para diversificar também suas fontes de gás natural. De acordo com a empresa de acompanhamento de commodities Vortexa, em abril os terminais de importação de gás natural liquefeito (GNL) receberam uma quantidade recorde para esta época do ano do combustível super resfriado. E a importação de petróleo de outros fornecedores atingiu o nível mais alto desde o início da pandemia de covid-19.

Empresas e governos buscam garantir fornecimento no longo prazo. A NextDecade anunciou nesta semana um acordo de 15 anos com a francesa Engie para fornecer gás de seu projeto de exportação de GNL, em Brownsville, no Texas, a partir de 2026.

A transação marca uma virada para a Engie, que no fim de 2020 havia desistido de um contrato bilionário para compra de gás da NextDecade em razão de cautelas ambientais com o processo de fraturamento hidráulico.

Autoridades dos EUA e da Europa disseram que têm trabalhado juntas na busca de maneiras de garantir que as sanções na área de energia afetem a Rússia da forma mais efetiva possível.

Von der Leyen disse que a UE também vai precisar ajudar Kiev com os custos da guerra da Ucrânia, que, segundo instituições internacionais, podem alcançar € 5 bilhões ao mês — para continuar pagando salários, aposentadorias e outros serviços básicos. O bloco também apresentará ideias, ainda neste mês, sobre um pacote de reconstrução da Ucrânia.

A decisão da UE de proibir as importações de petróleo russo é altamente onerosa para a Europa, que depende dos hidrocarbonetos russos nas áreas de transporte, calefação, geração de energia elétrica e produção industrial.

A proposta ganhou força após a Rússia ter cortado as remessas de gás para dois países do bloco — Polônia e Bulgária — na semana passada, e reflete o que autoridades ocidentais dizem ser a falta de sinais de que Moscou se disponha a moderar a posição sobre a guerra.

O petróleo russo que ia para a Europa foi direcionado para a Turquia, a Índia e outros mercados desde a invasão. Para o setor petrolífero russo, no entanto, o aumento da demanda na outros países não compensará a perda de seu maior mercado exportador da Europa, disse o analista de commodities Giovanni Staunovo, da UBS Global Wealth Management.

Antes da invasão da Ucrânia pela Rússia, a UE importava cerca de 4 milhões de barris por dia de petróleo e derivados refinados da Rússia, e enviava pouco menos que US$ 400 milhões em pagamentos diários, segundo o instituto de análise e pesquisa Bruegel, com sede em Bruxelas. Esse volume equivalia a cerca de 27% das importações de petróleo da UE. A receita gerada pelo petróleo e pelo gás respondia por 45% do orçamento russo em 2021, segundo a Agência Internacional de Energia.

A maioria dos economistas diz que a proibição imediata e total a produtos energéticos importados da Rússia provavelmente empurrará a economia da zona do euro para uma recessão. Em relatório sobre o panorama da economia global divulgado no mês passado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou que o bloqueio total baixaria a produção da economia da União Europeia em 3%, o que levaria a uma pequena contração neste ano. Mas o petróleo russo é mais fácil de substituir do que o gás, e o impacto de um embargo limitado às importações de petróleo teria menor gravidade.

Em nota aos clientes publicada ontem, economistas do Rabobank estimaram que um embargo da UE aos produtos energéticos da Rússia, com início entre junho e setembro, dobraria para 20% a contração prevista da economia da Rússia neste ano. Mas um embargo restrito às importações de petróleo teria um efeito menor, e deixaria a contração próxima dos 10%.

Rússia mira rede de transportes na Ucrânia

Forças russas atingiram ontem, pelo segundo dia, ferrovias ucranianas, na tentativa de impedir que armas enviadas pelo Ocidente circulem pelo país. Moscou confirmou os ataques, com fogo de artilharia e mísseis, no leste e no sul da Ucrânia. Autoridades de Donbass, que abrange as áreas separatistas pró-Moscou de Donetsk e Luhansk, disseram que um ataque de mísseis matou 21 pessoas — o que seria o mais alto número de mortes num único ataque desde 8 de abril. Ao mesmo tempo, Rússia e Belarus retomaram, de surpresa, manobras conjuntas, numa indicação de que Moscou pode atrair o país aliado para o conflito na Ucrânia. Na foto, depósito de combustíveis em chamas após ataque russo contra a cidade ucraniana de Makiivka, no leste.

Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Fed sinaliza comedimento na aceleração dos juros

O Federal Reserve americano elevou a taxa de juros em 0,5 ponto percentual, para o intervalo entre 0,75% e 1% e esse ritmo será mantido pelo menos em suas reuniões de junho e julho. No mês que vem, o balanço de ativos do banco começará a encolher à razão de US$ 30 bilhões em títulos do Tesouro e US$ 17,5 bilhões em papéis de hipoteca, montante que dobrará após três meses. O principal ato de Jerome Powell, presidente do Fed, na apresentação da decisão, foi demonstrar que, ainda que a inflação esteja muito alta, sua abordagem é otimista quanto aos resultados e ainda gradualista no aperto monetário. "Temos boas chances de estabilizar os preços sem que a economia entre em recessão", disse.

A frieza de Powell sobre a escalada inflacionária, que é a maior em 40 anos, tem razão de ser. O Fed "tem de evitar adicionar incertezas em um ambiente já repleto delas", avisou. Neste caminho, afirmou que o Comitê de Mercado Aberto do banco em nenhum momento cogitou uma alta de 0,75 ponto percentual nas reuniões subsequentes. Ele também traçou limites práticos para o horizonte da política monetária, ao apontar que o Fed pretende chegar "expeditamente" ao juro neutro — pelas previsões dos membros do banco, algo entre 2% e 3% — e então avaliar se as condições financeiras decorrentes desse aperto são suficientes para colocar a inflação a caminho dos 2%. Não parece haver dúvida de que este nível será atingido até o fim do ano, mesmo a um ritmo menor de reajustes subsequentes dos fed funds, com altas contínuas de 0,25 ponto percentual a partir de setembro.

O presidente do Fed disse que a desaceleração do PIB no primeiro trimestre (1,4% anualizado) não reflete a tendência geral da economia americana. A queda nos estoques não sinaliza nada claramente para o futuro, enquanto que a robustez da demanda dos consumidores e dos investimentos das empresas, sim.

O Fed não vacilará, segundo Powell, em entrar em território em que os juros contraem a atividade, mas só depois. "A discussão sobre quão alto deverá ir o juro só ocorrerá quando atingirmos o nível neutro", contou. "Isso não significa que temos esta direção hoje, mas se preciso não hesitaremos em tomar esta decisão".

A visão de Powell pressupõe que o mercado de trabalho está mais apertado do que nunca, com quase duas vagas não preenchidas para cada americano desempregado, e que ele suportaria um freio de arrumação que contivesse a corrida dos salários e a oferta de vagas. Da mesma forma, os gastos das famílias e os investimentos das empresas estão fortes. O objetivo é trazer equilíbrio ao mercado de trabalho e reduzir a demanda a um ponto em que ela possa ser atendida por uma oferta instável, golpeada pelo combate à covid na China e a guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Para ele, a criação de empregos vai desacelerar, pelo efeito combinado de políticas fiscais e monetárias que deixaram o modo estimulativo. A participação da força de trabalho tem crescido e isso ao longo do tempo vai aumentar o desemprego, reduzir vagas e amortecer salários. "Há chances de se fazer um pouso suave, ou mais suave".

Uma sucessão de grandes choques recentes retirou a previsibilidade dos cenários. Mais surpresas ruins podem vir do front da guerra na Europa ou dos lockdowns chineses, com repercussões duplas, nas cadeias de produção e nos custos gerais, transmitidos pela alta dos preços da energia e petróleo.

Fleugmático, Powell respondeu serenamente a perguntas incômodas, como a de democratas e republicanos, que discordam em quase tudo, concordarem que o Fed está atrasado no combate à inflação, ou se o Fed havia perdido credibilidade. Ele refutou as duas premissas. Na primeira, disse que até outubro a inflação teve algumas quedas, para disparar a seguir. Na segunda, insinuou que as sinalizações do BC de que mudaria o ritmo de alta dos juros foi suficiente por si só para que os títulos do Tesouro fossem rapidamente para 3%.

Powell tergiversou sobre se seria necessário que as cadeias de produção se normalizassem para que a inflação voltasse aos 2%. A implicação é de que se isso não ocorresse, a dose de juros deveria então ser maior, entrando em terreno contracionista. Sob bombardeio, o Fed, que não tem de seguir calendários para atingir metas, ainda está "zen", ao contrário de parte dos investidores. Powell mostrou confiança de que a estabilidade de preços virá nos "próximos anos".

Diretor Adjunto de Redação
Cristiano Romero
(cristiano.romero@valor.com.br)
Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Chefe da Redação no Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Daniel Rittner (Brasília)
(daniel.rittner@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lucinda Pinto
lucinda.pinto@valor.com.br
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editor de Brasil
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi
(humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro
(ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes
(fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editor de Arte/ Fotografia
Silas Botelho Neto
(silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares
(tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editor
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)

PIPELINE
Editora
Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor
Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jardim Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP – **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Representação Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br**
Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedidoà central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço da assinatura anual nova (impresso + digital) para as regiões Sul, Sudeste: **R$ 1.438,80 ou R$ 119,90 mensais.**
Demais localidades, consultar o atendimento ao assinante: **tel: 0800 701 8888**. Carga tributária aproximada: 3,65%.

CARBON FREE

Escolaridade e pandemia no mercado de trabalho

Informalidade é maior entre os menos escolarizados.

João Saboia, F. Roubaud e M. Razafindrakoto

CUSTODIO COIMBRA / AG. GLOBO

O Brasil é conhecido pelas desigualdades de todos os tipos encontradas no país. Nos últimos meses preparamos três artigos publicados no **Valor** Econômico mostrando como a pandemia da covid 19 atingiu diferenciadamente a população ao longo dos últimos dois anos. Os jovens, os pretos/pardos e as mulheres foram, em geral, mais prejudicados no mercado de trabalho do que os adultos, os brancos e os homens, respectivamente. Neste quarto e último artigo sobre o tema será analisada a questão do impacto da pandemia segundo o nível de escolaridade dos trabalhadores.

A questão da baixa escolaridade é um dos maiores entraves ao mercado de trabalho brasileiro. Em geral, o nível médio de instrução da força de trabalho é baixo comparativamente ao padrão internacional, contribuindo para a redução da produtividade da economia. Além disso, os desníveis de escolaridade da população ocupada representam um fator adicional para a má distribuição da renda do trabalho e, consequentemente, para as desigualdades de renda em geral.

Num momento de crise econômica é de se esperar que os trabalhadores menos escolarizados sofram mais que os demais, estando mais sujeitos a demissões e ao desemprego. Por outro lado, seu retorno ao mercado de trabalho no período de recuperação da atividade deve apresentar mais dificuldades. Será que isso ocorreu durante a pandemia? É exatamente essa e outras questões relacionadas que pretendemos abordar neste artigo a partir dos dados da Pnad Contínua do IBGE.

Para desenvolver a análise escolhemos três momentos — o último trimestre antes do início da pandemia (4T/2019); o terceiro trimestre de 2020 (3T/2020), que representa o ponto de maior intensidade dos efeitos da crise; e o último trimestre de 2021 (4T/2021) quando a economia praticamente retorna aos níveis pré-pandêmicos. Para facilitar a análise dos resultados escolhemos três níveis de escolaridade – fundamental incompleto; médio completo; e superior completo. Tais grupos representavam, no final de 2021, 23%, 34%, e 21% da população ocupada, respectivamente. Ou seja, pouco menos de 80% dos ocupados.

No auge da crise (3T/2020), os menos escolarizados haviam perdido 17% dos postos de trabalho, enquanto o grupo de ensino médio completo havia sido reduzido em 15% e os com o superior completo, 7%. Tomando em conta o período de recuperação, nota-se que no final de 2021 (4T/2021) os trabalhadores com o fundamental incompleto ainda se encontravam 2,5% abaixo do nível de emprego de 4T/2019, enquanto aqueles com o médio completo estavam 0,8% abaixo e os de nível superior haviam voltado ao nível pré-crise (0,5% acima). Portanto, confirma-se que os menos escolarizados teriam sido mais atingidos com a perda do emprego no período da crise assim como na recuperação.

A situação mais precária dos menos escolarizados pode ainda ser confirmada, por exemplo, com os dados de informalidade no mercado de trabalho. Eles mostram que as taxas de informalidade são muito mais elevadas para os menos escolarizados. No último trimestre antes da pandemia (4T/2019), tais taxas atingiam 62% para aqueles com fundamental incompleto, 35% para o médio completo e 22% para o superior completo. Após terem caído no auge da crise — diferentemente de outras crises o setor informal foi mais atingido que o formal na crise da pandemia —, as taxas de informalidade voltaram a subir e encontravam-se, no final de 2021, pouco acima do nível inicial pré-crise para os três grupos de escolaridade – 63%, 37% e 23%, respectivamente.

Os menos educados perderam mais empregos e os mais educados perderam mais em rendimentos

Os dados de desemprego são ilustrativos da situação precária dos grupos de escolaridade média e baixa. Uma característica do mercado de trabalho brasileiro são as taxas de desemprego mais elevadas para os níveis intermediários de escolaridade, que apresentam o formato da letra U invertida. Isso também foi confirmado durante a pandemia. Em 4T/2019, as taxas de desemprego eram respectivamente 10,6% para os menos escolarizados, 12,2% para aqueles com ensino médio completo e 5,6% no superior completo. Os três grupos sofreram forte impacto com grande aumento do desemprego no auge da crise. Em 4T/2021, os dois primeiros grupos ainda possuíam taxas de desemprego mais elevadas do que no período pré-crise — 10,9% e 12,6% —, enquanto aqueles com o superior completo haviam se recuperado e caído para 5,2%, mostrando o maior prejuízo dos dois grupos de menor escolaridade.

A Pnad Contínua permite ainda a análise de diversas estatísticas do mercado de trabalho usualmente menos utilizadas, mostrando a situação mais precária dos trabalhadores menos escolarizados como no desalento, na subocupação por insuficiência de horas de trabalho e na subutilização total da força de trabalho. Qualquer que seja a variável considerada a situação dos menos escolarizados se mostra sistematicamente pior do que a dos mais escolarizados antes, durante e no final do período.

Passando-se à análise do rendimento médio, as diferenças são grandes entre os distintos níveis de escolaridade. No final de 2019, antes da crise, ter concluído o ensino médio permitia ganhar o dobro daqueles que não tinham concluído o ensino fundamental e quase cinco vezes mais na comparação com o ensino superior completo. Mas foi o grupo intermediário o que mais perdeu. Em 4T/2021, seu rendimento médio real foi 12% menor do que seu nível dois anos antes. Já no caso dos menos instruídos a queda foi de 6%. Surpreendentemente, os mais instruídos foram aqueles que experimentaram o maior declínio (-15%)

Diferentemente dos três artigos anteriores dos autores (segundo a idade, a cor da pele e o sexo), onde as categorias mais desfavorecidas no mercado de trabalho (jovens, não brancos e mulheres) sofreram mais ao longo da pandemia, a situação é mais complexa segundo o nível de escolaridade. Os menos educados perderam mais empregos, mas os mais educados são os que perderam mais em termos de rendimento. O choque foi mais forte para os primeiros, e em contrapartida a fase de recuperação mais rápida. Finalmente, todas classes de educação foram atingidas pela crise da covid e o diploma não foi suficiente para proteger seus titulares. Enquanto isso, as desigualdades permaneceram elevadas.

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), e-mail: saboia@ie.ufrj.br.
François Roubaud e Mireille Razafindrakoto são pesquisadores sênior do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) de Paris e pesquisadores visitantes do IE/UFRJ.

Estatísticas selecionadas do mercado de trabalho

Valores em milhões

Variável	Fundamental incompleto			Médio completo			Superior completo		
	T4/19	T3/20	T4/21	T4/19	T3/20	T4/21	T4/19	T3/20	T4/21
Força de trabalho	25,2	22,0	24,7	37,6	33,7	37,5	20,7	19,5	20,8
Ativos ocupados	22,6	18,8	22,0	33,0	28,0	32,8	19,6	18,1	19,7
Formal	8,5	7,3	8,0	21,5	18,3	20,8	15,3	14,3	15,2
Informal	14,1	11,5	14,0	11,5	9,6	12,0	4,3	3,8	4,5
Taxa de informalidade	62,4%	61,1%	63,4%	34,9%	34,4%	36,5%	21,9%	21,2%	22,9%
Desempregados	2,7	3,2	2,7	4,6	5,8	4,7	1,2	1,4	1,1
Taxa de desemprego	10,6%	14,7%	10,9%	12,2%	17,1%	12,6%	5,6%	7,0%	5,2%
Inativos	31,8	35,5	33,5	11,5	15,5	12,6	4,1	5,2	4,5
Força de trabalho potencial	3,2	4,4	3,5	2,0	4,0	2,5	0,4	1,0	0,5
Desalentados	2,2	2,5	2,2	1,1	1,7	1,2	0,2	0,3	0,2
Subocupados	2,3	2,1	2,3	2,0	1,9	2,2	0,9	0,8	1,0
População subutilizada	8,1	9,7	8,5	8,6	11,7	9,4	2,4	3,2	2,6
Remuneração média (R$ de 4T/21)	1183	1061	1109	1811	1562	1598	5557	5058	4723

Fonte: PNAD Contínua (processamento dos autores)

Opinião

Duas viradas

Mario Mesquita

O mercado atualmente espera que a economia cresça 0,70%, e que a inflação termine 2022 em 7,89%. Essas projeções vêm melhorando, no caso do PIB, e piorando, no caso da inflação, desde o início do ano.

A melhora das perspectivas para o PIB reflete uma série de desenvolvimentos, mais ou menos previsíveis, a partir do final de 2021. Em primeiro lugar, a atividade econômica, medida pelo PIB, surpreendeu positivamente no quarto trimestre do ano passado, com crescimento de 0,5%. Tal surpresa refletiu uma queda da taxa de poupança das famílias para apenas 1,8%, abaixo da média histórica, 7% — para seguir consumindo, ou atender certas demandas reprimidas, as famílias começaram a gastar parte da poupança extra que acumularam nos piores momentos da pandemia.

Houve também uma série de ações fiscais, nos diversos níveis de governo. Todos os grandes Estados concederam expressivos aumentos de salários para o funcionalismo. Além disso, o salário mínimo teve alta de 10,18% na virada do ano. Os salários no setor privado, monitorados pelo Idat-Salário do Itaú, tiveram aceleração de 7,4% em outubro de 2021 para 8% em dezembro e 9% em março passado, na comparação interanual. Essa dinâmica salarial implica mitigação da perda do poder de compra, e ajuda a sustentar o consumo. O mesmo será amparado, também, pela liberação de recursos do FGTS, que deve inflar a atividade em meados do ano, ainda que de forma temporária.

O programa social de combate à extrema pobreza foi expandido, elevando a base de beneficiários de cerca de 14 milhões para 18 milhões de famílias, com o benefício médio saindo de cerca de R$ 190 para R$ 410, implicando um aumento da transferência governamental para essas famílias de R$ 4,7 bilhões ao mês ou R$ 56 bilhões em um ano (0,6% do PIB).

Outro fator positivo tem sido a própria reabertura da economia. Se considerarmos indicadores de mobilidade social, fica aparente que a remoção das últimas restrições motivou um retorno mais intenso e frequente a lugares de trabalho, o que tem alimentado uma recuperação de certas atividades, notadamente no setor de serviços, voltadas para o atendimento do público em horário comercial em áreas mistas ou não residenciais das cidades.

Finalmente, a guerra europeia teve como consequência a elevação dos preços das commodities, o que tende a beneficiar a economia brasileira — em geral, cada 10% de alta do preço das commodities exportadas implica melhora de 0,4% no crescimento do PIB.

O saldo desses eventos é uma economia que deve apresentar crescimento anualizado por volta de 4% no primeiro semestre. Isso ocorre a despeito de um intenso ajuste da taxa Selic, nada menos que 10,75%, desde março de 2021. Nesse movimento, a taxa de juros real, descontada a expectativa de inflação 12 meses à frente subiu pouco mais de 6 pontos percentuais, de 1% para 7% ao ano.

Assim sendo, o vigor da atividade que estamos observando pode estar refletindo a conhecida defasagem (longa e variável) embutida no mecanismo de transmissão da política monetária, ou pode ser evidência de que a taxa de juros neutra da economia (aquele patamar que não acelera, nem desacelera, a atividade) teria subido de forma importante. A conclusão é que, ou a economia tem uma forte desaceleração no segundo semestre, seja pelo esgotamento de estímulos transitórios, como o efeito-normalização e o desembolso do FGTS, ou pelo impacto mais intenso de ações pregressas de política monetária, ou ainda pela normalização da taxa de poupança, ou o PIB de 2022 terá crescimento bem mais expressivo do que se espera atualmente — bem superior, mesmo, às projeções oficiais de 1,5%.

Ou a economia tem forte desaceleração no 2º semestre ou uma expansão bem maior do que se espera hoje

Como mencionado acima, a resiliência da atividade reflete, em parte, a recuperação dos salários. Isso, por outro lado, ajuda a realimentar as pressões inflacionárias. A persistência inflacionária é mais evidente nos preços de serviços, que habitualmente são reajustados com base na inflação passada. A elevação dos preços de matérias primas contribui para a atividade econômica, mas também para manter as pressões inflacionárias.

Com isso, temos uma taxa de inflação rodando em torno de 12%, ante expectativas de desaceleração para cerca de 8% para o final do ano. Para que essas expectativas se materializem, será preciso uma importante desinflação, em especial dos preços de produtos industrializados, o que depende dos efeitos da política monetária e da taxa de câmbio. É verdade que o real vinha tendo desempenho melhor do que o esperado nesse ano, em parte outra consequência da guerra e graças à elevação da Selic. Mas a volatilidade da moeda tende a limitar sua potencial contribuição desinflacionária.

Efetivamente, projeções de inflação anual na faixa entre 7% e 8% em 2022, embutem, para o que resta do ano, um rápido retorno às taxas mensais médias observadas em 2012-2018, isto é, o fim do atual surto inflacionário - o recuo das taxas médias mensais próximas de 0,9%, que temos observado desde o último trimestre de 2020, para próximo de 0,6%. Essa seria a segunda inflexão importante necessária para confirmar o cenário consensual vigente.

Em suma, vamos nos aproximando da metade do ano e a visão consensual sobre a economia tende a ser desafiada pelos fatos. Ou teremos duas inflexões importantes, tanto na atividade quanto na inflação, ou o ano pode terminar com taxas de crescimento e inflação bem acima do esperado.

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco

Escassez é uma restrição objetiva para a expansão econômica. Por ***Stela Goldenstein***

Vai faltar água para uso industrial?

Pesquisas recentes desenvolvidas pelo Lab-SID, da Escola Politécnica da USP[1] permitem conhecer com acurácia inédita as tendências de impactos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade hídrica em cada segmento do território. A indicação desses estudos é de que, em uma região como a bacia hidrográfica do Piracicaba, Jundiaí, Capivari (PCJ), que tem alta concentração de indústrias consumidoras de água na região metropolitana de Campinas, a redução da disponibilidade de água será da ordem de 12 a 20% em 15 anos.

Trata-se de uma perspectiva dramática, porque hoje a demanda de água na região já supera a oferta. São poucas as possibilidades de adução de novas fontes, e a escassez de água é, desde alguns anos, uma restrição objetiva para a expansão econômica na região. Mas pior: poderá vir a colocar em risco a atividade produtiva já instalada.

As indústrias da região vêm investindo em tecnologias e processos que reduzem o consumo na produção, mas isso tem seus limites. De seu lado, as concessionárias de abastecimento público vêm investindo no controle de perdas de água tratada e com sucesso: a Sanasa, por exemplo, tem índices de perda especialmente baixos. Mas são ações ainda insuficientes e o fato é que as indústrias não têm segurança de estarem livres do risco de suspensão de suas autorizações de captação de água bruta, com imenso prejuízo para suas linhas de produção. Havendo crises de abastecimento, a lógica e a legislação impõem que sejam limitadas as captações para a atividade produtiva, em benefício de se garantir as captações para potabilização e abastecimento público.

O que se pode fazer a respeito, visando mitigar os riscos e gerar processos de adaptação? Quais as responsabilidades a serem identificadas e compartilhadas? O leque de medidas necessárias é extenso, exige a mobilização de amplos setores públicos e privados, imediatamente e para longo prazo. A viabilidade financeira de cada uma das ações para a segurança hídrica precisa ser definida criteriosamente, sob pena de fracasso.

As indústrias e as concessionárias locais de abastecimento público estão deixando de fazer uma lição de casa básica, realizar um investimento que é usual em muitos países, e que pode trazer para as indústrias a garantia de fornecimento de água, mesmo em situações bastante críticas. Trata-se de oferecer para consumo industrial parte dos efluentes sanitários que as concessionárias tratam e cuja qualidade, ainda que não-potável, pode ser adaptada para atender às necessidades de grande parte das indústrias.

Indústrias e concessionárias devem investir para oferecer para consumo industrial parte dos efluentes sanitários que as concessionárias tratam e que pode ser adaptada para atender às necessidades de grande parte das indústrias

Este investimento deve ser entendido como sendo do interesse das concessionárias também, uma vez que reduzindo as captações de água dos rios para uso industrial, terão maior disponibilidade de água para potabilizar nas situações mais críticas.

Os contratos de compra de água de reúso por indústrias devem ser considerados como um seguro, valor a ser pago para impedir perda financeira maior em períodos de escassez crítica. E como todo seguro ou medida de prevenção contra riscos, não pode ser objeto de decisão quando o dano é eminente. Exige planejamento, estudos e investimentos, inclusive porque o reúso não-potável exige redes dedicadas de distribuição, desde as Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) até os locais de consumo, investimento cuja maturação e implantação demanda ao menos dois anos.

Análises econômicas imediatistas consideram altos os custos inerentes ao reúso, em boa parte porque ainda hoje é irrisório o valor pago pelas autorizações para captar água bruta nos rios. Mas desconsiderar o risco hídrico e o prejuízo associado ao agravamento da escassez é temerário, pode ser escolha imprudente. A suspensão das outorgas nas situações de grave escassez não é novidade e as outorgas serão sempre mais precárias do que os contratos comerciais de fornecimento de água de reúso.

Na região metropolitana de Campinas há atualmente grupos industriais importantes e modernos, cujo consumo da insuficiente água dos rios compete com as necessidades de captação para o abastecimento público. O total de consumo industrial entre os municípios de Campinas, Sumaré e Paulínia é da ordem de 12.500 m³/h e uma parcela deste total pode ser atendida pelas concessionárias locais, que geram cerca de 11.000 m³/h de efluentes tratados. Mas nem todo este efluente tratado pode ser destinado às indústrias, porque a escassez hídrica regional é tamanha que os trechos de rios aonde os efluentes são lançados, à jusante das estações de tratamento, simplesmente não podem deixar de receber ao menos uma parcela deste volume de água.

O reúso industrial de efluentes tratados é prática consagrada, considerado componente chave para o manejo da matriz hídrica em ambientes de escassez. Há inúmeros exemplos no mundo e mesmo no Brasil.

A inação das concessionárias de água e saneamento básico, tanto as públicas como as privadas, na promoção destes investimentos pode ser explicada, mas não justificada, pelo fato de que a venda de efluentes tratados não potáveis para indústrias exige ótima performance das ETEs, diversas inovações técnicas, institucionais e comerciais. Nossas concessionárias foram estruturadas para atender à população e a atividades diversas, com o fornecimento de água potável.

É preciso desenhar a segurança jurídica para contratos específicos de venda a usuários de água de reúso, reavaliar as outorgas de lançamento de efluentes, introduzir ganhos acessórios aos contratos de serviços em vigor, entre outras questões. A nova legislação nacional de saneamento inovou, introduzindo o reúso de água como uma etapa do ciclo de saneamento, e agora é preciso acelerar a viabilização de investimentos.

1. *(https://doi.org/10.3390/w13212984)*

Stela Goldenstein é consultora para meio ambiente, água e saneamento, e coordenadora nacional do 2030 Water Resources Group, entidade vinculada ao World Bank Group.

Frase do dia

"Ô, cara, você é um bom artista, você é um bom comediante, mas não vamos fazer uma guerra para você aparecer".

De Lula à Time sobre o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski

Cartas de Leitores

22 anos do Valor

Nós, da LG lugar de gente, parabenizamos o **Valor** Econômico pela celebração de seu 22º aniversário. Ao longo destes anos, o jornal tornou-se referência por transmitir informações sobre o mundo de negócios e economia com seriedade e excelência.
Desejamos vida longa ao veículo e que possamos acompanhar essa trajetória de sucesso por muitos e muitos anos.
Felipe Azevedo
CEO da LG lugar de gente.

•

Diariamente, faz muita diferença ter a companhia do **Valor** Econômico. Não só para tomadas de decisão, mas, sobretudo, de enxergar pelos conteúdos do jornal, que há um país com muita vontade de dar certo. Parabéns pelos 22 anos!
Paula Xavier,
Head de Comunicação e MKT para Latam da McAfee

•

Temos praticamente a mesma idade e é muito bom ver o crescimento de um veículo que fala sobre inovação diariamente — estratégia preciosa e fundamental aqui na DocuSign. É gratificante saber que temos a missão de transformar em comum. Parabéns pelos 22 anos e vida longa ao time do **Valor** Econômico.
DocuSign

•

O jornal **Valor**, com muito sucesso, e nós aplaudimos, comemora 22 anos de excelência de informação a seus assinantes. Parabéns a todos envolvidos neste trabalho nobre do jornalismo brasileiro!
Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Cenário

Essa informação corria desde o início do presente ano, uma queda de investimentos estrangeiros de R$ 7,7 bilhões em nossa Bolsa d Valores.
E é muito preocupante. As causas desse déficit são várias e têm muita relação com as dificuldades em razão da economia global, como a pandemia da covid 19 e a guerra causada pela invasão da Rússia.
Mas, é a situação interna em que se encontra a nossa política que é uma das principais. Esperemos que com as eleições de final deste ano, surjam novas e éticas lideranças, que consigam dar solução adequada aos atuais problemas que enfrentamos, no sentido que tenhamos condições de no ano próximo possamos a voltar a ter um processo de desenvolvimento que estávamos trilhando, um caminho rumo a construção da grande nação, que tanto sonhamos e temos condições de ser.
José Nobre de Almeida
<josenobredalmeida@gmail.com>

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Valor

Empresas

O bilionário Elon Musk lançou a ideia de cobrar taxa de usuários corporativos no Twitter B8

Destaques

Lucro do GPA soma R$ 1,4 bi

O lucro líquido atribuído aos controladores do GPA cresceu mais de dez vezes no primeiro trimestre deste ano, para R$ 1,39 bilhão, ante lucro de R$ 113 milhões visto no mesmo período de 2021. O número considera o consolidado do Grupo GPA, com as operações brasileiras e do colombiano Grupo Éxito. O GPA explica que, de janeiro a março, concluiu a cessão dos direitos de exploração de mais 40 pontos comerciais ao Assaí, referente à venda do Extra Hiper. Com isso, o lucro líquido das atividades descontinuadas somou R$ 1,51 bilhão no período. A receita líquida cresceu 2,3% no comparativo anual, para R$ 10,07 bilhões. O montante reúne as operações do GPA Brasil Alimentar e do Grupo Éxito. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado somou R$ 655 milhões, recuo de 12,2% ante janeiro a março de 2021. A margem Ebitda ajustada caiu 1,1 ponto percentual (pp), para 6,5%. O chamado Novo GPA Brasil, que desconsidera hipermercados e drogarias, registrou receita de R$ 4,17 bilhões de janeiro a março deste ano.

Minério tem leve alta

Os preços do minério de ferro registraram leve alta no mercado à vista ontem, com a liquidez ainda bastante prejudicada pelo feriado prolongado na China. Segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o minério com teor de 62% avançou 0,4% no norte da China, a US$ 142,90 por tonelada. Não houve negociação com contratos futuros na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), que permaneceu fechada até ontem por causa do feriado do Dia do Trabalho.

Volks investe na Argentina

A montadora alemã Volkswagen anunciou ontem investimento novo de US$ 250 milhões na Argentina. Em uma cerimônia com representantes dos vários níveis de governo argentino, trabalhadores, concessionários e fornecedores na fábrica de Pacheco, o presidente do conselho de administração da montadora na América Latina, Pablo Di Si, disse que os recursos serão destinados principalmente a continuidade da produção do modelo Amarok, com incorporação de mais tecnologia e mais segurança. O carro é exportado para vários países da região. Di Si anunciou ainda o início da produção das motos Ducati, marca italiana que atua no segmento premium controlada pelo grupo alemão, na Argentina. Mais precisamente na fábrica de Córdoba. Outro anúncio importante feito pelo executivo foi o plano de aumentar a nacionalização das peças usadas pela montadora na Argentina. O objetivo é substituir peças que hoje a operação argentina importa do México, Alemanha e Brasil.

Índice

Combustíveis Petrobras está há 55 dias sem fazer reajuste, o que inibe as importações por empresas de menor porte

Alta do diesel acelera defasagem e eleva o risco de suprimento

Gabriela Ruddy e Fábio Couto
Do Rio

A alta do diesel e a valorização do dólar, nas últimas semanas, acentuaram as preocupações com as defasagens nos preços dos combustíveis praticados pela Petrobras. A estatal está há 55 dias sem reajustar o diesel e a gasolina no Brasil, o que inibe a importação por outros agentes do mercado, e traz novamente à mesa a discussão sobre riscos de desabastecimento. A preocupação principal do mercado está no diesel, estratégico para o transporte de pessoas e mercadorias no país. Fontes do setor descartam a possibilidade de um desabastecimento generalizado, embora problemas localizados em algumas regiões possam ocorrer.

Com a ampliação da defasagem nos preços, as importações feitas por distribuidoras regionais e por empresas de menor porte caíram. O mercado está sendo suprido, sobretudo, por distribuidoras maiores, que continuam importando, e pela própria Petrobras. Regiões atendidas por distribuidoras menores ou servidas por logística mais complexa têm registrado maior dificuldade de suprimento. São os casos de Vitória (ES), abastecida por cabotagem, e cidades de Goiás e Minas Gerais, além de locais no Nordeste, dizem fontes.

"Num determinado dia um posto ou um consumidor pode ficar sem produto ou deixar de ser atendido pela distribuidora que normalmente o atende e passar a ser abastecido por outra", diz o presidente da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

Fontes ligadas às grandes distribuidoras afirmam que problemas pontuais de abastecimento ocorrem em postos que não têm contratos de fidelidade de fornecimento. As grandes distribuidoras mantêm a importação e fazem uma média, nos preços finais, considerando os custos de compra nas refinarias nacionais e as importações. "Ainda que menos folgados, os volumes estão atendendo à demanda", diz um executivo.

Nas últimas semanas tem havido redução no consumo de diesel no mercado doméstico, motivada por fatores sazonais. Esse movimento ajuda a afastar problemas no suprimento, dizem fontes. Valéria Lima, diretora de abastecimento do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), diz que não há risco de desabastecimento, mas admite que o mercado está "muito curto". Carla Ferreira, analista do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), acrescenta que problemas pontuais podem demandar uma reorganização dos agentes.

Há ainda relatos de que alguns clientes da Refinaria de Mataripe (BA) estão deixando de comprar produtos na unidade para conseguir melhores preços nas unidades da Petrobras em outros Estados do Nordeste, como a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. Mataripe foi privatizada no fim do ano passado e é operada pela Acelen, do grupo Mubadala.

Os quase 800 quilômetros entre a Acelen e a Rnest têm sido percorridos por caminhões de clientes que buscam os preços menores praticados pela estatal, dizem fontes. "Mantida a defasagem, não há dúvida de que se acentua essa inversão de fluxos logísticos", diz fonte. Afirma, porém, que há limites para esse tipo de operação uma vez que própria Rnest não é capaz de atender todo o consumo da região.

No Brasil, a produção das refinarias nacionais não consegue suprir toda a demanda. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em março, mostram que o Brasil importou 23,7% do diesel consumido no país. Do total importado, 46% foram internalizados pela Petrobras e 54% por outras companhias. No mesmo mês, considerando o abastecimento pelas refinarias nacionais, a Petrobras respondeu pela entrega às distribuidoras de 82% do diesel consumido e a Refinaria de Mataripe por 9,7%, sendo o restante de companhias menores.

De acordo com o sócio-diretor da consultoria Leggio, Marcus D'Elia, a Petrobras tem buscado aumentar o fator de utilização das refinarias próprias, que chegou a ultrapassar 90% em meses recentes: "Isso coloca um pouco mais de produto no mercado, mas não suporta a diferença entre demanda e oferta, que é estrutural. Hoje, manter o suprimento do país depende da importação, que é desestimulada à medida em que os preços entram em defasagem. As importações continuam ocorrendo, mas, de maneira estrutural, a médio e longo prazos isso sempre vai embutir um risco", diz D´Elia.

A situação de defasagem mais aguda está no diesel, cujo preço da Petrobras às distribuidoras está, em média, 26% abaixo da paridade internacional, segundo cálculos da consultoria StoneX. A Abicom calcula que o preço do diesel tem defasagem média de 24%. Especialistas explicam que o mercado internacional vive momento incomum, em que o preço do diesel disparou em relação ao petróleo: "Estamos vivendo um momento atípico, em função da variação da demanda mundial, de questões logísticas e da variação do nível de estoques", diz Araújo, da Abicom.

Na gasolina, a Ativa Investimentos aponta que a defasagem saiu de 14,9%, na sexta, para 19,1% ontem. A StoneX estima que a gasolina vendida pela Petrobras está 6%, em média, abaixo dos preços internacionais e a Abicom calcula que os preços estão 12% abaixo da paridade, com necessidade de um aumento de R$ 0,54 o litro. O último reajuste da Petrobras ocorreu em 11 de março, quando a empresa subiu em 24,9% os preços do diesel e reajustou a gasolina em 18,7%, além de aumentar em 16% o gás liquefeito de petróleo (GLP).

A insatisfação do presidente Jair Bolsonaro com os aumentos de preços levou a estatal a uma troca de comando, com a saída do general Joaquim Silva e Luna, e a posse de José Mauro Coelho no cargo de CEO, em 14 de abril.

Fontes ligadas à estatal dizem que é improvável que a empresa repasse a atual defasagem imediatamente: "A Petrobras segue a política de paridade com relação à média nos últimos 12 meses, é normal ter períodos em que a defasagem se dilata. Este mês, por conta da volatilidade do dólar, houve essa escalada", diz o analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman.

O governo acompanha a situação. Na terça, o secretário-executivo adjunto do Ministério de Minas e Energia (MME), Pietro Mendes, afirmou que, no caso do diesel, foi criada uma mesa de monitoramento, que coleta informações das distribuidoras. Ele descartou problemas de abastecimento em maio: "O governo precisa de um plano para esse tipo de situação. Não é só questão de política de preços, é de garantia de suprimento", diz Edmar Almeida, da PUC-Rio. Em nota, a Petrobras afirmou que os preços de venda buscam o equilíbrio com o mercado internacional, acompanhando as variações para cima e para baixo, mas evitando o repasse imediato da volatilidade externa e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais: "As decisões de preços são baseadas em análises técnicas e independentes com base nos cenários externo e interno do mercado de petróleo e derivados, e não há interferência do calendário de divulgação de resultados."

LEO PINHEIRO/VALOR

Coelho, CEO da Petrobras: executivo assumiu em 14 de abril e, desde então, diesel subiu, se descolando da cotação do barril

Gestão Retorno ao presencial faz companhias adotarem novos modelos para atender profissionais com filhos

Flexibilidade é ponto chave para atrair e reter mães

LEO PINHEIRO/VALOR

Acordo individual permitiu que Ana Isabel dos Santos, da Bayer, ganhasse mais tempo com o pequeno Augusto

Barbara Bigarelli
De São Paulo

Com a sobrecarga em casa e os filhos sem escola para ir, a pandemia foi um dos momentos mais desafiadores para as mães. Por outro lado, proporcionou uma abertura, em termos de novos modelos de trabalho, com arranjos mais flexíveis, que vêm ajudando mais mulheres a lidar melhor com a maternidade e o trabalho.

Na XP, o número de mães contratadas aumentou 300% de janeiro de 2020 a dezembro de 2021. "Com o programa 'XP de qualquer lugar', mais mães se interessaram pela empresa, seja pela oportunidade de continuar trabalhando de casa ou pela flexibilidade de administrar melhor a rotina e cuidados com os filhos", diz Luiza Ribeiro, responsável pela área de gente da XP.

A executiva avalia que o programa foi um estímulo para a ampliação do número de mulheres mães na empresa. "Antes [de poder trabalhar de qualquer lugar], apenas 15% das profissionais eram mães. Em 2022, representam 29% do quadro feminino."

No retorno aos escritórios, as empresas estão sendo pressionadas a experimentar ou construir modelos mais flexíveis de trabalho. Pós impacto da pandemia, flexibilidade é o ponto chave para atrair mulheres e reter aquelas que são mães, avalia Mariana Talarico, diretora global de desenvolvimento organizacional da Natura & Co América Latina. A mudança de prioridades é sentida pela empresa com o retorno presencial desde abril, em um modelo híbrido.

O berçário, um dos benefícios mais valorizados no pré-pandemia, está com um índice de ocupação de menos da metade (45%) dos filhos dos profissionais elegíveis. "Sentimos uma transferência do uso do berçário para o auxílio creche, que era muito menos utilizado. A pandemia mudou a necessidade e as escolhas para muitas mães", diz Talarico.

A fase do retorno ao trabalho é descrita como desafiadora por um em cada quatro profissionais com filhos, aponta estudo feito em janeiro de 2022 pela Filhos no Currículo com o Movimento Mulher 360 (MM360) e a Talenses. A pesquisa, que ouviu 1,5 mil profissionais com filhos, indica que jornada flexível é a política mais valorizada atualmente (85%), à frente de licença maternidade estendida ou auxílio creche (ambos com 76%). "O isolamento social intensificou as dificuldades das mães em equilibrar os diversos turnos de trabalho e da vida pessoal", diz Maria Gabriela Herrera, diretora de recursos humanos da Diageo PUB (Paraguai, Uruguai e Brasil).

Na empresa, o novo modelo de trabalho, que prevê dois dias de home office e três no escritório, abre uma brecha para as mães em lactação ou que estão retornando da licença para combinar diretamente os acordos de ida ao escritório ajustando à sua realidade e adaptação.

No banco BV, que começou a operar em abril um modelo que prevê quatro formatos de trabalho de acordo com área e função, 50% do total de funcionários tem a possibilidade de escolher quando ir ao escritório, sem dias pré-definidos. Vanessa Cabral, gerente executiva de pessoas e cultura do BV, diz que a flexibilidade atual dá mais segurança para tomar decisões no dia a dia, escolher melhor quando uma reunião presencial é mais produtiva e dar conta de eventualidades no caminho.

"Sou mãe de criança pequena e não consigo prever quanto ela ficará doente ou quando não terei uma noite bem sucedida, então tira um peso saber que tenho a opção de ficar em casa sempre que eu precisar". O BV afirma que trabalha a questão da maternidade há alguns anos, incentivando, por exemplo, a promoção de funcionárias grávidas. Nos próximos meses, lançará a segunda edição de um programa criado na pandemia para contratar mães que estão fora do mercado.

Em 2021, foram nove mães recrutadas. Uma delas é Priscila Veras, 47, coordenadora de desenvolvimento de sistemas de tecnologia. Formada em processamento de dados e com dois filhos, ela diz que ficou surpresa no processo seletivo ao ouvir que o pré-requisito para participar era justamente ser mãe. Foi fundamental em sua integração no banco a acolhida da equipe, mentorias com outras mães, mas principalmente a flexibilidade. Ao longo de sua carreira, quando os filhos adolescentes eram pequenos, ela diz que teve muita dificuldade de lidar com a logística escola-escritório e que sair cedo lhe rendia olhares tortos — mesmo atuando no setor de TI.

Na Bayer, o acordo individual de trabalho que conseguiu estabelecer diretamente com o gestor permitiu a Ana Isabel dos Santos, 36, mudar de posição e de cidade dentro da companhia após tornar-se mãe. Hoje, ela mora em Teresópolis (RJ), e atuando como gerente de relações com a comunidade lidera uma equipe no parque industrial em Belford Roxo (RJ). A negociação ocorreu em 2021, mas hoje é esse tipo de acordo que está instituído no Bayflex, programa com novo modelo de trabalho da empresa, lançado em março deste ano. Nesse modelo, cada funcionário pode alinhar com seu chefe quando fazer home office ou quando faz sentido estar no presencial.

O combinado de Santos é ir uma vez por semana ao escritório na fábrica, até porque demanda dela um deslocamento de 94 quilômetros. Sua equipe, porém, vai mais vezes, seguindo a necessidade de cada um. "Eu recebo muitas propostas de empresas, que até me buscam também pela questão da diversidade, mas eu nem olho, porque o que tenho hoje, de acordo de flexibilidade, é o ponto chave", diz. "E mesmo com tudo isso, recursos, marido protagonista e rede de apoio, eu me sinto minada de energia no cuidado do meu filho todo fim de dia."

Com essa flexibilidade, Santos diz que já se programou para estar nesta semana em seu primeiro dia das mães presencial, na escola do filho Augusto. "É muito significativo, porque minha mãe trabalhava em tempo integral e presencial, e ela nunca podia estar nesses eventos. Eu cresci vendo o quanto o mercado pode ser cruel com mulheres e mães."

Para que acordos de flexibilidade sejam de fato benéficos a mães, e que elas se sintam à vontade de fazê-los, é fundamental treinar a liderança, diz Margareth Goldenberg, gestora executiva do MM360. Ela diz que as empresas mais maduras em termos de agenda de gênero são aquelas que investem na formação de uma liderança mais acolhedora. "Não adianta ter esses benefícios, modelos, se o líder direto da profissional não ouve as necessidades dela."

Uma nova pesquisa da Ticket, marca da Edenred Brasil, obtida pelo **Valor** e feita com 207 profissionais de empresas do Sudeste, mostra que 25,5% das mulheres sentem que a situação como mãe pode atrapalhar seu crescimento profissional e 23,5% dizem que sentem um desconforto, de forma velada, ao precisar se ausentar do trabalho para alguma atividade ou urgência envolvendo os filhos. "A atuação da liderança é fundamental para analisar individualmente cada situação, buscando respeitar os momentos que os funcionários precisam se dedicar a assuntos pessoais sem comprometer os prazos e a qualidade das entregas", diz José Ricardo Amaro, diretor de recursos humanos da Ticket.

A Cisco, que já trabalhava com licença parental e ações inclusivas, diz que seu foco atual está em construir um ambiente de confiança, onde as pessoas se sintam à vontade para falar suas demandas e questões de maternidade ou parentalidade, conclui Nayana Pita, diretora de RH.

BRF quer intensificar uso de IA no recrutamento

Live RH 4.0

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

A BRF, gigante do setor de alimentos com 100 mil empregados em 127 países, sendo 93,6 mil no Brasil, planeja reforçar o recrutamento de novos talentos com o uso de inteligência artificial (IA). Quem afirma é Alessandro Bonorino, vice-presidente global de gente, gestão e transformação digital da dona de marcas como Sadia, Perdigão e Qualy. "Vamos melhorar a assertividade na seleção usando algoritmos sem vieses, para garantir a diversidade na mão de obra, e acompanhar os resultados com um grupo também diverso", afirmou o executivo, durante live da série RH 4.0 do "Carreira em Destaque", mediada pela editora de Carreira do **Valor**, Stela Campos. A empresa tem mais de 1,8 mil vagas em aberto no país, sendo 1% para posições de liderança.

Com os novos recursos, a ideia é ampliar opções de contratação com a eliminação de critérios que só serviam para "barrar" novos currículos. Na área de tecnologia, por exemplo, a BRF parou de exigir diploma universitário para funções como programadores. "Descobrimos que havia gente boa que sabia programar e não tinham formação acadêmica."

A ação faz parte de uma onda de digitalização nas rotinas de recursos humanos da BRF, como admissão, experiência do funcionário e treinamentos, iniciada em 2017.

Desde 2021, a empresa usa um sistema de admissão digital no Brasil que coleta e valida os documentos de novos funcionários. A novidade, pensada para cobrir a diversidade da força de trabalho, tem versões em português, espanhol, francês e crioulo, um dos idiomas falados no Haiti. Mais de 11 mil contratações foram feitas remotamente, sendo 1,1 mil de estrangeiros, como venezuelanos, haitianos e angolanos.

Outra frente aberta com a digitalização é a "Flor do RH", assistente virtual que pode ser acessada via celular. A ferramenta envia holerites, extratos de despesas médicas e recebe solicitações como alteração de planos odontológicos, reembolso educacional e registros de vacinas contra a covid-19. É capaz de responder mais de 22 mil perguntas, em cerca de 50 temas, e já foi utilizada pelo menos uma vez por 98% dos funcionários, com uma média de 100 mil atendimentos mensais. A companhia iniciou a internacionalização da ferramenta para atender, em inglês, mais de dois mil empregados em cinco países do Oriente Médio — Omã, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait.

A BRF também está estruturando uma nova plataforma de capacitação, em várias línguas, inclusive árabe e turco, a fim de impactar 100% do quadro. "A ideia é alcançar 100 mil funcionários até setembro", afirma.

Para colocar todos os planos "na rua", os times de tecnologia e RH atuam com metodologias ágeis para acelerar entregas e definir prioridades entre demandas pontuais e iniciativas mais estruturantes. Também validam os projetos por meio de conceitos usados no universo das startups, como o mínimo produto viável (MVP, na sigla em inglês) e provas de conceito.

A multinacional, com 41 unidades de produção no mundo, sendo 35 no Brasil, adotou o expediente remoto para as áreas administrativas (menos de 10% do quadro), no início da pandemia. Desde março de 2022 aderiu a um modelo que chama de "flexível". O arranjo dos dias trabalhados em casa ou no escritório é combinado com as chefias e depende de cada função, diz Bonorino.

Por que entendimento da cultura é essencial aos líderes?

Rumo Certo

Vicky Bloch

"Cultura e liderança são dois lados da mesma moeda. Quando as culturas existem, elas determinam os critérios para a liderança e, assim, definem quem será ou não um líder. O mais importante para os líderes é que, se eles não se tornarem conscientes das culturas em que estão inseridos, estas os gerenciarão. O entendimento cultural é desejável para todos, mas é essencial a quem lidera."

O parágrafo acima faz parte do livro "Cultura Organizacional e Liderança", do consultor americano Edgar H. Schein, um dos pioneiros nos estudos sobre desenvolvimento organizacional. E eu trago o tema neste artigo para fazer uma associação que pouco se faz no mercado corporativo: a necessidade de se levar a cultura organizacional para dentro do ambiente de conselho de administração.

Em minha última coluna, falei sobre o "onboarding" de conselheiros e propus que as empresas comecem a trazer para o processo de integração do CA o lado humano dos indivíduos. Hoje, eu gostaria de fazer uma nova provocação: que os novos membros de conselho passem a ter em sua lista de lição de casa imediata o entendimento da cultura da organização da qual farão parte.

Sei que essa é uma meta desafiadora, já que diagnóstico de cultura não faz parte da formação usual de conselheiros. Mas, certamente, aqueles que foram líderes em organizações com cultura forte sabem identificar a importância do tema.

O livro de Shein, desenvolvido a partir de pesquisas com empresas e muito embasamento teórico, é inspirador para mim por reforçar o entendimento que, quando chegamos em algum lugar (o conselho, neste caso), a primeira curiosidade que deveríamos ter é sobre como as pessoas se comportam naquele ambiente, como aquela empresa se move.

E como se faz isso? Através do jeito mais fácil: a observação simples das pessoas e movimentos. É prestar atenção em tudo o que se vê, ouve, sente, em como a empresa está fisicamente organizada. Quando conversar com as pessoas, fazer perguntas interessadas sobre aquilo que se está observando, entender como as equipes costumam resolver seus problemas, como se adaptam a mudanças e tomam decisões. Sei que este é um comportamento muito pouco explorado pelos conselheiros, mas garanto que pode fazer uma diferença significativa para o nível de contribuição e entrosamento junto ao colegiado. Cabe ao chairman, obviamente, facilitar esse processo.

A cultura é a parte mais profunda, frequentemente inconsciente, de um grupo. Ela é um fenômeno dinâmico que nos cerca em todas as horas, moldado por comportamentos de liderança e um conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas. Uma definição interessante feita por Schein é que a cultura está para um grupo assim como a personalidade ou caráter está para um indivíduo — podemos ver os comportamentos resultantes, mas frequentemente não podemos ver as forças internas que causam certos tipos de comportamento.

Quando os conselheiros buscam compreender essas forças internas que movem a organização, eles são capazes, também, de melhor ler o comportamento da liderança executiva e identificarem se existe distância entre discurso e prática.

Se um membro de conselho recém-chegado faz intervenções na operação a partir da sua própria vivência sem considerar que a cultura é um produto de uma história e de ações no tempo, ele corre o risco de promover um distúrbio ou uma ruptura naquela cultura, o que não necessariamente leva para um lugar de sucesso. E o risco ainda é maior quando são vários os novos conselheiros, cada um com sua visão, tentando impor suas regras — mesmo que sejam boas propostas de reflexão — e causando grandes problemas para o CEO, atrapalhando a continuidade dos processos em andamento.

Tenho poucos dados de pesquisa, mas posso garantir pela minha experiência de coach de altos executivos que boa parte dos burnouts dos CEOs acontecem com mais frequência em organizações que trocam todo o conselho de uma vez e precisam começar do zero o estabelecimento de uma sinergia entre conselho e gestão. Inserir a cultura organizacional na integração de conselheiros é uma atitude de humildade e inteligência.

Vicky Bloch é fundadora da Vicky Bloch Associados, professora do IBGC, da FIA e membro de conselhos de administração e consultivos.

Vaivém

Stela Campos

Rizobacter

Renato Arantes é o novo CEO no Brasil da Rizobacter, multinacional de microbiologia agrícola, que pertence ao Grupo Bioceres. Sua atuação no setor do agronegócio inclui passagens pela Bayer e Albaugh Brasil.

Merck

Rogier Janssens assumiu o cargo de vice-presidente regional de cuidados com a saúde na América Latina na Merck. Ele já foi gerente geral da companhia para Rússia & CIS. Antes, trabalhou na Novartis e Alcon.

Ticket

Cristiano Fontes é o novo diretor de estratégia e desenvolvimento da Ticket, marca da Edenred Brasil. O executivo vem da McKinsey & Company, onde era um dos líderes da prática de pagamentos na América Latina.

E-mail: vaivem@valor.com.br

Empresas | Indústria

Imóveis Ex-Brasil Brokers já obtém 60% da receita com serviços financeiros

Nexpe lança Savye, sua sétima marca imobiliária

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Pouco mais de um mês após ter anunciado a mudança de seu nome, a Nexpe, antiga Brasil Brokers, lança nesta quinta-feira (5) uma nova marca, a Savye, empresa de tecnologia com foco em direito, para atender o mercado imobiliário e ajudá-lo a se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A empreitada é uma parceria com a Wibson, que detém a tecnologia para adequar empresas de todos os ramos à legislação.

A chegada da nova marca, a sétima da holding, tem relação com a mudança de nomenclatura: mais conhecida pela atuação no ramo de imobiliárias, com venda de lançamentos e imóveis prontos, a Brasil Brokers se tornou um grupo e expandiu suas áreas de atuação dentro do segmento de imóveis. Assim, criou novos negócios que já tomaram o posto de carro-chefe da companhia, e estar atrelado ao nome Brasil Brokers deixou de fazer sentido.

A Credimorar, negócio de intermediação de financiamento imobiliário, é um desses investimentos. Foi iniciada em 2017 e, no ano passado, com a taxa de juros ainda favorável ao crédito imobiliário, respondeu por 59% da receita bruta da holding e cresceu 60% na comparação anual. Originou R$ 4,1 bilhões para financiamento de mais de 13 mil imóveis no país.

Outro destaque entre os novos negócios é a Desenrola, plataforma de locação e venda de imóveis prontos criada em 2019, com atuação em São Paulo, Niterói (RJ), Goiânia e Cuiabá. Desenrola e Credimorar já representam 80% da receita da Nexpe. "Entendemos que não tinha mais nada a ver a Brasil Brokers como holding, era mais Desenrola e Credimorar do que qualquer coisa", diz Daniel Guerbatin, CEO da Nexpe.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Daniel Guerbatin, CEO da Nexpe, holding com novo nome, que está diversificando seus negócios no setor imobiliário

Para acompanhar a mudança, a sede da empresa está sendo transferida do Rio de Janeiro para a região da Berrini, em São Paulo. "É uma região de empresas de tecnologia e entendemos que precisamos estar próximos de outras companhias que também estão nessa pegada", afirma o executivo.

Dentro da holding há ainda a imobiliária Bamberg, a Convivera, de gestão de recebíveis de loteamentos, e a Abyara, que também comercializa lançamentos, mas em São Paulo, além da própria Brasil Brokers, que continua existindo no Rio de Janeiro.

Segundo Guerbatin, o objetivo da Nexpe é criar ou adquirir outros negócios que complementem o "ecossistema" imobiliário, para atender o consumidor final e também outras empresas do setor. Uma das ideias para o futuro é ter um banco próprio ou uma instituição de pagamentos, para atender corretores, conta o executivo. "Existe um nicho para entrar, hoje usamos alguns serviços que fazem isso, mas entendemos que pode ser mais sinérgico", diz.

A ideia é se assemelhar a uma "venture builder", organização que cria negócios em série, com a diferença de que eles não serão vendidos no final, mas incorporados à rede da Nexpe. A holding tem a vantagem de poder testar as empreitadas dentro do próprio grupo, o que acelera o desenvolvimento dos negócios e cria novas ideias, explica Guerbatin. "Já temos a dor, não precisamos descobri-la e fazer todo o processo normal de startup para validar o produto", afirma.

Para aumentar a abrangência das marcas, os planos são trabalhar com franquias ou licenciamento fora do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Goiás. "Para os próximos cinco anos, temos a meta ambiciosa de ter 10% de 'market share'", diz o CEO.

Em 2021, a Nexpe teve resultados positivos nas vendas de suas verticais, mas ficou com o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado sem passivos judiciais negativo em R$ 300 mil. Ainda assim, uma boa notícia ante os R$ 19,66 milhões negativos de 2020.

Licenciamento de implementos fica estável até abril

Veículos

Carlos Prieto
De São Paulo

A produção de implementos rodoviários vem se mantendo estável neste ano na comparação com 2021. Segundo números divulgados ontem pela Anfir, entidade que representa cerca de 150 fabricantes do setor, no acumulado entre janeiro e abril foram emplacados 48.224 implementos, pequena queda de 0,86% em relação às 48.643 unidades do mesmo período do ano passado.

O destaque, no entanto, é que desta vez quem está sustentando as vendas do setor é a chamada linha leve, ou "carroceria sobre chassis" como é definida no jargão do setor. Nos primeiros quatro meses do ano foram entregues 22.156 implementos leves, alta de 11,50% na comparação com as 19.871 unidades emplacadas no ano passado no mesmo período. Esse segmento é marcado pela pulverização dos fornecedores espalhados pelo país.

"Parece evidente que as obras de construção civil, sobretudo às ligadas ao mercado imobiliário, contribuíram para o resultado do segmento", afirmou José Carlos Spricigo, presidente da Anfir, em nota divulgada à imprensa.

A linha de pesados, segmento de reboques e semirreboques fortemente influenciado pelo agronegócio, apresenta desempenho bem inferior neste ano. Entre janeiro e abril foram entregues 26.068 implementos, queda de 9,40% em relação aos 28.772 produtos licenciados no ano passado nesse mesmo intervalo de tempo. O segmento concentra as grandes empresas do setor e tem capacidade para até 100 mil unidades por ano.

Para Spricigo, os clientes "estão mais cautelosos em adquirir novos produtos". "O mercado está a espera de uma reação mais consistente da economia", afirmou. Além do agronegócio, são tradicionais clientes do segmento os setores de infraestrutura e mineração.

Em abril os dois segmentos apresentaram queda na comparação com março. Os fabricantes de pesados emplacaram 6.564 unidades no mês passado, contra 6.844 implementos em março, perda de 4,1%. No segmento de leves a queda foi maior e chegou a 10,18%, com 5.674 implementos licenciados em abril ante 6.317 unidades no mês anterior. Segundo a Anfir, os feriados em abril não tiveram maior interferência no resultado.

Apesar do desempenho mais morno no quadrimestre, a Anfir mantém a previsão feita em janeiro para 2022. A expectativa da entidade é de crescimento entre 5% e 10% em volume sobre o ano passado, quando foram emplacados 162,7 mil implementos. Em 2021 o setor cresceu 33,47% sobre o ano anterior, que teve o resultado prejudicado pelo início da pandemia de covid-19 no segundo trimestre.

Projetado o desempenho dos quatro meses para todo o ano, o setor fecharia 2022 com cerca de 145 mil implementos licenciados, mas o segundo semestre é historicamente melhor, o que permite manter as estimativas mais positivas.

Desempenho Primeiro trimestre foi marcado por boa margem operacional e sucessivos aumentos da fibra

Suzano mantém fôlego e anuncia recompra de R$ 1 bi

Stella Fontes
De São Paulo

Maior produtora de celulose de mercado do mundo, a Suzano deu ontem nova mostra de que mantém fôlego financeiro para investir em crescimento e gerar retorno aos acionistas ao mesmo tempo. Junto com os resultados do primeiro trimestre, que refletiram a menor disponibilidade de celulose para venda e o aumento dos custos de produção, a companhia anunciou um programa de recompra de até 20 milhões de ações, com prazo de 18 meses, que ao preço atual totalizaria R$ 1 bilhão.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da Suzano, Walter Schalka, disse que a postura financeira conservadora, com dívida longa e taxa de juros adequada ao perfil da empresa no momento, e a geração de caixa operacional positiva — de janeiro a março, foram R$ 3,89 bilhões — contribuíram para a abertura do programa de recompra em paralelo a outros desembolsos relevantes.

Além de estar executando o Projeto Cerrado, com investimento total de R$ 19,3 bilhões, a companhia anunciou recentemente a compra de ativos florestais da Parkia Participações por US$ 667 milhões e o pagamento de dividendos complementares de R$ 800 milhões.

"Foi um trimestre marcado por excelente margem operacional, apesar do menor volume de venda de celulose e do impacto do custo caixa", afirmou Schalka, lembrando que o intervalo também foi marcado por aumentos sucessivos de preço da fibra de eucalipto. A Suzano acaba de anunciar mais um reajuste, de US$ 30 por tonelada na Ásia, com efeito imediato. Conforme o executivo, tanto para celulose quanto para papel, o momento ainda é de demanda aquecida.

Segundo o diretor de finanças, relações com investidores e jurídico, Marcelo Bacci, a Suzano lançará mão da recompra quando entender que a cotação de suas ações está aquém do valor considerado razoável. A companhia não fornece indicações de qual seria esse nível.

De janeiro a março, a receita líquida da empresa somou R$ 9,74 bilhões, com alta de 10%. As vendas de celulose no período totalizaram 2,38 milhões de toneladas, baixa de 13% ante o quarto trimestre e de 10% frente ao mesmo período de 2021, em meio às paradas para manutenção em Imperatriz (MA), Jacareí (SP), na linha 1 de Mucuri (BA) e nas linhas 1 e 2 de Três Lagoas (MS).

Já as vendas de papel avançaram 7% frente ao mesmo trimestre do ano passado, mas recuaram 16% em relação aos três últimos meses de 2021, para 312 mil toneladas.

O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado subiu 5% na comparação anual, a R$ 5,12 bilhões. Mas a forte escalada dos custos de produção contribuiu para a queda de 19% frente ao quarto trimestre.

A companhia encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido de R$ 10,3 bilhões, comparável a prejuízo de R$ 2,8 bilhões um ano antes, beneficiada pelo resultado financeiro positivo em R$ 12,9 bilhões. Ao fim de março, a alavancagem financeira da Suzano em dólares estava em 2,4 vezes, estável em três meses.

JULIO BITTENCOURT/VALOR

Schalka, presidente, destacou a postura financeira conservadora e a geração de caixa operacional positiva da companhia

Klabin vê retomada sazonal no mercado interno no 2º tri

De São Paulo

O segundo trimestre ainda deve ser marcado por atividade fraca no mercado doméstico, embora uma "leve" retomada na demanda por embalagens em papel já tenha sido percebida, em razão da sazonalidade mais favorável, na avaliação do diretor-geral da Klabin, Cristiano Teixeira. O comércio internacional, por outro lado, segue firme.

"O mercado interno ainda deve caminhar lentamente com a questão inflacionária", afirmou, em teleconferência com analistas. No primeiro trimestre, as vendas da companhia ao mercado brasileiro representaram 55% das 900 mil toneladas comercializadas, contra 56% no quarto trimestre e 61% no mesmo período de 2021.

No início do ano, a Klabin beneficiou-se principalmente de aumentos de preço realizados nos últimos trimestres e da realocação de volumes ao mercado externo, que compensaram a maior pressão dos custos e o consumo mais fraco de caixas de papelão no país. Como resultado, a receita líquida subiu 28% na comparação anual, para R$ 4,42 bilhões, e o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado avançou 35%, a R$ 1,73 bilhão.

De acordo com Teixeira, 2022 começou com cenário econômico e humanitário bastante desafiador, em meio à guerra na Ucrânia e gargalos na logística global, diferente das previsões iniciais de recuperação gradual após a pandemia de covid-19. Ainda assim, ressaltou, a Klabin entregou bons resultados.

Junto com o balanço, a empresa anunciou dividendos de R$ 346 milhões, elevando a R$ 1,125 bilhão o total distribuído aos acionistas nos últimos 12 meses. Ontem, suas units avançaram 4,8% na B3, negociadas a R$ 22,24.

Segundo o diretor do negócio de celulose, Alexandre Nicolini, os reajustes anunciados para a fibra curta a partir de 1º de maio foram aplicados. No China, o aumento anunciado pela companhia foi de US$ 30, a US$ 810 por tonelada.

Tradicionalmente, a Suzano, maior produtora mundial de celulose de eucalipto, lidera o movimento de reajustes dos produtores sul-americanos nas diferentes regiões. Nos últimos dois meses, contudo, a Klabin saiu na dianteira. "Havia na companhia a visão da diferença entre o preço de revenda e o de mercado na China e que, portanto, havia espaço para novo aumento", justificou.

Na Europa, comentou Nicolini, aumento de US$ 50 por tonelada para maio foi aplicado e há novo reajuste, de US$ 50 por tonelada, anunciado para junho. "O mercado segue bastante resiliente, embora a situação na China seja um pouco mais delicada, por causa dos lockdowns. Ainda assim, a Klabin não sente arrefecimento na demanda por seus produtos", disse.

Conforme o executivo, a empresa previa pressão maior nos preços da celulose na China em comparação a outras regiões e, já em 2021, decidiu elevar os volumes para os demais mercados, incluindo Brasil. A estratégia se mostrou acertada e os preços realizados ficaram acima da média da indústria.

No negócio de papelão ondulado, observou o diretor de Embalagens Douglas Dalmasi, a Klabin optou por abrir mão de volume e se concentrar em preços durante o primeiro trimestre. "Não olhamos 'market share' pontual, nossa visão é mais de médio prazo. Tivemos desempenho inferior ao mercado em volumes, mas os preços ficaram acima da média do setor porque privilegiamos rentabilidade", disse.

No mercado de kraftliner, o diretor do negócio de papéis, Flavio Deganutti, comentou que já se veem os primeiros sinais de retomada das exportações americanas desse tipo de papel, mas um anúncio importante de fechamento de capacidade contribui para a manutenção da relação mais justa entre oferta e demanda global. "Não vemos nenhum grande movimento [de mudança nesse cenário] nos próximos meses", disse. *(SF)*

Agenda Tributária

Mês de Maio de 2022

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta de Espetáculos Desportivos - CNPJ - Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora do espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome.	2550**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Abril/2022
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 10 do ADE Corat nº 7, de 2022)	Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep	1708**	Mês da prestação do serviço
	Reclamatória Trabalhista - CEI	2801**	"
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2810**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ	2909**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2917**	"
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	21 a 30/abril/2022
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	21 a 30/abril/2022
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Benefícios Acusações, contestadas pelo aplicativo, se referem a práticas do iFood Benefícios, lançado em 2020

Fornecedores de vale-refeição vão ao Cade contra o iFood

DIVULGAÇÃO

Alaor Aguirre, presidente do conselho da ABBT, que reúne 16 empresas, incluindo as líderes Alelo, Ticket e Sodexo

Adriana Aguiar
De São Paulo

A Associação Brasileira de Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), que reúne as grandes operadoras de vale-refeição, entrou com representação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra o iFood. O processo, que era sigiloso e corria desde março, tornou-se público na quarta-feira, por decisão do órgão.

Na representação, a AABT acusa o iFood de prática anticompetitivas envolvendo os mercados de vale-benefícios e de aplicativos de delivery de comida. Em plena pandemia, em julho de 2020, o iFood lançou o iFood Benefícios, para concessão de vale-refeição e vale-alimentação. De lá para cá, expandiu a operação e firmou parceria com a Elo, empresa brasileira de tecnologia de pagamentos.

O mercado de benefícios, que se tornou cada vez mais competitivo com a entrada também de startups como a Caju, Swile e Flash, além das empresas tradicionais, movimenta cerca de R$ 150 bilhões por ano.

A representação (processo nº 08700.001797/2022-09) tem três pontos principais. Primeiro, cita uma suposta vantagem competitiva do iFood ao ter acesso aos dados da plataforma de delivery, no qual se pode ter o perfil do consumidor. Também existe a acusação de um suposto desconto maior do que o mercado podia oferecer até o fim do ano para empresas credenciadas, "cashbacks" para os usuários e prazo maior para pagamento. Por fim, a ABBT afirma que existe uma presumida preferência dentro do aplicativo iFood para o pagamento feito com o iFood Benefícios em detrimento de outras operadoras de vale-refeição.

Após tornar o processo público, o Cade deu 15 dias para o iFood se manifestar. Depois isso, o órgão deve analisar os pedidos de medida preventiva, nos quais a ABBT pede que todas essas práticas cometidas pelo iFood sejam suspensas.

Segundo Alaor Aguirre, presidente do conselho da ABBT, que reúne 16 associadas, incluindo as líderes do setor Alelo, Ticket e Sodexo, a associação tem recebido diversas reclamações das operadoras com relação à conduta do iFood.

Em umas das reclamações, o iFood teria oferecido um "rebate" de 10% para uma grande companhia. O "rebate" é um desconto concedido às empresas que contratam os benefícios para seus funcionários, ao mesmo tempo que são cobradas taxas dos restaurantes credenciados. O percentual de 10% seria bem maior do que as outras operadoras davam, em torno de 5%. A prática do "rebate" era usual no mercado até o fim do ano, quando foi proibida por decreto.

Além disso, o iFood teria oferecido "cashback" de 5% para o usuário final, que volta diretamente para o vale-refeição. O que deixaria o aplicativo em vantagem competitiva sobre outros fornecedores. No serviço de delivery, ainda existe a queixa de que o iFood cobraria até 30% do valor da entrega dos restaurantes menores, que acabam pagando pela dependência do aplicativo, principalmente na pandemia. "O Uber Eats saiu do mercado porque a empresa não aguentou", diz Aguirre.

Essa prática ainda prejudicaria o consumidor final, segundo Aguirre, uma vez que os restaurantes repassariam para os preços da refeição essa taxa de até 30%.

Foram incluídas também reclamações de uma suposta preferência no aplicativo de comida por pagamentos com o iFood benefícios, em detrimento de outras operadoras de vale-refeição. E ainda sobre vantagem que poderia trazer ao negócio ter na plataforma uma espécie de serviço de inteligência, com o perfil de cada usuário. "O iFood sabe o que cada um está acostumado a comer, o que gosta, o que não gosta, tem toda uma inteligência por trás que pode deixar o jogo mais nocivo", diz Aguirre. Para ele, novas empresas são bem-vindas no mercado "desde que todas obedeçam as mesmas regras do jogo", diz.

Lucas Pittioni, diretor jurídico do iFood rebate as acusações. Ele afirma que a empresa entrou no mercado de benefícios para oferecer um produto mais moderno para o trabalhador, com tecnologia, e ao mesmo tempo levar preços mais competitivos para restaurantes e mercados. E que por isso, a empresa participou, no ano passado, de todo o processo de elaboração da modernização do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com o Ministério do Trabalho, onde ocorreram consultas públicas para ouvir o setor.

A ideia, segundo Pittioni, era colocar o trabalhador novamente no centro das políticas públicas. "O que vimos é que ao longo dos anos de existência do PAT [de 1976], o trabalhador saiu do foco e isso virou uma negociação entre RH de empresas e operadoras de vale-refeição".

Com a proibição dos descontos e prazos para pagamento — no fim do ano para o PAT, com o Decreto nº 10.854, e para o auxílio-alimentação, com a Medida Provisória nº 1.108, no início de 2022 — o trabalhador então teria voltado ao centro da discussão.

Por fim, Pittioni afirma que o iFood está entrando nesse mercado e "não há que se falar em dano à concorrência quando apenas se trata de maior competição". Segundo ele, 90% das operações do iFood Benefícios são no mundo off-line, em compras presenciais em supermercado e restaurantes. E a ABBT ainda representa algo em torno de 90% do mercado.

Ainda afirma que os contratos do iFood com descontos foram firmados antes do decreto e seguiam as práticas do mercado. E que não há favorecimento do serviço de benefícios na plataforma iFood, uma vez que a empresa não tem interesse em restringir operações de pagamento. "Quanto mais opções para o usuário na plataforma, mais negócios. Isso é uma falácia porque nosso interesse é ter um maior número de pagamentos possível."

Decathlon entra no Nordeste e tenta retomar crescimento no ano

Artigos esportivos

Adriana Mattos
De São Paulo

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Investimento no NE é desafio logístico, diz Burel; rede tem abril melhor e absorve parte da alta de custos para vender

Quase uma década após a sua chegada no Centro-Oeste, a rede de materiais esportivos Decathlon deve entrar numa nova região, o Nordeste, com a abertura da primeira loja em Salvador na próxima semana. Mais duas unidades serão inauguradas até o fim do ano, em Recife e Fortaleza. É um movimento que reforça investimentos em negócios mais consolidados no país por parte dos donos, o grupo francês Adeo, da família Mulliez, após tentativas frustradas de aberturas de novas cadeias nos últimos anos.

Ainda é uma expansão num momento em que a Decathlon tenta retomar seu crescimento — a rede não registrou aumento de vendas em 2021.

As primeiras lojas da Decathlon no Nordeste serão abertas em shoppings — logo, são contratos de locação, sem necessidade de investimento para construção do ponto, e com metragem menor que suas lojas tradicionais. As unidades padrão da rede têm até 4 mil m^2, enquanto a de Salvador soma 1,6 mil m^2. Os novos pontos funcionarão também como locais de estocagem ("mini-hubs") para entrega de compras pelo site e "app".

Como há limitação de área para venda e armazenamento nessas lojas, haverá um trabalho focado em melhor uso de espaços e na seleção dos produtos. Serão pontos com 10 mil modelos de produtos, sendo que na rede no exterior, o mix total chega a 18 mil. Parte da venda virá do braço on-line, com entrega a partir do centro de distribuição de São Paulo — o que gera maiores custos de frete e prazo de entrega.

"Para nós, o Nordeste é um passo muito grande. Em termos de logística é um desafio, e em termos de 'mix' de produtos também exigirá uma adaptação para termos na loja o que realmente vende. Mas é uma região com outro apelo em termos de esportes, o que abre uma venda maior de novas categorias para nós", diz Cedric Burel, presidente da rede.

Segundo ele, sobre a questão de custos e prazos, a empresa estuda criar "dark stores" (áreas de estocagem menores, localizadas em regiões mais centrais) para armazenar itens para entrega mais rápida. "Estamos imaginando que, a depender da demanda, vamos precisar desses 'hubs' de apoio para sermos mais competitivos", acrescentou.

Além disso, ao entrar em três cidades do Nordeste em cerca de seis meses, a empresa quer gerar maior escala, que pode reduzir custos de transporte e distribuição.

Nos últimos anos, o grupo Adeo, controlador da rede, abriu no país lojas das marcas Zôdio, de produtos para casa, e Kiabi, de moda, mas ambas fecharam entre fim de 2019 e início de 2020. Leroy Merlin e Decathlon são os negócios do grupo com maior presença no mercado brasileiro. Mesmo assim, a Decathlon mantinha crescimento orgânico só nas regiões já ocupadas há anos (Sudeste, Sul e Centro-Oeste). A empresa tem 45 unidades no país — mais da metade no Sudeste.

Para consultores, a empresa tem como diferencial a força de marcas próprias com preços mais baixos — 80% da venda no Brasil vem dessas cinco linhas, como Domyos (vestuário), e Btwin (bicicletas). E de seu portfólio em esportes com concorrência local menor, como equitação e canoagem. "Eles são bem posicionados nesses segmentos, e ainda ganham volume com suas marcas próprias, só que a competição geral, em faixas de preços mais baixas, cresceu com os 'marketplaces' e o avanço da Netshoes depois que ela foi vendida ao Magalu", afirma um consultor em moda.

Ranking anual do varejo da SBVC, entidade do setor, estima vendas da Decathlon em R$ 1,3 bilhão em 2020 — equivalente a pouco menos da metade do faturamento da líder Centauro naquele ano. A empresa não abre valores.

Apesar do início de ano mais fraco, Burel diz que a cadeia vem registrando agora crescimento mais acelerado. "Janeiro não foi bom, fevereiro veio um pouco melhor e depois o ritmo foi se recuperando. Abril foi muito bom. O fim da exigência do uso das máscaras fez acelerar muito esportes não só ao ar livre, mas nas academias, que estão lotadas. Estamos considerando alta no faturamento no ano na faixa de 20%", afirmou o executivo.

Essa alta é projetada em cima de uma estabilidade, já que em 2021, a empresa diz que não cresceu em relação a 2020, em parte por efeito de gargalos na cadeia.

Para efeito de comparação, a Centauro, com cerca de 230 lojas (cinco vezes mais que a Decathlon) cresceu 28% em 2021 — sem incluir o braço de operação da Nike. Ao considerar esse negócio, a venda subiu 110%.

Parte do esforço da Decathlon para retomar as vendas virá de uma política de ampliar volume vendido por meio da absorção de parte das pressões em custos, com a alta da inflação — apesar do efeito negativo sobre margem. A direção ainda aposta num impacto da queda recente no dólar, já repassada aos preços de importados neste ano. Cerca de 30% da venda da rede são de itens locais.

Iguatemi vende 30% mais em abril do que na fase pré-pandemia

Shoppings

Raquel Brandão
De São Paulo

Impulsionado pelo consumidor de alta renda — menos afetado pela escalada inflacionária —, o grupo Iguatemi viu um crescimento de 31% nas vendas de seus shoppings em abril, até o dia 22, na comparação com o mesmo mês de 2019, antes da pandemia. Os dados preliminares foram apresentados ontem pelo comando da companhia em teleconferência com analistas sobre o balanço do primeiro trimestre.

"As vendas do mês [de abril] vão superar isso e maio deve ser ainda melhor, pois os lojistas estão bastante animados com o Dia das Mães", disse o diretor financeiro da Iguatemi, Guido de Oliveira.

No primeiro trimestre, as vendas totais do grupo cresceram 77,2% ante mesmo período de 2021, para R$ 3,3 bilhões, superando, também, em 14,8% o mesmo período de 2019. A Iguatemi teria registrado lucro líquido de R$ 41 milhões se não tivesse investimentos na empresa de serviços para comércio on-line Infracommerce, cujas ações caíram quase 70% desde o começo do ano — com isso, o Iguatemi reportou prejuízo de R$ 17,33 milhões.

"O [crescimento] mais evidente é a parte de luxo, porque teve uma mudança de hábito de consumo desse mercado no Brasil", disse a presidente da Iguatemi, Cristina Anne Betts. Quem comprava lá fora percebeu que aqui se pode comprar com o mesmo preço, parcelando e com atendimento em português. Esse bom momento tem atraído grifes internacionais que ainda não operam no país, diz ela.

"Mas o mais emocionante é que vemos esse movimento de melhora em todas as categorias e todos nossos shoppings. A remoção das máscaras nesse trimestre foi muito importante: dá uma sensação de normalidade", acrescenta, citando o exemplo das redes de cinema, que voltaram a ter sessões lotadas e lançamentos de filmes 'blockbuster'.

Na bolsa

Ações da Iguatemi UNIT (R$/ação)

22 / 20 / 18 / 16 / 14

16,74 — 19,26 — 20,70

3/jan 2022 — 3/mar — 4/mai

Variações, em %

No dia	1,37
No mês	0,25
No ano	16,45

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

A executiva argumenta que o aumento das vendas tem ajudado a elevar a ocupação nos empreendimentos, que chegou a 92,7% no fim do primeiro trimestre. "Estamos num ritmo muito forte de reposição de área."

O crescimento de 0,7 ponto percentual na taxa de ocupação no primeiro trimestre, período sazonalmente mais fraco, chamou atenção dos analistas de mercado. Os resultados do Iguatemi de janeiro a março foram em linha com os da Multiplan, evidenciando uma recuperação consistente em shoppings de alta renda, observaram os analistas do Citi.

Outro ponto que chamou atenção do mercado foi a melhora do valor de aluguel. Tanto analistas do BTG Pactual quanto do Bradesco BBI consideraram as receitas com aluguel "mais fortes do que o esperado". A receita de aluguel total somou R$ 198 milhões, ficando 29,7% acima do mesmo período de 2021 e 42,8% superior a 2019.

Diante da melhora do tráfego e as vendas nos shoppings, a empresa diminuiu os descontos e, segundo a presidente, começou a colher os benefícios de assumir uma vacância mais alta em meados de 2021. "Nunca preenchemos área vaga no desespero."

(Colaborou Felipe Laurence)

Cenário Valor de mercado cai em meio a juros altos, falta de insumos e novos hábitos de consumo

Grandes grupos de tecnologia perdem US$ 1,4 trilhão na bolsa

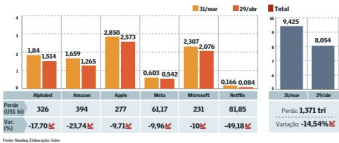
Felipe Laurence
De São Paulo

As ações das cinco principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos, Alphabet, Amazon, Apple, Meta e Microsoft, as chamadas “Big Techs”, e a Netflix, perderam US$ 1,37 trilhão em valor de mercado em abril, um dos piores meses para essas companhias desde o início da pandemia. O montante, que equivale a cerca de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021, reflete um ambiente macroeconômico desafiador e a repercussão dos resultados das empresas no primeiro trimestre do ano.

O setor de tecnologia vem perdendo valor, em bolsas ao redor do mundo, desde a virada de 2021 para 2022, por conta da perspectiva de alta de juros nos Estados Unidos e em outros países, como forma de conter a inflação que toma conta da economia global. As empresas são afetadas pela perspectiva de redução no fluxo de caixa futuro e de maior dificuldade em levantar recursos para financiar seu rápido crescimento.

“O que em um primeiro momento parecia ser uma inflação temporária, por descasamento de oferta e demanda, acabou se mostrando bem mais persistente, forçando ajustes maiores nas taxas de juros, o que traz um impacto negativo principalmente nas ações de tecnologia, mais dependentes de financiamentos e, em muitos casos, ainda com geração de caixa deficitária”, diz Alexandre Constantini, estrategista-chefe da Catarina Capital.

Ele lembra que as disrupção na cadeia de componentes eletrônicos, que já vinha há algum tempo afetando o setor, foi agravada pela guerra na Ucrânia, atacada pela Rússia desde 24 de fevereiro deste ano. “Setores como software, hardware, semicondutores, entre outros, foram afetados e sofreram com uma produção menor de seus produtos finais.”

As seis empresas que sofreram a enorme desvalorização nas suas ações divulgaram, umas mais ou outras menos, os efeitos dessas questões macroeconômicas nos resultados do primeiro trimestre ou nas perspectivas para os próximos períodos. O conjunto desses fatores acabou causando a desvalorização, mesmo que os números em si do trimestre não tenham sido tão ruins.

“De uma maneira geral, os resultados não estão tão ruins quanto parecem ser”, afirma William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue Securities. Ele explica que as empresas de tecnologia já sinalizam uma desaceleração da economia americana, que para ele é saudável. A economia diz, vinha muito aquecida, financiada pelos recursos que o Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos (EUA), injetou no mercado americano ao longo dos últimos anos para conter os efeitos da pandemia.

A opinião é compartilhada por André Kim, sócio da GeoCapital, que vê uma fuga dos investidores de empresas com múltiplos elevados, que é o caso das Big Techs, em meio à escalada da inflação e dos juros nos EUA. No caso da Netflix, o múltiplo “preço da ação em relação ao lucro” estava em torno de 30 vezes em março. Na Amazon, essa relação era de 80 vezes e continua elevada. “Neste primeiro trimestre nós temos que fazer uma divisão do que foi resultado ruim nessas empresas e o que é percepção de resultado”, pondera.

Os analistas ouvidos pelo **Valor** são unânimes ao dizer que das seis empresas, a que menos sentiu tais efeitos no primeiro trimestre foi a Apple. “Ela bateu o consenso do mercado em praticamente todas as linhas do balanço”, diz Kim. A receita da Apple no período de janeiro a março aumentou 9%, para US$ 97,3 bilhões, com lucro líquido de US$ 25 bilhões, alta de 5% na comparação anual.

O sócio da GeoCapital diz que o que acabou prejudicando a Apple foi a fala do CEO, Tim Cook, sobre os efeitos que os problemas na cadeia de suprimentos, incluindo o recrudescimento da pandemia na China, terão na produção de aparelhos da Apple nos próximos trimestres. “Isso criou um nervosismo, quase irracional no mercado, que [teme que] o lucro da companhia será afetado. Mas não dá para afirmar isso.”

A Microsoft também apresentou resultados considerados saudáveis no trimestre. O lucro líquido de US$ 16,73 bilhões representou alta de 8% na comparação anual, enquanto as receitas avançaram 18% no período, para US$ 49,4 bilhões. “Apresentou números satisfatórios e sem perspectiva horrorosa”, diz Alves.

A transição da companhia para um modelo de negócio baseado em nuvem, com a receita da unidade de Azure subindo 26%, a US$ 19,1 bilhões, a protege de impactos mais drásticos das questões macroeconômicas, deixando o mercado mais calmo, comenta Alves. A diretora financeira da Microsoft, Amy Hood, afirmou que o crescimento da receita do Azure vai desacelerar apenas ligeiramente no próximo trimestre, mas ainda acima das projeções.

A Meta, controladora das redes sociais Facebook, WhatsApp e Instagram, se recuperou no primeiro trimestre, após um quarto trimestre muito ruim, quando a ação chegou a despencar 26,3%, perdendo US$ 225 bilhões em valor de mercado. As receitas subiram 7%, a US$ 27,9 bilhões, enquanto o lucro líquido caiu 21%, a US$ 7,46 bilhões. André Kim nota que a empresa acertou o tom da comunicação das perspectivas.

O comando da Meta conseguiu mostrar que “não vai demorar quatro a cinco anos de investimentos” para a receita dos negócios envolvendo a tecnologia do metaverso começar a aparecer, diz Kim.

As receitas atuais da Meta, mais baixas do que o esperado, mostram a maturidade de suas plataformas, diz o sócio da GeoCapital, que lembra dos esforços da companhia para avançar em novas ferramentas, como o Reels, que permite criar vídeos de até 60 segundos no Instagram.

Já a Alphabet, controladora do Google, viu queda de 8,3% no lucro líquido, a US$ 16,4 bilhões, com as receitas crescendo 23%, a US$ 68 bilhões. Alves diz que a desaceleração continuada nos negócios de publicidade e no YouTube acenderam um sinal de alerta nos investidores: “Há um acirramento de competição com outras plataformas e não temos muitos indicadores para onde isso vai.”

“Existe essa preocupação na desaceleração de receitas de publicidade em mídias digitais, afetadas pela retomada gradual da vida pós-pandemia, com menor engajamento de usuários em serviços de streaming e comércio eletrônico”, diz Constantini.

A Amazon foi, no grupo da “Big Techs”, a empresa que realmente apresentou um resultado ruim no primeiro trimestre, dizem os analistas. A companhia teve prejuízo de US$ 3,84 bilhões, primeira perda trimestral desde 2015, puxada pela desvalorização da participação que possui na montadora de veículos elétricos Rivian. As receitas cresceram cerca de 7% entre janeiro e março, a US$ 116,4 bilhões.

“A Amazon claramente sentiu o impacto das pressões inflacionárias na sua estrutura de custos, bem como da volta gradual do consumo aos pontos físicos”, diz Constantini. Alves observa que a sinalização do diretor-presidente da Amazon, Andy Jassy, de desaceleração operacional, preocupa, mesmo com os negócios de nuvem, tocados pela AWS, tendo desempenho positivo no trimestre.

Fora das “Big Techs”, mas com importância similar no setor de tecnologia, a Netflix foi a empresa que realmente assustou o mercado no início da temporada de balanços do primeiro trimestre deste ano. A plataforma de streaming apresentou uma perda líquida de 200 mil usuários — a expectativa era de adição de até 2,5 milhões de assinantes. O alerta da empresa de que ainda vai perder mais assinantes nos próximos trimestres contribuiu para a má recepção de seu balanço trimestral por parte dos investidores.

Kim, da GeoCapital, diz que a retração na base de clientes da Netflix aconteceu principalmente por conta da deterioração macroeconômica e os reajustes nas mensalidades, afugentando assinantes. No entanto, ele observa que as iniciativas que a companhia pensa em implementar, como restrição ao compartilhamento de contas e uma assinatura contendo anúncios, pode estabilizar a situação da companhia nos próximos anos.

Em baixa
Valor de mercado das Big Techs (US$ trilhões)

	Alphabet	Amazon	Apple	Meta	Microsoft	Netflix
31/mar	1,84	1,659	2,850	0,603	2,307	0,166
29/abr	1,514	1,265	2,573	0,542	2,076	0,084
Perda (US$ bi)	326	394	277	61,17	231	81,85
Var. (%)	-17,70	-23,74	-9,71	-9,96	-10	-49,18

Total	31/mar	29/abr
	9,425	8,054

Perda: 1,371 tri
Variação: -14,54%

Fonte: Nasdaq. Elaboração: Valor

TIM vai entrar em segurança e busca outros negócios

Telecomunicações

Ivone Santana
De São Paulo

A TIM Brasil está avançando em sua proposta de ir além de seu negócio principal em telecomunicações, para diversificar seu portfólio de produtos e serviços. Ontem, a operadora anunciou que vai criar uma nova empresa em parceria com a FS Security. O foco do novo negócio, batizado de Exa Tecnologia, é segurança. O plano é abrir seu capital em três a cinco anos.

Com a FS, a TIM deve lançar produtos baseados no pagamento por PIX, meio que passa a ser uma parte importante no processo de pagamentos da operadora. A FS atua em tecnologia e sistemas digitais nos mercados empresarial e residencial. Tem parceria com todas as grandes teles. Procurada, não deu mais detalhes.

Mas o interesse da TIM em diversificar por meio de alianças é mais amplo, conforme a operadora informou ontem durante o TIM Day, um evento para mostrar seus planos a investidores e analistas. A subsidiária da Telecom Italia busca outros parceiros em determinadas áreas da economia com plano de crescer em serviços de tecnologia. Os alvos são empresas que já provaram seus produtos e estão em busca de crescimento exponencial de clientes. Nesse projeto, startups estão descartadas, segundo Renato Ciuchini, que lidera novos negócios e inovação na TIM.

O presidente da TIM, Alberto Griselli, mostrou interesse em fusões e aquisições e avaliou a consolidação do mercado de provedores de internet nacionais e regionais — são cerca de 14 mil no país, além das redes neutras.

“Não vamos provocar e bater na porta dos provedores pedindo para comprar, vamos reagir às oportunidades”, completou Camille Faria, diretora financeira e de relações com investidores da TIM.

Sobre o modelo de negócios, a ideia é trocar base de clientes por ‘equity’ nessas empresas que estejam muito bem posicionadas, explicou Ciuchini. A TIM vê algumas áreas de negócios como promissoras. Em saúde, destacou que 50 milhões de brasileiros pagam seguro privado e que 160 milhões são potenciais clientes.

Em relação às redes móveis, o diretor de tecnologia da TIM, Leonardo Capdeville, disse que o tráfego em rede com tecnologia 4G deve provavelmente se estabilizar entre 2023 e 2024, e o crescimento passará a ser por 5G. “É um novo momento. Como percebemos lá atrás que havia uma tendência de mudança de 3G para 4G, estamos enxergando que o ciclo de 4G começa a chegar ao seu ‘turning point’”, disse Capdeville.

Musk planeja cobrar taxa de empresas no Twitter

Lina Saigol
Dow Jones Newswires

O bilionário Elon Musk lançou, na terça-feira, em mensagens no Twitter, a ideia de introduzir uma taxa para alguns usuários corporativos assim que concluir a compra de US$ 44 bilhões da plataforma de mídia social.

“O Twitter sempre será gratuito para usuários casuais, mas talvez com um pequeno custo para usuários comerciais/governamentais”, disse Musk em um tuíte na terça-feira (3). “Alguma receita é melhor do que nenhuma!”, acrescentou em outra mensagem.

O CEO da Tesla vem dando dicas sobre como pode aumentar a receita no Twitter desde que sua oferta de aquisição de US$ 54,20 por ação para a empresa de mídia social foi aprovada por seu conselho no mês passado. Isso inclui reduzir o preço do novo serviço de assinatura premium da empresa, o Twitter Blue.

O empresário, que chegou a um acordo para fechar o capital do Twitter em um negócio de US$ 44 bilhões, disse a potenciais investidores que pode voltar a colocar a empresa na bolsa em menos de três anos, segundo fontes.

O acordo deve ser fechado ainda neste ano, sujeito à aprovação dos acionistas do Twitter e dos reguladores, disse a empresa.

Musk, fundador da Tesla, tem falado com investidores como firmas de private equity, que podem ajudar a reduzir os US$ 21 bilhões que ele precisa desembolsar para ajudar a pagar a aquisição do Twitter. O resto do capital virá de empréstimos. Uma das empresas que considera participar é a Apollo Global Management, informou o “The Wall Street Journal”.

As empresas de “private equity” muitas vezes fecham o capital das empresas com o objetivo de consertá-las fora dos holofotes e, em seguida, torná-las públicas novamente dentro de cinco anos ou mais. O sinal de Musk de que planeja fazer algo semelhante pode ajudar a garantir aos potenciais investidores que ele trabalhará rapidamente para melhorar as operações comerciais e a lucratividade do Twitter.

Ele deu poucos detalhes sobre seus planos exatos para a empresa, além de querer que ela seja menos censora na moderação de conteúdo. A certa altura, ele disse que não se importa se ganhar dinheiro com o negócio. Musk tem um histórico não cumprir seus cronogramas e metas na Tesla, a empresa de carros elétricos.

Embora Musk seja o homem mais rico do mundo, juntar os fundos para selar o acordo não foi tarefa fácil. Assim que ele conseguiu fazer isso, a resistência esperada do Twitter diminuiu e os dois lados rapidamente concordaram em um acordo pelo preço de oferta original de US$ 54,20 por ação.

EVAN AGOSTINI/INVISION/AP

Musk tem conversado com investidores para participar da aquisição do Twitter

Curta

Atel investe em shopping

O Grupo Atel, que atua no segmento de educação há 50 anos, uniu-se à Hannah Engenharia, empresa de Mato Grosso do Sul, para construir o primeiro shopping center localizado no bairro da Taquara, zona oeste do Rio de Janeiro. O valor do investimento é de R$ 300 milhões. O empreendimento, batizado de Taquara Plaza, está previsto para abrir em novembro deste ano. O Grupo Atel é proprietário da rede Santa Mônica Educacional, que tem 13 filiais no Estado do Rio. A Hannah Engenharia, por sua vez, construiu shopping centers em Campo Grande e São Paulo. A empresa será responsável por toda a obra do Taquara Plaza. O grupo de empreendedores conta ainda com a participação da Argo Desenvolvimento e Gestão, responsável pelo planejamento, desenvolvimento, comercialização e gestão de shoppings em diferentes estados brasileiros. O shopping terá 20 mil metros quadrados de área bruta locável, com cinco lojas âncoras, sete megalojas e 116 lojas satélites.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Bm Indústria e Comércio de Aços Eireli, Nome Fantasia Bm Comércio de Aço e Montagens -** CNPJ: 24.995.864/0001-59 - Endereço: Rua Ipanema, 2445, Bairro Vila Nova Sorocaba - Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Êxodus Institucional - Vara/Comarca: 7a Vara de Sorocaba/SP

Requerido: **Gp Trade e Gestão Ltda. Epp -** CNPJ: 23.990.952/0001-03 - Endereço: Av. Sagitário, 138, Sala 1713 A, Sítio Tamboré, Bairro Alphaville, Barueri/sp - Requerente: Banken Informações e Fomento Mercantil Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª Raj/SP

Requerido: **Isoenge Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 03.725.193/0001-36 - Endereço: Rua João Canzi, 1280, Núcleo Itaim, Ferraz de Vasconcelos/sp - Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Êxodus Institucional - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª Raj/SP

Requerido: **Mgm Comércio de Móveis e Colchões e Marcenaria Eireli -** CNPJ: 28.021.677/0001-25 - Endereço: Rua Manoel Simões, 40, Bairro Roncon, Ribeirão Pires/sp - Requerente: Banco Sofisa S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª Raj/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Lalin Serviços Gráficos Ltda. ME -** CNPJ: 10.728.352/0001-11 - Endereço: Rua Soldado Alcebíades Bobadilha da Cunha, 366, Bairro Parque Novo Mundo - Administrador Judicial: Dr. Nelson Alberto Carmona - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ph Restaurante Ltda., Nome Fantasia La Tambouille -** CNPJ: 31.169.785/0001-54 - Endereço: Área Sia/so, Área 6520, Cccv Sn Loja 249 K1, Bairro Guará - Administrador Judicial: Dr. Rômulo Pinto Ramalho - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Piso Certo Ltda. -** CNPJ: 34.282.562/0001-97 - Endereço: Av. Papa João Paulo I, 7179, Sala 02, Bairro Jardim Fátima, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Ala Consultoria e Administração Eireli Epp, Representada Pela Dra. Adriana Roderigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª Raj/SP

Empresa: **Treviso Residencialle Incorporações Imobiliárias Spe Ltda. -** CNPJ: 17.489.252/0001-29 - Endereço: Rua Barão de Teffé, 1000, Ssla 131, Bairro Jardim Ana Maria - Administrador Judicial: Dra. Amanda Hernandez Cesar de Moura - Vara/Comarca: 4a Vara de Jundiaí/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Liga Montagem e Manutenção Eletromecânica Ltda. -** CNPJ: 93.688.778/0002-05 - Endereço: Av. Cecília Meireles, 484, Bairro Inácio Barbosa - Administrador Judicial: Não Citado No Despacho - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE

Empresa: **Marina Artes Gráficas Ltda. Epp -** CNPJ: 32.909.319/0001-20 - Endereço: Sig, Cjto. C, Lote 10, Bairro Taguatinga Norte - Administrador Judicial: Dra. Elaine Oliveira Dos Santos de Paula - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Teixeira Gráfica e Editora Ltda. -** CNPJ: 00.631.226/0001-90 - Endereço: Sig, Cjtos. B e C, Lotes 05, 06, 07 e 08, Bairro Taguatinga Norte - Administrador Judicial: Dra. Elaine Oliveira Dos Santos de Paula - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Insumos Fabricação do produto reduz as emissões de carbono em mais de 60% na comparação com o convencional

CF e Mitsui investem em 'amônia azul'

Érica Polo
De São Paulo

A americana CF Industries, que produz amônia (matéria-prima para adubos), e a japonesa Mitsui & Co anunciaram nesta semana a intenção de desenvolver uma unidade de produção de "amônia azul" nos Estados Unidos.

O processo de fabricação reduz as emissões de carbono em mais de 60% se comparado ao da amônia convencional, informa a empresa americana, em nota. A expectativa é que a procura pela matéria-prima cresça significativamente nos próximos anos.

"A 'amônia azul' vai desempenhar um papel crítico na aceleração da transição mundial para energia limpa, e a demanda crescerá significativamente na segunda metade desta década", afirmou Tony Will, CEO da CF Industries Holdings, na nota.

A amônia convencional resulta de um processo que combina hidrogênio extraído de um hidrocarboneto — usualmente o gás metano — e o nitrogênio do ar. O consumo de energia é alto e há eliminação de gás carbônico. Com a corrida global pela redução dos impactos da atividade econômica ao meio ambiente, as fabricantes de amônia têm trabalhado em alternativas.

Uma delas retira o hidrogênio do gás natural sequestrando o carbono no processo, reduzindo emissões ("amônia azul"). Já para a "amônia verde", o hidrogênio é obtido por meio da eletrólise da água (decomposição em hidrogênio e oxigênio), em um processo que usa energia renovável, e sem o carbono na equação.

A CF Industries terá 52% da joint venture e o restante será da Mitsui. Segundo o comunicado, com a crescente demanda por "amônia azul" na Ásia, as empresas já discutem a possibilidade de uma expansão comercial.

"As soluções de energia continuam sendo uma área de foco estratégico para a Mitsui. Assim, estamos entusiasmados em iniciar esta nova oportunidade de negócios à luz da ação climática global", diz Takashi Furutani, diretor executivo e de operações da unidade de negócios de materiais básicos da Mitsui.

Os Estados Unidos oferecem vantagens para a produção dessa versão da amônia, devido ao acesso a gás natural abundante e de baixo custo e à estrutura regulatória e legal em vigor, além da geologia adequada para sequestro permanente de carbono.

Por ora, as companhias garantiram o direito de compra de um terreno na Costa do Golfo dos Estados Unidos (Sul do país) e estão concluindo a seleção de um fornecedor de tecnologia. O projeto de engenharia da planta começará a ser feito em breve, e a decisão final de investimento para a construção deverá ser tomada em 2023.

Se tudo seguir como no script, a unidade pode operar a partir de 2027. Além disso, a CF informa que projeta produzir até 2 milhões de toneladas anuais de "amônia azul e verde" nas instalações já existentes em 2024.

DIVULGAÇÃO
Operação de gás da Mitsui: de acordo com o CEO da empresa, soluções de energia continuam no foco estratégico

valor.com.br

Ambiente

Preços dos CBios caíram na 2ª metade de abril

A quantidade de Créditos de Descarbonização (CBios) negociados na B3 na segunda quinzena de abril caiu 50% ante a quinzena imediatamente anterior, segundo o ItaúBBA. Foram comercializados, no total, 1,6 milhão de títulos na segunda metade do mês. Cada CBio equivale a 1 tonelada de carbono de emissão evitada com a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis. Os preços também caíram. No fim da segunda quinzena, o preço médio do CBio ficou em R$ 99,38, contra R$ 100,19 no fim da quinzena anterior.

valor.com.br/agro

Insumos

CMOC entra na área de adubo organomineral

A CMOC Brasil, braço da multinacional que atua na área de mineração e beneficiamento de nióbio e fosfato, informou que desenvolveu um projeto, a partir de investimentos de R$ 2,3 milhões, para reaproveitar rejeitos de uma de suas barragens em Goiás e transformá-los em material fosfatado reaproveitado. As vendas do novo fertilizante organomineral, criado em parceria com o Grupo IFB, começaram neste mês, e a expectativa da empresa é que rendam faturamento de R$ 24 milhões até o fim do ano.

valor.com.br/agro

Proteínas

'Carne de fungo' reduziria desmate, diz estudo

O desmatamento global pode cair pela metade se 20% da carne consumida no mundo for substituída por proteínas feitas a partir de micróbios, como fungos, até 2050, de acordo com um estudo do Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK) publicado na revista "Nature". As proteínas microbianas com potencial de substituir as carnes têm sido desenvolvidas a partir do cultivo de fungos em tanques de fermentação, ou biorreatores, com açúcares e temperatura constante. Elas podem ter aspectos muito similares à proteína bovina, incluindo sabor.

valor.com.br/agro

Agronegócios

Na BRF, prejuízo de R$ 1,5 bilhão; board ajusta rota

Balanço

Luiz Henrique Mendes
De Porto Alegre

Com a ação nas mínimas em dois anos e um ambiente de inflação de custos poucas vezes visto, a estratégia da BRF está em revisão — outra vez. Após um trimestre muito difícil no Brasil, com deterioração dos volumes vendidos e um esforço de promoções para ajustar os estoques, a dona da Sadia anunciou que fará um rápido processo de "simplificação" de suas estruturas.

Num pacote de medidas que deve ser implementado em maio pelo CEO Lorival Luz, a BRF quer ser uma empresa mais leve, cortando custos operacionais. O ajuste de rota é a mais importante medida tomada pelo novo conselho de administração. O board liderado por Marcos Molina, controlador da Marfrig, assumiu em abril e agiu rápido, autorizando medidas que visam recuperar rentabilidade.

Para tanto, a BRF sacrificou de vez o resultado do primeiro trimestre, que já não seria fácil diante dos problemas no mercado brasileiro, que responde por mais ou menos 50% do faturamento. A dona da Sadia reportou um prejuízo líquido R$ 1,5 bilhão no período, em boa medida afetado pelos efeitos não recorrentes do enxugamento feito na produção de carne de frango para lidar com a piora do consumo doméstico. Os efeitos não recorrentes — que incluem corte de produção nas granjas e promoções para reduzir estoque —, superaram R$ 800 milhões.

"Iniciamos um processo relevante de simplificação. É um ciclo de evolução, alinhado com o novo conselho, para tornar essa nova BRF mais dinâmica, simples e ágil", disse Luz ao **Pipeline**. O executivo não quis adiantar todas as medidas que serão tomadas — ele prefere fazer a comunicação interna e a implementação delas primeiro —, mas descartou a possibilidade de venda de ativos.

Nas entrelinhas, o que se pode esperar é uma redução de custos que inevitavelmente provocará demissões nas áreas administrativas — os times de vendas e o chão de fábrica não serão afetados.

Além disso, o novo conselho de administração da BRF também iniciou um processo de revisão do Visão 2030, a estratégia de longo prazo anunciada pela companhia no fim de 2020 e com a qual o grupo vislumbra triplicar o faturamento, chegando a R$ 100 bilhões. Os resultados dessa revisão estratégica devem alterar as "avenidas de crescimento" estipuladas pela empresa no plano original — pratos prontos, carne suína, internacionalização, pet food e proteínas vegetais.

"Precisamos fazer adequações ao longo do tempo. Pode ter algumas avenidas que sejam priorizadas e outras que tenham a prioridade reduzida", disse o CEO da BRF. Para ele, as mudanças se fazem necessárias porque algumas das premissas do Visão 2030 "mudaram completamente". "Há um cenário novo geopolítico, com inflação. Lá atrás, quem estaria falando em inflação nos EUA?", afirma o executivo.

Ao tomar as medidas rapidamente e deixar todo o impacto dos ajustes de estoques e produção concentrados no primeiro trimestre, o CEO da BRF está convicto de que o pior ficou para trás. Quando compara os dados de janeiro e fevereiro, os meses mais difíceis, Luz já vê uma melhora relevante, com a margem bruta da firma se recompondo em cinco pontos progressivamente.

Em abril, a BRF também aproveitou que os estoques já haviam se ajustado e fez um reajuste de preços relevante no Brasil, o que ajudou a recompor as margens. Somado ao ambiente positivo no mercado de frango internacional (efeito colateral da guerra na Ucrânia, um dos maiores exportadores de aves), a BRF acredita que os resultados vão se recuperar ao longo de 2022, deixando o primeiro trimestre no passado. "Vamos deixar a companhia ajustada para que tenha um 2023 dentro dessa nova configuração de resultado e rentabilidade", disse Luz.

No balanço que pretende deixar no passado, a BRF fez um Ebitda de apenas R$ 121 milhões, com margem de 1%, uma queda de 90% comparado ao Ebitda de R$ 1,6 bilhão do ano passado. No Brasil, o negócio teve um Ebitda negativo de R$ 411 milhões e o volume de vendas de aves caiu 1,7%, na comparação anual. O resultado consolidado trouxe uma receita líquida de R$ 12 bilhões, alta de 13,6%. A margem bruta caiu de 19,8% para 9,2%.

Graças ao follow-on, a estrutura de capital melhorou. Mesmo com a deterioração de R$ 1 bilhão no Ebitda trimestral, o índice de alavancagem saiu de mais de 3 vezes, em dezembro, para 2,83 vezes. O prazo médio das dívida é de 8,6 anos.

Questionado sobre a eventual reação negativa dos investidores, que já amargaram uma queda relevante da ação — o papel saiu de R$ 20 no follow-on, em 1º de janeiro, para R$ 13,37 —, o CEO da BRF argumentou que o papel está muito descontado. Com as ações tomadas, o que existe é o upside, disse. A mudança de rota será o primeiro teste dos executivos da BRF na era Marfrig. O sucesso da empreitada é também uma necessidade da Marfrig, que já aplicou R$ 8 bilhões na dona da Sadia.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Commodities Medida ampliaria sustentação dos preços globais do cereal — e pressão inflacionária

Possível trava da Índia às exportações faz trigo disparar na bolsa de Chicago

Fernanda Pressinott, José Florentino e Patrick Cruz
De São Paulo

A Índia pôs mais combustível na alta das cotações do trigo no mercado internacional com a decisão do governo de considerar restringir as exportações do cereal no país. Uma eventual limitação dos embarques tem potencial de, ao mesmo tempo, de intensificar o aumento da inflação no mundo e acentuar o avanço da fome.

Março foi o mês mais quente da história na Índia, e as temperaturas recorde prejudicaram o desenvolvimento das lavouras de trigo. Com as perdas causadas pela onda de calor sem precedentes, o governo indiano reduziu de 111 milhões para 105 milhões de toneladas sua estimativa de produção para a temporada atual.

Autoridades de alto escalão já discutem limitar as exportações para priorizar a oferta ao mercado interno, informou a agência Bloomberg. A decisão caberá ao primeiro-ministro Narendra Modi, a quem os técnicos apresentarão o resultado das discussões.

A guerra entre Rússia e Ucrânia deixou os dois países praticamente fora do comércio de trigo nos últimos meses. Com a ausência de dois grandes exportadores — os russos são líderes globais —, a Índia embarcou 7,85 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano, volume 275% maior que o do mesmo período de 2021.

A notícia sobre a possível restrição indiana fez o preço do trigo disparar no mercado internacional. Ontem, os contratos que vencem em julho subiram 3% na bolsa de Chicago, a US$ 10,765 o bushel.

O avanço das cotações não foi um sobressalto ocasional, resultado da surpresa dos investidores com uma medida que sequer entrou em vigor: nos últimos dois anos, sob o choque da pandemia de covid-19, de problemas climáticos em grandes produtores e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia, o preço do trigo dobrou, segundo os cálculos do **Valor Data**, que consideram as médias dos contratos de segunda posição de entrega.

Trigo Chicago
Em US$ cents/bushel

Dia a dia*: 1140, 1106, 1072, 1038, 1004, 970; 1.091,25; 1.076,50; 23/Mar 2022; 4/Mai 2022

Mês a mês*: 1100, 975, 850, 725, 600; 615,75; 1.076,50; Mar/21; Mai/22**

Variações no período - em %

Dia	2,97
No mês	1,97
No ano	39,04
12 meses	48,13

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição ** Até o dia 04

Neste mês de maio, o trigo acumula pequena baixa, de 0,97%, mas, em 2022, o aumento já chega a 35% e, em 12 meses, a 45%. Nos últimos 36 meses, nenhuma das grandes culturas agrícolas usadas na alimentação humana e negociadas nas bolsas de Chicago e Nova York valorizou-se mais do que o trigo, que subiu quase 140% nesse período, segundo o **Valor Data** (com exceção do óleo de soja, que avançou 193% nesse intervalo).

Largamente utilizado na alimentação humana e também na indústria de ração animal, o trigo é um item essencial na oferta de nutrientes. Isso significa que, quando falta trigo — uma ameaça concreta em momentos em que um grande produtor, como a Índia, considera limitar suas exportações —, a fome pode piorar no mundo. E ela tem piorado, como atestaram a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a União Europeia em relatório publicado ontem (*leia mais abaixo*). No ano passado, diz o documento, quase 200 milhões de pessoas não tinham o que comer.

E, por ser o trigo um item usado em larga escala, e em todo o mundo, ele tem um efeito-casca sobre a inflação. No Brasil, a reboque do aumento das cotações do cereal, o preço do pão francês acumulou alta de 4,97% no primeiro trimestre, um aumento superior ao do IPCA, o índice oficial de inflação no país, que subiu 3,20%. No grupo que inclui pão de forma, biscoito e bolo, a elevação foi ainda maior, de 5,87%.

Fome cresce no mundo, e guerra agrava o quadro

De São Paulo

No ano passado, 193 milhões de pessoas em 53 países se encontravam em situação de insegurança alimentar aguda — ou seja, necessitavam de ajuda urgente para sobreviver. Esse número representa um aumento de 40 milhões de pessoas em relação ao patamar de 2020, que era recorde, de acordo com novo relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) e pela União Europeia (UE).

Do total do ano passado, 570 mil pessoas viviam na Etiópia, no sul de Madagascar, no Sudão do Sul e no Iêmen e foram classificadas na fase mais grave de catástrofe de insegurança alimentar aguda (IPC/CH Fase 5), exigindo ações urgentes para evitar o colapso de seus meios de subsistência.

Ao analisar os mesmos 39 países ou territórios apresentados em todas as edições do relatório, criado em 2016, o número de pessoas que enfrentavam crises ou situações extremas quase dobrou em 2021, após aumentos ininterruptos a cada ano desde 2018.

Embora o relatório seja anterior à invasão russa na Ucrânia, que começou em fevereiro, as entidades alertam que a guerra está agravando a fragilidade dos países muito dependentes dos cereais ou dos fertilizantes do Mar Negro, como a Somália.

"A guerra evidenciou a interconexão e a fragilidade dos sistemas alimentares. Os países que já enfrentam altos níveis de fome são particularmente vulneráveis aos riscos criados pela guerra na Europa Oriental, principalmente devido à sua alta dependência de importações de alimentos e insumos agrícolas e vulnerabilidade a choques globais de preços de alimentos", observa o texto.

Além disso, o aumento dos preços da energia, também causado pela guerra, afetou toda a cadeia de abastecimento e elevou a inflação dos alimentos - que, segundo a FAO, se encontra no maior nível da história.

"Se não fizermos mais para apoiar as zonas rurais, a magnitude dos danos vinculados à fome e à deterioração do nível de vida será dramática. É necessária uma ação humanitária urgente e em larga escala", acrescentam as entidades.

BEN CURTIS, FILE/AP

Em 2021, 193 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar aguda, segundo FAO, PMA e UE

Em 2021, as principais causas da insegurança alimentar foram conflitos, adversidades climáticas extremas e problemas econômicos.

As guerras e conflitos empurraram 139 milhões de pessoas em 24 países/territórios para a insegurança alimentar aguda em 2021, muito acima dos cerca de 99 milhões em 23 países/territórios registrados em 2020.

Os extremos climáticos levaram mais de 23 milhões de pessoas em oito países/territórios à fome, segundo as entidades, ante as 15,7 milhões, em 15 países/territórios, registradas no ano anterior.

Os choques econômicos, principalmente causados pela covid-19, geraram insegurança alimentar para mais de 30 milhões de pessoas em 21 países/territórios. No ano anterior, quando começo a pandemia, foram aproximadamente 40 milhões de pessoas em 17 países/territórios. *(FP)*

Avança o pagamento a credores da Chapecó

Falência

De São Paulo

Dezoito anos depois do início do processo de liquidação da Chapecó Alimentos, o pagamento aos credores entrará agora em sua etapa final. Na última sexta-feira, o juiz Marcos Bigolin, da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó (SC), homologou o plano de rateio dos valores que os credores quirografários (que não têm preferência legal nem garantias) têm a receber. Esse era o único grupo que ainda não tinha começado a receber da massa falida da companhia, que entrou em crise no fim dos anos 90 e quebrou no início da década seguinte.

Os pagamentos no rateio autorizado pela Justiça somarão R$ 446,7 milhões, dos quais R$ 439,9 milhões serão reservados aos credores quirografários. A diferença será usada para liquidar saldar alguns dos chamados créditos privilegiados (que têm prioridade no recebimento), como tributários e alimentares.

Com a homologação, os pagamentos aos credores já passam de R$ 850 milhões, afirma o advogado Alexandre Brito de Araujo, do escritório Cavallazzi, Andrey, Restanho & Araujo, que desde 2007 é o síndico responsável pela administração da massa falida. Além do valor do rateio, entram na conta os R$ 408 milhões pagos até o momento.

Fundado em 1952 na cidade catarinense da qual herdou o nome, o Frigorífico Chapecó chegou a ser o quarto maior produtor nacional de frangos, suínos e derivados. Nos anos 90, em seu auge, a empresa tinha 5 mil funcionários, 3 mil produtores integrados e oito unidades industriais. A companhia tinha capacidade de abate de 490 mil aves e 5 mil suínos — atividade em que detinha aquele que era considerado o melhor banco genético do país — por dia. *(PC)*

Valor

Finanças

Ex-diretor do BC, Le Grazie, da Panamby Capital, vê Selic em nível elevado por pelo menos um ano C2

Política monetária Copom poderá estender ciclo, mas com ajuste menor que o de 1 ponto percentual feito agora

BC aumenta taxa Selic para 12,75% e admite nova alta

Larissa Garcia e Alex Ribeiro
De Brasília e de São Paulo

O Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central elevou ontem a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, para 12,75% ao ano, como esperado, e, diante da deterioração do cenário, indicou que o ciclo de alta se estenderá para a próxima reunião. No comunicado da decisão, a autoridade monetária afirmou ver "como provável" um novo aperto em junho, mas em magnitude menor.

Antes do encontro, a sinalização dos membros do comitê era de que o último ajuste seria feito nesta reunião. Ao comentar a inflação de março, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, admitiu que foi uma surpresa e disse que o comitê avaliaria os efeitos disso para a política monetária, mas não comunicou claramente uma mudança de postura.

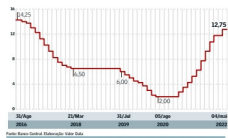
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março, último dado divulgado, subiu 1,62%, maior alta para o mês desde 1994 e acima do projetado pelo mercado. Em 12 meses, o índice chegou a 11,30%.

Como justificativa para reduzir o ritmo, além da incerteza ainda elevada, o Copom afirmou que o aperto está em "estágio avançado" e reforçou que os impactos da política monetária são defasados, "ainda por serem observados" e, por isso, demandam cautela adicional.

O colegiado afirmou que, diante de suas projeções e do risco de desancoragem das expectativas para prazos mais longos, "é apropriado que o ciclo de aperto monetário continue avançando significativamente em território ainda mais contracionista". Porém, deixou a porta aberta para ajustar os próximos passos.

"O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar a convergência da inflação para suas metas, e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária", afirmou.

Nesta reunião, o BC já olhou integralmente para a meta de 2023, fixada em 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. No cenário de referência, que leva em conta a Selic projetada pelo mercado de 13,25%, sua projeção para a inflação de 2023 fica em 3,4%, acima da meta, mas dentro do intervalo permitido. "O comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", ressaltou.

"O comitê entende que essa decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva, e é compatível com a convergência da inflação para as metas ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2023", destacou.

Na decisão, o Copom manteve a avaliação de que existem riscos em ambas as direções para a inflação e destacou a persistência das pressões inflacionárias globais e a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país entre fatores que puxariam os preços para cima. Já uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das commodities em reais e uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada poderiam impactar o índice de preços em direção contrária.

Na reunião de março, o BC havia traçado dois cenários para o petróleo. Ontem, a autoridade monetária optou por manter o cenário alternativo como o principal — nele, o barril termina este ano a US$ 100 e aumenta 2% ao ano a partir de janeiro de 2023.

O Copom avaliou ainda que o ambiente externo seguiu se deteriorando. "As pressões inflacionárias decorrentes da pandemia se intensificaram com problemas de oferta advindos da nova onda de covid-19 na China e da guerra na Ucrânia. A reprecificação da política monetária nos países avançados eleva a incerteza e gera volatilidade adicional, particularmente nos países emergentes", ponderou. Em relação à atividade econômica brasileira, a autoridade monetária afirmou que o crescimento está em linha com o que era esperado.

O colegiado reiterou que a inflação ao consumidor seguiu surpreendendo negativamente. "Essa surpresa ocorreu tanto nos componentes mais voláteis como nos itens associados à inflação subjacente", pontuou.

Leia mais nas páginas C2 e C3

Destaques

Ranking de gestão

Com R$ 15,1 bilhões de captação líquida em abril, a BB DTVM foi a gestora que mais atraiu recursos no mês, seguida pela Bradesco Asset Management (Bram), com R$ 4,9 bilhões. Caixa Vida e Previdência e Funcef ficaram na terceira e quarta posições, segundo ranking da Economática, que considera bancos e fundações, que costumam ser fortes na gestão de renda fixa. Já a Itaú Unibanco Asset Management apresentou o maior recuo no mês, com saídas de R$ 7,3 bilhões, enquanto a Caixa DTVM registrava o segundo maior resgate líquido, de R$ 6,89 bilhões. Em abril, 19 gestoras desse grupo tiveram resgates de uma amostra com 28 assets. No ano, a BB DTVM contabilizava ingressos líquidos de R$ 85,6 bilhões, a Caixa Vida e Previdência de R$ 4,5 bilhões, e, a Bram, de R$ 2,0 bilhões. A Itaú DTVM acumulava resgates de R$ 11,2 bilhões, a Itaú Asset de R$ 5,4 bilhões, enquanto Itaú Unibanco tinha ingressos de R$ 8,4 bilhões. *(Adriana Cotias)*

Índice de Renda Fixa Valor

Assets independentes

Entre 25 gestoras independentes com maior captação líquida em abril, a lista compilada pela Economática, foi liderada pela asset do Sicredi, com R$ 1,46 bilhão, seguida pela XP Investimentos, com R$ 602 milhões, e a Vinland Capital, com R$ 479 milhões. No ano, o Sicredi atraiu R$ 4,9 bilhões no total. A gestora liderava na captação de renda fixa, com R$ 1,63 bilhão, a maior entre as 183 da amostra, seguida pela BTG Pactual Asset, com R$ 463 milhões, e pela CSHG Wealth Management, com R$ 309 milhões. No ano, a gestora Sicredi acumulava ingressos de R$ 2,6 bilhões nessa classe. Em multimercados, a SulAmérica Investimentos captou R$ 1,06 bilhão em abril, o maior valor de uma lista com 667 gestoras. XP Investimentos, com R$ 602 milhões, era a segunda maior em captação, enquanto a Genoa Capital, com R$ 415 milhões, a terceira. A SulAmérica também lidera no ano, com R$ 1,4 bilhão. *(AC)*

Lucro da Oliveira Trust

A Oliveira Trust (OT) teve lucro líquido de R$ 18 milhões no primeiro trimestre, um avanço anual de 35%. Uma maior demanda do mercado por produtos de renda fixa beneficiou os resultados, segundo o presidente da empresa, José Alexandre Freitas. Pela primeira vez, os ativos emitidos nas unidades de negócio superaram a marca de R$ 1 trilhão. A OT é uma plataforma financeira digital que oferece soluções para administração de fundos e serviços fiduciários. O crescimento das operações de crédito privado, ajudado pela alta da Selic, impulsionou o desempenho. *(Juliana Schincariol)*

Copom caminha para último aumento de 0,5 ponto

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, pelo que tudo indica, caminha para uma última alta de juro de 0,5 ponto percentual em junho, encerrando o ciclo de aperto monetário com uma taxa Selic de 13,25% ao ano.

A rigor, se o BC reproduzisse a retórica usada nas reuniões anteriores, a taxa de juros deveria avançar ainda mais para o terreno contracionista. A projeção de inflação do Copom diz que, com juros de 13,25% ao ano, não seria possível cumprir a meta de inflação de 2023.

Mas o colegiado desarmou uma boa parte da retórica anterior. O Copom indica que, em meio a tantas incertezas, tem muito menos fé no seu cenário básico, incluindo as premissas e a própria projeção de inflação.

O colegiado também deu uma recalibrada no seu balanço de riscos, que deixou de ser assimétrico para o lado negativo. Além disso, diz que o próprio balanço de riscos deve ser visto com serenidade diante de uma conjuntura particularmente incerta e volátil.

Por fim, o colegiado invocou "cautela adicional" dada a elevada incerteza da atual conjuntura e o estágio avançado do ciclo de aperto monetário.

Em tese, todas essas dúvidas poderiam ser apenas uma forma de o colegiado ter mais liberdade para conduzir a política monetária, usando mais julgamento e ficando menos preso ao piloto automático das suas últimas decisões sobre os juros, que basicamente respondiam às projeções de inflação e ao balanço de riscos.

Mas há um propósito: a flexibilidade é para fazer menos com os juros, e não para fazer mais. Ela reduz a importância das projeções de inflação, que estão muito elevadas, e do balanço de riscos para a inflação, que pendia para o lado negativo.

A projeção do Copom aponta inflação de 3,4% para 2023, portanto acima do centro da meta, de 3,25%, com juros de 13,25% ao ano. Ou seja, o juro teria que superar 13,25%, caminhando para mais perto de 14% ao ano, para que a projeção de inflação do colegiado caminhasse para a meta.

Mas o colegiado, como destacado, colocou dúvidas sobre o cenário que resultou nessa projeção. Ou seja, ao que tudo indica, o comitê não parece disposto a calibrar a taxa de juros seguindo fielmente essa projeção. Daí uma boa probabilidade de o ciclo de aperto monetário terminar em 13,25% ao ano, ou até menos.

Deve-se lembrar inclusive que a própria projeção de inflação, em 3,4%, revela a intenção de subir menos o juro. O percentual está bem abaixo dos 4,1% projetados pelo mercado financeiro.

Mas não é só isso. O Copom alterou, mais uma vez, o balanço de riscos, que agora não está mais assimétrico. Em março, o colegiado já havia declarado o balanço de riscos menos assimétrico, alegando que uma boa parte dos riscos fiscais já havia se materializado no dólar e nas expectativas de inflação.

O reequilíbrio do balanço de riscos é outro sinal de que o Copom não quer levar o juro muito mais além de 12,75% fixados nessa reunião de maio. Se o balanço de riscos seguisse assimétrico, a inflação esperada seria maior que 3,4%, e a dose necessária de juros, também maior. O BC diz agora que o próprio balanço de riscos ficou mais incerto.

O reequilíbrio no balanço de riscos, segundo o comunicado, está ligado ao risco de uma desaceleração da atividade mais forte do que a esperada. Também não está claro porque essa preocupação surgiu agora: a avaliação do colegiado é que a economia caminhou da forma esperada desde março. Mas uma das principais forças que jogam a economia para baixo é justamente os juros.

A preocupação declarada pelo Copom não é com a atividade econômica em si, mas com o risco de a desaceleração jogar a inflação muito para baixo.

Houve uma mudança de visão: quando questionado sobre esse riscos de "overkill", o presidente do BC, Roberto Campos Neto, dizia que um país como o Brasil, com uma forte memória inflacionária, deveria colocar a sua atenção mais no risco do forte avanço de preços na economia.

Foi a segunda reunião seguida em que o BC muda a retórica de sua decisão. Desta vez, foi mais elegante, considerando que em março havia tirado da cartola um cenário de petróleo menos pressionado. O chamado cenário A para o petróleo, com o barril a US$ 100, segue nas projeções, mas o que mudou mesmo foi o BC ficar menos preso às suas projeções e balanço de riscos.

No fundo, as decisões sobre juros ficam um pouco menos automáticas, abrindo mais espaço para o julgamento, e o Copom se livra um pouco da camisa de força que havia se metido.

Powell descarta aceleração na alta dos juros

Arthur Cagliari, André Mizutani e Eduardo Magossi
De São Paulo

VALERIE PLESCH/BLOOMBERG

Powell: Mais altas de 0,5 ponto são 'possibilidade' em próximas reuniões

O presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, acalmou os investidores ontem depois de sinalizar que os integrantes do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) não estão considerando "ativamente" um aumento ainda mais agressivo, de 0,75 ponto percentual, nas taxas de juros na próxima reunião, a ser realizada em junho. O mercado precificava na terça-feira em 90,3% a chance de uma elevação nesse patamar em junho, segundo dados do CME Group, com base nos contratos futuros dos Fed funds.

A autoridade monetária acelerou ontem a elevação dos juros, subindo as taxas em 0,5 ponto percentual, para o intervalo de 0,75% a 1%, após votação unânime pelos integrantes do Fomc. Em março, a alta havia sido de 0,25 ponto percentual. Um ritmo mais rápido, porém, parece ter sido descartado por enquanto.

Apesar do aceno contra a aceleração, em sua primeira entrevista coletiva presencial desde o início da pandemia, Powell afirmou que o banco central americano "adaptará sua política monetária conforme for necessário" e que "mais elevações de juros de 0,5 ponto percentual são possibilidades nas próximas reuniões".

Além do aumento de juros, o comitê também decidiu iniciar o enxugamento do balanço patrimonial, o chamado "quantitative tightening" (QT), em 1º de junho deste ano. Para os títulos do Tesouro americano (Treasuries), o teto inicial de vendas será de US$ 30 bilhões mensais, e depois de três meses o limite subirá para US$ 60 bilhões. Já os títulos hipotecários (MBS) devem ter teto inicial de US$ 17,5 bilhões nos primeiros três meses e depois subir para US$ 35,5 bilhões.

Durante a coletiva, Powell disse que "há boas chances de uma aterrisagem suave, ou quase suave", referindo-se ao resfriamento controlado da economia americana superaquecida, sem gerar recessão. "Há um caminho para reduzirmos a inflação sem causar uma recessão", disse, ao apontar que a proporção de vagas de trabalho desocupadas por desempregados está em níveis sem precedentes na era moderna.

"Precisamos encontrar esta estabilidade de preços, mas sabemos que isso será difícil, dado que ainda temos muitos choques de oferta alimentando a inflação", disse, reconhecendo que a política monetária pode, sim, precisar se tornar restritiva.

Na avaliação de Jan Hatzius, economista do Goldman Sachs, o Fed deverá fazer uma quarta alta de juros de 0,50 ponto percentual em setembro, além das duas estimadas e da realizada ontem. Ele estima que a taxa ficará entre 3% e 3,25% no fim de ciclo.

"Embora algumas autoridades do Fed estimem a taxa neutra entre 2,25% e 2,5% como possível ponto de transição para altas de 0,50 ponto percentual para 0,25 ponto percentual, Powell tirou a ênfase que existia sobre a taxa neutra e destacou que as estimativas sobre ela são muito incertas", escreveu Hatzius em nota a clientes. Para ele, o comentário de Powell sugere que a taxa neutra pode ser um dado menos importante na tomada de decisões de política monetária.

Em relação ao risco de recessão, Bernd Weidensteiner, economista sênior do Commerzbank, disse em nota que, "caso surja a necessidade, Powell irá 'fazer o Volcker'". O economista faz referência a Paul Volcker, presidente do Fed no período de 1979-1987, quando controlou a inflação alta com elevações fortes nas taxas de juros e iniciou uma recessão dolorosa na economia americana.

Finanças

Ibovespa
Em pontos

Bolsas internacionais
Variações no dia 4/mai/22 - em %

Juros
DI-Over futuro - % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - R$/US$

Índices de ações Valor/Coppead
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Ibovespa fechou em firme alta de 1,70%, aos 108.344 pontos, enquanto o dólar caiu 1,26%, a R$ 4,90

Bolsas disparam com fala de Powell

Eduardo Magossi e Matheus Prado
De São Paulo

A sinalização de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) não pretende intensificar o ritmo de alta de juros provocou um rali nas bolsas americanas na tarde de ontem e também deu impulso aos ativos brasileiros, numa sessão com muita volatilidade.

O Ibovespa, que chegou a perder 1,5% na mínima intradiária, fechou em firme alta de 1,70%, aos 108.344 pontos. Já o dólar, que chegou a R$ 5,0356 na máxima, terminou a sessão em queda de 1,26%, a R$ 4,90. Em Nova York, a reação foi ainda mais forte. O Índice Dow Jones terminou o dia com alta de 2,81% a 34.061,06 pontos, o S&P 500 subiu 2,99% a 4.300,17 pontos e o Nasdaq avançou 3,19% a 12.964,86 pontos.

Embora a alta de 0,50 ponto percentual do juro americano para o intervalo de 0,75% a 1%, anunciada ontem pelo Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) do Fed, tenha vindo conforme o esperado, o alívio veio dos comentários do presidente da autoridade monetária. Jerome Powell disse, logo após o anúncio, que uma alta de 0,75 ponto percentual não estava em discussão e que mais duas altas de 0,50 ponto percentual seriam necessárias nas próximas reuniões.

As bolsas, que estavam em queda devido à alta do juro, começaram a subir com força depois disso. A fala de Powell, no entanto, deve dificultar o trabalho do Fed para controlar a inflação, segundo analistas ouvidos pelo **Valor**.

Na avaliação de Marcelo Fonseca, economista-chefe do Opportunity Total, os comentários de Powell foram mais "dovish" (favoráveis a uma política monetária mais frouxa) e isso pode trazer mais trabalho ao BC americano. "Foi uma comunicação equivocada, perdeu um canal importante de se passar informação e acabou levando o mercado para o oposto do que é preciso", afirmou. "Os comentários de Powell criaram um rali que acredito que não era desejado por ele", afirmou ele, que estima um juro de 3,75% no fim do ciclo. "No curtíssimo prazo, a declaração de Powell deu um alívio aos mercados de risco mas o cenário inflacionário atual apenas será controlado se juro for levado para território restritivo."

De acordo com o economista, o mercado de trabalho muito aquecido, o petróleo, os reajustes salariais continuarão pressionando a inflação.

"Powell apresentou um cenário de que o aperto monetário pode ficar na zona neutra com a possibilidade de ficar restritivo mas os dados mostram que o cenário já indica a necessidade de uma política restritiva", disse Bernardo Dutra, economista de EUA do Itaú BBA. Segundo ele, a alta de ontem já estava precificada pelo mercado, assim como o tamanho da redução do balanço de ativos do banco central. Para Dutra, o juro vai ficar em terreno restritivo entre 3,75% e 4% no fim do ciclo, em 2023.

Para Diogo Silveira, sócio e economista da Blueline, os comentários de Powell barraram a aceleração dos juros e reforçaram a ideia de que novas altas de 0,50 ponto percentual serão realizadas. "Mas o juro terá que ir para o terreno restritivo para controlar a inflação", disse. "Será interessante monitorar a reação das outras autoridades do Fed nas próximas semanas porque eles terão que ir ajustando o discurso do banco para um cenário mais hawkish novamente."

Gabriel Fongaro, economista sênior do Julius Baer Family Office, acredita que, com o passar do tempo, o Fed reconhecerá o cenário mais difícil. "Seguimos com a projeção de que os Fed funds terão de se aproximar de 4% ao final do ciclo", disse ele, que prevê mais quatro altas de 0,50 ponto percentual.

Fongaro destacou que Powell preferiu se esquivar da avaliação sobre se a política monetária terá de entrar em patamar contracionista porque há grande incerteza em torno da estimativa da taxa neutra de juros. "Powell preferiu sinalizar que estão olhando para as condições financeiras, e o efeitos que o aperto das condições financeiras tem sobre a economia."

Na visão do economista, o presidente do Fed deixou claro que, apesar de existirem choques de oferta afetando a inflação, a política monetária tem um papel importante para produzir um arrefecimento da demanda. Fongaro citou que, no mercado de trabalho americano, há quase duas vagas de emprego abertas para cada desempregado. "Isso pressiona salários. Com o aperto da política monetária, a demanda por emprego deve reduzir, contribuindo para reequilibrar o mercado de trabalho e reduzir as pressões salariais", destacou, lembrando que Powell reconheceu que o desafio será gerar queda na demanda por empregos suficiente para reduzir pressões salariais, mas não suficiente para gerar uma forte alta no desemprego.

Ethan Harris, economista global do Bank of America, em comentário a clientes, recomendou, a partir de agora, mais foco "no fluxo de dados, especialmente em torno de mão de obra e inflação. Em particular, até que ponto a taxa de desemprego cai e observar a evolução das medidas de inflação média e mediana ajustada, que acompanham melhor a inflação subjacente do que os medidores de núcleo. Os salários e as expectativas de inflação também serão fatores críticos a serem monitorados"

Os comentários de Powell serviram para tranquilizar os mercados locais, que tinham viés negativo durante a sessão e viraram com a fala do presidente do Fed. Além do impacto na bolsa e no câmbio, o movimento levou a uma forte compressção nas taxas de juros. No fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 caía de 13,13% no ajuste anterior para 13,045%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 passava de 12,00% para 11,925%.

O economista-chefe da WHG, Fernando Fenolio, disse que a decisão do banco central americano trouxe previsibilidade, mas ponderou que o Fed pode precisar de mais do que duas altas de 0,50 ponto percentual caso a dinâmica da inflação se mantenha ruim.

'Selic fica em nível mais alto por um ano', diz Le Grazie

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) dá mostras de que quer interromper o ciclo de alta de juros, mas a inflação não traz tranquilidade para isso, avalia o sócio da Panamby Capital e ex-diretor do BC, Reinaldo Le Grazie. "Ainda não sabemos se o aperto monetário para em junho ou se estende mais um pouco, mas o que fica claro é que estamos muito perto do final desse ciclo", diz. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Quais serão os próximos passos do BC daqui para a frente?*

Reinaldo Le Grazie: Nesse tipo de ciclo inflacionário tem de fazer [os ajustes] mais rápido e mais forte. Tem de acabar logo para ser mais eficaz. Então acho que o melhor seria o BC fazer mais uma elevação de 75 pontos-base e parar. Mas os comitês [de política monetária] costumam não se sentir muito confortáveis em fazer isso e preferem um movimento mais gradual. Provavelmente, serão mais cautelosos e devem subir a Selic em 50 pontos-base em junho e realizar outra alta de 25 pontos no início de agosto. Mas parece que o Copom sente que é hora de parar, de interromper o ciclo, mas a inflação não traz a tranquilidade de fazer isso ainda. Tem 45 dias para avaliar o que vai acontecer. De qualquer modo, estamos muito próximos do final do ciclo de altas.

Valor: *Muitos agentes de mercado veem possibilidade de o juro subir ainda mais...*

Le Grazie: Tem uma divergência entre o que o mercado está vendo de inflação para o futuro e o que o Copom está vendo. Acho que no mercado hoje tem gente que acha que o ciclo vá um pouco mais longe. Quem tem essa avaliação está vendo uma inflação muito mais forte. O Copom citou 3,4% em 2023, mas o Focus traz 4,1% no ano que vem e vários participantes do mercado têm expectativa ainda maior. Se não me engano, o top 5 do Focus tem estimativas ainda mais elevadas [do que a média do relatório]. Mas essa divergência vai diminuindo ao longo do tempo. Pode ser que daqui a 45 dias o cenário esteja mais claro. O Copom manteve a tranquilidade e isso é muitíssimo relevante.

CLAUDIO BELLI/VALOR
Le Grazie, ex-BC: Copom sinaliza alta de 0,5 ponto em junho e mais 0,25 em agosto

> **Copom dá mostra que ciclo está no fim, mas início de redução de juros só entra no radar no 2º semestre de 2023"**

Valor: *O tom mais ameno do presidente do Federal Reserve (Fed, o BC americano), Jerome Powell, na entrevista após a decisão acalmou os mercados. Essa postura pode ajudar o BC brasileiro?*

Le Grazie: Acho que temos de tomar cuidado com os efeitos das decisões do Fomc (Comitê de Mercado Aberto, o Copom dos EUA). Trouxe um alívio para o mercado e portanto ao Copom [na quarta-feira]. Mas foi um alívio dizendo que o emprego está apertado e o mercado de trabalho está forte. O ritmo [de alta de juros] de 50 pontos-base foi o único comprometimento que o Fed trouxe realmente. No entanto, algum tempo atrás, quando a autoridade americana sinalizou o novo ritmo de subida estressou o mercado. Então temos de esperar um pouco para avaliar o real impacto das decisões do BC dos EUA. Vamos ver se daqui a 45 dias esse alívio ainda vai estar em pé.

Valor: *Quais expectativas para a inflação neste ano e no próximo?*

Le Grazie: Não sei se a Selic vai parar em 13,5% ou em 13,75%, mas onde parar vai ficar pelo menos um ano nesse nível para trazer a inflação ao entorno da meta. Não acho que o BC vá subir mais do que isso, o juro está meio dado. A estratégia é subir até esse patamar e o que vai ser determinado pela persistência da inflação é o tempo que vai ficar parado aí. Ou seja, um eventual ajuste contracionista adicional será feito pela duração do tempo em que a taxa fica nesse patamar. Acho que 2023 é um desafio trazer para [a meta de] 3,25%. Nossas estimativas são de um IPCA de 8% em 2022 e de 5% em 2023. Também projetamos a Selic terminal em 13,5%. A taxa básica deve continuar nesse nível pelo menos por um ano e a possibilidade de redução de juros só ocorre a partir do segundo semestre de 2023.

Valor: *Existe possibilidade de o país entrar em recessão?*

Le Grazie: Não vejo possibilidade de recessão. Vamos ter crescimento muito baixo. Neste ano, nossa estimativa é de avanço [do PIB] de 0,8%. Não é só política monetária a responsável pelo crescimento baixo. Temos um ano complicado e produtividade baixa.

'Juro precisa buscar valores próximos a 14%', avalia BNP

Victor Rezende
De São Paulo

Embora as projeções de inflação do Comitê de Política Monetária (Copom) tenham aumentado desde a reunião de março, os números estão "relativamente bem comportados" quando comparados aos do mercado, no momento em que a dinâmica inflacionária tem se mostrado desafiadora. Em entrevista ao **Valor**, o chefe de pesquisa para América Latina do BNP Paribas, Gustavo Arruda, diz acreditar que será necessário levar a Selic para valores ao redor de 14%, na medida em que seu cenário pressupõe números bastante altos de inflação, com o IPCA em 10% neste ano e em 5% em 2023.

SILVIA ZAMBONI/VALOR
Arruda, chefe de pesquisa para AL do BNP: alta mais irregular de preços

Valor: *Foi uma surpresa a indicação do Copom de continuar o ciclo?*

Gustavo Arruda: A decisão era esperada e o comunicado mostra que o ciclo não acabou. Na reunião de março, ficou uma dúvida se seria somente mais uma elevação nos juros, mas o BC abriu espaço para subir mais na próxima. Estamos fazendo uma análise do nosso cenário pós-decisão, mas os juros vão precisar buscar valores mais próximos de 14% para que seja possível reequilibrar o cenário de inflação. A direção não mudou.

Valor: *O Copom mostrou números de inflação mais altos, mas o mercado tem trabalhado com uma inflação mais pressionada...*

Arruda: O BC apresentou números de inflação relativamente bem comportados. O próprio Focus saiu de 6,4% para 7,9% para a inflação deste ano e o BC veio de 6,3% para 7,3%. Eu entendo que o BC, pela nossa leitura, gostaria de parar de subir a Selic na próxima reunião caso o cenário dele se confirme. Mas divergimos em relação à inflação. Estamos mais preocupados com a dinâmica da inflação do que os modelos do BC sugerem. Vemos o IPCA de 10% neste ano e em 5% em 2023.

Valor: *O BC não citou a assimetria altista no balanço de riscos no comunicado da decisão...*

Arruda: Temos uma discordância de percepção de cenário. O BC não vê essa assimetria, mas nós vemos com preocupação. Olhando a dinâmica da inflação no curto prazo, não só o número em si, mas a distribuição dos preços e o quanto foi reajustado, temos visto um aumento na distribuição e uma alta mais irregular dos preços. Existe uma incerteza maior em quem está reajustando sobre o quanto irá reajustar. Outro sinal de preocupação é o de que a dinâmica inflacionária não está balanceada. Essa assimetria permanece, seja pela formação de preços seja pelas dinâmicas internacionais. Vemos os preços de frete bastante altos e existe uma percepção de que esse preço demora para chegar no varejo; existem os preços de fertilizantes que estão bem mais altos e que vão afetar os preços agrícolas... Temos pontos de divergência.

> **Estamos mais preocupados com a inflação do que os modelos do BC sugerem. Vemos o IPCA de 10% neste ano"**

Valor: *Como vocês viram a inclusão da atividade econômica no balanço de riscos?*

Arruda: Atividade é outro componente. Por um lado, vemos números mais fortes do que o esperado, mas indica um efeito um pouco mais defasado da política monetária. Nós estávamos mais preocupados com a atividade e os números mostram de forma mais clara que os cenários de crescimento próximo a zero não estão acontecendo. A impressão é de que, talvez, por motivos variados, como reabertura de serviços, produção represada por falta de insumos e mercado de trabalho forte, o canal da atividade não está funcionando exatamente como os modelos indicariam.

Valor: *O Fed deu algumas indicações mais suaves do que o mercado esperava. Isso pode ajudar a dinâmica interna?*

Arruda: Vimos o mercado precificando uma possibilidade do Fed ser mais duro na condução da política monetária, que não se provou em linha com o discurso de hoje [ontem], mas os riscos observados pelos agentes continuam lá: inflação alta, expectativas que parecem estar desancorando, mercado de trabalho muito aquecido... Isso me deixa preocupado de que, apesar da comunicação, existe o risco de novas reprecificações. Nós podemos ser influenciados pelo fluxo global. Se o Fed tiver que fazer muito mais do que parece ser o plano inicial, vamos ver risco para o fluxo. E um dos pontos principais é o câmbio. Podemos ver uma depreciação causada por um ajuste das condições financeiras e não é uma boa notícia para a inflação.

Cenário Para economistas, comunicação do BC deixa a porta aberta para ajustes adicionais se necessário

Mercado vê chance de Selic acima de 13,25%

Gabriel Roca, Matheus Prado e Victor Rezende
De São Paulo

Ao mesmo tempo em que as projeções de inflação do Banco Central indicam a possibilidade de um caminho mais agressivo para a taxa básica de juros, a linguagem adotada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em relação aos próximos passos dos juros sugere que o ciclo pode estar próximo do fim. A divergência entre comunicação e projeções alimenta o debate no mercado sobre os rumos da Selic, no momento em que o Federal Reserve (Fed) começa a apertar de forma mais contundente os juros nos Estados Unidos. Alguns economistas já avaliam que a taxa básica brasileira terá de ir além de 13,25% ao ano.

O comunicado da decisão mostrou que as projeções de inflação do Copom para 2023 — onde está agora o horizonte relevante para política monetária — são em 3,4%, acima, portanto, do centro da meta do Banco Central, de 3,25%. No encontro de março, o colegiado projetava o IPCA em 3,1% no cenário que considerava mais provável.

Há quem coloque algum viés de alta nas expectativas para a Selic. É o caso da economista-chefe para Brasil do J.P. Morgan, Cassiana Fernandez, cujo cenário básico é o de Selic a 13,25% em junho. Ela continua a esperar um aumento final de 0,5 ponto na taxa em junho, mas reconhece que "a redação do BC e os fundamentos econômicos sugerem que o equilíbrio de riscos agora é assimétrico para o lado altista em relação à nossa taxa Selic final, projetada a 13,25%".

O superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, Mauricio Oreng, também aponta que o fato de o Copom não ter sido tão enfático sobre o fim do ciclo pode ser interpretado como um sinal de um pequeno risco de alta para além da expectativa do banco de juro a 13,25% no fim do ciclo. "Ainda assim, continuamos achando que estamos próximos do fim do ciclo e, pelo menos por enquanto, não vislumbramos mais movimentos no segundo semestre."

Segundo a economista-chefe da Armor Capital, Andrea Damico, o texto deixa uma porta aberta para que o BC encerre o ciclo de aperto monetário na próxima reunião, mas também coloca mais cautela em cima da atuação da autarquia. "Acredito que o BC fez uma comunicação até mais direta em termos de fim de ciclo no comunicado de março e agora deixou esse ajuste final mais em aberto", aponta.

"Continuo, no entanto, enxergando espaço para que o comitê realize duas altas de 0,5 ponto nas próximas reuniões, chegando a uma Selic terminal [no fim do ciclo de ajustes] de 13,75%", afirma Damico. A Armor, assim, manteve inalterado o cenário projetado antes da decisão.

Para a economista, a persistência da inflação pode voltar a surpreender o BC, levando a nova atualização de modelos. Damico explica que o fato de o comunicado contratar uma Selic de pelo menos 13,25% sem que a meta de inflação para 2023 seja alcançada mostra que há espaço para isso.

O economista-chefe da Parcitas, Vitor Martello, diz que o comunicação reconhece a persistência das pressões inflacionárias, o que fez com que houvesse mudança na comunicação quando se compara com a reunião de março. "Na minha visão, o comunicado foi uma forma de o Copom mostrar que o patamar de 13,25% será um piso para a Selic neste fim de ciclo. A piora nas projeções de inflação por parte do BC só calibrou a resistência da inflação, o que justifica a mudança no plano de voo", afirma.

Na visão de Mirella Hirakawa, economista sênior da AZ Quest, o comunicado colocou riscos em maior e menor magnitude para o tamanho do processo adicional de aperto, o que garantiu ao comitê um maior grau de liberdade. Com isso, para ela, o Copom "conseguiu deixar a porta aberta sendo 'hawkish' [conservador]".

"Por meio das projeções de inflação, o Copom está falando que olha com atenção a inflação acima da meta em 2023. Possivelmente, pode precisar dar um pouco mais de juros do que está no Focus. Isso pode ser feito por meio de uma taxa mais alta, ou por uma taxa de juros alta por mais tempo. E essa estratégia ele pode calibrar com o passar do tempo", afirma Hirakawa.

A economista Daniela Lima, da Kinea Investimentos, acredita que a probabilidade maior é a de que, caso haja necessidade, o BC mantenha os juros mais altos por mais tempo. "Estamos num ponto do ciclo que faz mais sentido manter as taxas elevadas por um tempo maior do que vir mais juros. O risco sempre existe, porque o momento é de muita incerteza. Mas, aos olhos de hoje, o cenário mais provável parece de um juros mais alto por mais tempo", afirma a economista.

A Kinea considera que a decisão foi correta ao garantir um maior grau de liberdade ao Copom para as próximas decisões e manteve a projeção de uma alta residual de 0,50 ponto na reunião de junho. "O comitê nota que a elevada incerteza da atual conjuntura, e os efeitos da política monetária, ainda por serem observados, demandam cautela adicional", observa a economista.

Fed e Copom trazem alívio de curto prazo aos ativos

Análise

Lucinda Pinto
São Paulo

Sem surpresas em suas decisões, as reuniões do Federal Reserve (Fed) e do Banco Central brasileiro trouxeram alívio aos mercados financeiros. Mas ninguém acredita que os tempos de calmaria estão de volta. O risco de o BC americano ter que acelerar o passo, diante da força da inflação e da atividade, continua no radar. E a própria resposta dos ativos financeiros à decisão pode acabar impondo uma ação ainda mais dura à frente. Quadro que poderia também afetar os próximos passos do Copom.

O mercado reagiu com muita euforia ao fato de o presidente do Fed, Jerome Powell, ter indicado que deve continuar subindo o juro em doses de 0,5 ponto, e não de 0,75 ponto. As bolsas subiram, enquanto o dólar perdeu terreno globalmente, inclusive na comparação ao real. O problema é que um dos objetivos da política monetária restritiva é apertar as condições financeiras, ou seja, reduzir os ganhos vindos do mercado de ações. E a reação das bolsas é, portanto, um desafio ao Fed neste momento.

"Na minha opinião, um erro de comunicação. Vai desfazer um trabalho de aperto das condições financeiras", afirma o gestor do Opportunity Total, Marcos Mollica. A indicação anterior do Fed, de que um aumento de 0,75 ponto percentual seria considerado, provocou um forte ajuste na curva de juros americana, fez o dólar subir e esfriou as bolsas. É uma resposta do mercado que ajuda a autoridade monetária a atingir seu objetivo de esfriar a economia e conter a inflação. Parte desse efeito foi devolvido ontem.

"Não acho que as bolsas recuperaram tudo o que haviam perdido nos últimos dias, mas concordo que, se houver muita euforia, o Fed vai ter que voltar com uma mensagem mais dura, como fez em abril, depois da alta forte das bolsas em março", afirma Tony Volpon, estrategista-chefe da WHG. "Mas duvido que essa festa vá longe demais."

Para Luiz Eduardo Portella, da Novus Capital, os mercados haviam piorado muito desde abril e, por isso, a ausência de surpresas por parte do Fed acabou abrindo espaço para uma correção dos excessos. Mas ele diz que o fato de a autoridade monetária ter explicitado que pretende seguir o aumento de juros em doses de 0,5 ponto não significa que a taxa final não chegará ao nível de 3% ou 4% ao ano, nem que esse plano de manter o ritmo atual não seja revisto. "Tudo vai depender dos próximos indicadores. Vamos ver os dados do mercado de trabalho, e o CPI [índice de preços ao consumidor] na próxima semana", diz.

Um risco com o qual o Fed flerta também é de, mais uma vez ser visto como "atrás da curva" ou seja, de responder, com atraso, à uma pressão inflacionária que tem assustado não apenas os americanos, mas o mundo todo. O problema, nesse caso, é que essa falta de confiança na ação do BC acabe mantendo a resiliência dos mercados, a inflação não ceda e, assim, que o juro tenha que subir mais do que o necessário.

A intensidade e a velocidade do aumento dos juros pelo Fed fazem muita diferença para os mercados financeiros do mundo todo e, dessa forma, influenciam diretamente as decisões dos demais bancos centrais. Afinal, são os juros dos Treasuries a referência de preços para ativos de renda fixa do mundo. E são elas que determinam o fluxo de recursos no mundo e, portanto, definem o comportamento do câmbio.

No Brasil, o Banco Central indicou ontem que vai desacelerar o ritmo de alta da taxa de juros, provavelmente para 0,5 ponto, e que está no fim do ciclo de aperto monetário. Uma Selic a 13,25%, neste momento, parece garantir um diferencial de juro suficiente para fazer frente ao efeito da alta de juros pelo Fed. Mas essa estratégia pode mudar. "Estamos sempre à deriva do Fed", diz Volpon, do WHG.

Pagamentos Inflação e juro elevados levam empresas a aumentar tarifas em meio a volumes acima do esperado

Cielo e Getnet testam espaço para reajuste sem perder clientes

Álvaro Campos e Ricardo Bomfim
De São Paulo

Cielo e Getnet, respectivamente líder e terceira colocadas no mercado de adquirência ("maquininhas"), apresentaram volumes de pagamentos (TPV) acima do esperado no primeiro trimestre, com a reabertura da economia após a fase mais aguda da variante ômicron da covid-19 e uma atividade em geral mais forte. No entanto, os balanços das companhias também mostram que o desafio do setor é reajustar preços sem perder clientes em diante da inflação elevada e da alta da Selic, que encarece o custo de funding e, assim, afeta a atividade de antecipação de recebíveis.

A Getnet teve lucro gerencial de R$ 103 milhões no primeiro trimestre, com alta anual de 10%. A receita líquida foi de R$ 606 milhões, com avanço de 22%. O TPV ficou em R$ 109,6 bilhões, um crescimento de 26%.

O cartão de crédito representou 66% do volume, enquanto o débito ficou com 34%. Em termos de clientes, são 55% de clientes do atacado e 45% do varejo. "No primeiro trimestre, a companhia apresentou um crescimento de 26% no TPV e de 40 pontos-base na take rate bruta, resultado da mudança no mix de faturamento, alavancado por um aumento de 2 pontos percentuais no varejo frente ao atacado e do crescimento de 24% do TPV do e-commerce, representando uma das nossas principais avenidas de crescimento", afirmou a companhia no balanço.

O CEO da Getnet, Cássio Schmitt, afirmou que a credenciadora ainda tem muito espaço para crescer com rentabilidade. Isso vai acontecer dentro da base de clientes do Santander, mas a companhia também coloca expandir os canais de distribuição fora do banco como uma prioridade. "Vejo no futuro a base de clientes fora do Santander sendo maior do que a de dentro do banco", comentou em teleconferência.

O executivo disse que a base de clientes da credenciadora vai crescer neste ano e previu que uma reversão da queda atual pode começar já no segundo trimestre. A base de clientes ativos (com transações nos últimos 90 dias) ficou em 861,2 mil, com baixa anual de 2% e trimestral de 3%. "Crescer a base de clientes é essencial para nossa estratégia, mas com rentabilidade."

Segundo a companhia, a queda na base de clientes é explicada pela maior cautela na aquisição de novos clientes, principalmente no segmento conhecido como "long-tail" (de microempreendedores), "visando a construção de uma base de clientes com maior vinculação e consequentemente, mais rentável", além da nova variante da covid-19 em janeiro, que impactou diretamente a rede de agências do Santander.

Já na Cielo, o CEO Gustavo Sousa disse que o ano começou mais forte em termos de volume do que a companhia e a indústria de meios de pagamento como um todo esperavam. "Tivemos crescimento de TPV [volume total de pagamentos] de 24% na Cielo e de 30% em grandes contas no primeiro trimestre."

Mesmo com essa recuperação no TPV, as adquirentes têm enfrentado o desafio de reajustar seus preços sem perder clientes. A Cielo disse que a iniciativa de reprecificação começou no primeiro trimestre e acelerou em abril, mas ainda não teve efeitos no resultado do primeiro trimestre. "Estamos tentando equilibrar reposicionamento de preços no mercado e manter condições competitivas aos clientes", afirmou Sousa. Ele explicou que esse reposicionamento era esperado desde o ano passado, mas foi postergado no quarto trimestre para não ter impacto para os clientes da companhia no período de muito movimento da Black Friday e das vendas de Natal.

Segundo Sousa, o reajuste foi intensificado em abril, quando a companhia percebeu que não houve tanto impacto no "churn" (taxa de cancelamento de contratos por clientes) e que os concorrentes fizeram reajustes maiores. "Vamos continuar a ver a dinâmica e as respostas do mercado para continuar a reprecificação daqui para frente", disse.

Na Getnet, o vice-presidente financeiro, André Parize, afirmou que a credenciadora adotou reajustes de preços no primeiro trimestre e ainda deve continuar esse movimento no segundo. "Temos observado que tem algum espaço em algumas regiões e setores, estamos avançando para poder ajustar os preços em um ciclo dinâmico. Alguns competidores estão ajustando fortemente, no primeiro e agora no segundo trimestre. Ainda vemos oportunidade de ajustar preços, com a Selic subindo. Mas não podemos fazer isso na base toda de uma vez", comentou em teleconferência.

De acordo com Parize, esse movimento de ajuste de preços deve ocorrer tanto no MDR, que é a taxa cobrada pelas credenciadoras dos lojistas, quanto na antecipação de recebíveis. Parize afirmou que a "take rate" — que reflete MDR, tarifa da bandeira e tarifa de intercâmbio (emissor) — deve continuar subindo nos próximos trimestres, assim como os spreads na antecipação, apesar da forte alta no custo de funding com a elevação da Selic. "Mas é difícil dizer qual será a take rate no fim do jogo".

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Schmitt, da Getnet: "Vejo no futuro a base de clientes fora do Santander sendo maior do que a de dentro do banco"

Pan atinge quase 20 milhões de clientes e lucro tem avanço de 3%

De São Paulo

O Banco Pan registrou lucro líquido de R$ 195 milhões no primeiro trimestre de 2022, uma alta de 3% tanto na comparação com o mesmo período do ano passado quanto em relação ao quarto trimestre. A base de clientes avançou 94% em 12 meses, chegando a 19,4 milhões, enquanto a carteira de crédito teve uma expansão de 20%, para R$ 36,2 bilhões.

"Conseguimos crescer mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador. Tivemos bons resultados na originação de crédito, com 88% do nosso portfólio colateralizado. Agora, com a conclusão da incorporação das ações da Mosaico, nossa expectativa é capturar valor do fluxo de clientes Buscapé e Zoom, para ofertar o produto mais adequado, no menor preço e na melhor condição de crédito e pagamento", diz em nota Carlos Eduardo Guimarães, CEO do Pan.

A margem financeira teve alta anual de 23,6% e trimestral de 2,9%, a R$ 1,799 bilhão. Da carteira, o maior crescimento anual veio em empréstimos pessoais, com expansão de 241%, a R$ 560 milhões, e cartões, com alta de 85%, a R$ 3,836 bilhões. Em veículos, o crescimento foi de 21%, para R$ 15,238 bilhões, e em consignado e FGTS, 10%, a R$ 16,251 bilhões. A linha do FGTS cresceu rapidamente e se tornou uma das principais do banco. No primeiro trimestre, a originação foi de R$ 2,122 bilhões.

Já a originação de veículos caiu 13,8% na passagem entre o quarto trimestre e o primeiro, para R$ 2,022 bilhões. O Pan trabalha só com usados, cujas vendas acumulam queda de 24,7% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Fenabrave. Como os preços e os juros subiram, isso acaba fazendo com que o volume financeiro caia menos.

Ainda assim, a expansão em linhas mais arriscadas nos últimos anos tem seu preço. As despesas com provisões para devedores duvidosos tiveram alta anual de 117%, a R$ 506 milhões. Já a inadimplência avançou para 6,8%, de 6,3% no quarto trimestre e 5,0% no primeiro trimestre do ano passado. A inadimplência de curto prazo (15 a 90 dias) ficou em 8,6%, de 7,8% e 7,8%, na mesma base de comparação. Segundo o Pan, a expectativa é que a inadimplência geral feche o ano ao redor do patamar atual, sendo que o mix da carteira não deve se alterar muito.

Desde o quarto trimestre do ano passado, antevendo um cenário mais desafiador, o banco tirou o pé do acelerador na emissão de cartões de crédito. Do patamar de 708 mil novos cartões no terceiro trimestre, passou para 352 mil plásticos emitidos no quarto e 316 mil agora no primeiro trimestre. Os volumes de pagamentos (TPV) ficaram em R$ 4,9 bilhões, com alta anual de 88,5%. A administração do banco vem dizendo que ter uma oferta diversificada de produtos traz uma proteção para a carteira, já que em momentos mais duros pode reduzir as linhas mais arriscadas e reforçar aquelas mais seguras. "A margem líquida de custo de crédito segue em níveis elevados", diz o banco.

Do total de clientes bancários, 53% são ativos e o índice de vendas cruzadas é de 2,6 produtos por usuário. O custo de aquisição de clientes (CAC) ficou em R$ 37. O Pan tem ainda 1,9 milhão de clientes com apólices de seguros e deve lançar novos produtos em breve, como proteções contra fraude no Pix, prestamista para empréstimos com lastro no FGTS e seguro de vida. Para os próximos meses, o banco aposta em um pipeline robusto de produtos, como o lançamento oficial de serviço de saúde preventiva, cartão em parceria com a Elo, "Buy Now, Pay Later" (compre agora, pague depois) e financiamento de veículos pelo aplicativo.

As despesas totais do Pan tiveram alta anual de 8,7%, a R$ 947 milhões. O banco vem dizendo que sua estratégia se concentra em três pilares (crescimento, engajamento e monetização) e que nos últimos trimestres, mesmo com os fortes investimentos que tem feito em tecnologia, seu patamar de lucro já está maior do que era antes da pandemia. O retorno sobre o patrimônio (ROE, medida de rentabilidade) do Pan foi de 13,3%, de 13,3% no quarto trimestre e 14,2% no primeiro do ano passado. O índice de Basileia ficou em 16,5%, de 17,3% e 15,9%, respectivamente.

Fitbank compra fintech EasyCrédito para ir além de pagamentos

De São Paulo

A startup de gestão de pagamentos FitBank, que em 2020 recebeu um aporte do J.P. Morgan, fechou sua primeira aquisição. A empresa comprou o marketplace de crédito EasyCrédito, por uma quantia não revelada. O objetivo é reforçar seu negócio de banking as a service (BaaS), agregando empréstimos além das operações de pagamentos.

"Fala-se muito em BaaS, mas o que existe mesmo é um payment as a service. O FitBank é o primeiro ecossistema a oferecer as duas coisas juntas em uma única plataforma, proporcionando essa ponte entre as instituições financeiras e as pessoas, através de uma estrutura 100% digital e altamente escalável", afirma João Chacha, sócio-investidor e responsável pelas operações estratégicas do FitBank.

Nascida em 2015 em Goiânia, a EasyCrédito usa um algoritmo que analisa o perfil de cada consumidor e amplia em até cinco vezes as chances de ter seu pedido de empréstimo aprovado. Atualmente conta com 26 parceiros. "Com o FitBank, temos a oportunidade de desenvolver novos produtos e atuar em mercados em que a gente não atuava, como o de crédito para pessoa jurídica, antecipação de recebíveis e, claro, soluções de 'buy now, pay later', que é o famoso crediário", afirma Marcos Ramos, CEO e cofundador da EasyCrédito.

A EasyCrédito recebe mais de 10 milhões de pedidos de crédito por mês. Começou atuando diretamente com o consumidor final (B2C), mas depois acabou fortalecendo o acordo com plataformas (B2B2C), como OLX e Méliuz, por exemplo. Para Otávio Farah, CEO e sócio-fundador do FitBank, o acordo traz enormes potenciais para as duas empresas. "Trazer essa solução de crédito para nossa plataforma tem um potencial extraordinário. Seremos mais eficientes e poderemos levar novas soluções disruptivas para o mercado", diz. O Fitbank tem mais de 200 clientes diretos e 60 milhões de usuários indiretos. Os volumes processados (TPV) somam R$ 3,5 bilhões por mês.

Chacha diz que a companhia já tem outra aquisição, que deve ser anunciada em cerca de 45 dias, na área de meios de pagamento. A companhia ainda tem dinheiro do aporte do J.P. Morgan, mas essa segunda transação também deve envolver uma parte em troca de ações. De qualquer forma, o Fitbank — que também tem entre seus acionistas a CSU — pretende realizar uma nova rodada de aporte no segundo semestre deste ano. "Até lá acredito que vamos conseguir demonstrar aos investidores a manutenção do nosso ritmo de crescimento, essas aquisições e nosso movimento de internacionalização", afirma.

O Fitbank iniciou seu processo de expansão internacional na segunda metade do ano passado, em um movimento liderado pelo ex-CEO do Goldman Sachs no Brasil Alex Vollbrechthausen. O primeiro destino foi o México, mas outros países da América Latina também estão no roadmap.

"Não faz parte do nosso projeto de curto prazo gerar lucro, estamos sempre apostando no crescimento", diz Chacha. Para Farah, mesmo com a perspectiva que a economia brasileira tenha um crescimento baixo este ano, o Fitbank seguirá em expansão forte. "O processo de digitalização da economia é um caminho sem volta e estamos extremamente bem posicionados e maduros para encerar tudo que vem pela frente. *(AC)*

Papéis da XP sentem o baque após balanço

Pipe

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

No pregão após os resultados do primeiro trimestre, os papéis da XP Inc. chegaram a despencar 11,2%, a US$ 19,24. A retração foi diminuindo ao longo do pregão e o papel encerrou a quarta-feira em queda de 7,46%, a US$ 21,83. Os relatórios de analistas fizeram algumas ressalvas sobre números — mas a desvalorização parece acompanhar muito mais o mau humor de tecnologia no exterior e a pressão de juros altos nos próximos trimestres (que derrubaram também pares como a americana Charles Schwab) do que a foto atual da companhia.

A XP aumentou em 17% o lucro no comparativo anual, para R$ 987 milhões, o que representa queda de 9% em relação ao quarto trimestre. Efeitos considerados não recorrentes e números um pouco abaixo do consenso de expectativas acabaram influenciando as análises do balanço.

O relatório do BTG Pactual ressaltou o impacto positivo — e esporádico — de impostos menores e considerou que as receitas institucionais foram "anormalmente fortes", o que também indicaria um desafio para repetir o número ao longo do ano.

O UBS BB e o Citi destacaram que o "take rate" (a divisão do total de despesas com marketing e vendas pelo número de clientes convertidos), que vinha sendo resiliente nos últimos trimestres, teve contração no primeiro trimestre (de 1,36% no fim do ano para 1,15% agora), o que os bancos consideraram um destaque negativo do balanço — ainda que o índice de comissões, calculado entre a receita obtida e o volume sob custódia, já tenha sido melhor em março do que em janeiro e fevereiro.

O UBS também ressalta a mudança na composição de receitas, com redução de receitas de varejo e maior participação de receitas institucionais — a receita de varejo foi 11% menor que no quarto trimestre e a receita institucional avançou 68%, puxada por derivativos que compensaram a menor atividade de mercado de capitais.

O Credit Suisse tem cautela em relação às margens para os próximos trimestre, avaliando que o cenário continuará desafiador. De janeiro a março, a margem Ebitda foi de 38,2% ante 39,7 no início do ano passado, e a margem líquida teve queda de 50 pontos-base na comparação anual e 170 pontos-base em relação ao quarto trimestre.

Nos aspectos positivos, o UBS destaca que 50% dos usuários ativos de cartão da XP usam a marca como cartão principal. A XP abriu recentemente uma loja física em Manaus — uma estratégia que já tentou no passado, quando o interesse por investimentos era menor entre brasileiros. A expectativa é chegar a 100 lojas nos próximos anos.

No ano, a ação da XP acumula queda de 25%. A Schwab desvalorizou 18% no mesmo período.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

RODOBENS S/A

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS **2021**

O NOSSO PROPÓSITO É

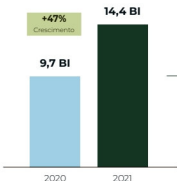
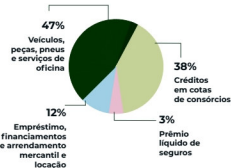
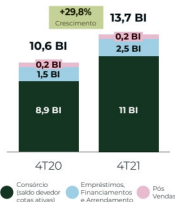
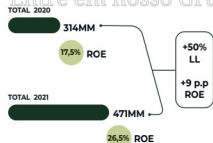
SER O PARCEIRO DO PRÓXIMO PASSO

Rodobens S.A é uma plataforma de serviços financeiros, que se alavanca em um ecossistema do varejo automotivo. A companhia tem o registro de emissor categoria A na CVM e é listada no segmento Básico da B3 S.A.

Relações com investidores

ri.rodobens.com.br
ri@rodobens.com.br

RBNS
B3 LISTED

Total Negócios Gerados
Produtos Financeiros e Automotivos

2021
Negócios gerados por produto

Carteira de Crédito

Lucro Líquido e ROE

Banco Rodobens

O Banco da Rodobens é parte integrante da Rodobens S/A,.
Para conhecer mais, acesse **www.rodobens.com.br** ou **ri.rodobens.com.br**

Rodobens S.A. | Balanço Patrimonial resumido
Informações Financeiras Combinadas, em milhões de reais

ATIVO	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	248	325
Títulos e valores mobiliários	1.264	1.340
Instrumentos financeiros derivativos	21	57
Contas a receber de clientes	235	182
Títulos e créditos a receber	83	82
Operações de crédito	2.176	1.140
Estoques	464	247
Contas correntes com fabricantes	243	144
Tributos a recuperar	93	88
Cotas de consórcio adquiridas	143	126
Outros ativos	772	810
Investimentos	35	53
Imobilizado de arrendamento	216	292
Imobilizado de uso e intangível	152	142
Direito de uso de ativos	81	81
Total do ativo	6.227	5.110

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
Fornecedores	221	256
Empréstimos e financiamentos	320	369
Instrumentos financeiros derivativos	22	34
Depósitos	1.740	531
Recursos de aceites e emissão de tributos	947	1.015
Obrigações por empréstimos e repasses	330	201
Partes relacionadas	1.038	1.035
Passivo de arrendamento	89	97
Outros passivos	797	780
Patrimônio líquido		
Capital social	540	524
Ajustes de avaliação patrimonial	(22)	(0)
Ações em tesouraria	(1)	(1)
Reservas de lucros	125	196
Participação de sócios não controladores	79	73
Total do passivo e patrimônio líquido	6.227	5.110

Rodobens S.A. | DRE Resumida
Informações Financeiras Combinadas, em milhões de reais

	2021	2020
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	5.368	3.558
Custo das vendas e serviços prestados	(3.908)	(2.561)
Lucro bruto	**1.460**	**997**
Despesas com vendas	(276)	(210)
Margem de contribuição	**1.184**	**787**
Despesas (receitas) operacionais	(559)	(450)
Resultado das participações societárias	15	11
Resultado financeiro	4	6
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**644**	**355**
Imposto de renda e contribuição social	(173)	(41)
Lucro líquido do exercício	**471**	**314**

As informações financeiras, exceto quando expressamente informadas, referem-se às Informações Trimestrais (ITR) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ou "IFRS" (Informações Financeiras Combinadas).

WWW.RODOBENS.COM.BR

Finanças | Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 04/05/22

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	12.367,8326010	0,08	0,14	3,18
IRF-M	1+**	15.713,0380590	0,26	0,05	0,31
IRF-M	Total	14.337,5582700	0,20	0,08	1,31
IMA-B	5***	7.724,7746460	0,30	0,47	5,93
IMA-B	5+****	9.663,0480450	0,90	0,60	2,59
IMA-B	Total	8.368,6968820	0,59	0,53	4,28
IMA-S	Total	5.182,1557520	0,05	0,14	3,54
IMA-Geral	Total	6.526,4877210	0,26	0,25	3,35

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	19/04/22	18/04/22	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,01	29,70	30,48	28,92	29,30	20,76
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,95	24,71	25,66	25,98	26,91	17,20
Conta garantida pré - a.a.	43,28	46,28	44,11	36,60	41,70	29,63
Desconto de duplicata pré - a.a.	26,14	26,40	24,60	23,85	26,22	19,54
Vendor pré - a.a.	19,63	18,61	18,81	18,46	16,10	10,54
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,71	19,58	19,75	19,61	19,29	11,14
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,38	17,21	19,62	18,06	19,39	13,46
Conta garantida pós - a.a.	26,04	26,55	26,26	25,36	25,70	16,33
ACC pós - a.a.	4,31	4,33	4,15	4,71	3,85	4,29
Factoring - a.m.	3,72	3,72	3,70	3,72	3,74	3,68

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	04/05/22	03/05/22	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Libor - empréstimos interbancários em dólar *						
1 mês	0,8451	0,8317	0,7637	0,8033	0,4286	0,1084
3 meses	1,4061	1,3633	1,2389	1,3349	0,9690	0,1754
6 meses	2,0196	1,9809	1,8263	1,9107	1,4927	0,2066
9 meses	-	-	-	-	-	-
1 ano	2,7484	2,6949	2,5441	2,6286	2,2014	0,2829
Euro Libor - empréstimos interbancários em euro *						
1 mês	-	-	-	-	-	-0,5733
3 meses	-	-	-	-	-	-0,5434
6 meses	-	-	-	-	-	-0,5249
1 ano	-	-	-	-	-	-0,4956
Euribor **						
1 mês	-	-0,543	-0,520	-0,538	-0,551	-0,562
3 meses	-	-0,425	-0,445	-0,429	-0,447	-0,535
6 meses	-	-0,198	-0,251	-0,226	-0,358	-0,516
1 ano	-	0,225	0,109	0,166	-0,083	-0,483
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,25
Federal Funds	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,25
Taxa de Desconto	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,25
T-Bill (1 mês)	0,43	0,40	0,32	0,33	0,17	0,01
T-Bill (3 meses)	0,88	0,92	0,83	0,84	0,67	0,02
T-Bill (6 meses)	1,41	1,43	1,37	1,40	1,11	0,04
T-Note (2 anos)	2,65	2,78	2,60	2,72	2,42	0,16
T-Note (5 anos)	2,91	3,02	2,82	2,96	2,55	0,82
T-Note (10 anos)	2,94	2,98	2,83	2,93	2,39	1,60
T-Bond (30 anos)	3,04	3,01	2,92	3,00	2,46	2,27

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	mai/22*	abr/22	mar/22	fev/22	jan/22	dez/21	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,13	0,83	0,93	0,76	0,73	0,77	3,42	7,11
CDI	0,13	0,83	0,93	0,76	0,73	0,77	3,42	7,11
CDB (1)	-	0,84	0,76	0,73	0,60	0,57	2,96	7,58
Poupança (2)	0,67	0,56	0,60	0,50	0,56	0,55	2,91	6,45
Poupança (3)	0,67	0,56	0,60	0,50	0,56	0,49	2,91	4,75
IRF-M	0,08	-0,12	0,84	0,58	-0,08	1,89	1,31	1,22
IMA-B	0,53	0,83	3,07	0,54	-0,73	0,22	4,28	4,69
IMA-S	0,14	0,69	0,91	0,92	0,83	0,78	3,54	7,66
Renda Variável								
Ibovespa	0,43	-10,10	6,06	0,89	6,98	2,85	3,36	-9,27
Índice Small Cap	0,23	-8,36	8,81	-5,19	3,42	3,80	-2,00	-20,81
IBrX 50	0,27	-10,51	5,42	1,75	7,66	3,76	3,62	-9,44
ISE	0,37	-10,17	7,48	-3,43	3,86	1,73	-2,80	-10,28
IMOB	0,57	-6,62	5,72	-6,94	10,28	6,43	1,89	-22,37
IDIV	0,39	-5,19	10,00	-2,32	7,47	1,60	9,91	3,76
IFIX	-0,89	1,19	1,42	-1,29	-0,99	8,78	-0,60	-1,68
Dólar Ptax (BC)	1,83	3,83	-7,81	-4,07	-4,00	-0,70	-10,24	-8,97
Dólar Comercial (mercado)	-0,86	3,85	-7,70	-2,81	-4,83	-1,11	-12,10	-8,99
Euro (BC) (4)	1,84	-1,35	-9,07	-3,78	-4,96	-0,12	-16,46	-20,25
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,31	-1,00	-9,33	-2,63	-5,54	-1,07	-17,70	-20,16
Ouro B3	-2,34	2,40	-4,89	1,49	-8,33	3,13	-11,52	-2,13
Inflação								
IPCA (5)	-	0,94	1,62	1,01	0,54	0,73	4,17	12,00
IGP-M	-	1,41	1,74	1,83	1,82	0,87	6,98	14,66

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 04/mai. ** Até abr/22. (1) rendimento bruto do 1° dia útil do mês (2) rentabilidade do 1° dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1° dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12; Lei n° 2.703/2012. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,94% para o mês de abril

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 29/04/22

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2022	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	2.763.327,08					-26.061,95	4.913,18	114.389,59	269.340,67
RF Indexados (2)	159.604,91	0,02	1,12	4,27	6,60	164,10	-1.198,51	-16.122,11	-45.137,36
RF Duração Baixa Soberano (2)	556.737,50	0,04	0,75	3,03	6,43	-19.746,24	18.361,85	48.397,68	-31.271,39
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	631.544,07	0,05	0,81	3,44	7,68	-970,53	1.901,92	27.659,76	90.429,09
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	77.719,06	0,05	0,05	3,44	7,51	-197,40	447,58	25,65	5.658,90
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	152.097,19	0,06	1,59	6,06	14,29	486,25	-1.442,31	1.734,19	15.208,84
RF Duração Livre Soberano (2)	193.104,96	0,05	0,98	3,81	8,06	-306,74	-2.053,58	19.894,36	29.204,05
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	581.422,04	0,05	0,99	3,97	7,98	-2.838,41	3.417,20	43.213,71	52.315,95
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	147.686,15	0,01	0,89	3,64	7,35	81,94	1.806,63	4.760,76	17.896,13
Ações	525.671,62					-865,07	-7.315,38	-38.332,27	-25.523,43
Ações Indexados (2)	9.915,81	-1,81	-10,00	2,13	-10,22	-451,33	-460,81	-2.225,91	-3.254,60
Ações Índice Ativo (2)	44.788,46	-1,72	-9,50	1,60	-15,62	27,06	-1.010,58	-8.533,47	-9.176,09
Ações Livre	222.371,98	-1,88	-8,82	-4,25	-17,23	-264,19	-3.582,33	-16.727,44	-22.088,01
Fechados de Ações	42.885,53	-1,31	-6,55	-3,33	-7,40	0,00	69,68	1.822,39	6.225,39
Multimercados	1.566.576,38					-864,62	-6.663,06	-47.168,69	-36.830,71
Multimercados Macro	180.330,47	0,13	2,17	9,64	12,12	213,74	-1.846,41	-8.968,87	-27.582,45
Multimercados Livre	565.594,09	-0,11	0,55	3,98	5,08	-2.102,57	-6.450,95	-30.847,76	-49.432,10
Multimercados Juros e Moedas	62.633,16	0,04	0,87	3,52	7,90	1.154,61	3.564,71	1.800,32	6.159,07
Multimercados Invest. no Exterior (2)	670.266,02	-0,02	0,46	-1,34	0,84	-75,93	-637,84	-2.245,68	44.989,50
Cambial	8.143,88	-0,55	3,65	-11,45	-8,93	-53,34	-330,31	1.074,94	1.692,15
Previdência	1.075.160,57					206,76	-2.858,22	-5.219,30	7.028,66
ETF	37.396,59					-118,02	-354,07	-2.358,40	7.691,55
Demais Tipos	1.632.034,23					-2.759,25	-22.809,73	-39.968,25	133.670,25
Total Fundos de Investimentos	**5.976.276,12**					**-27.756,22**	**-12.607,86**	**22.385,88**	**223.198,89**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.167.192,07**					**-17.297,31**	**51.095,74**	**59.016,98**	**121.146,64**
Total Fundos Off Shore (4)	**43.099,19**					-	-	-	-
Total Geral	**7.186.567,39**					**-45.053,53**	**38.487,88**	**81.402,86**	**344.345,54**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2022 * Rentabilidade sem período completo. Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	04/05/22	03/05/22	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	11,75	11,75	11,75	11,75	11,75	2,75
Selic - taxa over ao ano	11,65	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
Selic - taxa over ao mês	1,3122	1,3122	1,3122	1,3122	1,3122	0,3114
Selic - taxa efetiva ao ano	11,65	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9667	0,9667	0,8343	0,8343	0,8343	0,2182
CDI - taxa over ao ano	11,65	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
CDI - taxa over ao mês	1,3122	1,3122	1,3122	1,3122	1,3122	0,3114
CDI - taxa efetiva ao ano	11,65	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9667	0,9667	0,8343	0,8343	0,8343	0,2182
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	8,89	6,56
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	0,7122	0,5305
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	10,91	2,06
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	0,8667	0,1702
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	12,86	12,89	12,74	12,81	12,33	3,79
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,00	13,07	12,90	12,96	12,58	4,44
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	12,63	12,58	12,40	12,47	11,74	3,38
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	12,73	12,74	12,59	12,65	12,14	3,59
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	12,86	12,88	12,73	12,81	12,33	3,78
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	12,94	13,00	12,84	12,93	12,47	4,03
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,02	13,10	12,93	13,01	12,58	4,42
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,03	13,12	12,96	13,01	12,60	5,41

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 04/05/22

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/22	99.061,89	12,610	35.730	12,592	12,610	12,592
Vencimento em jul/22	98.071,04	12,718	255.370	12,710	12,756	12,726
Vencimento em ago/22	97.069,53	12,850	11.990	12,868	12,898	12,868
Vencimento em set/22	95.978,59	12,940	20.090	12,935	13,010	12,935
Vencimento em out/22	94.996,08	12,980	300.780	12,915	13,055	12,960
Vencimento em nov/22	94.062,10	13,024	2.970	13,005	13,100	13,010
Vencimento em dez/22	93.135,85	13,059	460	13,100	13,135	13,100
Vencimento em jan/23	92.153,51	13,040	807.165	12,965	13,155	13,005
Vencimento em fev/23	91.178,75	13,030	8.130	13,155	13,160	13,155
Vencimento em mar/23	90.368,02	13,055	1.355	13,120	13,165	13,120
Vencimento em abr/23	89.365,24	13,050	54.845	12,970	13,175	13,010
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/22	4.956,85	-1,00	355.975	4.934,00	5.079,00	4.961,50
Vencimento em jul/22	5.003,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/22	5.045,17	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/22	5.092,14	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/22	5.132,93	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/22	5.270,19	-0,15	110	5.321,00	5.337,00	5.321,00
Vencimento em jul/22	5.328,02	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/22	5.380,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/22	109.632	1,76	226.425	106.130	110.010	109.920
Vencimento em ago/22	111.762	-	0	0	0	0
Vencimento em out/22	113.702	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 04/05/22

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0087	5,0093	-0,15	1,83	-10,24	-8,09
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	4,8994	4,9000	-1,26	-0,86	-12,10	-9,76
Dólar Turismo (R$/US$)	4,9069	5,0869	-1,14	-0,61	-12,02	-9,95
Euro (BC) - (R$/€)	5,2782	5,2808	-0,07	1,84	-16,46	-19,37
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,1963	5,1969	-0,51	-0,31	-17,70	-20,34
Euro Turismo (R$/€)	5,2330	5,4130	-0,33	0,06	-17,54	-20,41
Euro (BC) - (US$/€)	1,0538	1,0542	0,08	0,01	-6,93	-12,27
Ouro*						
B3 (R$/g) **	-	292,000	-2,01	-2,34	-11,52	-5,19
Nova York (US$/onça troy)	-	1.881,39	0,70	-0,81	2,91	5,78
Londres (US$/onça troy)	-	1.868,70	0,58	-2,44	2,67	4,69

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Última cotação. ** Contrato = 250g

Índices de ações Valor/Coppead

Em pontos

Índice	04/05/22	03/05/22	No fim de abr/22	No fim de dez/21	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor/Coppead Performance (IP20)	149.140,59	146.223,70	147.613,77	134.046,86	1,99	1,03	11,26
Valor/Coppead Mínima Variância	92.806,60	91.630,58	91.769,21	86.927,17	1,28	1,13	6,76

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
B3	20/09/21	20/09/31	120	700	4,125	4,125	333,8
Rumo	22/09/21	18/01/32	124	500	4,2	4,25	346,3
Banco do Brasil	30/09/21	30/09/26	60	750	3,25	3,25	244,2
Banco do Brasil (1)	11/01/22	11/01/29	84	500	4,875	-	328,7
Aça Petróleo	13/01/22	13/07/35	162	600	7,5	-	598,8
Globo Comunicação e Participações	14/01/22	14/01/32	120	400	5,5	-	402,5
Bradesco	18/01/22	18/03/27	62	500	4,375	4,375	285,5

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 04/05/22. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Social bonds

ADR - Índices

Em 04/05/22

Índice	04/05/22	03/05/22	Em 29/04/22	Em 31/12/21	Em 04/05/21	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	149,08	146,63	144,69	160,14	164,41	1,67	3,03	-6,91	-9,33
S&P BNY Emergentes	303,15	297,47	294,60	339,00	407,87	1,91	2,90	-10,57	-25,67
S&P BNY América Latina	201,64	197,19	199,48	179,82	195,70	2,26	1,08	12,13	3,03
S&P BNY Brasil	215,82	211,04	214,45	184,87	213,51	2,26	0,64	16,74	1,08
S&P BNY México	261,59	257,22	259,37	279,00	249,81	1,70	0,85	-6,24	4,72
S&P BNY Argentina	76,49	75,29	74,80	70,86	58,88	1,58	2,25	7,93	29,91
S&P BNY Chile	173,70	166,30	164,86	134,90	172,95	4,45	5,36	28,76	0,43
S&P BNY Índia	2.720,69	2.714,00	2.677,01	3.190,48	2.728,07	0,25	1,63	-14,72	-0,27
S&P BNY Ásia	178,65	175,40	173,05	207,32	234,38	1,85	3,23	-13,83	-23,78
S&P BNY China	359,65	353,54	345,15	428,56	723,20	1,73	4,20	-16,08	-50,27
S&P BNY Rússia	176,31	177,42	179,10	319,36	307,03	-0,62	-1,55	-44,79	-42,58
S&P BNY Turquia	16,43	16,29	16,22	16,83	21,12	0,84	1,27	-2,37	-22,21

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
18/04 a 18/05	0,1271	0,6277	0,6277	0,9181
19/04 a 19/05	0,1280	0,6286	0,6286	0,9190
20/04 a 20/05	0,1301	0,6308	0,6308	0,9211
21/04 a 21/05	0,1302	0,6309	0,6309	0,9212
22/04 a 22/05	0,1302	0,6309	0,6309	0,9212
23/04 a 23/05	0,0968	0,5973	0,5973	0,8776
24/04 a 24/05	0,1209	0,6215	0,6215	0,9219
25/04 a 25/05	0,1549	0,6557	0,6557	0,9662
26/04 a 26/05	0,1538	0,6546	0,6546	0,9650
27/04 a 27/05	0,1568	0,6576	0,6576	0,9681
28/04 a 28/05	0,1609	0,6617	0,6617	0,9722
29/04 a 29/05	0,1278	0,6671	0,6671	0,9288
30/04 a 30/05	0,1072	0,6671	0,6671	0,8880
01/05 a 31/05	0,1317	0,6671	0,6671	0,9328
01/05 a 01/06	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776
02/05 a 02/06	0,1909	0,6919	0,6919	1,0225
03/05 a 03/06	0,1904	0,6914	0,6914	1,0220

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 04/05/22

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	108.343	1,70	0,43	3,36	-7,96
IBrX	46.368	1,67	0,34	3,62	-9,15
IBrX 50	18.136	1,53	0,27	3,62	-8,63
IEE	83.315	1,61	0,16	9,19	5,39
SMLL	2.317	2,39	0,23	-2,00	-20,29
ISE	3.567	1,89	0,37	-2,80	-8,63
IMOB	737	1,84	0,57	1,89	-22,91
IDIV	6.980	1,61	0,39	9,91	5,24
IFIX	2.787	-0,25	-0,89	-0,60	-2,39
Variação % em dólares					
Ibovespa	21.628	1,85	-1,38	15,14	0,15
IBrX	9.256	1,82	-1,47	15,43	-1,14
IBrX 50	3.620	1,68	-1,53	15,43	-0,58
IEE	16.632	1,76	-1,65	21,64	14,68
SMLL	463	2,54	-1,59	9,14	-13,28
ISE	712	2,04	-1,44	8,28	-0,58
IMOB	147	1,95	-1,26	13,40	-16,21
IDIV	1.393	1,77	-1,41	22,46	14,52
IFIX	556	-0,10	-2,71	10,73	6,18

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 04/05/22	Spread 03/05/22	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	396	397	-1,0	2,0	10,0
África do Sul	391	392	-1,0	2,0	43,0
Argentina	1.763	1.786	-23,0	-38,0	75,0
Brasil	300	302	-2,0	-6,0	-26,0
Colômbia	383	386	-3,0	9,0	31,0
Filipinas	143	140	3,0	9,0	52,0
México	232	240	-8,0	-14,0	19,0
Peru	182	184	-2,0	2,0	42,0
Turquia	531	525	6,0	17,0	-47,0
Venezuela	31.004	30.818	186,0	525,0	-27.499,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/21	371.325	13/04/22	350.454
set/21	368.886	14/04/22	349.092
out/21	367.927	18/04/22	348.718
nov/21	367.772	19/04/22	347.946
dez/21	363.704	20/04/22	348.268
jan/22	359.898	22/04/22	346.610
fev/22	358.240	25/04/22	347.369
mar/22	353.669	26/04/22	346.849

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos. Obs.: Devido à greve no BC, os dados não estão disponíveis.

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	04/05/22	03/05/22	02/05/22	29/04/22	28/04/22	27/04/22
Índice	1.661,00	1.658,01	1.657,71	1.658,96	1.658,31	1.658,11
Var. no dia	0,18%	0,02%	-0,08%	0,04%	0,01%	0,20%
Var. no mês	0,12%	-0,06%	-0,08%	0,18%	0,15%	0,13%
Var. no ano	2,08%	1,90%	1,88%	1,96%	1,92%	1,90%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 04/05/22

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,3100	34,3300	0,14590	0,14600
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0087	5,0093
Bolívar Soberano (Venezuela)	4,5114	4,5227	1,1075000	1,1104000
Boliviano (Bolívia)	6,7900	6,9400	0,7217	0,7377
Colon (Costa Rica)	662,8250	665,6500	0,007525	0,007558
Coroa (Dinamarca)	7,0590	7,0595	0,7095	0,7096
Coroa (Islândia)	130,5700	130,9100	0,03826	0,03836
Coroa (Noruega)	9,4050	9,4080	0,5324	0,5326
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3860	23,3990	0,2141	0,2142
Coroa (Suécia)	9,8615	9,8642	0,5078	0,5080
Dinar (Argélia)	144,4553	145,0453	0,03453	0,03468
Dinar (Kuwait)	0,3064	0,3070	16,3150	16,3489
Dinar (Líbia)	4,7785	4,8008	1,0433	1,0483
Direitos Especiais de Saque ***	1,3416	1,3416	6,7197	6,7205
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6735	1,3635	1,3640
Dirham (Marrocos)	9,9852	9,9902	0,5014	0,5017
Dólar (Austrália)***	0,7145	0,7147	3,5787	3,5801
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0087	5,0093
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4635	2,5069
Dólar (Canadá)	1,2816	1,2820	3,9069	3,9086
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	5,9984	6,0719
Dólar (Cingapura)	1,3811	1,3820	3,6242	3,6270
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0087	5,0093
Dólar (Hong Kong)	7,8487	7,8488	0,6381	0,6382
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6445	0,6449	3,2281	3,2305
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7579	6,8260	0,7338	0,7413
Euro (Comunidade Européia)***	1,0538	1,0542	5,2782	5,2808
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7520	2,8071
Franco (Suíça)	0,9829	0,9830	5,0953	5,0964
Guarani (Paraguai)	6813,8900	6825,1400	0,0007339	0,0007352
Hryvnia (Ucrânia)	29,2500	29,5500	0,1695	0,1713
Iene (Japão)	129,9700	129,9800	0,03853	0,03854
Kuna (Croácia)	7,1583	7,1664	0,6989	0,6998
Libra (Egito)	18,4300	18,5300	0,2703	0,2718
Libra (Líbano)	1505,5000	1518,5000	0,003299	0,003327
Libra (Síria)	2510,0000	2513,0000	0,00199	0,00200
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2488	1,2489	6,2549	6,2561
Naira (Nigéria)	414,6900	415,6900	0,01205	0,01208
Lira (Turquia)	14,7785	14,8044	0,3383	0,3390
Novo Dólar (Taiwan)	29,5320	29,5620	0,16940	0,16960
Novo Sol (Peru)	3,7963	3,8018	1,3175	1,3195
Peso (Argentina)	115,9800	116,0500	0,04316	0,04319
Peso (Chile)	859,4000	860,0000	0,005824	0,005829
Peso (Colômbia)	4052,9500	4067,0500	0,001232	0,001236
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2087	0,2087
Peso (Filipinas)	52,4180	52,4380	0,09552	0,09556
Peso (México)	20,2237	20,2342	0,2475	0,2477
Peso (Rep. Dominicana)	54,8500	54,9700	0,09112	0,09133
Peso (Uruguai)	41,1500	41,3000	0,12130	0,12170
Rande (África do Sul)	15,7908	15,7964	0,3171	0,3172
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,3353	1,3355
Rial (Irã)	42000,0000	42000,0000	0,0001193	0,0001193
Ringgit (Malásia)	4,3520	4,3550	1,1501	1,1510
Rublo (Rússia)	62,0250	67,0250	0,07473	0,08076
Rúpia (Índia)	76,2369	76,2706	0,06567	0,06571
Rúpia (Indonésia)	14495,0000	14499,0000	0,0003455	0,0003456
Rúpia (Paquistão)	185,2200	186,1000	0,02691	0,02705
Shekel (Israel)	3,3853	3,3895	1,4777	1,4797
Won (Coréia do Sul)	1264,2000	1264,6000	0,003961	0,003962
Yuan Renminbi (China)	6,6080	6,6090	0,7579	0,7581
Zloty (Polônia)	4,4344	4,4391	1,1283	1,1296

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	1868,61	0,01665	300,8226	300,8589

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	04/05/22	03/05/22	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	34.061,06	33.128,79	2,81	3,29	-6,27	-0,21	32.632,64	36.799,65
EUA	Nova York	Nasdaq-100	13.535,71	13.089,90	3,41	5,30	-17,06	-0,07	12.854,80	16.573,34
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	12.964,86	12.563,76	3,19	5,11	-17,13	-4,90	12.334,64	16.057,44
EUA	Nova York	S&P 500	4.300,17	4.175,48	2,99	4,07	-9,78	3,25	4.063,04	4.796,56
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.184,95	20.905,28	1,34	2,04	-0,18	10,41	19.107,77	22.087,22
México	Cidade do México	IPC	51.432,63	51.086,56	0,72	0,03	-3,45	6,42	48.328,20	56.609,54
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.613,72	1.593,36	1,28	3,26	14,37	32,53	1.182,18	1.635,71
Venezuela	Caracas	IBVC	5.657,73	5.660,01	0,04	0,32	-4,43	18,99	4.754,97	6.781,05
Chile	Santiago	IPSA	4.887,57	4.785,63	2,13	2,28	13,44	5,14	3.982,18	4.994,67
Peru	Lima	S&P/BVL General	22.469,02	22.593,85	-0,55	-1,53	6,43	15,32	15.529,47	25.642,58
Argentina	Buenos Aires	Merval	89.401,35	89.585,33	-0,21	1,30	7,07	83,74	48.655,51	96.044,88
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.226,19	1.237,61	-0,92	-1,58	-9,95	0,66	3.137,15	3.620,57
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	13.970,82	14.039,47	-0,49	-0,90	-12,05	-5,96	12.831,51	16.271,75
França	Paris	CAC-40	6.395,68	6.476,18	-1,24	-2,11	-10,59	2,30	5.962,96	7.376,37
Itália	Milão	FTSE MIB	23.902,06	24.242,25	-1,40	-1,44	-12,60	-0,31	22.160,28	28.162,67
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.065,34	4.077,81	-0,31	-1,00	-5,68	2,79	3.672,45	4.402,32
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.741,43	1.750,10	-0,50	-2,52	-6,57	14,23	1.520,59	1.900,17
Espanha	Madri	IBEX-35	8.500,50	8.590,20	-1,04	-0,98	-2,45	-3,74	7.644,60	9.281,10
Grécia	Atenas	ASE General	900,35	900,45	-0,01	-2,39	0,78	-1,10	789,66	971,09
Holanda	Amsterdã	AEX	698,68	705,95	-1,03	-1,73	-12,44	0,24	656,74	827,57
Hungria	Budapeste	BUX	43.170,67	43.592,87	-0,97	-0,69	-14,89	-1,97	38.913,62	55.925,58
Polônia	Varsóvia	WIG	56.695,38	Feriado	-0,34	-1,83	-18,18	-5,44	56.086,65	74.813,24
Portugal	Lisboa	PSI-20	5.831,68	5.883,42	-0,88	-1,66	4,71	15,59	4.894,43	6.133,52
Rússia	Moscou	RTS*	1.114,13	Feriado	3,02	3,02	-30,18	-25,85	742,91	1.919,58
Suécia	Estocolmo	OMX	2.011,12	2.034,46	-1,15	-2,32	-16,89	-8,36	1.972,04	2.456,17
Suíça	Zurique	SMI	11.880,24	12.001,88	-1,01	-2,05	-7,73	8,29	10.970,93	12.970,53
Turquia	Istambul	BIST 100	Feriado	Feriado	-	-	30,84	71,62	1.346,84	2.556,81
Israel	Tel Aviv	TA-125	Feriado	2.022,08	-	-4,13	-1,67	17,83	1.681,67	2.152,16
África do Sul	Joanesburgo	All Share	70.357,58	71.338,99	-1,38	-2,87	-4,55	6,32	61.453,42	77.536,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	Feriado	Feriado	-	-	-6,85	-6,92	24.717,53	30.670,10
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.564,80	7.587,60	-0,30	-2,07	-2,76	3,29	7.114,50	7.926,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	Feriado	Feriado	-	-	-25,74	-18,27	1.752,27	2.561,91
China	Xangai	SSE Composite	Feriado	Feriado	-	-	-16,28	-11,60	2.886,43	3.715,37
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.677,57	2.680,46	-0,11	-0,65	-10,08	-14,93	2.614,49	3.305,21
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	20.869,52	21.101,89	-1,10	-1,04	-10,81	-26,92	18.415,08	29.468,00
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	55.669,03	Feriado	-2,29	-2,44	-4,44	15,37	48.253,51	61.765,59
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	Feriado	-	-	9,84	21,21	5.760,58	7.276,19
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	1.652,29	-	-0,91	-0,32	4,37	1.521,72	1.713,20
Taiwan	Taipé	TAIEX	16.565,83	16.498,90	0,41	-0,16	-9,07	-2,17	15.353,89	18.526,35

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta CNPJ - 10.139.870/0001-08 | NIRE 42300036510 | Joinville – SC

Neogrid

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022

Aviso: Esta Assembleia está sendo apresentada de forma resumida e não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. O teor completo desta Assembleia está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: valor.globo.com/valor-ri na data desta publicação; ri.neogrid.com, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br na data desta Assembleia. **1. DATA, HORA E LOCAL**: Realizada no dia 27/04/2022, às 11:00hs, de modo exclusivamente digital. **2. CONVOCAÇÃO**: O Edital de Convocação foi publicado nos dias 25, 28, e 29/03/2022, na versão impressa do jornal Valor Econômico (págs A14, A6, e B6, respectivamente), bem como na página deste jornal na internet nas mesmas datas indicadas. **3. PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO**: Os seguintes documentos foram publicados no jornal impresso do *Valor Econômico*, de forma resumida em 15/03/2022, nas páginas A16 a A18, e disponibilizadas nessa mesma data na sua íntegra, na página do mesmo jornal na internet (http://valor.globo.com/valor-ri/): **(i)** o Relatório da Administração; **(ii)** as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas; **(iii)** o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"); **(iv)** Parecer do Conselho Fiscal da Companhia; e **(v)** Relatório do Comitê de Auditoria. Os documentos acima, assim como o Edital de Convocação, a Proposta da Administração e os demais documentos pertinentes à ordem do dia desta Assembleia, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nos websites da CVM, da B3 e da Companhia (https://ri.neogrid.com), por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET em 14/03/2022. **4. PRESENÇA**: Presente os acionistas representando 52,04% do capital social da Companhia e, ainda, Sr. Thiago Grechi, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Gláucio Barros, membro do Conselho Fiscal da Companhia, e o Sr. Rafael Rosito, representante da PwC. **5. MESA**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Thiago Grechi, que convidou o Sr. Thomas Demaret Black para secretariá-lo. **6. ORDEM DO DIA**: Deliberar acerca das matérias relacionadas no item 7 – Deliberações. **7. DELIBERAÇÕES**: Instalada a Assembleia, os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas; após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: **7.1** Aprovar, por unanimidade, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021. **7.2** Aprovar, por unanimidade, a destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2021, no valor de R$ 14.609.649,55: (i) destinação de R$ 730.482,48, equivalentes a 5% do lucro líquido, para a constituição da reserva legal; (ii) distribuição aos acionistas da Companhia de R$ 3.469.791,77, a título de dividendos obrigatórios, que serão pagos no dia 15/06/2022; e (iii) retenção de R$ 10.409.375,30 para execução de orçamento de capital para o exercício social de 2022. **7.3** Aprovar, por maioria, a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022, no valor de até R$ 11.666.124,12. **7.4** Aprovar, por unanimidade, a eleição do Sr. Jorge Steffens como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, em complemento ao mandato unificado de 2 anos. **7.5** Aprovar a instalação do Conselho Fiscal da Companhia e a reeleição dos membros, com novo mandato até a data de realização da AGO que vier a deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31/12/2022, além da remuneração anual individual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia não inferior a 10% da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia. **8. ENCERRAMENTO**: Encerradas as deliberações, a presente Ata foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos presentes.

Joinville, 27 de abril de 2022.

Mesa:
Thiago Grechi | Presidente • **Thomas Demaret Black** | Secretário

Certifico o Registro em 02/05/2022 Arquivamento 20225536501 Protocolo 225536501 de 27/04/2022 NIRE 42300036510
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 181910663269029
http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8GFAej6LpXTQ&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93453787072-THIAGO GRECHI|07600957957-THOMAS DEMARET BLACK

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF Nº 10.338.320/0001-00 - NIRE Nº 33.300.288.279
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 02217-9

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia **18 (dezoito) do mês de abril de 2022, às 10:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Praia do Flamengo, 78, 8º andar, Flamengo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **2. CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado, de acordo com o artigo 124 da Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**"), no jornal Valor Econômico impresso e digital nos dias 19, 22 e 23 de março de 2022 e encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, através do Sistema IPE, no dia 18 de março de 2022. **3. PUBLICAÇÕES:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no Jornal Valor Econômico impresso (de forma resumida) e digital, no dia 18 de fevereiro de 2022, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76. Estes e todos os demais documentos e informações relativos à ordem do dia, nos termos da ICVM 481 e da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("**ICVM 480**"), foram divulgados aos acionistas da Companhia, mediante a apresentação à CVM por meio do Sistema Empresas.Net, em 18 de março de 2022 assim como foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM e da Companhia com 1 (um) mês de antecedência de presente data, nos termos da Lei das S.A.. **4. PRESENÇAS:** Participaram da **(i)** Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas representando 98,63% (noventa e oito vírgula sessenta e três por cento) do capital social votante da Companhia; e **(ii)** Assembleia Geral Ordinária, os acionistas representando 98,63% (noventa e oito vírgula sessenta e três por cento) do capital social votante da Companhia conforme se verifica pelos Boletins de Voto à Distância recebidos pela própria Companhia, na forma do artigo 21-W da ICVM 481. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia. Registrou-se, ainda, a disponibilidade do Sr. Thiago Oliveira, representante da KPMG Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, e do Sr. Fabio Folchetti, representante da administração para prestar os esclarecimentos a respeito das matérias objeto da Assembleia, nos termos do art. 134, § 1º, da Lei das S.A.. **5. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. **Fabiano Uchoas** assumiu a presidência dos trabalhos, e a Sra. **Livia Thurler Pires** secretariou os trabalhos, os quais foram escolhidos na forma prevista no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. **6. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: **I – Em Assembleia Geral Extraordinária: 1)** Proposta de modelo de Carta de Indenidade aos membros Conselho de Administração; **2)** Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, e a sua consolidação. **II – Em Assembleia Geral Ordinária: 3)** Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4)** Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021 e a distribuição de dividendos; **5)** Definição do número de membros que irá compor o Conselho de Administração e eleição dos seus membros titulares e suplentes; e **6)** Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021. **7. LAVRATURA DA ATA:** Foi dispensada a leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de Boletins de Voto à Distância, consoante o artigo 21-W, §4º da ICVM 481, uma vez que tal documento foi divulgado ao mercado pela Companhia em 14 de abril de 2022. Além disso, por proposta do Presidente da Mesa foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nas Assembleias, uma vez que foram previamente disponibilizados e são de inteiro conhecimento dos acionistas, bem como em razão da ausência de acionistas participantes da Assembleia. Ainda, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º da Lei das S.A.. **8. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão dos assuntos constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o seguinte: **I – Em Assembleia Geral Extraordinária: 1)** Por 62.222.413 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e treze) votos favoráveis, 0 (zero) abstenções ou impedimentos e 100 (cem) votos contrários, conforme mapa de votação, aprovar o novo modelo de carta de indenidade aos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Proposta da Administração. Assim, resta aprovada a celebração de contratos de indenidade entre a Companhia e os membros do Conselho de Administração, conforme novo modelo ora aprovado, tendo as informações relativas ao novo modelo dos contratos de indenidade sido devidamente indicadas no Anexo I do Manual para Participação nas Assembleias, disponível na página de Relações com Investidores da Neoenergia (www.ri.neoenergia.com), na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (www.cvm.gov.br), na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e na sede da Companhia, conforme recomendado no item 7.13 do Ofício Circular Anual-2022-CVM/SEP. 2) Por 62.222.413 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e treze) votos favoráveis, 0 (zero) abstenções ou impedimentos e 100 (cem) votos contrários, conforme mapa de votação, aprovar a alteração do Artigo 12 do Estatuto Social, de modo que o Conselho de Administração será composto por um mínimo de 03 (três) membros e um máximo de 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes. Consequentemente, o caput do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a nova redação abaixo indicada, restando aprovada, ainda, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, na íntegra, com a redação constante do Anexo I desta Ata. ***"Art. 12. - O Conselho de Administração será composto por um mínimo de 03 (três) membros e um máximo de 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles designado Presidente do Conselho de Administração, outro Vice-Presidente, e os demais serão designados conselheiros sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo".*** **II – Em Assembleia Geral Ordinária:** 3) Por 62.222.413 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e treze) votos favoráveis, 0 (zero) abstenções ou impedimentos e 100 (cem) votos contrários, conforme mapa de votação, aprovar integralmente e sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. 4) Por 62.222.413 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e treze) votos favoráveis, 100 (cem) abstenções ou impedimentos e 0 (zero) votos contrários, conforme mapa de votação, aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2021, no valor de R$ 99.808,00 (noventa e nove milhões, oitocentos e oito mil reais), e a distribuição de dividendos, da seguinte forma: **(a)** Deliberar sobre a destinação para reserva de lucros a realizar no montante de R$72.890.801,12 (setenta e dois milhões, oitocentos e noventa mil, oitocentos e um reais e doze centavos); **(b)** Ratificar a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 12.014.000,00 (doze milhões e quatorze mil reais), conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/11/2021, os quais compõem o dividendo mínimo obrigatório da Companhia; e **(c)** Deliberar sobre a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$14.902.752,62 (quatorze milhões, novecentos e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos). 5) Por 62.222.513 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e treze) votos favoráveis, 0 (zero) abstenções ou impedimentos e 0 (zero) votos contrários, conforme mapa de votação, aprovar a definição de 6 (seis) membros para o Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato de 2 (dois) anos. Consequentemente, por 62.222.413 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e treze) votos favoráveis, 0 (zero) abstenções ou impedimentos e 0 (zero) votos contrários, **eleger** para compor o Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, que se estenderá **até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2024**, os seguintes membros titulares (efetivos): (a) **Elena León Muñoz**, espanhola, casada, engenheira civil, portadora do passaporte espanhol nº PAF 541666, com endereço à Calle Tomás Redondo, 1, 28033, Madri, Espanha **- Presidente**; (b) **Fulvio da Silva Marcondes Machado**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de Identidade RG nº 24.154.003-3 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 262.953.468-55, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ; (c) **Solange Maria Pinto Ribeiro**, brasileira, solteira, engenheira elétrica, portadora da cédula de identidade nº 1.486.537 IITB/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 304.753.094-72, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ; **(d) Eduardo Capelastegui Saiz,** espanhol, casado, administrador de empresas, portador do CPF/MF 819.863.865-20, RNE nº V293179-X, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ; **(e) Leonardo Pimenta Gadelha**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 08815379-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 025.987.667-41, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ; e **(f) Rogério Aschermann Martins**, brasileiro, casado, graduado em ciências da computação, portador da cédula de identidade nº 27.796.025-3 - SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.534.698-45, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ. Para fins do § 2º do artigo 146 da Lei das S.A., registre-se que a conselheira **Elena León Muñoz**, não residente, será representada pelo Sr. Mário José Ruiz-Tagle Larrain, chileno, casado, diretor de empresa, portador da Registro Nacional de Estrangeiro - RNE nº V359972-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.458.437-74, com endereço na Praia do Flamengo, 78 – 4º Andar – Flamengo – Rio de Janeiro/RJ, CEP 22210-903, conforme procuração arquivada na sede da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse, nos termos da Lei das S.A., mediante a assinatura do respectivo termo de posse, ocasião na qual declararão à Companhia o preenchimento dos requisitos de elegibilidade previstos na Lei das S.A. e o seu desimpedimento para exercício dos seus respectivos cargos. Em razão do resultado da eleição dos membros do Conselho de Administração, o referido Conselho passa a apresentar a seguinte composição:

Nome	Cargo	Suplente	Eleição	Mandato
Elena León Muñoz	Membro titular Presidente	n/a	AGOE de 18/04/2022 por meio da votação majoritária	2 (dois) anos, até a AGO que se realizará em 2024
Fulvio da Silva Marcondes Machado	Membro titular			
Solange Maria Pinto Ribeiro	Membro titular			
Eduardo Capelastegui Saiz	Membro titular			
Leonardo Pimenta Gadelha	Membro titular			
Rogério Aschermann Martins	Membro titular			

6) Por 62.222.413 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e treze) votos favoráveis, 100 (cem) abstenções ou impedimentos e 0 (zero) votos contrários, conforme mapa de votação, aprovar a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício em curso no valor R$ 130.680,00 (cento trinta mil, seiscentos e oitenta reais) líquida de encargos sociais, da forma a seguir indicada abaixo. Nos termos do § 2º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual de cada membro da administração. **(a)** Remuneração Anual Global dos membros da Diretoria Estatutária para o exercício de 2022: até R$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais); e **(b)** Remuneração Anual Global dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2022: até R$ 58.080,00 (cinquenta e oito mil e oitenta reais). **ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente considerou encerrados os trabalhos das Assembleias, determinando que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme e foi aprovada por todos os presentes. AA. Mesa: Presidente, Fabiano Uchoas; Secretária, Livia Thurler Pires. Acionistas: NEOENERGIA S.A., IBERDROLA ENERGIA S.A. e ARGUCIA INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2022. Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio. Mesa: **Fabiano Uchoas** - Presidente da Mesa; **Livia Thurler Pires** - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.. Certifico o arquivamento em 04/05/2022 sob o nº 00004872522. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43 - NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia 6 de junho de 2022, às 11h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

(1) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
(2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Tendo em vista não ter sido atingido o quórum de instalação previsto no art. 135 da Lei nº 6.404/76 para o item (5) da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, às 11h:
(3) Homologar a alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social, para refletir a quantidade de ações ordinárias emitidas no âmbito do aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2022.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no "Manual para Participação e Proposta da Administração", na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na forma da Instrução CVM 481/09 e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br/).
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.
3. Em 25 de março de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que em virtude principalmente (i) da complexidade dos trabalhos de segregação de ativos nas três SPEs que integram a UPI Ativos Móveis, incluindo a necessidade de elaboração de suas demonstrações financeiras, na data base de fevereiro de 2022; (ii) da necessidade de obtenção de pareceres dos auditores independentes para as demonstrações financeiras das três SPEs que integram a UPI Ativos Móveis; bem como (iii) dos impactos da venda da UPI Ativos Móveis e da venda do controle da UPI InfraCo nos trabalhos de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, e, consequentemente, no parecer dos auditores independentes com relação às demonstrações financeiras da Oi, a Companhia adiaria a divulgação de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2021, visando garantir a conclusão tempestiva das referidas operações e a divulgação de informações precisas, consistentes e completas aos acionistas e ao mercado. As demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício de 2021 foram divulgadas em 04 de junho de 2022.

Participação presencial

4. Tendo em vista a Pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGE em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.
5. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador que encaminhe os seguintes documentos digitalizados em formato pdf até as 18h do dia 02 de junho de 2022 para o endereço eletrônico *invest@oi.net.br*. Alternativamente, os documentos podem ser entregues na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, também até o dia 02 de junho de 2022, aos cuidados da Gerência Societário e M&A:
(i) quando Pessoa Jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia;
(ii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e
(iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.
Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.
6. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.
7. A Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

Votação à distância

8. A Oi recomenda e incentiva seus acionistas a participarem desta AGE exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de Boletim de Voto a Distância ("BVD"), conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGE, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.
9. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.
10. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 30 de maio de 2022, para o endereço eletrônico invest@oi.net.br, vias digitalizadas em formato pdf do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.
11. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

Participação Remota

12. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGE para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado.
13. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGE de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia até às 11h - horário de Brasília - do dia 03 de junho de 2022, por meio de email com o assunto "AGE – acesso remoto" para o endereço eletrônico invest@oi.net.br, informando o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGE (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGE, divulgado nesta data, em formato pdf.
14. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima as respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGE.
15. O acompanhamento à distância da AGE destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi ou seus representantes legais. O acesso que será fornecido pela Companhia é intransferível e não poderá ser cedido, encaminhado ou divulgado a qualquer terceiro, acionista ou não. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGE.
16. Os acionistas que acompanharem a AGE remotamente não serão computados como presentes na AGE, salvo se tiverem exercido seu voto via BVD.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2022.
Eleazar de Carvalho Filho
Presidente do Conselho de Administração

10ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL CÍVEL

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **RIO PROERG CONSTRUÇÃO E MONTAGEM LTDA (CNPJ/MF Nº 00.364.195/0001-59), SÉRGIO AUGUSTO SOARES BYRRO (CPF/MF Nº 941.480.587-72)** casado com **CLÁUDIA CASTELA MIRANDA BYRRO (CPF/MF Nº 684.593.867-91)**; bem como do terceiro interessado **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CNPJ/MF Nº 08.036.157/0001-89).**

A MM. Juíza de Direito Dra. Andrea de Abreu e Braga, da 10ª Vara Cível – Foro Central Cível, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente (com pedido de concessão de medida acautelatória urgente – arresto de bens), ajuizada por **CCB BRASIL – CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S/A (CNPJ/MF Nº 07.450.604/0001-89)** em face de **RIO PROERG CONSTRUÇÃO E MONTAGEM LTDA (CNPJ/MF Nº 00.364.195/0001-59)** e **SÉRGIO AUGUSTO SOARES BYRRO (CPF/MF Nº 941.480.587-72)**, nos autos do **Processo nº 1001991-34.2013.8.26.0100**, e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879, II, 886 e 887 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Rua Araguaia, nº 87, Boa Vista, São Gonçalo/RJ – CEP: 24466-230 - **Descrição do Imóvel:** O imóvel possui 149,00m² de área construída, o terreno passou a ser designado por lote nº 4.451-A, possuindo as seguintes metragens e confrontações: 12,96ms de frente, confrontando com a Rua Araguaia, nos fundos 24,00ms com os lotes nºs 4462 e 4463; do lado direito 30,00ms, com o lote nº 4452; e do lote esquerdo 38,33ms, em 02 alinhamentos o 1º 11,48ms, o 2º 26,85ms, confrontando no 1º alinhamento com a faixa de domínio da BR-101 e no 2º com o lote nº 4449; com a área total de 702,61m².

Dados do Imóvel

Inscrição Municipal nº	341827060	
Matrícula Imobiliária nº	30.882	2º Ofício de Justiça de São Gonçalo/RJ

Ônus

Registro	Data	Ato	Processo/Origem	Beneficiário / Observações
R. 04	06/12/2010	Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 05	06/12/2010	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 07	23/02/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 08	23/02/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 11	14/03/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 12	14/03/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 13	02/05/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 14	02/05/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 15	02/05/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 16	27/05/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 17	27/05/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 18	27/05/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 19	21/07/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 20	21/07/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 21	21/07/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 22	01/11/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 23	01/11/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 24	01/11/2011	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 25	14/02/2012	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 26	14/02/2012	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 27	14/02/2012	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 28	21/05/2012	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 29	21/05/2012	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 30	21/05/2012	Aditamento da Hipoteca	-	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 31	26/09/2014	Arresto	Proc. nº 1001991-34.2013.8.26.0100	Banco Industrial e Comercial S/A
Av. 32	21/07/2015	Conversão de Arresto em Penhora Exequenda	Proc. nº 1001991-34.2013.8.26.0100	Banco Industrial e Comercial S/A

OBS 01: Na entrada do imóvel contém uma área descoberta e gramada, estacionamento, 1 (um) banheiro externo e 1 (um) quarto; 1 (uma) sala (tipo comercial) com dois ambientes possuindo 1 (uma) copa e 1 (um) banheiro; 1 (uma) sala (tipo comercial), 1 (um) banheiro; 1 (uma) sala (tipo comercial), 1 (um) banheiro; os fundos do terreno possui uma pequena área descoberta (Laudo de Avaliação – Fls. 1140).
OBS 02: O imóvel possui 149,00m² de área construída, conforme Certidão com dados do terreno e da construção disponibilizada pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo.
OBS 03: A parte executada opôs Embargos à Execução (Processo nº 1065237-33.2015.8.26.0100), o qual foi julgado procedente para levantar a penhora do bem imóvel matriculado sob o nº 9.758, 2º CRI Niterói/RJ, por se tratar bem de família. Referido bem imóvel que não é objeto deste leilão.
Valor de Avaliação do imóvel: R$ 220.000,00 (Abr/2021 – Laudo de Avaliação Fls. 1140).
Valor de avaliação atualizado: R$ 241.675,19 (Mar/2022). O valor de avaliação será atualizado à época das praças.
Débitos Tributários: R$ 18.978,86 (Mar/2022), sendo R$ 16.045,70 referente aos Débitos inscritos na Dívida Ativa dos exercícios de 2018 a 2021 e R$ 2.933,16 referente ao débito de 2022 não inscrito na Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).
Débito Exequendo: R$ 9.195.532,41 (Fev/2019 – Fls. 850).

02 - A 1ª praça terá início em **16 de maio de 2022, às 13 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 19 de maio de 2022, às 13 horas e 30 minutos.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 19 de maio de 2022, às 13 horas e 30 minutos, e se encerrará em 08 de junho de 2022, às 13 horas e 30 minutos.** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juízo da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).
03 - O leilão será realizado pela plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com), conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com. (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).
04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).
05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).
06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).
07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).
08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino Leiloeiro, CNPJ nº 30.753.419/0001-85, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).
09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lanços imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.
10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).
11 - O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.
12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).
13 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).
14 - Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compras à vista, ou parceladas do correspondente ativo, estes serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.
15 - **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º Andar - Bela Vista - CEP 01.311-300 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.
16 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 06 de abril de 2022. Eu, escrevente, digitei. Eu, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. ANDREA DE ABREU E BRAGA - JUÍZA DE DIREITO

ePR
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
E-PARANÁ COMUNICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022 EPR

PROCESSO: 18.782.248-3
OBJETO: Aquisição de equipamentos fotográficos, com certificação de garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, para manutenção e assistência técnica *on site*, para atender ações do Núcleo de Produção e Conteúdo da EPARANÁ COMUNICAÇÃO.

Valor GLOBAL estimado: **R$ 185.136,59** *(cento e oitenta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos)*, distribuídos em 12 (doze) lotes.

Local da disputa: www.licitacoes-e.com.br – [ID: 929.741]. (ÍCONE "licitações" – Entidade "EPARANA COMUNICAÇAO" – **Limite de acolhimento de propostas**: até 18:00 horas do dia 16/05/2022. **Abertura das propostas:** a partir das 14:00h do dia 18/05/2022. **Data e hora da disputa**: a partir das 14:30h do dia 18/05/2022. **Edital completo**: disponível no mesmo endereço eletrônico e em www.eparana.pr.gov.br (ícone licitações), www.comprasparana.pr.gov.br. PE 387/2022. Joselei da Conceição de Souza – Pregoeiro Portaria nº 07-2022 E-PR. Curitiba, 04 de maio de 2022.

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA
AVISO AOS ACIONISTAS

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (a "Companhia"), informa seus acionistas, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404/76, que encontram-se à disposição, no website da Companhia (www.oi.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como na sede da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, cópia das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles, o parecer do conselho fiscal e o parecer dos auditores independentes.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2022.
Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
Cristiane Barretto Sales
Diretora de Finanças e de Relações com Investidores

BANCO ABC BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 28.195.667/0001-06

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

KHALED SAID RAMADAN KAWAN, sem CPF, **NICHOLAS JOHN CAMPBELL CHURCH**, sem CPF, e **TONY BERBARI**, sem CPF, DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no Banco ABC Brasil S.A., CNPJ/ME 28.195.667/0001-06. ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF mencionado abaixo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF GTSP-3
São Paulo, 05 de maio de 2022

Investimentos Pedidos de indenização aumentaram com a pandemia

Após mudanças, CVM acelera análise de recursos do MRP

Juliana Schincariol
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) viu o número de recursos ao Mecanismo de Reparação de Prejuízos (MRP) disparar nos últimos anos, e o estoque de casos só subia. Com o mercado de capitais tem trajetória ascendente, as reclamações tendem a continuar subindo. No meio do ano passado, o regulador fez mudanças na estrutura para análise dos processos. Com os primeiros resultados, a projeção é que o número de recursos julgados praticamente dobre em 2022.

O regulador do mercado de capitais funciona como um tribunal de segunda instância do MRP, que é administrado pela BSM (entidade autorreguladora da B3). O instrumento assegura aos investidores ressarcimento de prejuízos em caso de erros operacionais das corretoras na intermediação de operações em bolsa ou serviços de custódia. A BSM é o órgão responsável por processar as reclamações. Caso não concorde com o resultado, o investidor pode recorrer à CVM. A indenização máxima é de R$ 120 mil e há uma discussão, ainda não concluída, para aumentar os valores.

Entre janeiro de 2011 e junho de 2020, foram analisados 246 processos, uma média mensal de 2,16 casos. A partir de 2020, com a pandemia de covid-19, o número disparou. De julho daquele ano até abril de 2021 foram 178 análises, equivalentes a uma média de 17,8 ao mês, segundo dados da CVM. Por causa disso, em agosto do ano passado, o regulador abriu uma área específica para o MRP, chamada de Seção de Mecanismos de Ressarcimento (Semer).

A dinâmica anterior previa que todos os casos que iam para a CVM deveriam ser analisados pelo colegiado. Sob as novas regras, o processo só irá para o órgão máximo quando a SMI — área técnica responsável pelo tema — entender que cabe o recurso, parcial ou integral. Quando a Semer foi criada, eram julgados cerca de seis casos ao mês. Com as mudanças, a média passou para 10,3 recursos. Mantendo-se este ritmo, a CVM projeta analisar 156 casos em 2022, ante pouco mais de 80 um ano antes.

O estoque de casos também vem sendo gradativamente reduzido. Chegou ao ápice de 158 processos em agosto do ano passado. Em abril de 2022, caíram para 142. O percentual de casos com provimento — total ou parcial — é de 9,1% desde a criação da Semer e está em linha com a média histórica do período anterior.

"O MRP é um diferencial para o mercado regulado. É algo super importante que diferencia do mercado na internet, Forex, opções binárias, pirâmides, criptoativos. É como se fosse um seguro. Em alguns casos, pode ser toda a poupança do investidor", diz o superintendente de relações com o mercado e intermediários da CVM, Francisco Bastos Santos.

A reclamação ao MRP é relativamente fácil e não tem custo para o investidor. Esse é um dos fatores que, segundo o superintendente, induz a um número de pedidos que não fazem sentido. Muitas vezes é simplesmente o efeito colateral de o investidor ter perdido dinheiro. As reclamações devem conter evidências para que se aumentem as chances de serem bem-sucedidas, aponta o superintendente.

Uma reclamação frequente refere-se à falha de funcionamento de plataformas de investimento. O investidor alega que houve problema por alguns segundos e perdeu uma oportunidade, muitas vezes sem documentação. Outra campeã de reclamação ao MRP é a liquidação compulsória de ordens, que ocorre geralmente com day-traders. Também é um pedido recorrente a chamada "execução infiel de ordens" pelo agente autônomo de investimento ou corretora. As regras atuais determinam que as corretoras precisam ter a documentação de todas as ordens — se não houver registros, o investidor tem que ser indenizado.

LEO PINHEIRO/VALOR

Bastos, da CVM: Reclamação deve ter evidências para ser bem-sucedida

Brasil Capital, a asset que nasceu na crise do Lehman

Adriana Cotias
De São Paulo

Foi em 13 de outubro de 2008, bem na eclosão da crise das hipotecas de alto risco nos EUA, que a Brasil Capital abria as suas portas. Em duas semanas, a cota do fundo de ações da gestora novata apresentou uma queda de 30%, e parecia prenunciar um mau agouro para aqueles "meninos que estavam abrindo um negócio sem saber direito o que seria", lembra André Ribeiro, um dos sócios do grupo de formação da casa, que tinha então 31 anos, ao lado de outros jovens, com 26. Entre eles, havia um dos herdeiros do grupo Votorantim, José Eduardo Ermírio de Moraes, morto em 2013 num acidente aéreo.

"Diferentemente de hoje, em que as gestoras nascem estruturadas, com capital vindo de grandes bancos e com objetivo certo de captação, o nosso era [a gente] se juntar para ver se ia funcionar, com práticas fundamentalistas de análise profunda, na rua, falando com fornecedor, cliente, examinando as empresas em 360 graus, investigando tudo para potencialmente investir", afirma Ribeiro.

O baque inicial desaparece no tempo e o fundo de ações da Brasil Capital se firmou como a carteira de melhor desempenho da categoria dentre os portfólios ativos desde a quebra do americano Lehman Brothers, naquele fatídico 2008. Acumula retorno de 1.364%, ante 187% do Ibovespa, e hoje reúne um patrimônio de R$ 9 bilhões, numa única estratégia. São dois veículos, um local e outro fora. A base de investidores, entre fundos de pensão, escritórios de gestão de fortunas, endowments e fundos soberanos é 30% formada por estrangeiros.

O começo foi com capital proprietário, de R$ 60 milhões, e a rasteira do primeiro ano foi compensada com um resultado forte no seguinte, de 180%, versus 80% do Ibovespa. Entre 2009 e 2010, com mais de R$ 550 milhões e sem ter feito grandes esforços de captação, a gestora se preparou para se institucionalizar no emergente segmento de gestão de recursos independente. Felipe Graner, executivo-chefe de operações e de risco, e Juliana Klarnet, responsável pela área comercial, se integraram como sócios e a partir dali a casa passou a buscar clientes ativamente.

Hoje são 11 sócios na gestora, com Ribeiro, ex-Fama, e Ary Zanetta, ex-Credit Suisse Hedging-Griffo, representando os fundadores que integram o comitê de investimentos. Da equipe original, Alexandre Bossi saiu anos atrás para co-fundar a Pandhora Investimentos, especializada em fundos quantitativos. A Brasil Capital fez algumas rodadas de seleção de jovens, para treinar e reter, até que ganhassem senioridade para ascender na sociedade. Esse é um ponto sensível porque nos últimos anos, com a multiplicação de assets independentes no Brasil, o profissional de investimentos passou a ser mais disputado.

Ações puro sangue
A evolução da cota do FIA da Brasil Capital - em %

O mote, diz Ribeiro, sempre foi olhar para bons negócios que sejam dominantes num mercado com estrutura de barreiras de entrada e "com gente boa tocando, capaz de se adaptar às incertezas macroeconômicas e que consigam dirigir as empresas com as dificuldades que o Brasil apresenta", afirma. Por trás está o conceito de que a evolução do lucro operacional das companhias com essas qualidades é da ordem de 20% ao ano, e, assim, o valor das ações deveriam acompanhar.

Ao longo de 14 anos, a gestão conseguiu traduzir isso em retornos anualizados de quase 22%, ante 8% do Ibovespa. "E sempre foi com períodos bastante difíceis porque a vida não é moleza, tem inúmeros desafios e o Brasil que não deixam ninguém dormir sossegado."

Além do começo sinuoso, Ribeiro conta que na jornada de mais de uma década, a gestão de confrontou com outros percalços, como a grande desvalorização cambial de 2013, o segundo mandato de Dilma Rousseff, que culminaria no impeachment da presidente, ou o início da pandemia de covid-19 que provocou um tombo de 50% para a cota — mas com recuperação integral no mesmo 2020. O pior desempenho anual foi em 2021, com queda de 19,1%. Em 2022, o fundo perde 4,2%.

Com o choque inflacionário e o ciclo de alta de juros, tão mais difícil é fazer gestão de um fundo de ações que investe só em empresas que atuam no Brasil. "Tem companhias no portfólio que sentem o impacto, mas vão adiante, seguem se consolidando porque as mais frágeis sofrem mais e as que a gente investe são grandes, dominantes, têm equipes boas e liquidez, têm caixa disponível muito amplo nesses momentos para ganhar market share, conseguem crescer mesmo num cenário adverso", afirma Ribeiro.

A taxa interna de retorno (TIR) projetada para os próximo biênio com as ações que a Brasil Capital tem na carteira é de 30% ao ano, numa portfólio relativamente pulverizado entre ativos expostos ao mercado local, com peso maior, e ao mercado externo e dolarizados, que eventualmente se beneficiam da alta das commodities.

Infraestrutura contempla uma parcela relevante. A posição mais antiga é no grupo Cosan, há 13 anos no portfólio, pela diversificação da sua atuação que inclui a cadeia de açúcar e álcool, gás, ferrovias e outros ativos de energia e distribuição. Itaú, XP e BTG Pactual somados também compõem fatia significativa no setor financeiro. Ainda há Suzano, Hapvida e fatias menores em Alupar, Equatorial e Vale.

"Infelizmente o investidor tende a entrar [em fundos de ações] quando as taxas de juros estão baixas e o cenário é de céu azul, e normalmente é quando os ativos já estão bem avaliados. No meio da guerra, num período pré-eleição e com ciclo de aumento de juros o investidor se retrai, não quer saber mais de ações, mas é quando as oportunidades de longo prazo surgem. Precisa ter paciência e determinação para capturar resultados positivos", afirma Ribeiro. "Hoje ele consegue fazer investimentos [com rentabilidade] de 13% a 15% ao ano [na renda fixa] pelos próximos três anos, é muito retorno mesmo."

O processo de análise 360 graus inclui um time de dados que coleta informações sobre qualquer setor da bolsa e quando vai questionar determinada companhia tem tudo na mão. Como exemplo, ele cita que logística é relevante para os serviços de "marketplace" no varejo, conseguindo mapear quanto tempo Mercado Livre, Magazine Luiza, Via e Amazon entregam sem produtos. "Quanto mais entregar, mais vende, alavanca muito as vendas", diz. A coleta de preços de carros em diversas regiões é uma das fontes para analisar o segmento de frete, e por aí vai.

A avaliação qualitativa, contudo, segue como o coração da Brasil Capital, afirma o gestor. "A cada ano, novas variáveis e expectativas entram no questionamento e na análise, o viés é muito crítico em relação à companhia analisada, não destrutiva, mas cética, afinal é o dinheiro de várias famílias, das nossas famílias, que está em jogo", diz Ribeiro. São fundações, fundos de pensão, o cliente estrangeiro, e de fato a gente cuida porque sabe que esse é o nível de responsabilidade que tem."

Decisão do Copom realça diferença do Brasil com o mundo

Palavra do Consultor
Marcelo d'Agosto

Entre 1º de janeiro de 2019 e o dia 2 de maio de 2022, o Ibovespa, a principal referência para o mercado de ações no Brasil, subiu 21%.

A rentabilidade foi um pouco maior do que os ganhos obtidos com as aplicações de renda fixa atreladas à variação do certificado de depósitos interfinanceiros (CDI), que deram lucro de 17% no período. Mas ambos ficaram abaixo da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de cerca de 24%.

Um fato marcante nesse período foi o descolamento dos indicadores brasileiros em relação aos mercados mundiais. Para medir o desempenho dos diversos ativos internacionais, a MSCI, uma empresa especializada no cálculo da rentabilidade global de diversos tipos de investimentos, desenvolve e acompanha uma série de indicadores.

O MSCI Brazil é o índice usado para seguir a variação do mercado de ações brasileiro, em dólares. Ele tem uma metodologia equivalente ao MSCI Mercados Emergentes (MSCI EM), que capta a variação de todas as ações negociadas nos países considerados emergentes. A empresa calcula, também, o MSCI World, que mede a rentabilidade das ações de empresas negociadas nos mercados desenvolvidos.

Desde 2019 até o início da pandemia do novo coronavírus, no fim de fevereiro de 2020, os indicadores globais tinham desempenho aproximadamente semelhante. E com as incertezas causadas pela falta de conhecimento sobre as maneiras para combater a covid-19, todos os índices caíram de forma equivalente.

A surpresa com a nova doença provocou a paralisação geral dos negócios e os governos tiveram que adotar diversas medidas de isolamento social. Mais tarde, à medida em que as formas de combater a pandemia e os impactos econômicos começaram a ficar mais claros, a recuperação dos mercados mundiais seguiu padrões diferentes.

Em agosto de 2020 o MSCI World voltou ao patamar de antes da pandemia. A recuperação aconteceu, principalmente, em função do aumento da lucratividade das empresas de tecnologia.

Como as pessoas passaram a trabalhar de casa, a demanda por equipamentos de informática, conexão para reuniões de equipe e serviços a domicílio explodiu. As empresas localizadas nos países desenvolvidos, que já possuíam a infraestrutura necessária para essa nova forma de trabalho, levaram vantagem.

Adicionalmente, as economias dessas regiões já conviviam, há tempos, com um cenário de juros baixos e inflação sob controle. A redução ainda maior das taxas de juros e os estímulos fiscais por meio de redução de impostos, auxílios emergenciais e gastos governamentais não afetou a confiança na capacidade de financiamento dos governos.

O período entre 1º de janeiro de 2019 até 2 de maio de 2022 registrou variação acumulada do MSCI World de 59%.

Já a recuperação dos mercados emergentes acabou demorando mais. Foi apenas em novembro de 2020 que o índice MSCI EM voltou ao patamar de antes da crise.

Boa parte dessa retomada ocorreu por conta das boas perspectivas econômicas para a economia chinesa. As empresas do setor de tecnologia da China têm presença significativa no mercado local e global. Além disso, as previsões eram de que a China passaria a dar mais ênfase no desenvolvimento do seu mercado de consumo interno.

O peso da China, Taiwan e Coreia do Sul no MSCI EM representa 60% do índice. O indicador acumula alta de 20,9% desde o começo de 2019 até o dia 2 de maio deste ano.

O MSCI Brazil, por sua vez, ainda não recuperou o patamar de antes da crise. A variação do índice desde janeiro até agora é de -2,73%.

O mercado brasileiro sofreu, num primeiro momento, com a queda do preço das matérias-primas. Uma parcela significativa do valor de mercado das empresas com ações negociadas na B3 está relacionada com o preço dos produtos básicos.

Além disso, a economia brasileira acabou sendo duramente castigada com a alta da cotação do dólar em relação ao real. A moeda americana acumula alta de aproximadamente 30% desde o começo de 2019.

Portanto, a alta do Ibovespa foi contrabalançada pela queda do real. E o MSCI Brazil refletiu esse comportamento.

Adicionalmente, como a inflação no Brasil subiu mais do que o esperado, o Banco Central (BC) passou a aumentar os juros. Atualmente, a taxa básica de juros no Brasil é uma das maiores do mundo.

Isso dificulta o ambiente de negócios, aumenta o desemprego e reduz o consumo. No entanto, é o único instrumento ao alcance do BC para tentar estabilizar a inflação.

Outras medidas para combater a alta dos preços envolveriam uma participação mais ativa dos demais órgãos governamentais.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Valor

Legislação & Tributos SP

Destaques

Adicional de frete

É legítima a cobrança de Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), inclusive sobre as despesas de capatazia — movimentação de mercadorias do navio até a alfândega. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região negou provimento ao recurso de uma empresa de implementos agrícolas de Passo Fundo (RS). No caso, a empresa, que realiza diversas operações de importação de produtos sujeitos à fiscalização aduaneira e fiscal, questionou judicialmente, em mandado de segurança, o pagamento do adicional sobre suas operações internacionais e as despesas de capatazia. Os advogados argumentavam que o AFRMM é contrário à liberdade econômica e à igualdade tributária preconizadas no Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), assinado pelo Brasil. Sustentavam ainda que a cobrança é inconstitucional e violaria o Acordo de Facilitação Comercial (AFC), pois não existiria justificativa razoável para a cobrança do tributo. A 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo (RS) julgou a sentença improcedente e a empresa recorreu (processo nº 5006701-89.2019.4.04.7108).

Taxa de franchising

A 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) confirmou sentença que condenou uma empresa de cosméticos a devolver valor cobrado a título de taxa de franchising antes da oficialização do contrato com os possíveis franqueados. De acordo com os autos, os autores da ação pretendiam operar um quiosque da empresa em um shopping. Mesmo sem a formalização do contrato, a ré cobrou R$ 40 mil de taxa de franquia. Ocorre que posteriormente nem o shopping nem os outros pontos de venda aprovaram a instalação do equipamento, motivo pelo qual os autores requereram o distrato e a devolução do dinheiro. Apesar da insistência dos apelados, a ré só lhes ofereceu a restituição de R$ 30 mil, divido em 12 parcelas. Em seu voto, o relator do recurso, desembargador Cesar Ciampolini, afirma que é o caso de manter a condenação da ré, uma vez que o contrato de franquia sequer existiu. Ele ressaltou que a lei que disciplina os contratos de franquia empresarial (franchising), vigente à época dos fatos, visa evitar fraudes à economia popular, comuns em negócios como o que se vê nos autos (processo nº 1005592-11.2015.8.26.0704).

Assédio moral

A Confecções de Roupas Seiki Ltda, na capital paulista, foi condenada a pagar R$ 5 mil de indenização a uma assistente que era ofendida pela gerente da loja. O direito havia sido negado na segunda instância, que entendera que as ofensas ocorriam de forma geral, contra todas as pessoas que trabalhavam no local. Mas, para a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), isso não afasta a configuração do assédio moral. Segundo relato da assistente na reclamação trabalhista, a gerente era filha dos proprietários do empreendimento, e as ofensas quase sempre se referiam à capacidade cognitiva da empregada (chamada de "ignorante" e "burra") ou à sua competência no trabalho ("inútil" e "coitada"). As agressões — vividas por dois anos — também eram dirigidas a colegas da confecção. Em contestação, a Seiki negou as ocorrências e sustentou que a gerente sempre tratava a empregada e as demais pessoas subordinadas "de forma exemplar e educada". De acordo com a empresa, o relato da assistente "não passava de meras ilações fantasiosas". Primeira e segunda instâncias rejeitaram o pedido de indenização, por entenderem que as ofensas não eram dirigidas apenas à assistente (processo nº 1000697-56.2017.5.02.0089).

Tributário 1ª Turma entendeu que decreto de 2019 que acabou com benefício fiscal só deveria valer no ano seguinte

Supremo garante a contribuinte paulista créditos de ICMS

Bárbara Pombo
De São Paulo

Contribuintes paulistas conseguiram um importante precedente no Supremo Tribunal Federal (STF) para limitar os efeitos de um decreto do Estado de São Paulo que acabou com benefício fiscal do ICMS. A 1ª Turma da Corte, formada por cinco ministros, decidiu que a norma, editada no fim de abril de 2019, só poderia ter começado a valer em janeiro do ano seguinte.

A decisão beneficia uma empresa do ramo de medicina veterinária. Agora, poderá utilizar aproximadamente R$ 2 milhões em créditos do imposto que havia sido obrigada a estornar por imposição da regra.

O alvo da disputa é o Decreto nº 64.213, editado em 30 de abril de 2019. Pela norma, os contribuintes perderam a possibilidade de aproveitar créditos de ICMS decorrentes de compras de insumos agropecuários isentos do imposto. A restrição passou a valer a partir do dia seguinte à publicação — 1º de maio.

Muitas empresas questionaram no Judiciário a revogação do benefício fiscal, que perdurou por 19 anos. De acordo com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) de São Paulo, são pelo menos 108 ações em andamento.

Duas teses são discutidas, segundo o órgão. Os contribuintes contestam a legalidade da revogação, que foi feita por decreto e não por lei. E alegam que a medida violaria os princípios da anterioridade anual (validade a partir do exercício financeiro seguinte ao da publicação da norma) e nonagesimal (prazo de 90 dias). Previstas na Constituição, as regras devem ser aplicadas juntas e pretendem evitar surpresas para o contribuinte com criação ou aumento de tributos.

A decisão da 1ª Turma do Supremo analisou a validade da extinção imediata do benefício fiscal. Os ministros analisaram se a revogação do incentivo constituiu majoração indireta de tributo, o que obrigaria o Estado a observar as anterioridades anual e nonagesimal.

"De um dia para o outro, o Estado voltou a exigir o estorno dos créditos. A consequência disso é que o crédito — que poderia ser utilizado antes para comprar equipamentos, quitar ICMS próprio e pagar fornecedores — virou custo da empresa", explica a advogada tributarista Juliana Camargo Amaro, sócia do escritório Finocchio & Ustra Advogados, que defendeu a empresa no Supremo (ARE 1343737).

De acordo com levantamento da banca, foi o primeiro julgamento de mérito na 1ª Turma sobre essa questão. Em dois casos anteriores (ARE 1324386 e ARE 1318720), os recursos extraordinários propostos pelo Estado paulista não foram admitidos. Na prática, isso fez com que prevalecessem decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), favoráveis aos contribuintes. A 2ª Turma da Corte ainda não analisou o tema, segundo a pesquisa.

O placar foi apertado: três votos a dois. Prevaleceu o voto do ministro Roberto Barroso. Ele discordou do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, para quem a revogação de benefício fiscal não seria majoração de tributo. Dessa forma, não haveria necessidade de o Estado jogar os efeitos do decreto para o ano seguinte ao da publicação.

Segundo Moraes, esse entendimento estaria em linha com precedente do ano de 2008 na ADI 4016. Naquela ocasião, o Supremo definiu que a redução ou extinção de desconto para pagamento de imposto sob determinadas condições previstas em lei, como o pagamento antecipado em parcela única, não pode ser equiparada a aumento de tributo. A ministra Cármen Lúcia concordou com o relator.

Para Barroso, porém, esse precedente estaria superado. De acordo com o voto do ministro, a jurisprudência do Supremo tem se consolidado para reconhecer a necessidade de respeito à anterioridade anual e à noventena diante de aumento indireto de tributo, como a revogação de benefício fiscal.

"A anterioridade tributária visa a assegurar a previsibilidade da carga tributária, protegendo a segurança jurídica, a não surpresa e a confiança legítima. Por isso, também deve ser aplicada à revogação ou alteração de benefício fiscal, conforme já reconhecido por esta Corte", afirma Barroso, que redigiu o acórdão.

A posição foi seguida pela ministra Rosa Weber e pelo ministro Dias Toffoli, que afirmou ter aderido à corrente majoritária no STF depois de decidir de forma desfavorável à tese dos contribuintes.

De acordo com o advogado Alessandro Borges, do escritório Benício Advogados Associados, nas ocasiões em que analisou a disputa, o TJSP deu ganho de causa ao contribuinte. "O tribunal tem aplicado a posição mais recente do STF de que o Estado precisa obedecer a anterioridade porque a revogação de benefício fiscal constitui majoração indireta de tributo", diz.

A Procuradoria Geral do Estado, em nota ao **Valor**, afirma que não recorrerá da decisão. A discussão sobre a legalidade do decreto, por outro lado, continua viva. A PGE diz que o TJSP tem entendido pela possibilidade de utilização de decreto para regular a matéria, em linha com o decidido pelo STF na arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 198.

"Apesar de improváveis, eventuais decisões afastando a aplicação do decreto por violação ao princípio da legalidade seguirão sendo objeto de recurso", afirma a procuradoria.

DIVULGAÇÃO

Juliana Camargo Amaro: de um dia para o outro, o crédito virou custo para empresa

Receita esclarece tributação de acordo arbitral

Bárbara Pombo
De São Paulo

A Receita Federal entendeu que a dispensa de retenção do Imposto de Renda (IRRF) sobre indenização por rompimento de contrato, definida em sentença arbitral, só vale para a parte referente aos danos emergentes — que devem ser comprovados. Não inclui os lucros cessantes. O acordo entre as partes para a reparação, ainda que homologado pelo juízo arbitral, não é suficiente para afastar a tributação, de acordo com o Fisco.

A orientação consta na Solução de Consulta nº 184, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), reforçada recentemente por dois outros textos da Divisão de Tributação (Disit) da 3ª Região Fiscal da Receita Federal (Ceará, Maranhão e Piauí) — soluções de consulta nº 3.002 e nº 3.003.

"A falta de comprovação de que a indenização é destinada a reparar danos emergentes obriga a fonte pagadora a realizar a retenção do IRRF sobre a integralidade do valor pago ou creditado a título de indenização por danos patrimoniais, conforme previsto no caput do artigo 740 do RIR/2018 [Regulamento do Imposto de Renda]", diz a Receita.

Na prática, a interpretação do Fisco pode gerar um valor menor de indenização se não for comprovado o montante referente aos danos emergentes. Por isso, afirmam advogados, empresas e fornecedores que levam disputas à arbitragem devem ter um cuidado redobrado na formulação de acordos.

"É importante que o documento faça menção à parcela referente ao dano emergente e ao lucro cessante. Relevante ainda que a sentença arbitral homologatória do acordo ratifique as informações", diz Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Advogado Matheus Bueno: documento deve fazer menção ao dano emergente

O dano emergente diz respeito ao que a empresa perdeu, enquanto os lucros cessantes indenizam o que ela deixou de ganhar com o descumprimento do contrato. Há tributação pelo Imposto de Renda sobre esses últimos. Por isso, a discussão sobre a dispensa da retenção na fonte fica concentrada na parcela de ressarcimento do prejuízo.

A Solução de Consulta nº 184, de dezembro, vincula todos os auditores fiscais do país. Nela, o Fisco impôs a exigência de comprovação do prejuízo real para dispensar a retenção do imposto, com alíquota de 15%, sobre o valor da indenização paga por rescisão de contrato.

A resposta veio a partir de dúvida de um contribuinte que transmite competições esportivas por canal fechado de TV. A companhia tinha vários contratos com uma empresa de marketing. Por causa de desentendimentos na execução do contrato, as partes levaram a disputa à arbitragem. Firmaram um acordo, que foi homologado por sentença arbitral, em que ficou estabelecida uma indenização de R$ 11,5 milhões à empresa de marketing, por danos emergentes e lucros cessantes.

A emissora de TV entendeu que deveria reter o imposto, com alíquota de 15% sobre o valor. A beneficiária, por sua vez, entendia que não haveria tributação, uma vez que a indenização visaria recompor perdas.

A Receita deu razão à emissora. Entendeu que a dispensa da tributação — prevista no artigo 5º do artigo 740 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580, de 2018) — vale apenas se for comprovado que a indenização é destinada a reparar danos emergentes, o que não teria ocorrido no caso.

Para o tributarista Matheus Bueno, há argumentos para acionar o Judiciário nos casos de empresas que já firmaram acordos de pagamento de indenização por meio de arbitragem. "A Receita passa por cima de duas realidades. A primeira é que, se as partes instalaram a arbitragem, ocorreu um dano. A segunda é que, se foi feito acordo de pagamento de indenização, o dano está demonstrado, porque ninguém quer jogar dinheiro fora", afirma o advogado.

No caso levado para consulta à Cosit, também houve discussão sobre a alíquota do IRRF a ser aplicada sobre a indenização por lucros cessantes. A emissora entendia que era de 15%. A empresa de marketing, de 5%, com base no artigo 738 do RIR.

Pelo dispositivo, "ficam sujeitas ao desconto do imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de cinco por cento, as importâncias pagas às pessoas jurídicas a título de juros e de indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial".

Para o Fisco, deve ser aplicada a alíquota de 15%, uma vez que existem diferenças entre sentenças arbitrais e judiciais. Dessa forma, diz a Receita, a União não está vinculada a arbitragens das quais não participa.

Curtas

Novo precatório

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir, sob o rito dos repetitivos, se é prescritível a pretensão de expedição de novo precatório ou RPV, após o cancelamento da requisição anterior, de que tratam os artigos 2º e 3º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017. A relatora é a ministra Assusete Magalhães. Ao propor a afetação do REsp 1.944.707, ela destacou que a 1ª e a 2ª Turmas têm conferido entendimento divergente à controvérsia. Enquanto a 1ª Turma tem decidido pela ausência de previsão legal quanto ao prazo para que o credor solicite a reexpedição do precatório ou RPV — portanto, não se poderia cogitar de prescrição —, a 2ª Turma entende que a pretensão de expedição de novo precatório ou nova RPV, após o cancelamento de que trata o artigo 2º da Lei nº 13.463/2017, é prescritível.

Assédio e discriminação

Os órgãos do Judiciário estão mobilizados para o combate e prevenção ao assédio e à discriminação no ambiente de trabalho. Diversas iniciativas vêm sendo realizadas em todo o país para aprimorar o cuidado e a atenção com trabalhadores e trabalhadoras. Instituída em 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e Discriminação fortaleceu as ações de tribunais e conselhos para promover um ambiente de trabalho adequado. No Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), por exemplo, o trabalho está voltado especialmente para a proteção da violência contra a mulher. Foi inserida a questão do assédio e discriminação no código de ética do tribunal e criado um canal específico para receber denúncias por e-mail.

STF e o direito do contribuinte em crimes fiscais

Opinião Jurídica

Camila Austregesilo Vargas do Amaral

No dia 10 de março, o Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4980, proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que buscava a declaração de inconstitucionalidade do artigo 83 da Lei nº 9.430/1996.

A norma questionada estabelece que a representação fiscal para fins penais relativa a crimes contra a ordem tributária e contra a Previdência Social somente poderá ser encaminhada ao Ministério Público após o encerramento da discussão sobre a exigência fiscal do crédito tributário no âmbito administrativo.

A PGR se insurgia contra uma parte do artigo, sustentando que, no caso dos denominados crimes formais — aqueles que não dependem da ocorrência do resultado pretendido pelo autor para se consumarem — o envio da representação fiscal para fins penais ao Ministério Público prescindiria da imposição de se aguardar o término do processo administrativo fiscal.

Na prática, a decisão do STF representa uma relevante vitória ao contribuinte, por confirmar que, sem o esgotamento da via administrativa, o Ministério Público não poderá oferecer denúncia nem tampouco representar pela instauração de inquérito policial por crimes tributários e/ou previdenciários, ainda que alegue ser o crime formal.

O precedente vem em boa hora diante do uso cada vez mais corriqueiro do Direito Penal como instrumento de cobrança ou pressão para o contribuinte quitar o tributo supostamente devido. A decisão garante que o contribuinte não seja implicitamente coagido a efetuar o pagamento de débito tributário ou previdenciário cuja existência e valor estejam pendentes de decisão na esfera administrativa.

É inaceitável que o autuado se sinta forçado a abrir mão de seu direito de defesa no procedimento fiscal, diante de intimidação naturalmente exercida com a simples existência de uma investigação criminal. São comuníssimos os casos nos quais o contribuinte opta por efetuar um pagamento que não se sabe devido, muitas vezes decorrente de atuações abusivas ou equivocadas, apenas para se ver livre da condição de investigado ou acusado na esfera criminal.

Aliás, houve uma opção legislativa por admitir o pagamento do débito tributário como meio de extinguir a punibilidade. O Estado deve, portanto, honrar essa escolha e tratá-la como de fato é, um direito do contribuinte. Ao pretender declarar parte do artigo de lei inconstitucional, buscava a ADI fazer descer goela abaixo uma necessidade de pagamento a partir da ameaça de um processo criminal anterior ao esgotamento das possibilidades de defesa administrativa, intenção muito distante da política criminal desenhada pelo legislador e pelo próprio STF ao editar a Súmula Vinculante nº 24.

O esperançoso precedente vai ao encontro do entendimento já consolidado na Corte Suprema, no sentido de que somente se consuma o crime contra a ordem tributária com a constituição definitiva do crédito, o que se dá com o esgotamento da via administrativa, independentemente de ser crime formal ou material.

Além do mais, a decisão confirma que não se pode subverter o princípio constitucional da presunção de inocência, com o expediente costumeiro de se classificar automaticamente todo contribuinte autuado como criminoso, sonegador de imposto.

A decisão do Supremo consagra o exercício da ampla defesa e do contraditório no procedimento fiscal

É, de fato, preocupante a forma açodada e sem critérios com que o Ministério Público tem requisitado a instauração de inquéritos policiais ou mesmo oferecido denúncias sem apurar os fatos, e deixando de avaliá-los de forma cuidadosa à luz dos conceitos mais básicos do Direito Penal.

Tal prática não possui amparo legal, pois em matéria criminal tributária somente é possível cogitar de delito quando presente o dolo, isto é, a vontade livre e consciente de suprimir ou reduzir o pagamento de tributos mediante fraude. Daí porque a mera inadimplência tributária não pode de modo algum ser equiparada ao cometimento de ilícito penal.

As consequências dessa responsabilização automatizada impactam diretamente as pessoas físicas, pois o direito penal não admite a responsabilização da pessoa jurídica, à exceção dos casos de crimes ambientais. Nesse sentido, quando se condiciona a persecução penal à confirmação definitiva da autuação pelo órgão administrativo isso significa proteger de precipitadas consequências criminais desde o profissional liberal que aufere rendimentos com aluguéis até o executivo de uma empresa que se socorre de planejamento fiscal para otimizar sua atividade.

A decisão do STF privilegia ainda a segurança jurídica e colabora para o bom funcionamento do Judiciário. Se o débito ainda está sendo discutido na esfera administrativa, há a possibilidade de que a autuação venha a ser cancelada ou mesmo reduzida. Ao condicionar a persecução penal ao encerramento da discussão administrativa, evita-se a instauração de uma infinidade de procedimentos criminais inúteis fundados em débitos tributários que, no fim, venham a ser desconstituídos na esfera fiscal.

Mais do que evitar acusações precipitadas e temerárias, a decisão ainda consagra o exercício da ampla defesa e do contraditório no procedimento fiscal, assegurando o cumprimento rigoroso de garantias da Carta da República em demonstração de bom senso e prudência.

Como última ratio — imperativo do princípio da intervenção mínima —, o Direito Penal somente se legitima nas hipóteses que realmente mereçam reprovação penal. Assim, ao julgar improcedente a ADI nº 4980, o Supremo trouxe coerência ao sistema, resguardando o papel do Direito Penal de garantidor de direitos fundamentais, essência do Estado Democrático de Direito.

Camila Austregesilo Vargas do Amaral é especialista em Direito Penal Econômico pela FGV Direito, Conselheira do Innocence Project Brasil e sócia do escritório Rahal, Carnelós e Vargas do Amaral Advogados

---

Declaração de Propósito

Juliane Pina Yung Biasetto, inscrita no CPF nº 217.301.258-40, e **Marcio Koiti Yamada**, inscrito no CPF nº 313.858.318-04. **Declaram**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no(a) Banco MUFG Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.498.557/0001-26. **Esclarecem** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet), Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo: **Banco Central do Brasil** - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Gerência Técnica em São Paulo - DEORF, Gerência de Organização do Sistema Financeiro - GTSP2. São Paulo, 28/04/2022.

---

megaleilões GESTOR JUDICIAL

35ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação dos executados **TELEZE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 53.991.626/0001-73; **MAURA SOARES COLONTONIO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 157.829.158-54; e **MÁRIO COELHO SEICO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.157.608-30; **bem como sua mulher OLIMPIA DINIZ SEIÇO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 301.613.768-27. O Dr. **Daniel D Emidio Martins**, MM. Juiz de Direito da 35ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Procedimento Comum Cível** ajuizada por **CASSIANO SOARES FROES JÚNIOR** em face de **TELEZE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA E OUTROS - Processo nº 0464288-88.1997.8.26.0100**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 19/05/2022 às 15:00 h** e se encerrará **dia 23/05/2022 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 23/05/2022 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 14/06/2022 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DA PREFERÊNCIA** – Nos termos do artigo 843, §§ 1º e 2º, do CPC, a quota parte da coproprietária/cônjuge alheia a execução recairá sobre o produto da alienação do bem, sendo que a mesma terá a preferência na arrematação, devendo concorrer no leilão, em igualdade de condições, visando possibilitar a livre concorrência. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC)**. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS** - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 92.398 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL**: Um terreno à Viela Sanitária ou Viela "A", praça de retorno da Rua Cleon Mário Gaccione, designado área 3 ou lote 3, no 13º Subdistrito – Butantã, com a seguinte descrição: localizado na divisa da área 2, atualmente propriedade da Construtora P. Avancine Ltda e outra, segue em linha reta, na distância de 30,00m fazendo frente para a Viela Sanitária ou Viela "A", daí, deflete à esquerda em linha reta, na distância de 3,10m fazendo frente para a Praça de Retorno da Rua Cleon Mário Gaccione, daí, deflete à direita e segue numa linha perpendicular na distância de 24,80m fazendo frente para a Praça de Retorno da Rua Cleon Mário Gaccione, numa distância de 8,00m e os restantes 16,80m fazendo frente para a propriedade de Cia. Territorial Urbana Paulista, daí, deflete à esquerda e segue numa linha perpendicular numa distância de 31,10m mais ou menos da frente aos fundos, divisando com o córrego, daí, deflete à esquerda e segue numa linha reta, à distância de 59,30m divisando com o prédio 1.094 que faz frente para a Avenida Otacilio Tomanik, de propriedade de José Gonçalves Guilhermino, e finalmente, deflete à esquerda e desce numa linha reta, na distância de 37,00m2 até encontrar o ponto de partida, divisando nesta face com a área 2, de propriedade da Construtora P. Avancine Ltda e outra, encerrando uma área de 1.901,30m2. **Consta na Av.05 desta matrícula** que foi distribuída Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 583.11.2007.107891-0, em trâmite na 2ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros/SP, requerida por ANTONIO MONTEMURRO contra MARIO COELHO SEIÇO E OUTRA. **Consta na Av.08 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Contribuinte nº 101.036.0518-4 (Conf. Av.02)**. Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP débitos inscritos na Dívida Ativa no valor de R$ 1.049.434,30 e débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 33.355,07 (14/04/2022). Consta as fls. 1241 dos autos que sobre o terreno desta matrícula existe um prédio contendo dois pavimentos com área construída de 500,00m2, e ainda dois galpões com área construída de 1.056,00m2, perfazendo a área total construída de 1.556,00m2. **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 3.968.982,25 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos) para abril de 2022, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP**. Débito desta ação no valor de R$ 630.760,32 (abril/2022). Consta penhora nos autos de eventuais créditos sobre o processo nº 0034242-15.2019.8.26.0100, que tramita na 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. A arrematação será feita mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante conforme condições de pagamento acima indicadas. **Remição da execução**: O (a) (s) executado (a) (s) pode (m), antes de alienados os bens, pagar (em) o remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios (art 826 do CPC). No caso de leilão de bem hipotecado, o executado poderá remi-lo até a assinatura do auto de arrematação, oferecendo preço igual ao do maior lance oferecido (art. 902 do CPC).

São Paulo, 18 de abril de 2022.

Eu, ______________________, diretora/diretor, conferi.

Dr. Daniel D Emidio Martins
Juiz de Direito

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

ODONTOPREV S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51 - NIRE 35.300.156.668 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de Abril de 2022

Data, Hora e Local: 27 de abril de 2022, às 15 horas, na sede social da Companhia situada na Alameda Araguaia, 2104 - 21º Andar - Alphaville - CEP: 06455-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. **Convocação:** Convocação realizada na forma do Estatuto Social. **Presenças:** Participação da maioria dos membros do Conselho de Administração por vídeo conferência, de acordo com o previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. O Sr. Américo Pinto Gomes, membro suplente, substituiu o Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. Manoel Antônio Peres; Secretário: Sr. André Chidichimo de França. **Ordem do Dia:** **(i)** Apreciação, exame e discussão dos resultados trimestrais da Companhia relativos ao primeiro trimestre do exercício de 2022; **(ii)** Aprovação da distribuição de dividendos intercalares *ad referendum* da Assembléia Geral; e **(iii)** Apreciar o Relatório do Comitê de Auditoria referente ao primeiro trimestre do exercício de 2022. **Deliberações:** Pela unanimidade de votos dos membros presentes do Conselho de Administração, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: **(i)** Os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente sobre os resultados trimestrais da Companhia relativos ao primeiro trimestre do exercício de 2022; **(ii)** Aprovação da distribuição de dividendos intercalares aos acionistas, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, com base na composição acionária da Companhia em 06 de maio de 2022, inclusive, no valor de R$0,1067942570 por ação em circulação, totalizando o montante de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Fica consignado que a partir de 09 de maio de 2022, inclusive, as ações serão negociadas ex-direito a dividendos. Os procedimentos relativos ao pagamento dos dividendos, que ocorrerá em 05 de outubro de 2022, serão informados pela Companhia por meio de Aviso aos Acionistas, a ser divulgado na presente data. Os Diretores ficam autorizados a praticar todos os atos necessários ao pagamento dos dividendos, ora aprovados; **(iii)** Os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente sobre o Relatório do Comitê de Auditoria referente ao primeiro trimestre do exercício de 2022, documento que, rubricado pelo Secretário, fica arquivado na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Presenças:** Mesa: Manoel Antonio Peres - Presidente, André Chidichimo de França - Secretário; **Conselheiros:** Manoel Antônio Peres, Ivan Luiz Gontijo Junior, Samuel Monteiro dos Santos Junior, César Suaki dos Santos, Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, Thaís Jorge de Oliveira e Silva, Américo Pinto Gomes. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri/SP, 27 de abril de 2022. **Mesa: Manoel Antônio Peres** - Presidente; **André Chidichimo de França** - Secretário.

EZTEC

Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 08.312.229/0001-73 - NIRE 35.300.334.345 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Abril de 2022

Data, Hora e Local: Aos 08 (oito) dias do mês de abril de 2022, às 10h00 horas, na sede da EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida República do Líbano, nº 1921, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04502-001. **Convocação:** Convocação realizada, nos termos do Art. 16, §1º do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presente 87,5% dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do Art. 16, §5º do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Presidente - Flávio Ernesto Zarzur; Secretário - Antonio Emilio C. Fugazza. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a aprovação dos seguintes documentos de governança corporativa, no âmbito da adequação da Companhia ao Regulamento do Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente): (a) Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.; (b) Política de Remuneração dos Executivos; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; e (d) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária da EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.; **(ii)** a atualização do Código de Conduta Ética, de modo a adequá-lo ao Regulamento do Novo Mercado; **(iii)** a atualização dos seguintes documentos de governança corporativa, de modo a atender ao disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como refletir as atualizações decorrentes da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 44"): (a) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (b) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; **(iv)** a aprovação do programa de integridade da Companhia, incluindo os seguintes documentos: (a) Política Anticorrupção; (b) Política de Contratação de Terceiros; (c) Política de Doações e Patrocínios; (d) Política de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimento; e (e) Política do Canal de Ética; **(v)** a criação do Comitê de Auditoria, não estatutário; **(vi)** a criação do Comitê de Ética e Conduta, não estatutário; **(vii)** aprovação dos seguintes regimentos internos, em cumprimento ao Regulamento do Novo Mercado: (a) Regimento Interno do Conselho de Administração; (b) Regimento Interno do Comitê de Auditoria; (c) Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta; e (d) Regimento Interno do Conselho Fiscal, (em conjunto, "Regimentos Internos"); **(viii)** aprovação da contratação do auditor interno da Companhia; **(ix)** o exame da adequação da área de auditoria interna da Companhia; e **(x)** a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **Deliberações:** Após exame e discussão, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade/maioria de votos: **(i)** Aprovar os documentos de governança a seguir elencados: (a) Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.; (b) Política de Remuneração dos Executivos; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; e (d) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária da EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A., os quais terão a redação dos Anexos I, II, III e IV à presente ata, respectivamente. **(ii)** Aprovar a atualização do Código de Conduta Ética, de modo a adequá-lo ao Regulamento do Novo Mercado, o qual terá a redação do Anexo V à presente ata. **(iii)** Aprovar a atualização dos seguintes dos seguintes documentos de governança corporativa, de modo a atender ao disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como refletir as alterações em decorrência da Resolução CVM 44: (a) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (b) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, os quais terão a redação dos Anexos VI e VII à presente ata, respectivamente. **(iv)** Aprovar o programa de integridade da Companhia, o que inclui os seguintes documentos: (a) Política Anticorrupção; (b) Política de Contratação de Terceiros; (c) Política de Doações e Patrocínios; (d) Política de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimento; e (e) Política do Canal de Ética, os quais terão a redação dos Anexos VIII, IX, X, XI e XII à presente ata, respectivamente. **(v)** Criar o Comitê de Auditoria, não estatutário, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, sendo que a eleição dos membros para compor o referido comitê, será realizada até a AGO de 2022. **(vi)** Criar o Comitê de Ética e Conduta, não estatutário, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, sendo que a eleição dos membros para compor o referido comitê, será objeto de aprovação em momento oportuno. **(vii)** Aprovar os regimentos internos a seguir elencados, em cumprimento ao Regulamento do Novo Mercado: (a) Regimento Interno do Conselho de Administração; (b) Regimento Interno do Comitê de Auditoria; (c) Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta e (d) Regimento Interno do Conselho Fiscal, os quais terão a redação dos Anexos XIII, XIV, XV e XVI à presente ata, respectivamente. **(viii)** Aprovar a contratação da Grant Thornton ("Auditor Interno") para prestar os serviços de auditoria interna da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado, conforme proposta apresentada pela Diretoria e arquivada na sede da Companhia, que será responsável, dentre outras funções, por: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. O Auditor Interno deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração. **(ix)** Tendo em vista as atividades a serem desempenhadas pelo Auditor Interno, nos termos do artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado, os Conselheiros concluíram pela adequação e suficiência da estrutura da auditoria interna, conforme a proposta apresentada pela Diretoria e arquivada na sede da Companhia; e **(x)** Aprovar que a Diretoria da Companhia tome todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram finalizados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Assinaturas:** Mesa: Flávio Ernesto Zarzur - Presidente; Antonio Emilio C. Fugazza - Secretário. Conselheiros: Samir Zakkhour El Tayar, Flavio Ernesto Zarzur, Silvio Ernesto Zarzur, Marcos Ernesto Zarzur, Luiz Antonio dos Santos Pretti, Nelson de Sampaio Bastos e Anis Chacur Neto. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 08 de abril de 2022. JUCESP nº 206.998/22-3 em 27/4/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

EDITAL

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a **CONCORRÊNCIA CGA Nº 06/2022,** com inversão de fases, referente ao **Processo SES** 1103108/2021, objetivando a contratação de empresa para Execução de obras de reforma e adequações em diversas unidades, visando a obtenção de AVCB - Lote 05. O encerramento dar-se-á às 10:00 horas do dia **09/06/2022** a ser realizado na Av. Dr. Arnaldo, nº 351, Piso térreo - no **Auditório José Ademar Dias,** Cerqueira Cesar - São Paulo/SP. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico **http://www.imprensaoficial.com.br** e a versão completa contendo as especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados à licitação, poderá ser obtida, igualmente de forma gratuita, por meio eletrônico, no site **http://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes.**

Metalfrio Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 04.821.041/0001-08 - NIRE 35.300.339.436 (Companhia Aberta)

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Metalfrio Solutions S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada, em segunda convocação, no dia 11 de maio de 2022, às 14h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412, km 12,5 da Via Anchieta, Vila Livieiro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre a adaptação do estatuto social da Companhia ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, conforme alterações detalhadas com marcas de revisão apresentadas na proposta da administração. (ii) deliberar sobre a consolidação do estatuto social para contemplar as adaptações propostas. **Instruções Gerais:** Os acionistas poderão participar pessoalmente na Assembleia ou ser representados, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, portando, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Para melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita aos acionistas que forem participar, via representação ou pessoalmente, que entreguem os documentos necessários com até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia aos cuidados de Marcelo Venerando Gomes da Silveira, na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412, km 12,5 da Via Anchieta, Vila Livieiro, na Cidade e Estado de São Paulo. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.metalfrio.com.br), assim como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável. São Paulo, 3 de maio de 2022. **Marcelo Faria de Lima - Presidente do Conselho de Administração.**

PDG

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954 | Código CVM 20478

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 16 DE MAIO DE 2022

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), e dos arts. 3º, 4º e 5º da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia **16 de maio de 2022, às 15:00 horas**, exclusivamente de forma digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** as contas dos administradores e o relatório da Administração, e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a proposta da administração para a destinação dos resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** a eleição dos membros do conselho de Administração da Companhia; **(v)** a caracterização dos conselheiros independentes, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado; **(vi)** a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(vii)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2022; (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(i)** a alteração do Estatuto Social da Companhia para atender as exigências regulatórias do regulamento de listagem do segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado; **(ii)** a alteração do artigo 1 do Estatuto Social da Companhia para excluir a expressão "em recuperação judicial" da razão social da Companhia; **(iii)** a implementação de alterações pontuais e meramente formais na numeração e nas referências cruzadas contidas Estatuto Social; e **(iv)** a consolidação do Estatuto Social decorrente das alterações aprovadas nos itens acima. **1. Documentação de Suporte para a Assembleia.** A documentação e as informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e na página na rede mundial de computadores da Companhia (https://ri.pdg.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/). **2. Percentual para Adoção de Voto Múltiplo.** Nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91 e do art. 4º da ICVM 481, a Companhia informa que: (i) percentual mínimo para solicitar a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social total e votante; e (ii) nos termos do §1º do art. 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado em até 48 horas antes da realização da Assembleia, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. **3. Acesso e Participação na Assembleia.** Para participar da Assembleia os Acionistas deverão encaminhar à Companhia solicitação de participação por escrito, juntamente com os documentos necessários para participação conforme instruções abaixo, impreterivelmente **até 12 de maio de 2022**, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme detalhado a seguir. Mediante a validação das informações constantes das Solicitações de Acesso recebidas, a Companhia encaminhará convites individuais de participação à cada Acionista solicitante com as instruções para registro e acesso à plataforma digital utilizada para a realização da Assembleia. Caso o Acionista não receba convite com as instruções para registro e acesso à plataforma digital com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@pdg.com.br, com até, no máximo, 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não realizarem a Solicitação de Acesso e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio da plataforma digital. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. os Acionistas deverão enviar comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador da Companhia e/ou pela instituição de custódia, bem como cópia simples dos seguintes documentos: (i) Acionistas Pessoas Físicas: documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e, se for o caso, de seu representante legal, e atos que comprovem a representação legal, quando for o caso; (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) Contrato Social ou Estatuto Social, conforme aplicável; (b) ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica; (c) procuração e/ou instrumentos que outorguem poderes para que terceiro represente o Acionista pessoa jurídica, se for o caso; e (d) a documentação mencionada no item (i) acima para o representante do Acionista pessoa jurídica que comparecer à Assembleia; ou (iii) Acionistas Fundos de Investimento: regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, além dos documentos do representante que comparecer à Assembleia, conforme mencionados no item (i) acima, bem como os documentos societários mencionados no item (ii) acima relacionados à administradora ou à gestora do fundo, conforme a instituição a que couber a representação nos termos do regulamento do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1 e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo reconhecimento de firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Vale destacar que (i) as pessoas naturais que forem Acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem Acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu Contrato Social ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, Acionista ou advogado. Os documentos dos Acionistas expedidos no exterior devem ser emitidos pelos órgãos competentes ou assinados pelos representantes legais dos Acionistas e traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Caso o Acionista opte pelo exercício do direito de voto a distância nos termos da ICVM 481, o Acionista poderá enviar os boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora de serviços de escrituração das ações da Companhia, ou diretamente à Companhia, conforme orientações e prazos constantes dos Boletins de Voto a Distância e da Proposta da Administração. São Paulo, 05 de maio de 2022. **Conselho de Administração da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações.**

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 18/01/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itapevi/SP, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3565 - Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pela Sra. Claudia Dall'acqua. **4. Ordem do Dia:** (i) exame, discussão e deliberação sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, de forma a: (a) excluir o Parágrafo 5º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (b) alterar a redação do Artigo 7º, caput, do Estatuto Social da Companhia; e (c) reformular o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, em atendimento a exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), no âmbito do processo de registro da Companhia como emissor categoria "A" perante a CVM, e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no âmbito do pedido de listagem da Companhia, admissão à negociação das ações ordinárias de sua emissão na B3 e adesão da Companhia ao segmento especial de negociação designado Bovespa Mais Nível 2 ("Bovespa Mais Nível 2"), perante a B3; (ii) a consolidação do Estatuto Social, de forma a refletir as deliberações constantes do item "(i)", caso aprovadas, na forma do Anexo I a esta ata; (iii) autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata; e (iv) a lavratura da ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: i. Aprovar as seguintes alterações ao Estatuto Social da Companhia, para atendimento às exigências formuladas pela CVM e pela B3, conforme o caso: a. excluir o Parágrafo 5º do Artigo 5º do Estatuto Social, de forma a esclarecer que todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela CVM, com quem a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O artigo passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 895.024.519,72 (oitocentos e noventa e cinco milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e setenta e dois centavos), dividido em 858.714.812 (oitocentas e cinquenta e oito milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentas e doze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. §1º - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. §2º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. §3º - É vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias. §4º A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sendo que cada ação preferencial deverá conferir ao seu titular o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Artigo 33 deste Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor Contrato de Participação no Bovespa Mais Nível 2."* b. alterar o Artigo 7º, caput, do Estatuto Social, de forma a esclarecer que o Conselho de Administração poderá aumentar o capital social da Companhia, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, até atingir R$2.500.000.000,00. O artigo passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 7º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, até atingir R$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais)."* c. reformular o Artigo 28 do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 28 - Os haveres do acionista que resolver retirar-se da Companhia serão calculados com base no patrimônio líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado pela assembleia geral, anterior ao fato que determinou a saída, sem qualquer ajuste, acréscimo ou atualização, e serão pagos em conformidade com os prazos e procedimentos previstos na Lei das Sociedades por Ações."* ii. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as deliberações acima, que passa a vigorar na forma do Anexo I à presente ata. iii. Autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, a praticar todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata. iv. Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Itapevi, 18/01/2022. **Presidente:** Maurizio Billi; **Secretária:** Claudia Dall'acqua. **Acionistas:** Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia [illegible], CNPJ/ME nº 02.150.453/0001-20; e Maurizio Billi. Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Itapevi, 18/01/2022. JUCESP nº 66.977/22-8 em 03/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** A Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **§1º** - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Bovespa Mais Nível 2, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Bovespa Mais Nível 2 da B3 ("Regulamento do Bovespa Mais Nível 2"). **§2º** - As disposições do Regulamento do Bovespa Mais Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro legal na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3565 Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **Parágrafo Único** A Companhia poderá abrir, transferir e fechar filiais, escritórios administrativos e/ou de vendas, depósitos fechados e outros em todo o território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** A Companhia tem por objeto social: (a) a indústria, o comércio, o beneficiamento, a exportação, importação e transporte de produtos químicos e farmacêuticos em geral, medicamentos, insumos, produtos biológicos e dietéticos, produtos para fins de diagnóstico, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, saneantes domissanitários, alimentos, produtos veterinários, produtos médicos, produtos correlatos e afins, [illegible] pelos órgãos competentes, bem como produtos de qualquer natureza, relacionados com seu ramo de negócio; (b) a consignação, comissão e representação de materiais, produtos ou mercadorias que tenham, por qualquer forma, relação com seu ramo de negócio; (c) representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; (d) prestação de serviços analíticos em matérias-primas, material de embalagem e produto acabado, como análises físico-químicos e microbiológicos, serviços de estabilidade e serviços de validação de metodologias analíticas; (e) prestação de serviços de logística relacionada a produtos farmacêuticos; (f) prestação de serviços, inclusive de assessoria e assistência técnica, pertinentes ao ramo veterinário; e (g) participação em outras sociedades, inclusive anônimas que tenham objeto social diretamente relacionado ao objeto social da Companhia; (h) banco de leite humano; e (i) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital, das Ações e sua Cessão: Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 895.024.519,72 (oitocentos e noventa e cinco milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e setenta e dois centavos), dividido em 858.714.812 (oitocentas e cinquenta e oito milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentas e doze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **§1º** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§2º** - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. **§3º** - É vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **§4º** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sendo que cada ação preferencial deverá conferir ao seu titular o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Artigo 33 deste Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor Contrato de Participação no **Bovespa Mais Nível 2**. **Artigo 6º** - É vedado aos acionistas caucionar ou dar suas ações em garantia, seja a que título for, exceto com prévia deliberação da Companhia, aprovada por sócios que representem a maioria do capital social. **Artigo 7º** - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, até atingir R$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais). **§1º** O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive, sem limitação, o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão, o prazo de subscrição e a forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **§2º** Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, (i) quando a colocação for feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; e (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, que outorgue opção de compra de ações a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia. **§3º** - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado previsto no *caput* deste Artigo, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de acordo com o plano de outorga de opções que vier a ser aprovado em Assembleia Geral. **§4º** O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação de Assembleia Geral, sendo certo que o limite deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **Artigo 8º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 9º** - As Assembleias Gerais realizar-se-ão ordinariamente nos primeiros quatro meses seguintes ao encerramento do exercício social, para tratar dos assuntos que são de sua competência de acordo com o Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a lei o exigirem. **§1º** - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas pelo Conselho de Administração, através de seu presidente, ou nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, observados os prazos e formas legais, devendo ser indicada a ordem do dia, data, horário e local de sua realização. Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia deverão ser disponibilizados na sede da Companhia e/ou eletronicamente no site da Companhia, na data da primeira publicação do anúncio de convocação da Assembleia Geral. **§2º** - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular e legítima a Assembleia a que comparecerem espontaneamente acionistas que representem a totalidade do capital social. **§3º** - As Assembleias Gerais somente se instalarão conforme quórum de instalação previsto na Lei de Sociedade por Ações. **§4º** - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser realizadas cumulativamente. **Artigo 10** - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por outro membro do Conselho de Administração indicado por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presente. **Artigo 11** - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta dos acionistas titulares de ações com direito a voto presentes nas Assembleias, não se computando votos em branco, salvo nos casos em que a Lei exija quórum qualificado. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM. **§ 1º** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica. **§2º** Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social: (a) alteração e/ou reforma deste Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Artigo 7º do presente Estatuto Social; (b) aprovação de operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações da ou pela Companhia, bem como a transformação da Companhia em outro tipo societário, ou qualquer outra forma de reestruturação societária da qual a Companhia seja parte; (c) aprovação do requerimento da falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou cessação do estado de liquidação da Companhia. (d) eleição e/ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como a definição do número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia. (e) fixação ou alteração da remuneração anual global, gratificações e participações nos lucros, se houver, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria; (f) aprovação, anualmente, das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (g) deliberação, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (h) grupamento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável, de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, ou mudanças nas condições aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de valores mobiliários conversíveis em ações, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável; (i) aprovação de qualquer plano de opção de compra de ações ou plano de outorga de ações de emissão da Companhia em favor de qualquer administrador, empregado ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas; e (j) a abertura e o fechamento de capital da Companhia. **Artigo 12** - As Atas das Assembleias Gerais serão lavradas no livro próprio, devendo ser assinadas pelos presentes após sua leitura e aprovação. As cópias transcritas para os fins legais serão autenticadas pelo Presidente da Assembleia e arquivadas na Companhia. **Capítulo IV - Da Administração: Seção I - Disposições Gerais: Artigo 13** - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei, regulação e deste Estatuto Social. **§1º** - Os administradores e os membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, são investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse do livro correspondente e permanecem no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos. O substituto eleito para preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento da **Bovespa Mais Nível 2**, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **§2º** - A Assembleia Geral deve fixar o montante global dos membros da remuneração dos administradores. Compete ao Conselho de Administração deliberar acerca da distribuição individual da remuneração global dos membros do próprio Conselho de Administração e da Diretoria. **§3º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Seção II - Conselho de Administração: Artigo 14** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **§1º** - A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração, nomeará o seu Presidente. **§2º** - A Companhia elegerá membros independentes para compor o Conselho de Administração observados os termos e condições previstos na regulamentação que vier a ser expedida pela CVM sobre o assunto, nos termos do Artigo 140 da Lei das Sociedades por Ações. **§3º** - Em caso de vacância temporária de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, o conselheiro ausente indicará seu substituto dentre os membros do Conselho de Administração, ou procurador, desde que devidamente constituído, para que o represente na reunião em que não comparecerá, através de notificação escrita ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes de sua instalação. **§4º** - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá o mandato do Conselheiro substituído até a primeira Assembleia Geral da Companhia, que poderá ratificar a nomeação ou eleger outro Conselheiro. Caso os Conselheiros remanescentes não logrem, por maioria, escolher o substituto, será convocada Assembleia Geral para proceder a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. **Artigo 15** - O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente, através de carta registrada, entrega pessoal ou *e-mail* enviado aos demais conselheiros com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência das reuniões em primeira convocação, sendo que a segunda convocação poderá acontecer na mesma data da reunião, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. **§1º** - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§2º** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da totalidade dos seus membros e, em segunda convocação, com a presença da maioria dos seus membros. **§3º** - Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito ou por *e-mail*, pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§4º** - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável. As atas de reunião do conselho devem ser redigidas com clareza, registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, as abstenções de voto, as responsabilidades atribuídas e os prazos fixados. **§5º** - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, *e-mail* ou qualquer outro meio eletrônico. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração. **§6º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos seus membros. **§7º** - Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 16** - O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições: (i) fixar as estratégias e a orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle; (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas; (iv) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Art. 11, §2º, (e), deste Estatuto Social; (v) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Art. 7º do Estatuto Social; (vi) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, commercial papers, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada; (vii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações; (viii) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (ix) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; (x) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (xi) escolher e destituir os auditores independentes. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração; (xii) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas; (xiii) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas; (xiv) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento; (xv) autorizar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus Acionistas e/ou respectivas Afiliadas, bem como qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas em valor acima de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações como de competência exclusiva da Assembleia Geral e as operações envolvendo subsidiárias integrais da Companhia, as quais deverão ser aprovadas pela Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social; (xvi) deliberar sobre a aquisição, alienação, transferência ou oneração a qualquer título, de participação societária em qualquer outra Sociedade, bem como a participação em consórcios, exceto nos casos em que tais operações sejam realizadas envolvendo sociedades do grupo econômico da Companhia; (xvii) deliberar sobre a constituição de sociedades controladas ou subsidiárias integrais da Companhia, desde que o capital social destas novas sociedades constituídas ultrapassem o valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (xviii) autorizar qualquer alienação, aquisição ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor seja igual ou superior a R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais); (xix) deliberar sobre a concessão, pela Companhia, de garantias reais e/ou fidejussórias de qualquer espécie para terceiros, excluindo as empresas listadas no Artigo 20 deste Estatuto, cujo valor seja igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (xx) aprovar qualquer operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Companhia, perante instituição financeira ou semelhante, em montante superior a R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); e (xxi) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do **Bovespa Mais Nível 2**. **Seção III Da Diretoria: Artigo 17** - A Diretoria será composta por, no mínimo 03 (três) e no máximo 06 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica (em conjunto, os "Diretores"). **§1º** - O mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, permitida a reeleição e a cumulação de cargos. **§2º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário de um Diretor, este deverá indicar um dos Diretores como substituto. **§3º** - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria. **§4º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído por um Diretor sem Designação Específica. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo. **§5º** - No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, a respectiva substituição será deliberada em reunião do Conselho de Administração, que será imediatamente convocada para preenchimento do cargo, sendo que o mandato do substituto expirará na data em que expira o mandato do diretor substituído, permitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função. Caso a vaga seja no cargo de Diretor Presidente, um dos Diretores sem Designação Específica o substituirá até a realização da Reunião do Conselho que escolherá o novo Diretor Presidente. **Artigo 18** - Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes atos a seguir descritos: (a) Zelar pela observância deste Estatuto Social; (b) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (c) Assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto; (d) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria; (e) Decidir sobre a abertura, o fechamento ou a transferência de filiais; (f) Autorizar qualquer alienação, aquisição ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor seja inferior a R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais); (g) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus Acionistas e/ou respectivas Afiliadas, aprovação de qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas em valor abaixo de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), bem como aprovar qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia e qualquer de suas subsidiárias integrais; e (h) Praticar todos os demais atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, exceto aqueles que por lei ou por disposição deste Estatuto Social sejam de atribuição de outro órgão. **§1º** - Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração. **§2º** - Compete ao Diretor Presidente: (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) zelar pelo cumprimento da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração; (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (d) coordenar as atividades da Diretoria e cada Diretor, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e (e) quaisquer outras funções atribuídas pelo Conselho de Administração ou por este Estatuto Social. **§3º** - Compete ao Diretor de Relação com Investidores: (a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores em que a Companhia vier a ter seus valores mobiliários negociados, conforme aplicável, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (b) prestar informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores em que a Companhia vier a ter seus valores mobiliários negociados, conforme aplicável, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e as Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, se aplicável; e (d) quaisquer outras funções atribuídas pelo Conselho de Administração ou por este Estatuto Social. **§4º** - O Conselho de Administração fixará as atribuições do Diretor sem designação específica no momento da sua eleição. **Artigo 19** - Em suas relações com terceiros, a Companhia somente se obrigará se os respectivos documentos estiverem assinados conforme segue: (a) pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos Diretores sem Designação Específica isoladamente; ou (b) pelo Diretor de Relações com Investidores isoladamente, na prática de atos que envolvam assunção de obrigações até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou (c) pelo Diretor de Relações com Investidores em conjunto com outro diretor ou com um procurador, para a prática de atos que envolvam assunção de obrigações acima R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou (d) por dois procuradores em conjunto, expressa e devidamente autorizados para a prática desses atos, ou por um procurador agindo isoladamente, nos limites dos poderes que lhe tenham sido conferidos; ou (e) por um procurador isoladamente, para a prática de atos "ad judicia et extra". **§1º** - Os instrumentos de mandato deverão ser firmados por qualquer Diretor. Os poderes serão outorgados para a prática de atos específicos e terão prazo de validade limitado. **§2º** - Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais. **Artigo 20** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos, cauções ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas. Não são atingidas pelas proibições constantes desta cláusula, as fianças, avais, endossos, cauções ou quaisquer outras garantias prestadas em favor das sociedades controladas da Companhia com sede no Brasil ou no exterior. **Artigo 21** A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer Diretor. Para que possa se instalar e validamente deliberar, é necessário a presença à reunião da maioria dos Diretores que na ocasião estejam no exercício de seus cargos. **§1º** A convocação deverá ser feita mediante aviso escrito ou por *e-mail*, enviado com, pelo menos, 1 (um) dia de antecedência, exceto nos casos de urgência, dispensando-se esse prazo e o aviso escrito ou o *e-mail*, quando os Diretores se reunirem com a presença da maioria. **§2º** As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião. **§3º** As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de desempate, e serão registradas em ata, firmada por quantos bastarem à confirmação de atendimento do quórum de instalação e deliberação. **§4º** - Qualquer Diretor poderá ser representado por outro Diretor, sendo então considerado presente à reunião, hipótese em que o substituto votará por si e por aquele que estiver substituindo. Da mesma forma serão considerados presentes os Diretores que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 22** - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 23** - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **§1º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do **Bovespa Mais Nível 2**, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **§2º** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, observado o §3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **§3º** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo seus membros ser reeleitos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e Lucros: Artigo 24** O exercício social terá início no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão preparados o balanço e demais demonstrações financeiras do exercício previstas em lei. **Parágrafo único** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 25** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: **a)** 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; **b)** 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e **c)** o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis. **§1º** Mediante proposta do Conselho de Administração e aprovação da Assembleia Geral poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, os quais poderão ser imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual. **§2º** O Balanço e as demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditados por auditores externos independentes, devidamente registrados na CVM. **Artigo 26** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Único** Os dividendos distribuídos nos termos deste Artigo serão imputados ao dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação e Pagamento de Haveres: Artigo 27** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo da liquidação, eleger os liquidantes e, se em funcionamento, os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes a respectiva remuneração. Os haveres da Companhia serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os acionistas na proporção do número de ações possuídas. **Artigo 28** Os haveres do acionista que resolver retirar-se da Companhia serão calculados com base no patrimônio líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado pela assembleia geral, anterior ao fato que determinou a saída, sem qualquer ajuste, acréscimo ou atualização, e serão pagos em conformidade com os prazos e procedimentos previstos na Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VIII - Alienação do Poder de Controle, Cancelamento do Registro de Companhia e Saída do Bovespa Mais Nível 2: Artigo 29** A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do **Bovespa Mais Nível 2**, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante. **Parágrafo Único** A oferta pública referida no *caput* deste Artigo 29 será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor. **Artigo 30** Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 29 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos. **Artigo 31** A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do **Bovespa Mais Nível 2**. **Artigo 32** Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do **Bovespa Mais Nível 2**. **Artigo 33** Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§1º** O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades Por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo Artigo. **§2º** A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. **Artigo 34** Caso seja deliberada a saída da Companhia do **Bovespa Mais Nível 2** para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser negociados fora do **Bovespa Mais Nível 2**, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no **Bovespa Mais Nível 2** no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 33 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Único** O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste Artigo se a Companhia sair do **Bovespa Mais Nível 2** em razão da celebração do contrato de participação da Companhia em um dos segmentos especiais da B3 denominado **Bovespa Mais**, Nível 2 de Governança Corporativa ou Novo Mercado ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no **Bovespa Mais**, Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação. **Artigo 35** A saída da Companhia do **Bovespa Mais Nível 2** em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do **Bovespa Mais Nível 2** está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 33 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Único** O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste Artigo. **Capítulo IX - Arbitragem: Artigo 36** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros dos comitês e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do **Bovespa Mais Nível 2**, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no **Bovespa Mais Nível 2**. **Capítulo X - Disposições Finais: Artigo 37** Os casos omissos neste Estatuto serão regidos pelas normas da lei vigentes e aplicáveis à matéria, bem como do Regulamento do **Bovespa Mais Nível 2**. **Artigo 38** A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas registrados na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração computar os votos de qualquer acionista ou administrador indicado por signatário de acordo de acionistas, devidamente arquivado na sede social, lançados em infração a tais acordos.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 17/maio/2022, às 11:00h - 2º Público Leilão: 18/maio/2022 às 11:00h

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP sob n.º 843, Avenida Rotary, n.º 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, faz saber, através do presente edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **3Z URBANISMO I EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ n.º 19.521.203/0001-51,** venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, alterada pelas LFs n.ºs 10.931/04, 13.043/14 e 13.465/17, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 04 DA QUADRA 08** do **RESIDENCIAL VALE DOS CRISTAIS**, situado no bairro do Itapecerica, Taubaté/SP, com frente para Rua 08, onde mede 10,00m com igual medida nos fundos onde confronta com a viela sanitária 01, por 25,00m da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 03, e pelo lado esquerdo com o lote 05, encerrando uma área de 250,00m2. Matrícula imobiliária 128.040 do CRI de Taubaté. CCM: 29034001001. Consolidação da propriedade 14/04/2022. **VALORES: 1º LEILÃO: R$ 97.377,28. 2º LEILÃO: R$ 152.377,35.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento da Comitente, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Fábio Leandro dos Santos, CPF: 076.481.066-98** e **Dannielly Lopes dos Santos, CPF: 003.461.203-30**, intimados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

CNPJ/ME 49.669.856/0001-43 - NIRE 35.300.344.910 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada, em segunda convocação, no dia 13 de maio de 2022, às 11h30, na sede da Companhia, localizada na Rua Othão, 405, Vila Leopoldina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar sobre a adaptação do estatuto social da Companhia ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, conforme alterações detalhadas com marcas de revisão apresentadas na proposta da administração. **(ii)** deliberar sobre a consolidação do estatuto social para contemplar as adaptações propostas. **Instruções Gerais:** Os acionistas poderão participar pessoalmente na Assembleia ou ser representados, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, portando, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Para melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita aos acionistas que forem participar, via representação ou pessoalmente, que entreguem os documentos necessários com até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia aos cuidados de Márcia Areco, na Rua Othão, 405, 1º andar, Vila Leopoldina, CEP 05313-020, na Cidade e Estado de São Paulo ou por e-mail (ri@restoque.com.br). Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.restoque.com.br), assim como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável. São Paulo, 05 de maio de 2022. **Marcelo Faria de Lima - Presidente do Conselho de Administração.**

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.920/0001-25 - NIRE nº 35.3.0019303-2

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocadas as Acionistas da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A., a se reunirem **exclusivamente por videoconferência**, via plataforma digital Google Meet, diante da necessidade de adoção de medidas de prevenção e distanciamento social com intuito de minimizar o risco de transmissão, em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19), em 1ª Convocação, em **16 de maio de 2022, às 15 horas**, e, não havendo quórum necessário para a sua instalação, em 2ª Convocação, em **27 de maio de 2022, às 15 horas**, no mesmo link eletrônico, tendo como referência a sede da companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, n 66, Sala C, CEP 04551-000, Bairro Vila Olímpia, a fim de deliberar sobre a Distribuição da Remuneração da Diretoria da Companhia, fixada na Assembleia Geral Ordinária. As Acionistas poderão participar da reunião a distância mediante (a) envio ao endereço eletrônico juridico@tbe.com.br do boletim de voto a distância; ou (b) do acesso à plataforma Google Meet, na data e hora acima mencionadas. Os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei n 6.404/1976, encontram-se disponibilizados às Acionistas pela Companhia. **As Acionistas que se fizerem representar por procuradores na forma do artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76 deverão encaminhar as respectivas procurações com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para o e-mail juridico@tbe.com.br.** São Paulo, 29 de abril de 2022. Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração; Enio Luigi Nucci - Conselheiro de Administração.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.987/0001-60 - NIRE nº 35.3.0019302-4

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocadas as Acionistas da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., a se reunirem **exclusivamente por videoconferência**, via plataforma digital *Google Meet*, diante da necessidade de adoção de medidas de prevenção e distanciamento social com intuito de minimizar o risco de transmissão, em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19), em 1ª Convocação, em **16 de maio de 2022**, às **14 horas e 45 minutos**, e, não havendo quórum necessário para a sua instalação, em 2ª Convocação, em **27 de maio de 2022,** às **14 horas e 45 minutos,** no mesmo link eletrônico, tendo como referência a sede da companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, n 66, Sala D, CEP 04551-000, Bairro Vila Olímpia, a fim de deliberar sobre a Distribuição da Remuneração da Diretoria da Companhia, fixada na Assembleia Geral Ordinária. As Acionistas poderão participar da reunião à distância mediante (a) envio ao endereço eletrônico juridico@tbe.com.br do boletim de voto a distância; ou (b) do acesso à plataforma *Google Meet*, na data e hora acima mencionadas. Os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei n 6.404/1976, encontram-se disponibilizados às Acionistas pela Companhia. **As Acionistas que se fizerem representar por procuradores na forma do artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76 deverão encaminhar as respectivas procurações com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para o e-mail juridico@tbe.com.br.** São Paulo, 29 de abril de 2022. Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração; Enio Luigi Nucci - Conselheiro de Administração.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local: Realizada em 22 de março de 2022, às 16,30 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Bela Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e Mesa:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração, sob a presidência do Sr. Péricles Pereira Druck. **3. Ordem do Dia:** Aprovar a revisão semestral do Contrato Particular de Compartilhamento de Custos que contempla sinergias de atuação dos quadros da Irani e da Companhia Habitasul de Participações. **4. Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, conforme manifestação favorável do Comitê de Auditoria, a revisão semestral do Contrato Particular de Compartilhamento de Custos entre a Companhia e a Cia. Habitasul de Participações, controladas pelo Grupo Econômico, visando economia de escala e eficiência de custos, beneficiando ambas as Companhias. O valor mensal que a Companhia passará a receber pelo reembolso de custos a partir de 1º de abril de 2022 será de R$ 249.143,57. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard e Roberto Faldini). 6. **Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 22 de março de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8226717 em 05/04/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 221115315 - 04/04/2022. Autenticação: E1FE7F5AC0DF9AB0BA304276238F10A6AF8A30A1. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 17/maio/2022, às 10:00h - 2º Público Leilão: 18/maio/2022 às 10:00h

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBON SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP sob n.º 843, Avenida Rotary, 187, Campinas/SP, faz saber, através do presente edital, que autorizado pela Credora Fiduciária, **VIVA VISTA BRISA SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. CNPJ: 17.171.267/0001-44**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, alterada pelas LFs n.ºs 10.931/04, 13.043/14 e 13.465/17 o **IMÓVEL: CASA RESIDENCIAL Nº 44, DO TIPO I, DO CONDOMÍNIO VIVA VISTA BRISA,** situado na Avenida C, nº 17, Residencial Viva Vista, Nova Veneza, Sumaré/SP, áreas: privativa construída 72,000m2; uso comum construída 1,697m2; total construída 73,697m2, privativa total/terreno de uso exclusivo 150,000m2, terreno de uso comum 80,590m2, terreno total 230,590m2 e FIT 1,3961%. Matrícula Imobiliária 174.552 do CRI de Sumaré. CCM: 2.260.1370.050-6. Consolidação da propriedade em 11/04/2022. **VALORES: 1º LEILÃO: R$ 479.462,62. 2º LEILÃO: 480.745,44.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, ficando a desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Teresa Gomes da Silva Costa, CPF: 137.901.368-24 e Mario Reis da Costa, CPF: 082.748.558-17,** intimados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.923/0001-80 - NIRE nº 35.3.0018473-4

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocadas as Acionistas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., a se reunirem **exclusivamente por videoconferência**, via plataforma digital Google Meet, diante da necessidade de adoção de medidas de prevenção e distanciamento social com intuito de minimizar o risco de transmissão, em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19), em 1ª Convocação, **em 16 de maio de 2022, às 15 horas e 15 minutos,** e não havendo quórum necessário para a sua instalação, em 2ª Convocação, em **27 de maio de 2022, às 15 horas e 15 minutos,** no mesmo link eletrônico, tendo como referência a sede da companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 66, Sala B, CEP 04551-000, Bairro Vila Olímpia, a fim de deliberar sobre a Distribuição da Remuneração da Diretoria da Companhia, fixada na Assembleia Geral Ordinária. As Acionistas poderão participar da reunião a distância mediante (a) envio ao endereço eletrônico juridico@tbe.com.br do boletim de voto a distância; ou (b) do acesso à plataforma Google Meet, na data e hora acima mencionadas. Os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, encontram-se disponibilizados às Acionistas pela Companhia. **As Acionistas que se fizerem representar por procuradores na forma do artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76 deverão encaminhar as respectivas procurações com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para o e-mail juridico@tbe.com.br.** São Paulo, 29 de abril de 2022. Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração; Enio Luigi Nucci - Conselheiro de Administração.

EDITAL 005/2022. ORGÃO: Empresa Municipal de Mobilidade Urbana de Marília – EMDURB. MODALIDADE: Pregão nº 004/2022. FORMA: Presencial. OBJETO Registro de Preços para eventual confecção de faixas institucionais. Prazo 12 meses. SESSÃO DE PROCESSAMENTO: Dia 23/05/2022 às 09h00, na sede da Emdurb – Av. das Esmeraldas, 05 – Jardim Tangará – Marília/SP. O Edital completo está disponível na sede da Emdurb, endereço já mencionado, no site www.emdurb-marilia.com.br ou e-mail: licitacao@emdurbmarilia.com.br. Demais informações (14) 3402-1000. DR. VALDECI FOGAÇA DE OLIVEIRA – Diretor Presidente.

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 24 de março de 2022

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76.

Data, Hora e Local: Realizada em primeira convocação no dia 24 (vinte e quatro) do mês de março de 2022, às 9h (nove horas), na sede social da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, CEP 04794-000. **Convocação:** Editais de Convocação publicados, nos termos do inciso I, do artigo 289, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das SAs") no Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2022, com divulgação simultânea na página do mesmo jornal na *internet*, certificados digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil), cuja autenticidade pode ser conferida pelo *link* http://valor.globo.com/valor-ri/. **Ordem do Dia: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes; **(ii)** deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes; **(iv)** definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição; **(v)** fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; e **(vi)** fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal. **Presenças:** Estão presentes nesta Assembleia 99,24% (noventa e nove inteiros e vinte e quatro centésimos porcento) dos acionistas ordinaristas e 59,74% (cinquenta e nove inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) dos acionistas preferencialistas, conforme constante no Livro de Presença de Acionistas. A Companhia recebeu, ainda, 22.154.697 (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e noventa e sete) votos a distância para as matérias de deliberação em separado pelos acionistas proprietários de ações preferenciais. Presentes ainda Sr. Rui Chammas - Diretor Presidente da Companhia, a Sra. Carisa Santos Portela Cristal - Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, Sra. Carla Alessandra Trematore, membro do Conselho Fiscal da Companhia, bem como o Sr. Renato Vieira Lima, representante dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Em atendimento às Instruções CVM nºs 480/2009 e 481/2009, o Sr. Presidente comunicou que foram recebidos Boletins de Voto a Distância, contendo os votos relativos às matérias de que devem ser deliberadas em votação em separado por acionistas detentores de ações preferenciais nesta Assembleia, constantes no mapa de votação sintético consolidado, o qual, lido pela Mesa, é disponibilizado para consulta dos acionistas presentes. **Mesa:** Presidente: Carlos José da Silva Lopes; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Deliberações:** Observadas as orientações de voto a distância arquivadas na sede da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas dos pareceres do conselho fiscal e dos auditores independentes.** Tomadas as contas dos administradores, examinadas e discutidas foram aprovadas, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, sem reserva, o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022, e, conforme disposto no Artigo 133 da Lei das SAs, dispensada da sua leitura, uma vez que foram publicados e divulgados em sua integralidade, sendo de pleno conhecimento dos acionistas, em 23 de fevereiro de 2022 na Comissão de Valores Mobiliários (via Empresas.Net) e em 24 de fevereiro de 2022 no jornal Valor Econômico, encontrando-se disponíveis para consulta nos *websites* da Companhia (www.isacteep.com.br/ri/informacoes-financeiras/central-de-resultados), da CVM (www.cvm.com.br) e no Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/). **(ii) Deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.** Considerando que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou lucro líquido ("Lucro Líquido") atribuído no montante de R$ 3.018.599.169,54 (três bilhões, dezoito milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), acrescido de R$ 3.797.579,02 (três milhões, setecentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e dois centavos) decorrentes de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em benefício da Companhia, totalizando o montante de R$ 3.022.396.748,56 (três bilhões, vinte e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), os acionistas com direito a voto, aprovaram, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não constituir a reserva legal tendo em vista que a Companhia alcançou o limite de constituição, nos termos do §1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Destinar a importância de R$ 1.713.367.592,06 (um bilhão, setecentos e treze milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e dois reais e seis centavos) para a conta constituição de reserva especial de lucros a realizar, líquida; **(c)** Ratificar a distribuição de dividendos intermediários distribuídos e já integralmente adiantados aos acionistas ao longo do exercício social de 2021, no montante de R$ 679.920.130,13 (seiscentos e setenta e nove milhões, novecentos e vinte mil, cento e trinta reais e treze centavos), conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia nas Reuniões realizadas em 01 de julho de 2021 e 28 de outubro de 2021; **(d)** Ratificar a declaração do Juros Sobre o Capital Próprio (JCSP) já integralmente adiantados aos acionistas ao longo do exercício social de 2021, no montante de R$ 629.109.026,37 (seiscentos e vinte e nove milhões, cento e nove mil, vinte e seis reais e trinta e sete centavos) conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia nas Reuniões realizadas em 28 de outubro de 2021 e 17 de dezembro de 2021. Os proventos declarados do exercício social de 2021, totalizaram 43,4% (quarenta e três inteiros e quatro décimos por cento) do lucro líquido, ou seja, superior ao valor mínimo obrigatório, conforme definido no Estatuto Social da Companhia. **(iii)** Eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes. Tendo em vista o término do mandato dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, foram eleitos, para o mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023, os seguintes membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes: **(a)** a acionista controladora ISA Capital do Brasil S.A. elegeu Manuel Domingues de Jesus e Pinho, Carla Alessandra Trematore e Ricardo Lopes Cardoso como membros efetivos e Luciana dos Santos Uchôa, Sandra Gebara Boni e Natan Szuster como membros suplentes respectivos; **(b)** a acionista ordinarista minoritária Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras elegeu Pablo Saint Just Lopes como membro efetivo e Dilma Maria Teodoro como suplente do Conselho Fiscal, até a conclusão do seu processo de governança; e **(c)** os acionistas detentores de ações preferenciais, representados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, elegeram Andrea Costa Amancio Negrão como membro efetivo e Raquel Maza Krauss como suplente, até a conclusão do seu processo de governança. Diante desta deliberação, fica o Conselho Fiscal assim constituído, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023: **(1) Manuel Domingues de Jesus e Pinho,** português, casado, contador e administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 022.102/O-9, CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 033.695.877-34, domiciliado na Av. Rio Branco, 311, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Luciana dos Santos Uchôa,** brasileira, divorciada, contadora, portadora do documento de identidade nº CRC/RJ 081.003/O-8, e inscrita no CPF/ME sob o nº 021.807.537-56, com domicílio comercial na Av. Rio Branco, 311, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ; **(2) Carla Alessandra Trematore,** brasileira, casada, contadora, portadora do documento de identidade nº 21.880.357-6, SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 248.855.668-86, domiciliada na Rua Apinajés, 868, ap. 71, Perdizes, São Paulo/SP, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Sandra Gebara Boni,** brasileira, divorciada, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 20.735.287-2, SSP/SP, inscrita na OAB/SP nº 129800, e inscrita no CPF/ME sob o nº 146.299.798-83, domiciliada na Rua Curitiba, 81, apto. 161, Paraíso, São Paulo/SP; **(3) Ricardo Lopes Cardoso,** brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 087151-O/8, CRC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 034.159.007-03, domiciliado na Rua Jornalista Orlando Dantes, nº 30, sala 206, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, como membro efetivo e seu respectivo suplente, **Natan Szuster,** brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 2.964.224-6 (DETRAN/RJ), inscrito no CRC-RJ sob o nº 026807/O-1 e CPF/ME sob o nº 388.585.417-15, residente e domiciliado na Rua Humberto de Campos, 410, apto. 1404, Leblon, Rio de Janeiro/RJ; **(4) Pablo Saint Just Lopes,** brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 10.126.057-8, SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.797.167- 00, domiciliado na Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, 458, Casa 03, Ramos/RJ, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Dilma Maria Teodoro,** brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 00002221169, SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 757.955.079-20, domiciliada na Rua Morais e Silva, 51, apto. 1605, Bloco 1, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ; e **(5) Andrea Costa Amancio Negrão,** brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 22.818-4, CORECON/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 014.756.247-35, domiciliada na Praia de Botafogo, 198, apto. 602, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Raquel Mazal Krauss,** brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 05608905-5 e inscrita no CPF/ME sob o nº 880.831.797-87, residente na Rua Pereira da Silva, nº 586-503, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos e/ou reeleitos tomarão posse em seus respectivos cargos em até 30 (trinta dias) mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Termos de Anuência ao Regulamento do Nível 1 da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ocasião na qual firmarão também declaração confirmando que não estão impedidos por lei para investidura no cargo, nem estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, obedecendo aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no disposto no artigo 162 da Lei das SAs e na Instrução CVM 367/02, permanecendo todos os mencionados documentos arquivados na sede da Companhia. **(iv) Definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição.** Tendo em vista o término do mandato, foi aprovado, por maioria dos acionistas com direito a voto, com abstenção de 9,81% (nove inteiros e oitenta e um centésimos por cento) dos acionistas ordinaristas, a manutenção do número de 8 (oito) membros efetivos para composição do Conselho de Administração da Companhia com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2023, conforme as seguintes indicações: **(a)** a acionista controladora ISA Capital do Brasil S.A. elegeu César Augusto Ramírez Rojas, Carolina Botero Londoño, Fernando Augusto Rojas Pinto, César Augusto Arias Hernández, Diego Perez Morales; e Gustavo Carlos Marin Garat, membro independente; **(b)** a acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras elegeu Fernando Simões Cardozo, membro independente, até a conclusão do seu processo de governança; e **(c)** como representante dos empregados, eleito em votação em separado, o Orivaldo Luiz Pellegrino, conforme dispõe o parágrafo único, do Art. 140 da Lei das Sociedades por Ações e o parágrafo 3º do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. Diante desta deliberação, fica o Conselho de Administração assim constituído: **(1) César Augusto Ramírez Rojas,** colombiano, casado, engenheiro eletricista, portador de documento de identidade da República da Colômbia nº 4.344.455, emitido em 17/01/1976, com endereço profissional na Calle 12 Sur, nº 18 - 168, Medelín, Colômbia; **(2) Carolina Botero Londoño,** colombiana, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade da República da Colômbia nº 42.107.940, emitido em 04/09/1991, com endereço profissional na Calle 12 Sur, nº 18 - 168, Medelín, Colômbia; **(3) Fernando Augusto Rojas Pinto,** colombiano, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade RNE nº V485823E, emitido em 21/01/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 232.512.958-61, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre Crystal, 7º andar, São Paulo/SP; **(4) César Augusto Arias Hernández,** colombiano, casado, administrador público, portador do documento de identidade da República da Colômbia nº PE134441, emitido em 27/05/2016, residente e domiciliado na 1 Harborside Place, Jersey City, Estados Unidos da América, NJ 07311; **(5) Diego Perez Morales,** colombiano, casado, engenheiro químico, portador do documento de identidade da República da Colômbia nº AW905220, emitido em 08/10/2021, com endereço profissional na Calle 12 Sur, nº 18 - 168, Medelín; **(6) Gustavo Carlos Marin Garat,** uruguaio, casado, economista, portador do documento de identidade nº 52.55.35.27-5-SSP/SP, emitido em 05/03/2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 217.208.458-16, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre B - Edifício Marble, 14º Andar, São Paulo/SP, com membro independente; **(7) Fernando Simões Cardozo,** brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do passaporte da República Federativa do Brasil nº FT136098, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.405.377-50, domiciliado na Rua Senador Vergueiro, 218, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, como membro independente; e **(8) Orivaldo Luiz Pellegrino,** brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº 16.435.019-6-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 082.166.248-16, domiciliado na Rua Matilde Fraga Moreira de Almeida, 5-75, Vila Alto Paraíso, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos e/ou reeleitos tomarão posse em seus respectivos cargos em até 30 (trinta dias) mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e dos Termos de Anuência dos Administradores ao Regulamento do Nível 1 da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ocasião na qual firmarão também declaração confirmando que não estão impedidos por lei para investidura no cargo, nem estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, obedecendo aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no disposto no artigo 147 da Lei das SAs e na Instrução CVM 367/02, permanecendo todos estes mencionados documentos arquivados na sede da Companhia. **(v) Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia.** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração da Companhia, nos termos do artigo 152 da Lei das SAs, para a fixação do montante global da remuneração dos membros do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o período de abril de 2022 a março de 2023, no valor de até R$ 13.486.815,70 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e setenta centavos), dos quais R$ 2.239.992,00 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil e novecentos e noventa e dois reais) destinam-se aos honorários do Conselho de Administração e R$ 11.246.823,70 (onze milhões, duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta centavos) aos honorários da Diretoria Estatutária, cabendo ao Conselho de Administração aprovar a individualização da remuneração. **(vi) Fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal.** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração da Companhia, nos termos do § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, para a fixação do montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2022 a março de 2023, no valor de até R$ 598.500,00 (quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos reais), adicionalmente ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função. **Documentos Arquivados na sede da Companhia:** A mesa registra o arquivamento dos boletins de voto a distância, dos mapas de votação sintético e consolidado. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Carlos José da Silva Lopes, Presidente. Andrea Mazzaro Carlos De Vincenti, Secretária. ISA Capital do Brasil S.A., representada por seu procurador Carlos José da Silva Lopes; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, representada por sua procuradora Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti; Carmignac Emergents, Carmignac Portfolio - Emergents, FP Carmignac Emerging Markets, IT Now IDIV Fundo de Índice, IT Now IGCT Fundo de Índice, Itaú Governança Corporativa Ações FI, Itaú Small Cap Master Fundo de Investimento em Ações, Itaú Ações Dividendos FI e Itaú Master Global Dinâmico Multimercado Fundo de Investimento, todos representados por seu procurador Christiano Marques de Godoy. Declaro que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. **Andrea Mazzaro Carlos De Vincenti** - Secretária. **JUCESP** 202.997/22-4 em 19/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/ME nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | *Companhia Aberta*

Edital de Segunda Convocação

Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 13 de maio de 2022

Os Srs. Acionistas da **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** ("Companhia") ficam convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 13 de maio de 2022, às 8:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia na Santo André-SP, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-401, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Participação na AGE: Os acionistas interessados em participar da AGE por meio de sistema eletrônico de participação a distância deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente na plataforma *Ten Meetings* até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, ou seja, até **11 de maio de 2022**, por meio do seguinte endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=B484F9964B60 ("Cadastro"), bem como enviar, através do mesmo endereço eletrônico, todos os documentos necessários para participação na AGE, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o Cadastro. Os acionistas que não realizarem o Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGE via sistema eletrônico de participação a distância. O sistema eletrônico de participação a ser disponibilizado pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na AGE sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na AGE constam do Manual e Proposta da Administração disponível nos websites indicados no último parágrafo deste Edital. Quórum: Conforme estabelecido no art. 135 da Lei das S.A., a instalação da AGE se dará, nesta segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. Representação: Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 da Lei das S.A., do § 5º do art. 7º, do Estatuto Social da Companhia, do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e da Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Votação a Distância: Nos termos do art. 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/2022, as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de voto a distância enviadas para a AGE em primeira convocação serão consideradas normalmente para a AGE em segunda convocação. Caso não tenha enviado boletim de voto a distância ou deseje alterar ou manifestar seu voto, o acionista poderá participar por meio de sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas constam da Proposta da Administração. Os documentos a serem discutidos na AGE encontram-se à disposição nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Santo André/SP, 05 de maio de 2022. ***Valdecyr Maciel Gomes*** *– Presidente do Conselho de Administração.*

(05, 06 e 07/05/2022)

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 032/2022 - 090201000012022OC00032,** referente ao processo **nº 2022/02846,** objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o **dia 18/05/2022, a partir das 09:30 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **06/05/2022**, o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br, ou Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - 1º andar, Jd. América - São Paulo - SP.

ROMI S.A.

CNPJ - 56.720.428/0014-88 - NIRE - 35.300.036.751
Companhia Aberta

Ata Resumida de Reunião do Conselho de Administração nº 8/2022

1. Data, hora e local: 29 de março de 2022, às 15h00, na sede da ROMI S.A. ("Companhia"). **2. Deliberação: 2.1. Aprovaram** a contratação pela Companhia junto ao Sistema BNDES da Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade Supplier Credit), objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação para suas subsidiárias (ou outros importadores a serem definidos pela Companhia). **2.2. Autorizaram** a Diretoria da Companhia e das subsidiárias a praticar os atos necessários à execução da presente deliberação. **3. Encerramento:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração e pelo secretário. Aviso: A presente Ata é apresentada na forma resumida. A íntegra está disponível nos endereços eletrônicos da CVM (www.cvm.gov.br) e B3 (www.b3.com.br), além do endereço eletrônico do Jornal Valor Econômico (www.valor.globo.com) e da própria Companhia (www.romi.com/investidores). Santa Bárbara d'Oeste, 29 de março de 2022. Daniel Antonelli - Secretário. **JUCESP** nº 201.541/22-1 em 18/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Copersucar S.A.

CNPJ nº 10.265.949/0001-77 - NIRE 3.530.036.040-1

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Aos 28/03/2022, às 11h00, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 01, Vila Gertrudes, SP/SP, mediante prévia convocação, reuniram-se extraordinariamente, presencialmente e por meio de videoconferência, nos termos do Artigo 24, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Copersucar S.A. ("Companhia" ou "Copersucar"), os membros do Conselho de Administração da Companhia abaixo assinados ("Conselho"). Dando início à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Luis Roberto Pogetti, presidiu a mesa da reunião e convidou a mim, Juliana Montanheiro Lara, para secretariá-lo. Após análise e discussões, o Conselho decidiu, por unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas, aprovar a Política de Endividamento da Companhia para a safra 2022/2023, a vigorar até a aprovação da nova política para a safra 2023/2024, apresentada pela Diretoria conforme Anexo I desta ata, devidamente arquivada na sede da Companhia. Nada mais. São Paulo, 28/03/2022. Mesa: Luis Roberto Pogetti - Presidente e Juliana Montanheiro Lara - Secretária. **JUCESP** nº 219.100/22-6 em 02/05/2022. Gisela Simema Ceschin - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

PG 10.47.049 – Licitação nº 049/2022 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para realização de empreendimento composto de 48 unidades habitacionais e demais serviços, denominado Paraibuna "B", no município de Paraibuna/SP. O edital completo estará disponível para download no site www.cdhu.sp.gov.br a partir das 00h00min do dia 06/05/2022 – Esclarecimentos até 20/05/2022 – Abertura: 27/05/2022 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Mezanino – Auditório A, Centro, São Paulo/SP.

CDHU | SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 04.416.935/0001-04 - NIRE 35.3.0018472-6

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocadas as Acionistas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., a se reunirem **exclusivamente por videoconferência**, via plataforma digital *Google Meet*, diante da necessidade de adoção de medidas de prevenção e distanciamento social com intuito de minimizar o risco de transmissão, em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19), em 1ª Convocação, em **16 de maio de 2022, às 14 horas e 30 minutos,** e, não havendo quórum necessário para a sua instalação, em 2ª Convocação, em **27 de maio de 2022, às 14 horas e 30 minutos,** no mesmo link eletrônico, tendo como referência a sede da companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 66, Sala A, CEP 04551-000, Bairro Vila Olímpia, a fim de deliberar sobre a Distribuição da Remuneração da Diretoria da Companhia, fixada na Assembleia Geral Ordinária. As Acionistas poderão participar da reunião a distância mediante (a) envio ao endereço eletrônico juridico@tbe.com.br do boletim de voto a distância; ou (b) do acesso à plataforma *Google Meet*, na data e hora acima mencionadas. Os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, encontram-se disponibilizados às Acionistas pela Companhia. **As Acionistas que se fizerem representar por procuradores na forma do artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76 deverão encaminhar as respectivas procurações com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para o e-mail juridico@tbe.com.br.** São Paulo, 29 de abril de 2022. Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração; Enio Luigi Nucci - Conselheiro de Administração.

T4F Entretenimento S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62 - NIRE 35.300.184.645

Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 11 de Maio de 2022
Edital de Segunda Convocação

Convocamos os senhores acionistas da **T4F ENTRETENIMENTO S.A.**, companhia aberta, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cristiano Viana, nº 401, 15º andar, Pinheiros, CEP 05411-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.184.645 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 02.860.694/0001-62, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2245-4 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 4º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente presencial**, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, **em segunda convocação**, no dia 11 de maio de 2022, às 14:30 horas, na sede social da Companhia ("**AGE**"), a fim de discutir e deliberar sobre a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), contemplando a inclusão das disposições estatutárias aplicáveis às companhias abertas cujas ações estão admitidas à negociação no segmento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") denominado "Novo Mercado", conforme estabelece o Regulamento do Novo Mercado da B3, nos termos da proposta da administração para a AGE ("**Proposta da Administração**"). **Instruções e Informações Gerais**: Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas presentes titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Os acionistas deverão comparecer à AGE munidos dos seguintes documentos: (i) documento de identidade, o comprovante de titularidade de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária e, quando aplicável, a documentação de comprovação de poderes de representação; e, se for o caso, (ii) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as orientações constantes da Proposta da Administração. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGE, solicita-se aos acionistas da Companhia que desejarem participar da AGE o depósito dos documentos relacionados acima na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cristiano Viana, nº 401, 15º andar, Pinheiros, CEP 05411-000, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores ou do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas a contar da hora marcada para a realização da AGE. Não obstante o disposto acima, os acionistas ou seus procuradores que comparecerem à AGE munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente. Sem prejuízo do disposto acima, a Companhia ressalta que os acionistas que enviaram o boletim de voto à distância disponibilizado por ocasião da primeira convocação e indicaram no respectivo campo que suas instruções de voto poderiam ser utilizadas em caso de segunda convocação serão considerados presentes à AGE e terão tais instruções de voto consideradas na votação da matéria que consta da ordem do dia da AGE, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM 81. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e nos websites da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81. São Paulo, 3 de maio de 2022.

Marcelo Pechinho Hallack - **Presidente do Conselho de Administração**

SINQIA S.A.

sinqia | SQIA B3 LISTED NM

Companhia Aberta
CNPJ nº 04.065.791/0001-99 - NIRE 35.300.190.785

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Sinqia S.A. (B3: SQIA3) ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em segunda convocação, em **17/05/2022**, às **10h**, exclusivamente de forma digital, a ser tida como realizada, para os fins da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), na sede da Companhia quando os acionistas serão chamados a deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Alterar o Art. 5º do Estatuto Social da Companhia; **2.** Alterar os seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia: (i) §7º do Art. 11; (ii) Art. 14, caput e §1º; (iii) Art. 17; (iv) Art. 18, caput e §§ 1º e 2º; e (v) Art. 19, caput e inclusão de um parágrafo único; **3.** Alterar o Art. 30, caput e §§2º, 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia; e **4.** Consolidar o Estatuto Social. **Informações Gerais: Materiais de Suporte:** Encontram-se à disposição dos acionistas, nos websites ri.sinqia.com.br, bem como no site da CVM www.cvm.gov.br e da B3 www.b3.com.br, as informações exigidas pela LSA e pela ICVM 481. **Participação:** A participação do Acionista na Assembleia poderá se dar por meio de sistema eletrônico de participação remota disponibilizado pela Companhia ou via boletim de voto a distância, sendo que neste último caso as instruções de voto referentes à ordem do dia da AGE recebidas pela Companhia por meio de boletim de voto a distância por ocasião da primeira convocação serão consideradas normalmente na AGE a ser realizada em segunda convocação, nos termos da ICVM 481. Participação pelo Sistema Eletrônico (Zoom) Os acionistas que desejarem participar da AGE, por meio da plataforma Zoom ("Sistema Eletrônico"), deverão enviar uma solicitação para o e-mail ri@sinqia.com.br, com antecedência mínima de 48 horas, ou seja, até às 10h00 (horário de Brasília) do dia 13/05/2022 acompanhada de: (a) documento de identidade; (b) comprovante de ações escriturais expedido pela instituição financeira depositária e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do Art. 126 da LSA, sem necessidade de reconhecimento de firma. No caso de pessoas jurídicas ou fundos de investimento, deve também ser apresentada documentação comprobatória da sua adequada representação, como contrato social ou estatuto social consolidado e atualizado, ata de eleição de seus administradores e regulamento do fundo consolidado e atualizado. Uma vez recebida a solicitação e verificada a documentação fornecida, a Companhia responderá o respectivo e-mail com as instruções para acesso digital do acionista a AGE pelo Sistema Eletrônico, sendo que este poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do Art. 21-V da ICVM 481. Caso o acionista não receba tal e-mail até às 08:00h do dia 17/05/2022, deverá entrar em contato com a Companhia para suporte, em até 1 hora antes do horário de início da AGE, pelo telefone (11) 3478-4845. **Voto a Distância:** Os boletins de voto a distância enviados pelos Acionistas por ocasião da primeira convocação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/4/2022 serão considerados válidos para a segunda convocação, nos termos do art. 21-X, parágrafo único, da ICVM 481. São Paulo, 02 de maio de 2022. **Antonio Luciano de Camargo Filho** - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 43/2022 - Oferta de Compra nº 090102000012022OC00080,** referente ao processo nº **SES-PRC-2022/14736, objetivando a CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS PARA CONSULTÓRIO VETERINÁRIO EM CONTÊINER (LONGARINA, CADEIRAS E ARMÁRIOS) - PROGRAMA MEU PET**, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia **17/05/2022 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir do dia **05/05/2022,** o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.

Elo Serviços S.A.

CNPJ/MF Nº 09.227.084/001-75 - NIRE 35.300.349.440

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16/12/2021

Aos 16/12/2021, às 14h, excepcionalmente fora da sede social, na Rua Dr. José Augusto de Queiroz, 93, Cidade Jardim, São Paulo - SP. **Mesa:** Presidente: Marcelo de Araújo Noronha; Secretária: Lillian Miranda Zanetti. **Presença e Quórum:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações Unânimes:** Aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, no valor total bruto de R$34.126.000,00, correspondente a R$0,013589748 por ação, à conta de lucros acumulados do exercício conforme balanço patrimonial levantado em 30/11/2021. O pagamento dos juros sobre o capital próprio será realizado em 27/12/2021 aos acionistas inscritos nos registros da Companhia na data desta deliberação, com retenção do imposto de renda na fonte. O valor dos juros sobre o capital próprio serão adicionais ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2021. A Diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação da deliberação ora aprovada. Nada maiso. Barueri, 16/12/2021. Lillian Miranda Zanetti - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 23.140/22-7 em 12/01/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.